

Organizadores
Caio Augusto Amorim Maciel
Emilio Tarlis Mendes Pontes
Priscila Batista Vasconcelos

TRAJETOS E TRAJETÓRIAS

PERCURSOS E CONFLUÊNCIAS EM GEOGRAFIA CULTURAL

SER
TÃO
CULT



Caio Augusto Amorim Maciel

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), integrando o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Coordena o Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo), Núcleo Recife.



Emilio Tarlis Mendes Pontes

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do campus Quixadá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE). Coordena o Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo), Núcleo Quixadá.



Priscila Batista Vasconcelos

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. Coordena o Grupo de Pesquisa em Geografias Negras e Indígenas - GENÍ.

Organizadores
Caio Augusto Amorim Maciel
Emilio Tarlis Mendes Pontes
Priscila Batista Vasconcelos

TRAJETOS E TRAJETÓRIAS

PERCURSOS E CONFLUÊNCIAS EM GEOGRAFIA CULTURAL

Sobral/CE
2021





Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoocult.com
sertaoocult@gmail.com
www.editorasertaoocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Alberto Pereira Lopes
Alisson Slider do Nascimento de Paula
Ana Paula Pinho Pacheco Gramata
Antonio Adílio Costa da Silva
Francisco Ari de Andrade
Irineu Soares de Oliveira Neto
Isorlanda Caracristi
Marcelo de Oliveira Moura
Maria Artemis Ribeiro Martins
Paulo Rogério de Freitas Silva
Raimundo Lenilde de Araújo
Sandra Lilians Mansilla
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Revisão

Karoline Viana Teixeira

Diagramação

Marco Antonio Machado

Capa

João Claudio Filgueira dos Santos

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

T768 Trajetos e trajetórias: percursos e confluências em geografia cultural./ Caio Augusto Amorim Maciel, Emilio Tarlis Mendes Pontes, Priscila Batista Vasconcelos. (Organizadores).-- Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

242p.

ISBN: 978-85-67960-62-3 - papel
ISBN: 978-85-67960-63-0 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/67960630-2021

1. Geografia Cultural. 2. Espaço. 3. Educação. 4. Mobilidade. I. Maciel, Caio Augusto Amorim. II. Pontes, Emilio Tarlis Mendes. III. Vasconcelos, Priscila Batista. IV. Título.

CDD 911.3



É incrível como hoje em dia uma das formas mais importantes de se perceber a condição social — e o poder — de cada um é estudando a sua mobilidade e as opções na construção dessas “territorialidades móveis”.

As opções que fazemos também são um produto da nossa percepção de mundo no sentido cultural e biológico, da nossa condição étnica, de gênero, faixa etária, grau de deficiência física etc. Tudo isso interfere na nossa tomada de decisão sobre a velocidade em que vamos andar e onde e quando vamos parar. Portanto, nossos territórios e lugares são um jogo dentro desse conjunto de movimentos e paradas que intercalamos o tempo inteiro e que interferem em todas as esferas de nossa vida.

Rogério Haesbaert

Prefácio

Até agosto de 2019, Quixadá e o Açude do Cedro se enquadravam para mim em um conjunto de geografias imaginárias, apreendidas e construídas à distância. Sem nunca ter visitado, a construção do açude foi um dos temas da minha dissertação, em um já longínquo final da década de 1990. Após 20 anos, aquele lugar tornou-se uma paisagem mítica, imaginada a partir de documentos oficiais do século XIX e início do século XX. Compunha-se na minha cabeça de algumas fotografias em preto e branco, um grande conjunto textual na linguagem de relatórios técnicos e políticos, plantas e projetos, além de algumas notícias de jornais descobertas entre microfimes da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Foi a parceria de longa data com o Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECGeo) e o convite para participar de seu VI Seminário, pela primeira vez realizada fora do Recife, em Quixadá, que levaria minha trajetória profissional finalmente àquele espaço, permitindo meu encontro físico com aquela paisagem mítica. Paisagens nunca são “o que está lá”, são sempre representações, sempre modos de olhar e vivenciar; afinal, são constituídas a partir do modo como representamos os espaços, como nos dizem vários autores da Geografia Cultural. Na minha experiência com aquela paisagem-desejo em 2019 há, portanto, uma transformação do meu olhar, ou antes, uma nova cobertura de camadas de percepções. Sobre as plantas e projetos dos engenheiros do século XIX e fotos amareladas de um paredão em construção, aquelas cenas se tornavam agora vistas apreendidas de diferentes ângulos nas visitas ao açude e à cidade, como também centenas de fotos autorais para o arquivo pessoal e as redes sociais. Elas ganhavam também cheiros, sons e impressões. Porém, afora isso — e o mais importante — àquelas paisagens somavam-se pessoas.

Além do já esperado açude e uma cidade encravada no meio do sertão cearense, entre monólitos, deparei-me com um campus de uma recente Instituição de Ensino Superior construída em terrenos da antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas, a poucos metros da barragem. Jovens professores sendo formados, praticando Geografia e uma tradução acadêmica importante daqueles espaços. O contato, mesmo por poucos dias, me colocou diante de uma série de vivências, ao perceber uma transformação potencial na constituição da Geografia brasileira. Aquele contato desejado com o açude foi um encontro com novas paisagens, mas também com novas Geografias. O livro que

ora surge demonstra bem isso. Revela uma tradução acadêmica daquelas paisagens e de como elas são vividas; entretanto, evidencia muito mais sobre transformações em curso na própria ciência geográfica.

Trajetos e trajetórias, no sentido empregado por este livro, como sendo o deslocamento no espaço e o acúmulo de experiências, também podem ser materializados na própria produção geográfica no país. A vigorosa política de expansão do ensino e pesquisa no Brasil, empreendida no início do século XXI, ao traçar um outro trajeto, incorporando novos espaços e sujeitos na formação e produção acadêmica, está mudando a própria trajetória da disciplina.

Esta obra revela muito sobre o contexto em que foi produzida, como não poderia deixar de ser, mas nos aponta a própria transformação da produção científica nacional, tradicionalmente produzida a partir dos grandes centros urbanos. Esse deslocamento rumo a recentes centros de produção, incorporando novos olhares e pesquisadores, provoca um deslocamento na própria trajetória do saber geográfico no país.

Construído entre trajetos e trajetórias de alguns estudiosos consolidados e diversos jovens pesquisadores, este livro revela muito da trajetória atual da Geografia brasileira, de um modo geral, e da Geografia Cultural em particular. A ampliação do ensino público federal no início do século XXI como um forte agente de transformações sociais já era esperada: estamos vendo seus primeiros resultados, a despeito das tentativas recentes de refrear esse processo. Entretanto, essa interiorização tem mudado também a própria trajetória de determinados campos científicos. Entre os principais afetados está a nossa disciplina.

Assim, ao incorporar espaços, paisagens e sujeitos e oferecer uma renovação importante nos lugares de produção do conhecimento, são os próprios trajetos e trajetórias da Geografia brasileira que são transformados. Precisamos seguir trilhando-os.

Rafael Winter Ribeiro
Geopol, PPGG/UFRJ

Rio de Janeiro, março de 2021

Apresentação

A pesquisa “Trajetos e Trajetórias: mobilidades estudantis no Sertão Central Cearense”¹ teve sua gênese em 2018, durante meus primeiros contatos com os estudantes do recém-criado Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) em Quixadá. A convivência no campus aclarou relevantes constatações acerca de uma problemática que afligia sobremaneira o alunato dessa mesorregião: suas longas viagens (os trajetos) à procura de formação superior (as trajetórias) numa graduação noturna no coração do estado do Ceará.

Como o “conhecimento gera novos desconhecimentos”, na reflexão do astrofísico Marcelo Gleiser, nas diversas rodas de diálogo seguintes o grupo se inquietou com a possibilidade de investigação e estabeleceu horizontes para essa pesquisa, mostrando-se repleta de indagações que precisavam ser decodificadas. Assim, o projeto foi concebido entre a produção de um videodocumentário e a pesquisa científica formal.

O andamento das atividades trouxe surpresas e resultados, que se delinearam em cinco momentos concatenados e não estanques. O primeiro constou no desafio de uma produção audiovisual que gerasse um documentário, filmado diletantemente, entrevistando sujeitos envolvidos em trajetórias cotidianas no contexto da mobilidade estudantil. Durante a pré-produção, a equipe teve formação com dois profissionais: a cineasta Waleska Santiago e o fotógrafo Fernando Lessa, fundamentais em instruções e assessoramento. Entre estudantes, familiares e profissionais de transporte, realizaram-se filmagens em Quixadá, Quixeramobim, Serra do Estevão e Itapiúna. A pandemia de Covid-19 retardou a finalização e a expectativa de conclusão postergou-se para 2021.

Nesse percurso chegou-se à segunda situação: a parceria que gerou a criação do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo) nú-

1 Projeto de pesquisa aprovado e cadastrado na plataforma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFCE, em 2019.

cleo Quixadá,² consequência de longo vínculo e colaboração que tenho com os líderes de pesquisa do LECgeo sediado na UFPE: os professores Caio Maciel e Priscila Vasconcelos. O núcleo LECgeo foi o primeiro laboratório a ser cadastrado no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisas/CNPq³ no âmbito do curso de Licenciatura em Geografia no IFCE, em 2019.

Dessa associação resultou o terceiro momento: a realização do VI Seminário LECgeo - Mobilidades e Convergências, de 13 a 15 de agosto de 2019, em Quixadá, pela primeira vez sediado fora de Pernambuco. O evento pretendeu repertoriar interesses acadêmicos entre os dois coletivos de pesquisa e suas parcerias, apontando a necessidade de sinergias que integrassem as investigações de professores e alunos.

O quarto momento envolveu todo o processo de pesquisa acadêmica. No decurso das investigações, quatro temas tornaram-se evidentes para abarcar as questões de interesse: mobilidades intraurbanas; gênero; juventude e, finalmente, modais alternativos. As pesquisas foram concluídas ao longo de 2019 e 2020, chegando-se à publicação do presente livro.

A quinta situação prolonga-se no tempo e traz ganhos intangíveis. Ela tem sido composta pelo cotidiano de intensas trocas de experiências e amizade entre os integrantes do projeto que jamais desistiram, mesmo nos momentos desafiadores da pandemia do novo Coronavírus. Essa aproximação estendeu-se aos parceiros que, à sua maneira, contribuíram para o avanço das pesquisas e abertura de novos horizontes.

O livro está subdividido em duas partes. A primeira reúne contribuições advindas do desdobramento e afinidades do projeto base, isto é, diferentes aspectos das mobilidades discentes no IFCE campus Quixadá, a partir das transformações urbanas geradas pela interiorização do ensino superior federal. Cabe destacar que o capítulo inicial “Sujeitos-em-trajetórias: mobilidades de discentes de geografia em Quixadá” condensa as reflexões que perpassam as pesquisas reunidas no projeto que originou esta publicação. Fechando o primeiro bloco, como adendo, são apresentados alguns relatos pessoais (bitácoras) de estudantes que realizam os deslocamentos aqui estudados.

2 O LECgeo foi fundado em abril de 2008 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com o propósito de pesquisar, refletir e debater interdisciplinarmente abordagens culturais da geografia e áreas afins. Nesses treze anos, o Laboratório tem discutido, planejado e realizado atividades acadêmicas e pesquisas científicas que buscam incorporar as temáticas voltadas à espacialidade da cultura, contribuindo nas interrelações entre seus membros, disciplinas, pesquisadores, grupos e redes de pesquisa e parceiros em distintos centros universitários.

3 Grupo de Pesquisa “Geografia Cultural, Geotecnologias e Convivência com o Semiárido”, registrado desde 28/08/2019.

A segunda parte, por sua vez, consolida a cooperação entre estudiosos que se dedicam à geografia cultural e sua pluralidade, abarcando temáticas contemporâneas como fotografia, imagem, paisagem, patrimônio, imaginário e lugar.

Espera-se que esta contribuição enseje avanços nas investigações sobre temáticas pertinentes à mobilidade estudantil e trajetórias socioespaciais, inclusive nos desdobramentos em função de conjunturas inéditas provocadas pela pandemia. Da mesma forma, a pluralidade de temas e conceitos decorrentes dos diálogos acadêmicos, contidos na segunda parte, apontam interesses convergentes que evidenciam a relevância das parcerias amplificadas através do LECgeo núcleo Quixadá.

Em nome dos organizadores, quero agradecer o apoio das seguintes instituições: à direção do IFCE campus Quixadá; à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE campus Quixadá; ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UFPE); ao Laboratório de Estudos em Geografia Cultural (Legec) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (Propgeo/UECE); ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (Geoppol) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Prof. Dr. *Emilio Tarlis Mendes Pontes*
Líder LECgeo núcleo Quixadá

Quixadá, março de 2021

Sumário

PARTE I

PERCURSOS: MOBILIDADES ESTUDANTIS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

1. Sujeitos-em-trajetórias: mobilidades de discentes de geografia em Quixadá-CE15

Caio Augusto Amorim Maciel

Emilio Tarlis Mendes Pontes

2. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do Ensino Federal em cidades não metropolitanas no Ceará35

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo

3. Percepções de gênero na mobilidade do trajeto dos estudantes do IFCE Campus Quixadá61

Anneliese Paes Leme

Debora Ribeiro dos Santos

Francisca Andressa Wvictória de Sousa Terto

Renata Lourdes Linhares Severiano

4. Mobilidades intermunicipais da juventude universitária do IFCE campus Quixadá83

Alyson Nobre Barros

Flavio Medeiros Pinheiro

Francisco Tiago Ribeiro Silva

Robson Brenno de Oliveira Cordeiro

Marcilio Batista Magalhães Moura

5. Pau de arara no sertão cearense: cultura, territorialidade e resistência..... 103

Bruno de Castro Santos

Eduardo Lúcio Guilherme Amaral

6. Relato de experiência sobre modais alternativos de mobilidade urbana estudantil em Quixadá-CE 121
Joicyanna Darllay e Silva

7. Bitácoras: experiências cotidianas das mobilidades estudantis..... 141

PARTE II

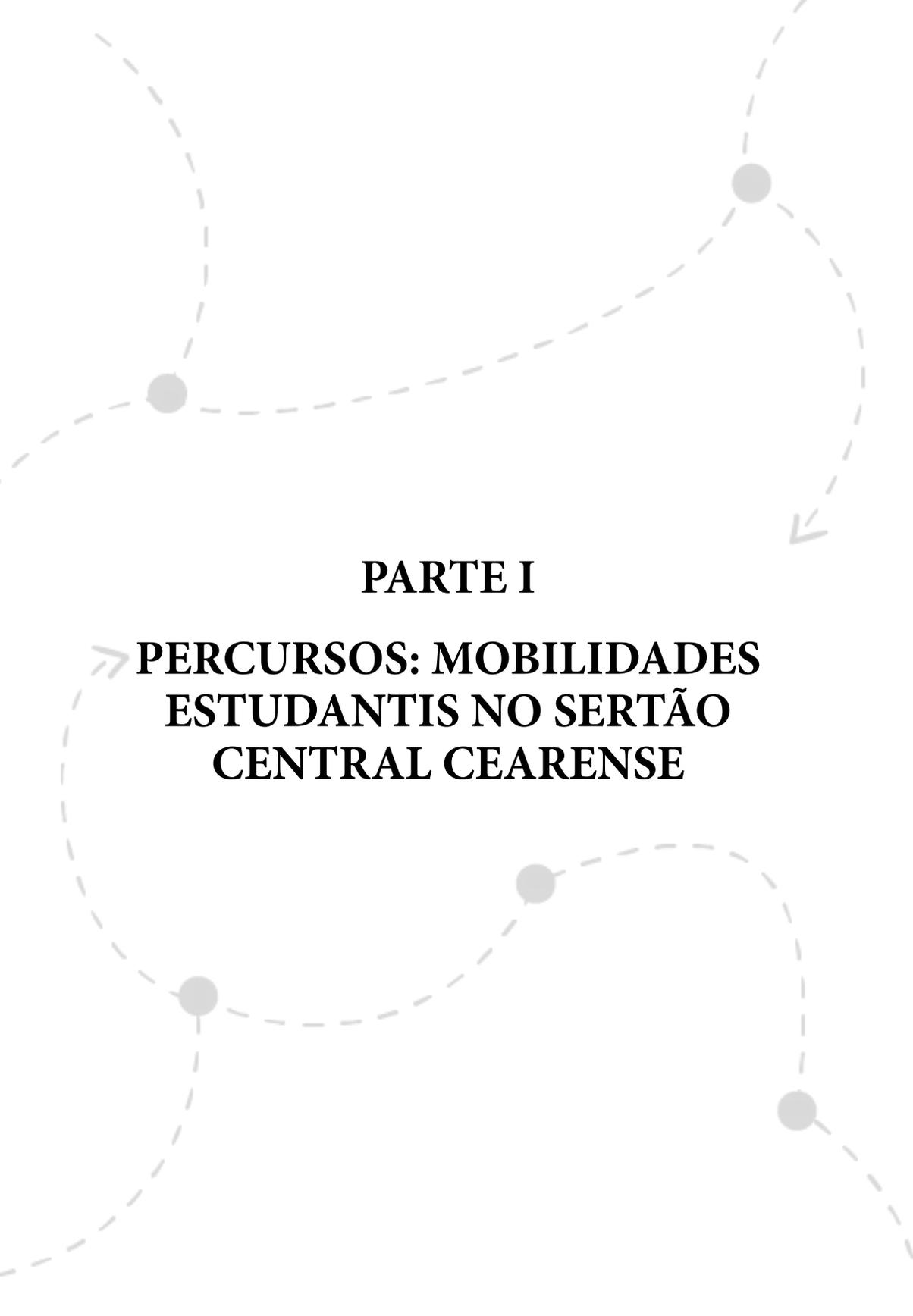
CONFLUÊNCIAS: DEBATES EM GEOGRAFIA CULTURAL

8. Elementos para uma análise geográfica de fotografias de paisagens no sertão nordestino..... 153
Caio Augusto Amorim Maciel
Priscila Batista Vasconcelos
Eric José Silva Gomes

9. Patrimônio e paisagem cultural nos sertões de Icó-CE 171
Otávio José Lemos Costa

10. Imagens de uma tese em geografia da religião: em foco a romaria de Nosso Senhor do Bonfim, Natividade-TO 185
José Arilson Xavier de Souza

11. Lugar onde os “Paralellos” se encontram: universo paralelo como encruzilhada e uma constelação de lugares para festejar música eletrônica..... 203
Carlhane Sandes Alves Gomes
Cássio Lopes da Cruz Novo



PARTE I

PERCURSOS: MOBILIDADES ESTUDANTIS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

1. Sujeitos-em-trajetórias: mobilidades de discentes de geografia em Quixadá-CE

Caio Augusto Amorim Maciel¹
Emilio Tarlis Mendes Pontes²

*O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade.*³

Introdução

Localizada no centro do estado cearense, a cidade sertaneja de Quixadá, com quase 150 anos de fundação, particulariza-se por estar inserida em um contexto da paisagem aqui representado pelo Monumento Natural Monólitos de Quixadá, também conhecido em sua feição geomorfológica como campo de *inselbergs*, apresentando, portanto, um cenário de rara beleza paisagística aqui expresso por: “ilhas rochosas que ocorrem em montes isolados ou aglomerados [...] ou grupos de rochas que se erguem abruptamente das planícies circundantes e, junto ao pediplano são as formações geológicas que mais caracterizam as regiões semiáridas” (PAULINO; GOMES; SILVEIRA, 2018, p. 182).

1 Prof. Dr. em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador do LECgeo, Recife. E-mail: caio.maciел@ufpe.br.

2 Prof. Dr. em Geografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá. Coordenador do LECgeo, Quixadá. E-mail: emilio.pontes@ifce.edu.br.

3 Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), lei 12.852/13, art. 31.

Seu contexto histórico de ocupação territorial remete aos ciclos de interiorização do Nordeste brasileiro colonial, sobretudo da pecuária bovina — e a pujante civilização do couro — advinda das migrações e ocupações de leitos dos principais rios da região, cujos currais e caminhos de boiada geraram os primeiros povoados (AGUIAR, 1983; PEREIRA, 2010; 2016). Na alvorada do século XX, Quixadá era dependente da vila de Quixeramobim, distante 40 quilômetros. A partir da década de 1950, a configuração urbana do Ceará sofreu impactantes modificações, resultante dos sucessivos contextos regionais e mundiais desde o final do século XVIII:

A economia baseada na pecuária e nas charqueadas é abalada pelos constantes e longos períodos de estiagem que reduzem o rebanho bovino cearense. Neste período, acontecimentos de ordem político-administrativa, econômica e tecnológica favoreceram uma nova estruturação urbana: 1. A independência política do Ceará em relação a Pernambuco (1799); 2. A abertura dos portos brasileiros as nações amigas (1809); 3. A Independência e a instituição do Império (1822); 4. Aumento da demanda internacional por algodão; 5. A construção da via férrea [a partir de 1870] (PEREIRA, 2010, p. 2).

A emancipação municipal ocorreu em 1889. Com quase 15 mil habitantes, possuía então uma relevante base produtiva algodoeira. Nesse processo de elevação à cidade, foi iniciada a construção do que viria a ser um ícone no contexto de um conjunto de intervenções de políticas públicas denominado de combate às secas: o açude Cedro, que coadjuvou na reestruturação do Sertão Central, cujo canteiro de obras atraiu significativa mão de obra do entorno: cerca de 30 mil trabalhadores (PEREIRA, 2010). Em conformidade com Costa (2002), tal empreendimento de açudagem catapultou Quixadá para uma virada econômico-cultural, tornando-a polo de atração populacional — e por sua característica histórica de desigualdade fundiária, pobreza e inserção no semiárido (exposta com veemência nos trágicos resultados sociais das longas estiagens), a cidade se conformaria de forma relativamente diversificada dos padrões urbanos contíguos.

Concomitante à construção do imponente açude, irrompe a linha férrea, relevante modal que auxiliou a superação de Quixadá em relação a Quixeramobim e propiciou novas relações comerciais vinculadas à capital alencarina, com produtos agropastoris e da incipiente produção industrial e comercial, processo denominado de drenagem da renda fundiária rural (CORRÊA, 2000). A produção e beneficiamento do algodão promoveram a construção

de equipamentos urbanos até então inexistentes, como escolas, casas, igrejas, espaços comerciais, estação telegráfica, bancos, telefonia, entre outros.

Na segunda metade do século XX, o núcleo já detém influência regional, sobretudo por seu poderio econômico. É quando o ciclo do algodão entra em significativo declínio. Mesmo assim, “Quixadá entrará na hierarquia urbana cearense enquanto aglomeração articulada aos demais centros (principalmente, Fortaleza) e, ao lado de Quixeramobim, polarizará o que mais tarde seria chamado de ‘região do sertão central’” (PEREIRA, 2010, p. 3). Nesse período, “as atividades econômicas sob a égide capitalista (industrialização, mercado imobiliário, prestação de serviços e comercialização) produziram o modelo de cidade contemporâneo” (PEREIRA, 2014, p. 171).

Atualmente, apresenta uma estrutura urbana monocêntrica, em cujo caso histórico central fixam-se as instâncias de poder, com surgimento de prédios de até cinco andares; dinâmica do setor terciário, que colabora na fixação populacional; adensamento comercial, com produtos manufaturados locais/internacionais; feiras hortifrutícolas e expansão imobiliária para diversos novos bairros ditos planejados. Outro fenômeno recente é a chegada de redes nacionais de supermercados, eletrodomésticos, combustíveis, bancos, telecomunicações, cosméticos, farmácias e demais bens duráveis. Na cidade também se notabiliza o turismo, seja de caráter religioso (notadamente acentuado pelo Santuário Nossa Senhora Rainha do Sertão), esportivo (topografia propícia à prática de esportes radicais e trilhas ecológicas) e por seus atrativos locais: campo de monólitos, Pedra da Galinha Choca e açude Cedro — tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1984.

O referido declínio da cotonicultura e da bovinocultura fez com que outras demandas fossem almejadas à sua dinamização. No conjunto desses novos reordenamentos econômico-territoriais, “o município descobriu na educação superior uma forma de se manter como centro de convergência regional” tornando-se reconhecido enquanto cidade universitária “pela quantidade de investimentos no ensino superior que tem capitaneado” (HAIASHIDA, 2014, p. 2).

Das seis principais Instituições de Ensino Superior (IES), a mais antiga é a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), criada em 1976. A partir das mudanças da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), a Igreja Católica, que tradicionalmente investia no ensino fundamental, passou a focar também no nível superior. No final da década de 1990, a Diocese de Quixadá, em parceria com demais associações privadas, criou a Faculdade Católica Rainha do Sertão, atualmente denominada Cen-

tro Universitário Católica de Quixadá. Em 2006 foi construído o campus da Universidade Federal do Ceará (UFC). Apenas dois anos depois, em 2008, foi inaugurado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no qual, desde 2016, inclui-se o Curso de Licenciatura em Geografia.⁴ Em 2012, surge a Faculdade Cisne de Quixadá. Por último, em 2020, chega o curso de medicina, através da Universidade Estácio de Sá.⁵

A par desse expressivo e contemporâneo conjunto atinente à educação superior, abrem-se numerosas necessidades de investigação, pelo próprio potencial transformador que uma massa crítica de estudantes, professores e funcionários atrai à cidade, impactando igualmente o entorno. No âmbito do LECgeo, o debate objetiva refletir em que medida a capacidade de superar distâncias contribui para que os estudantes de geografia do Sertão Central possam se beneficiar com as oportunidades inerentes à experiência universitária. Propõe-se investigar como a locomoção interfere na existência de interrelações entre mobilidade territorial e social, partindo das experiências de deslocamentos de alunos do IFCE, aqui denominados *sujeitos-em-trajetórias*.

Educação superior e mobilidade no Sertão Central cearense

A concentração de tantas IES em Quixadá gerou mudanças espaciais no tocante à mobilidade urbano-rural e concentração de serviços, pelo poder de atração, impactando diretamente setores como a construção civil, transportes e na diversificação de atividades comerciais (informática, livraria, restaurantes, lanchonetes etc.). A cidade, inserida na Região de Planejamento do estado, denominada Sertão Central (CEARÁ, 2007; 2015)⁶ e a 165 quilômetros da

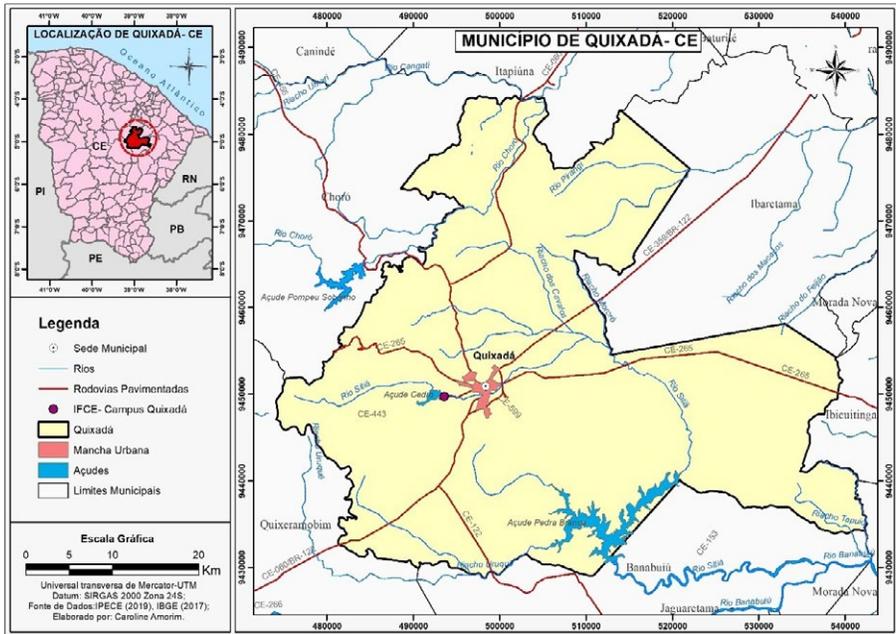
4 O IFCE campus Quixadá e o Curso de Licenciatura em Geografia albergam o Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo) núcleo Quixadá em parceria com o LECgeo sediado na Universidade Federal de Pernambuco. Nessa parceria, foi criado o Grupo de Pesquisa intitulado Geografia Cultural, Geotecnologias e Convivência com o Semiárido, registrado no Diretório de Pesquisas do CNPq desde 28/08/2019.

5 Ademais, existem polos de instituições de ensino à distância com algumas atividades presenciais.

6 Sobre região de planejamento “o pressuposto é que um polo (sede de uma região) deve ser um município expressivo, que exerça influência sobre os municípios vizinhos. Tratam-se, portanto, de cidades mais desenvolvidas, com maior população, maiores níveis de renda, que são capazes de provocar externalidades positivas sobre outros municípios” (CEARÁ, 2015, p. 16). Tendo Quixadá como polo, o Sertão Central perfaz 13 municípios, com cerca de 400 mil habitantes em uma área aproximada de 16 mil quilômetros quadrados. Com baixa densidade demográfica (próximo de 24 hab/km²), possui uma população rural maior que a média do Ceará, com relevantes atividades agropecuárias mesmo com o predomínio do setor de serviços.

capital, Fortaleza (figura 1), vem se tornando, conseqüentemente, um proeminente polo universitário nos últimos 15 anos, influenciando a vida tanto dos seus 85 mil habitantes quanto das pessoas que ali acorrem em busca de formação acadêmica, sobretudo os jovens. Os deslocamentos com a finalidade de acesso ao ensino têm produzido estímulos a setores do comércio e serviços, incrementando a economia e a infraestrutura regional, observado em outros estudos sobre cidades médias no Brasil (FRANÇA, 2017).

Figura 1: Quixadá, no Sertão Central cearense.



Fontes: Ipece, 2018; IBGE, 2019. Elaboração: Amorim, 2020.

Inserido na área federal do açude Cedro, o IFCE está a aproximadamente cinco quilômetros do centro de Quixadá. Dentre os estudantes do campus, há os que possuem moradia na cidade e uma parcela advinda de outros municípios. Mesmo para o primeiro caso, apesar de curta, a distância representa uma barreira que reduz as possibilidades de acesso (notadamente nos cursos noturnos, como a Geografia), embora haja os usuários de bicicletas, motocicletas, carros particulares, mototáxi ou mesmo deslocamento a pé.

No contexto de concentração e circulação desses fixos e fluxos nas redes e nós constituídas pela demanda da Quixadá polo-educacional, pretende-se aqui analisar, a partir da relação espaço-temporal dos sujeitos-em-trajetória, como os modais de transporte impactam no cotidiano, nas interações e dinâmicas

micas culturais da maioria dos alunos do IFCE quanto a suas oportunidades de mobilidade para o campus.

As políticas de interiorização das IES no Nordeste — e, por conseguinte, no Ceará — não obstante tardias, possibilitaram que cidades pequenas/médias viessem a se tornar núcleos (em escalas variadas) universitários. Tal fenômeno reconfigura em múltiplos aspectos os espaços sertanejos urbanos/rurais, provocando acumulação de novas territorialidades, uma vez que a atratividade e circulação de pessoas, capitais, mercadorias e ideias necessariamente interferem no contexto socioespacial local e regional (MÁXIMO, 2020).⁷

A reflexão aponta, ainda, a se repensar os desafios das juventudes em busca de formação superior em contextos não metropolitanos e mesmo rurais.⁸ Sabe-se que “a complexidade em torno dos estudos sobre jovens e juventude aumenta quando o enfoque é o âmbito rural” (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 790). A preponderância dos trabalhos sobre esses jovens no Brasil tem se referido ao êxodo rural, trabalho agrícola, envelhecimento e masculinização da população, muito embora, recentemente, a urbanização do campo e o maior acesso dos moradores rurais à educação e às atividades não agrícolas tenham se intensificado. Nesse sentido, reflete Menezes:

Sabe-se que tanto o campo quanto a cidade têm passado por significativas transformações em seus espaços e manifestações materiais, culturais, econômicas e sociais, que contribuem para a formação de espaços complexos e não mais exclusivos a determinadas funções e/ou atividades. Nesse sentido, o jovem tem chamado atenção de pesquisadores, como Carneiro (1998), que afirmam ser essa a faixa demográfica mais afetada pela dinâmica diluição das fronteiras entre campo e cidade. Pois são sujeitos que, em processo de formação da identidade, experimentam o confronto entre os laços que os prendem à cultura de origem — principalmente à família, e ao dinamismo trazido pela cultura urbana (MENEZES, 2016, p. 179-180).

No caso do presente estudo, o processo investigativo se delineia na seguinte proposição: como a juventude no Sertão Central cearense e municípios contíguos vivencia o território a partir de seus deslocamentos cotidianos para estudar numa instituição de ensino superior em Quixadá? Não se trata aqui apenas

7 O capítulo 2 traz uma análise detalhada dos efeitos territoriais da expansão e interiorização de políticas educacionais no Ceará, incluindo Quixadá.

8 Teorias sobre juventudes e ruralidades são complexas, escapando ao cerne da presente pesquisa. Busca-se tão somente aqui pontuar a necessidade de sua contextualização.

de pessoas residentes no campo ou inseridas em dinâmicas estritamente relativas à agricultura ou pecuária. Antes busca-se contemplar uma diversidade de situações contemporâneas. Essa condição pode ser correlacionada a Abramovay (2005) ao atestar que cada vez mais jovens de regiões rurais vivenciam realidades semelhantes às dos jovens urbanos. Menezes aponta que jovens do campo, amiúde, são considerados urbanos pelos pais, enquanto seus colegas na cidade os tomam como “roceiros”, gerando embates identitários (MENEZES, 2016, p. 181). Essas tensões são percebidas inclusive entre os estudantes do IFCE.

Torna-se necessário indagar sobre as possibilidades de entendimento acerca de juventude: “O Brasil segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos” (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 791). Todavia, uma definição baseada apenas na faixa etária não é suficiente, mesmo que a maioria dos alunos aqui pesquisados se enquadre nesse intervalo de idade.¹⁰ Segundo Weisheimer (2009), apesar da conveniência para experimentos e pesquisas, definir juventude pela idade cronológica é arbitrário, pois não considera as diferenças entre idade biológica e social.¹¹

Numa sociedade heterogênea, as juventudes são múltiplas, seja em função das desigualdades econômicas ou sociais, seja por conta de definições culturais. Assim, deve-se abordar a juventude como condição social e representação: isto é, uma categoria socialmente destacada por vivenciar certa fase de transição e mudança. Portanto, é tomada enquanto um *vir a ser* para a vida adulta, podendo ser compreendida como “um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações” (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 793). A universidade materializa essa trajetória rumo ao devir.

Retomando o debate sobre jovens não residentes em cidades-polo ou centros metropolitanos, suplantar o distanciamento físico para estudar e trabalhar em locais distantes das suas moradias é uma contingência. Parte dos estudantes de Geografia do IFCE precisa percorrer mais de 100 quilômetros diariamente para frequentar as aulas. Há ainda o isolamento relativo, por conta das deficiências das redes técnicas de telefonia/internet, desigualdade de acesso

9 Denominação pejorativa para caipira e interiorano.

10 Sobre o perfil dos estudantes de Geografia no IFCE Quixadá, ver capítulo 4.

11 A classificação dos jovens pelos órgãos de pesquisa e legislação segundo a faixa etária passou a considerar suas trajetórias de vida e papéis sociais, “o que lhes confere o direito ao ‘prolongamento’ ou ‘encurtamento’ de seu tempo de juventude (MENEZES, 2016, p. 179), levando em conta fatores como classe social.

a esses serviços e infraestruturas rodoviárias.¹² Como distâncias exigem temporalidades correspondentes para cruzar o espaço entre a casa e a instituição, uma geografia do tempo é fundamental na compreensão do cotidiano desses jovens. Em certas situações, não é a proximidade geográfica que prevalece, mas as condições de deslocamento computadas em tempo gasto e meios de realizar o trajeto. Nesse conjunto de trajetórias, existem situações de insegurança quanto à geograficidade da existência, o que leva a especulações teóricas:

Termos como “tempos líquidos” (Bauman, 2007), “sociedade de risco” (Beck, 1995), “sociedade em rede” (Castells, 2000) ou “sociedade da aceleração” (Leccardi, 2014) são alguns dos marcos teórico-conceituais construídos recentemente para interpretar os processos de incerteza, fragmentação e deslocamentos espaciais e temporais próprios da pós-modernidade. Leccardi ressalta que a sociedade contemporânea exalta a velocidade e estabelece como ideal normativo a simultaneidade, propiciada pelas novas tecnologias de comunicação, informação e transporte (DOULA, 2015, p. 338).

A exaltação ou desejo de velocidade, bem como a possibilidade de acesso digno a uma rede de lugares está presente na vida dos *sujeitos em trajetória*. É preciso atentar para duas singularidades desta investigação: a) o debate das juventudes enquanto representação social de uma fase de mudanças e olhares para o futuro, tal qual a experiência universitária enseja, não se resume a uma definição geracional; b) o contexto da mobilidade se dá numa região-polo não metropolitana, mas onde modos de vida interioranos estão em franca modificação pela interpenetração de hábitos urbanos. Ensino superior e mobilidade socioterritorial são aspectos evidentes dessas trajetórias.

Dos meios de transporte às pessoas

Embora a tradicional Geografia dos Transportes tenha privilegiado, numa visão funcionalista, as metrópoles, o fenômeno da urbanização da sociedade tem generalizado problemas e questões antes ligados somente às capitais e grandes aglomerados humanos: basta que se pense na epidemia de acidentes

12 Como analisado no capítulo 5, em Quixadá ainda persistem modais tradicionais, a exemplo do pau de arara.

de motocicleta no interior do Brasil desde meados da década de 1990¹³ e seu agravamento nos tempos atuais. Ou na expansão dos longos deslocamentos cotidianos para trabalhar ou estudar entre municípios de pequeno e médio porte em regiões rurais, como o interior semiárido do Nordeste (BARROS *et al.*, 2018; CERDEIRA, 2011; SOUZA, 2014).

Com a chamada virada cultural desde o último terço do século XX, a Geografia Humana principiou explorar as diferenças que significados culturais inserem na espacialidade de práticas de mobilidade em zonas urbanas contemporâneas, propondo analisar locais com diversas culturas de transporte, lançando luz em fatores negligenciados no passado, tais como gênero, faixa etária, articulação de modais e outros.

De fato, tal renovação epistemológica pode ser sentida no plano internacional a partir da pluralidade de abordagens que visam ultrapassar o funcionalismo da tradicional Geografia dos Transportes. Na literatura especializada, uma teoria própria acerca deste campo disciplinar ainda carece de maiores discussões e aportes. Ademais, as produções normalmente se detêm nos estudos de transportes em grandes aglomerações populacionais. Contudo, nas últimas décadas, há abertura para investigações que buscam compreender as diferenças entre mobilidade, acessibilidade e transportes, que não são, necessariamente, sinônimos (GUTIÉRREZ, 2012; HERNANDEZ, 2012).

De acordo com Hernandez (2012), a mobilidade é compreendida como condição essencial que viabiliza acesso a uma gama de possibilidades: laboral, habitacional, cultural e estudantil. Assim, é apontada com pré-condição para a possibilidade de acesso a outros direitos, que, a depender de como se apresenta o aspecto infraestrutural, torna-se vetor de igualdade ou desigualdade social. A mobilidade é um possível elemento que promove segregações urbanas e afeta diretamente os acessos à educação, acentuadamente notado nas áreas periféricas das metrópoles. Essa é uma condição análoga nas zonas interioranas nordestinas, onde se estabelecem as cidades pequenas e médias, com baixos índices de desenvolvimento humano.¹⁴

13 Estudos demonstram que o coeficiente médio de mortalidade por acidentes de motocicleta no interior de Pernambuco é mais elevado que a média estadual. Duas das áreas mais letais, ambas no semiárido, são o Agreste e o Sertão do Pajeú. Nesta última, o coeficiente de mortalidade por moto é nove vezes maior do que o apresentado em Recife (capital estadual), onde existe um número muito maior de veículos em circulação (SILVA *et al.*, 2011). Situações similares repetem-se no Piauí e em outros estados da região Nordeste, incluindo a região de Quixadá, em estudo nesta pesquisa.

14 Para os indicadores de desenvolvimento no Ceará, vide site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece): <https://www.ipece.ce.gov.br/>.

Uma mudança de paradigma nesse debate iniciou-se a partir de algumas constatações: o novo enfoque dado às desigualdades socioterritoriais dos transportes; a preocupação com os aspectos econômicos diante das reformas neoliberais globais iniciadas na década de 1990; o advento das novas tecnologias conectadas com as mudanças da morfologia e da estrutura urbana;¹⁵ o modelo de desenvolvimento urbano integrado a possíveis enfoques como eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental. A literatura passou a direcionar os estudos enfatizando as pessoas em detrimento dos meios de transporte em si, o que Miralles-Guasch (2002) considera uma alteração epistemológica: do transporte à mobilidade.

Atualmente, consoante Gutiérrez (2012), com os avanços significativos na Geografia Humana, tem-se um campo específico de observação das relações entre os sistemas de transporte e seus impactos no território, cujo novo paradigma remete, sobretudo, ao sujeito e suas mobilidades cotidianas, ou seja, aos recorrentes deslocamentos realizados pela população para aceder a bens e serviços em um dado espaço. Conquanto uma geografia dos transportes se interessa pelos sistemas de transporte e meios de deslocamentos (modelo de urbanização, lógica locacional, distribuição das atividades e serviços, suportes das funções citadinas), a mobilidade, por seu turno, com uma mirada humanizada, afina-se com o sujeito em suas locomoções. Ao considerar a satisfação das necessidades e desejos que motivam um deslocamento territorial de pessoas e bens, a literatura contemporânea enfatiza o cultural e o subjetivo (uma prática social no território), distinguindo transporte e mobilidade, mesmo que ambas possuam intrínseca interpenetração — sem transporte não há mobilidade, com a exceção do caminhar.

Movimentos e significados no território

Beneficiando-se dos aportes de outras ciências, como a Sociologia e a Antropologia, pode-se pensar agora mais em termos de “mobilidade” como uma *performance no território* (GUTIÉRREZ, 2009), em que a historicidade e o conflito se tornam primordiais:

[...] a literatura sobre mobilidade a partir da Geografia Humana é atualizada e avançada para uma revalorização dos estudos culturais.

15 Patinetes elétricos e bicicletas compartilhados com multiusuários (em sistemas dockless ou *station based*), aplicativos de transporte e *delivery* tornam-se realidade em diversas partes do mundo, incluindo o aparato tecnológico que possibilita o seu efetivo funcionamento.

No contexto da “redução da distância” e da conseqüente homogeneização cultural, salienta o particular, o múltiplo e o diverso, por oposição à tradicional ênfase no estrutural, no geral e no total (questões como a lógica econômica do capitalismo ou do Estado, por exemplo) (GUTIÉRREZ, 2012, p. 63, tradução nossa).

Mesmo com os recentes avanços conceituais, estudos em zonas afastadas dos grandes centros e, especificamente, em áreas rurais, continuam escassos. No caso do IFCE campus Quixadá, por sua localização periférica, há uma considerável dependência dos modais rodoviários, inclusive para moradores locais.

Em Quixadá, por exemplo, dos 2.029 alunos matriculados na UFC e no IFCE, 82% moravam na própria cidade ou em municípios fora da microrregião, o que indica um grupo de usuários que demandava alguma forma de mobilidade para se deslocar diariamente até os *campi*. Tais instalações, que se tornaram polos geradores de tráfego, encontram-se distantes da malha urbana adensada. No caso de Quixadá, os *campi* da UFC e do IFCE, praticamente vizinhos, distam 5,2 km da igreja matriz localizada no centro da cidade, em trecho acessível apenas por rodovia (MÁXIMO, 2020, p. 11).

É mister acrescentar que o campus se localiza em uma área federal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), cuja rota, de acesso único, finda no Açude Cedro. O status de área federal e a incrustação num campo de *inselbergs* impedem uma ocupação maior do solo. Segundo ressalta Máximo (*idem*, p. 10-11), os *campi* do IFCE e da UFC encontram-se fora do perímetro urbano, ditas como zona rural, não tendo havido estudos prévios de análise dos impactos para sua implantação.

À par das peculiaridades do IFCE Quixadá, deve-se considerar novas formas de pensar a relação entre território e cultura, a partir de abordagens calcadas na Geografia Cultural que podem, assim, ensejar a compreensão da sociedade quixadaense e circunvizinhanças. A reestruturação capitalista resultou em um conjunto de ações público-privadas na produção do espaço e das dinâmicas urbanas das cidades médias interioranas que, até início da década de 2000, mantinham dependência em relação às metrópoles estaduais. Assim, destacam-se os centros polarizadores, com atributos de aglomerados urbanos médios, fortalecendo o papel regional (HOLANDA; AMORA, 2011; OLIVEIRA; CALIXTO; SOARES, 2017). Nesse processo está a criação e implementação de Instituições de Ensino Superior que se incorporaram nessas

relações, produzindo novas dinâmicas, entre elas os fluxos de deslocamento de pessoas e bens, gerando a necessidade de leis e regulamentações próprias.

No Brasil, do ponto de vista jurídico, a Lei nº 12.587/12 instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), introduzindo normas e diretrizes para garantir a acessibilidade e mobilidade de pessoas e bens em áreas urbanas, inclusive com indicações para a realização de planos de mobilidade em cidades acima de 20 mil habitantes. Outra lei federal, nº 12.852/13, o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), também se refere ao direito ao território e à mobilidade para as juventudes. Portanto, há um contexto favorável aos estudos da natureza aqui proposto em espaços não metropolitanos, incorporando os obstáculos enfrentados pelas pequenas e médias cidades e sua hinterlândia.

Dentre os problemas apresentados por Quixadá-polo estão as (in)capacidades de absorção de um quantitativo de estudantes, bem como das diferentes movimentações — rotativos/pendulares/permanentes — que precisam de serviços elementares para nutrir essas redes e nós. Alguns desses aspectos não foram planejados e, portanto, tornaram-se inesperados. Na atualidade, os movimentos constituem-se em nova parte do cotidiano. Um sertanejo que não mais repousa às seis horas e descansa da labuta diária, como cantara Luiz Gonzaga¹⁶: a compressão espaço-tempo dita outros processos, pois a partir deste momento, começam as intensas atividades (sonoras e visuais) dos cursos noturnos.

As vias e nós da malha urbana/rural se ressignificaram, assim como os territórios e mobilidades campo/cidade. Mas aos olhares de quem? Possivelmente não apenas dos cidadãos quixadaenses, que veem e vivenciam o influxo feérico de modais, espectadores/usuários de novas mobilidades a um público específico: os *sujeitos em trajetória* (discentes) que se apropriam de Quixadá num vai e vem constate, compondo novas paisagens sertanejas.

Para tais sujeitos, as paragens, os modais, os trajetos poderiam ser, como considera Massey (2000), *lugares-encontros* de momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, de atividades espaciais, não estáticas, de interrelações que se constroem em variadas escalas de influências e movimentos. Além do mais, os trajetos e suas possibilidades práticas de decurso são bastante desiguais, conforme reflete Haesbaert (2017, p. 198-199):

16 Presente nos versos da música *Ave Maria Sertaneja*: “quando batem as seis horas, de joelhos sobre o chão, o sertanejo reza a sua oração” (RICARDO; OLIVEIRA, 1964). Entretanto, persiste a tradição do ressoar dos sinos eletrônicos no mesmo horário, evocando antigas tradições locais.

Temos hoje inúmeras opções de velocidade para atravessar ou conectar nossos territórios, todas vinculadas diretamente ao nosso **padrão socioeconômico, às nossas heranças culturais, ao local em que estamos e às próprias limitações de nosso corpo.** [...] É incrível como hoje em dia uma das formas mais importantes de se perceber a condição social — e o poder — de cada um é estudando a sua mobilidade e as opções na construção dessas “territorialidades móveis”. **As opções que fazemos também são um produto de nossa percepção de mundo no sentido cultural e biológico, da nossa condição étnica, de gênero, faixa etária, grau de deficiência física etc.** (grifos nossos).

Prosegue o autor afirmando que todos esses fatores tomam parte na decisão sobre os trajetos dos aqui denominados sujeitos em trajetória, resultando num jogo de territorialidades e lugares que se intercalam na realização do movimento, “interferindo em todas as esferas da nossa vida” (*Idem, ib.*).

Considerações finais: trajetos e trajetórias, práticas sociais no território

A reflexão geral iniciada com este projeto chegou à compreensão de que trajetos são locomoções no espaço, enquanto trajetórias são deslocamentos nos planos social e ontológico. Tal concepção apoia-se na proposta teórico-metodológica apresentada por Gutierrez (2012). No escopo de entendimento sobre trajetos e trajetórias, enquanto um conjunto conceitual indissociável, é necessário compreender a mudança de paradigma da Geografia dos Transportes para uma nova ênfase no sujeito, ora representado pelos estudantes em busca do IFCE. Mesmo com o recente destaque nas subjetividades, as questões de ordem material permanecem relevantes diante do encontro das pessoas com seus territórios: “a satisfação de necessidades passa pela chegada aos lugares; e a mobilidade ou a acessibilidade aos itinerários se explicam pela localização, seja das atividades, da residência e as funções urbanas que as articulam” (*idem*, p. 64, tradução nossa), que nos sertões cearenses também estão num contexto e escala urbano-rural.

Os trajetos podem ser explicados pela configuração material no território, tais como os deslocamentos estudantis conforme suas infraestruturas e modais próprios (ônibus, motocicletas, bicicletas, automóveis, paus de arara etc.), isto é, o modelo de urbanização, a organização regional e o modo de deslocamento

territorial, a distribuição das atividades e pessoas. A lógica de traslado, desse modo, atrela-se aos pontos contidos nessas redes ou tramas, podendo ser analisada também a partir da capacidade pessoal de ser móvel no espaço. É o que Hernandez (2012, p. 117, tradução nossa) chama de acessibilidade: “o nível de ajuste entre as estruturas de oportunidades de mobilidade e os recursos e bens com que as famílias precisam para tirar proveito”. Ou seja, o capital social vinculado com a capacidade de chegar em tais lugares. Pessoas de um dado município (Quixeramobim, por exemplo) podem apresentar diferentes potencialidades de viagem ao campus de Quixadá, seja em função de recursos financeiros, restrições de gênero e faixa etária, aptidões e limitações corporais, por exemplo. Tais injunções somam-se às possibilidades oferecidas pelo poder público (transporte público), família (apoio financeiro e de meios de transporte), infraestrutura de estradas, equipamentos públicos e privados, bem como configuração geográfica (áreas de relevo acidentado, existência de rios, açudes e assim por diante).

O núcleo da discussão finca-se na capacidade de as pessoas acessarem os lugares onde existam serviços e oportunidades ensejadas, no caso, pela formação universitária. Essa maior ou menor competência atrela-se à facilidade/opportunidade de deslocamentos, via modais de transporte. Como afirma Hernández (2012), para se pensar mobilidade e acessibilidade, deve-se considerar que tais condições não estão dadas; tampouco se constituem um atributo distribuído de forma equitativa. Isto é, “há pessoas que possuem maior possibilidade de deslocamentos que outras, há as que podem fazê-lo muito mais rápido que outras e há aquelas que podem deslocar-se para todas as partes” (*idem*, p. 120-121, tradução nossa).

Em acréscimo às contingências materiais e econômicas, a ótica da Geografia Cultural põe em relevo práticas sociais de mobilidade que transcendem simples viagens entre distintas localizações, advogando as diferentes regras, valores e interpretações envolvidas no fenômeno de transporte. Desse modo, são estimadas junto com as condições territoriais concretas a conjugação de propósitos, desejos, percepções e julgamentos dos trajetos envolvidos:

O encontro do sujeito social com seu espaço põe em jogo tanto materialidades (objetos, lugares) como questões interpessoais e imateriais (pautas de ação, códigos, valores, intenções etc.) e também ações, que carregam consigo ambas: uma exterioridade à corporeidade do sujeito em exercício e uma interioridade ao mesmo que o encoraja (LINDÓN, 2011, p. 198). As práticas, portanto, abrigam uma dupla condição — material e imaterial

— que acompanham a construção social do espaço, sua dotação de sentido e sua apropriação (GUTIÉRREZ, 2012, p. 64, tradução nossa).

Se os transportes são os vetores que realizam os deslocamentos, a mobilidade aponta para a compreensão do que é tratado por Gutierrez (2019) como performance no território. A noção remete ao conceito de espaço social, efetivamente produzido e organizado por dada sociedade em determinada situação de tempo e lugar. A ideia de performance embasa-se em duas premissas: a) como *prática*, implica a reiteração frequente de comportamentos individuais; b) enquanto *prática social*, resulta em condutas grupais que definem padrões, pautam modelos de acordo com as condições próprias de um contexto social, espacial e temporal. Os trajetos e trajetórias não se encerram com a chegada aos lugares. É o caso dos sujeitos em trajetória, cujos deslocamentos para o IFCE Quixadá exigem habilidades e estratégias de inserção nos sistemas de transportes estudantis.

Performances no território relacionam-se aos desafios logísticos que alteram e influenciam diretamente o espaço e o cotidiano não apenas da cidade (complexidade do fluxo de transporte que anteriormente não existia), como também do ensino-aprendizagem (sem ônibus, sem aula presencial: uma premissa irrevogável!¹⁷). No que tange aos alunos, são geradas diversas problemáticas: como são aproveitadas/desperdiçadas tantas horas nos trajetos? Influem quantitativamente na hora/aula e na evasão acadêmica? Constituem riscos físicos e psicológicos aos alunos? Aproximam e/ou promovem integração/segregação internamente? Revelam questões de gênero? Algumas dessas reflexões serão abordadas ao longo deste livro.

Abre-se uma plêiade de possibilidades ao exercício do que o olhar morfológico poderá revelar sobre novas espacialidades da cultura do semiárido, instigadas pelo tema da mobilidade estudantil intrarregional conexas a mudanças na sociedade.

17 A pesquisa iniciou-se no período anterior à pandemia de *coronavirus disease* 2019 (Covid-19), quando tal premissa era inquestionável. Porém, a partir de maio de 2020, novas estratégias de ensino remoto têm sido desenvolvidas em variados entes governamentais e pelo IFCE, mas que ultrapassam o escopo da presente análise.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude rural: ampliando as oportunidades. **Raízes da Terra**: parcerias para a construção de capital social no campo, Brasília, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2005. Disponível em: https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/juventude_rural_ampliando_oportunidades. Acesso em: 03 set. 2020.
- AGUIAR, Pinto de Aguiar. **Nordeste**: o drama das secas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- AMORIM, Caroline Domingos de. **Quixadá no sertão central cearense**. 2020. Mapa.
- BARROS, Francisco Hilángeno Vieira *et al.* Prevalência dos acidentes de motocicleta envolvendo os adolescentes de Quixadá. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Juazeiro do Norte, v. 12, n. 42, p. 511-524, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1454>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 4 jan. 2012.
- BRASIL. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 6 ago. 2013.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Mapas**. 2017. Disponível em <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 14 out. 2020.
- CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará — Ipece. **Ceará em Mapas — caracterização territorial**. 2007. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará — Ipece. **As regiões de planejamento do Estado do Ceará**. Fortaleza: Ipece, 2015.
- CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará — Ipece. **Base cartográfica digital**. 2019. Disponível em <https://www.ipece.ce.gov.br/base-cartografica-digital/>. Acesso em: 14 out. 2020.
- CERDEIRA, Denilson de Queiroz. Perfil clínico-epidemiológico das vítimas de fratura por acidente motociclístico atendidas pela fisioterapia no

sertão central do Ceará. **Fisioterapia Brasil**, São Paulo, v. 12, n. 6, p. 438-441, 2011. Disponível em <http://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapia brasil/article/view/955>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CORRÊA, **Roberto** Lobato. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 08, p. 121-129, 2000. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_5_lobato.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

COSTA. João Eudes. **Retalhos da história de Quixadá**. Fortaleza: Editora ABC, 2002.

DOULA, Sheila Maria. Temporalidades híbridas entre jovens rurais da Zona da Mata de Minas Gerais. **Ponto-e-vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 17, p. 336-350, 2015. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/25426>. Acesso em: 08 jun. 2020.

FRANÇA, Iara Soares de. Cidade e região: deslocamentos para estudo e trabalho direcionados a cidade média de Montes Claros no norte de Minas Gerais. *In: Cidades médias e região*. OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 221-244, 2017.

GUITERREZ, Andrea. Movilidad o inmovilidad: ¿que es la movilidad? Aprendiendo a delimitar los deseos. *In: XV CONGRESO LATINOAMERICANO DE TRANSPORTE PÚBLICO Y URBANO. Anais....* Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/ptt/GutierrezClatpu09b.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

GUITERREZ, Andrea. ¿Qué es la movilidad? Elementos para (re) construir las definiciones básicas del campo del transporte. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 21, n. 2, p. 61-74, jul. dic, 2012. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/748/74826255011.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Por amor aos lugares**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

HAIASHIDA, Keila Andrade. Centro regional de convergência e irradiação da educação superior (1983-2013). **Revista GeoUece**, Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 314-316, 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/?journal=geoucece&page=article&op=view&path%5B%5D=892>. Acesso em: 30 maio 2020.

HOLANDA, Virgínia Celia Cavalcante; AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias do Ceará, estado do Nordeste do Brasil e suas dinâmicas contemporâneas. *In: Revista Geográfica de América Central*, número especial EGAL,

Costa Rica, p. 1-13, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2279>. Acesso em: 6 maio 2020.

HERNÁNDEZ, Diego. Activos y estructuras de oportunidades de movilidad. Una propuesta analítica para el estudio de la accesibilidad por transporte público, el bienestar y la equidad. **EURE**, Santiago de Chile, v. 38, n. 115, p. 117-135, set. 2012. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v38n115/art06.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 176-186, 2000.

MÁXIMO, Francisco Rérisson Carvalho Correia. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. **Revista Brasileira Gestão Urbana**. Curitiba, v. 12, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692020000100207&script=sci_arttext. Acesso em: 23 abr. 2020.

MENEZES, Priscila Karoline. O jovem do campo: uma faceta da(s) juventude(s) contemporâneas no estado de Goiás. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 170-200, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/18108>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MIRALLES-GUASCH, Carme (2002). El binomio imperfecto. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 21, n. 2, p. 189-190, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5001901.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PAULINO, Regis da Cruz; GOMES, Vaneicia dos Santos; SILVEIRA, Andréa Pereira. Flora de inselbergues do Monumento Natural Monólitos de Quixadá, no sertão central do Ceará. **Iheringia**, Porto Alegre, v. 2, n. 73, p. 182-190, 2018. Disponível em <https://isb.emnuvens.com.br/iheringia/article/view/450/445>. Acesso em: 23 maio 2020.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Caracterização das atividades terciárias no centro urbano de Quixadá-CE. **Boletim gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 168-184, jan. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/42621>. Acesso em: 29 maio 2020.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. O centro urbano de Quixadá. In: V CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 2010, Maceió. **Anais...** Maceió, v. 1, p. 1-07, 2010.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Quixadá: da região ao centro urbano. In: SILVA, Lucas da; PEREIRA, Alexandre Queiroz; AMARAL, Eduardo Lúcio Gui-

Iherme (Org.). **Sertão Central Cearense: turismo, meio ambiente e desenvolvimento regional**. Recife: Imprima, p. 45-67, 2016.

RICARDO, Jorge; OLIVEIRA, Osvaldo de. Ave Maria sertaneja. Intérprete: Luiz Gonzaga. In: **LUIZ GONZAGA, O SANFONEIRO DO POVO DE DEUS**. São Paulo: BMG, p1998. 1 CD. Faixa 3.

ROCHA, Márcio Mendes. **Espacialidade das mobilidades humanas: um olhar para o Norte Central Paranaense**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — USP. São Paulo: 1998.

SILVA, Paul Nobre *et al.* Estudo espacial da mortalidade por acidentes de motocicleta em Pernambuco. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 409-415, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000200020. Acesso em: 28 jul. 2020.

SOUZA, Ana Janielli de. **Acidentes de moto: perfil epidemiológico de vítimas em uma cidade no interior cearense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Enfermagem) — Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2014.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400789&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2020.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

2. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do Ensino Federal em cidades não metropolitanas no Ceará¹

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo²

Introdução

A recente expansão do ensino federal superior e técnico, que caracteriza as políticas educacionais em nível nacional a partir da virada do século XXI, se fundamenta em um duplo processo de democratização e interiorização. Ao mesmo tempo que o ingresso e a permanência em universidades e institutos federais se tornaram cada vez mais democráticos com a ampliação de vagas, a implementação de cotas sociais e raciais e o fortalecimento das ações de assistência estudantil, também se observou a interiorização daquelas modalidades de ensino, a partir da instalação de novos *campi* universitários, sobretudo em cidades não metropolitanas de pequeno e médio porte. Dois marcos importantes desse processo são a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e a constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

1 Texto originalmente publicado na Revista Brasileira de Gestão Urbana (MÁXIMO, 2020).

2 Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE campus Quixadá; rerisson.maximo@ifce.edu.br.



Tecnológica, que permitiram a expansão e a interiorização de universidades e institutos federais.

Tal processo possibilitou ao setor público recuperar certo protagonismo no atendimento da demanda por aquelas modalidades de ensino no Brasil, ainda que tenha havido um incremento mais significativo no ensino superior privado.³ Ao mesmo tempo, representou impactos territoriais significativos nas cidades, principalmente aquelas não metropolitanas, na medida em que tais empreendimentos estão associados a mudanças na dinâmica e na estrutura intraurbana daquelas cidades. Por causa da instalação desses novos complexos educacionais dos mais diversos portes, localizados, principalmente, em municípios pequenos e médios, ocorre o aumento da demanda por mobilidade urbana, em razão do necessário deslocamento para os *campi*, geralmente localizados em áreas distantes da malha urbana adensada; e o incremento do mercado imobiliário local, com a construção de novas edificações residenciais voltadas para a locação, sobretudo para estudantes. Ocorre ainda uma maior dinamização do comércio e dos serviços locais, com atividades voltadas a esse novo público. Além disso, a flexibilização da legislação urbanística, com a ampliação do perímetro urbano e a inclusão desses novos *campi* em áreas anteriormente consideradas rurais, contribui, inclusive, para a implantação de novos loteamentos e condomínios residenciais.

Diante dessa conjuntura, este texto apresenta e discute aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal em municípios cearenses não metropolitanos. Argumenta que a implantação desses novos *campi* está associada, para além de um maior dinamismo econômico, a impactos na dinâmica e na estrutura intraurbana dessas cidades. Como recursos metodológicos, recorreu-se a trabalhos sobre o processo de expansão do ensino federal, documentos oficiais e trabalhos de campo. Como estudos de caso, foram selecionados os municípios cearenses não metropolitanos de Quixadá e Crateús, por possuírem porte populacional característico daqueles que passaram a abrigar novos *campi* universitários, além do fato de serem os únicos no Ceará que contam com um novo campus de uma universidade

3 O ensino superior privado no Brasil também passou por intenso processo de expansão, quantitativamente superior ao apresentado pelo ensino federal. Se, em 1997, existiam 689 instituições particulares de ensino superior no Brasil, esse número chegou a 2.111 no ano de 2016, segundo dados das Sinopses Estatísticas da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Neste texto, será abordada apenas a expansão do ensino federal, opção explicada por dois motivos. Primeiro, pela expansão do ensino federal ter ocorrido sobretudo em municípios não metropolitanos, reforçando o processo de interiorização, conforme indicado para a realidade cearense. Segundo, pelo escopo pretendido de relacionar políticas educacionais e urbanas, atribuições diretamente associadas ao Estado. Pereira; Brito (2018) e Canziani *et al.* (2018) são alguns dos trabalhos que abordam a expansão do ensino superior privado.

federal e um novo campus de um instituto federal. Tal condição permite uma certa aproximação entre a realidade dessas duas cidades, ao mesmo tempo que as tornam emblemáticas no fenômeno que se pretende discutir.

O texto está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, intitulada *Rumo ao interior: a expansão do ensino federal*, são apresentados alguns aspectos gerais que situam e caracterizam o processo recente de expansão do ensino federal, sobretudo por meio de novos *campi* de universidades federais (UFs) e de Institutos Federais (IFs) implantados em cidades não metropolitanas. Chamada *Expansão do ensino federal no Ceará*, a segunda seção busca um recorte territorial mais específico, sendo mostrados aspectos sobre o processo de implantação de novos *campi* universitários no território cearense, principalmente nas cidades não metropolitanas. *A dimensão territorial da expansão educacional* constitui a terceira seção do artigo, em que são discutidos, de maneira mais aproximada, alguns dos impactos que a implantação e o funcionamento desses novos *campi* causaram na estrutura e na dinâmica intraurbana de cidades, a partir dos estudos de caso em Quixadá e Crateús. Por fim, são apresentadas *Algumas notas finais* sobre os efeitos territoriais de políticas educacionais pela recente expansão e interiorização do ensino federal.

Rumo ao interior: a expansão do ensino federal

Historicamente, o acesso às instituições federais de ensino ocorreu de forma bastante restrita, com recortes territoriais e de renda. Segundo Corbucci (2014, p. 7), isso poderia ser explicado “[...] pela implantação tardia de cursos superiores no país, mas também pela natureza e abrangência das políticas e ações voltadas à reversão ou mitigação desta situação”. Os dados censitários ajudam a reforçar esse argumento. Em 2000, segundo dados do censo demográfico do IBGE (2000), apenas 6,8% da população brasileira com idade igual ou superior a 25 anos possuía ensino superior. Dados publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) referentes ao ano de 2009 apontam que apenas 11 em cada 100 brasileiros entre 25 e 64 anos possuíam ensino superior completo, ao passo que esse número seria, em média, de 31% nos países-membros daquela organização (OCDE, 2012). Dados de 2010 indicam que apenas 12% dos brasileiros com idade entre 25 e 64 anos completaram algum tipo de educação superior (IBGE, 2010). Tais

números, ao mesmo tempo que mostram uma recente curva ascendente do percentual de brasileiros com diploma universitário, também revelam sua reduzida ordem de grandeza, quando comparado com o universo da população nacional. Cenário semelhante, predominantemente restritivo, ocorre com o acesso ao ensino técnico e tecnológico.

Ademais, estudos também apontam que melhores condições socioeconômicas, em particular a renda, são um fator de alta correlação com o acesso ao ensino superior. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), 41% dos alunos vinham de famílias com renda bruta inferior a três salários mínimos (Andifes, 2011), números maiores nas regiões Nordeste e Norte por causa das grandes disparidades regionais. Comparando tais valores com os dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), que apontam um percentual de 56% de famílias com renda inferior a três salários mínimos, observa-se leve superioridade do indicador renda bruta familiar dos estudantes universitários em relação ao universo populacional brasileiro, apesar dos avanços (ou mesmo por conta deles) observados ao final da primeira década do século XXI.

Para além dos aspectos socioeconômicos, o acesso restrito ao ensino federal também tem uma dimensão territorial. Historicamente, houve uma concentração regional de universidades e escolas técnicas federais — implantadas, sobretudo, em capitais, regiões metropolitanas e grandes centros regionais, geralmente aqueles lugares com maior dinamismo econômico⁴, pelo menos até o começo do século XXI. Antes de 2003, existiam 140 *campi* de escolas técnicas federais e 148 *campi* de universidades federais, localizados em apenas 184 dos mais de 5.507 municípios existentes naquele momento.⁵ No caso da população interiorana, isso contribuiu para elevar o caráter restritivo do acesso à formação superior e à qualificação profissional para as camadas sociais de maior renda daqueles municípios, grupo que conforma uma elite possuidora de maiores condições para se deslocar para outras cidades onde os *campi* de universidades e escolas técnicas federais foram majoritariamente implantados até então.

Contudo, esse quadro sofreu alterações significativas diante de políticas públicas no setor educacional, implantadas a partir da primeira década des-

4 Até 2003, os *campi* de universidades federais haviam sido implantados, em sua maioria, em capitais, regiões metropolitanas e centros regionais. Já os *campi* de escolas técnicas federais estavam presentes em uma maior diversidade de categorias de cidades, inclusive em municípios de pequeno e médio porte, como ocorreu com as escolas agrótécnicas.

5 Dados obtidos no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC.

te século pelo governo federal. Ocorreram mudanças importantes, principalmente, no âmbito da educação superior e do ensino técnico e tecnológico. Tais mudanças estão associadas aos já referidos processos de democratização e interiorização que caracterizam a recente expansão do ensino federal. A partir de meados da primeira década do século XXI, já no governo Lula, implantaram-se políticas e programas que, quando comparados às ações de reestruturação da educação empreendida no governo anterior, ora tenderam à continuidade — como o Programa Universidade para Todos (ProUni), de 2005, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de 2010 — ora tenderam a inovações. Entre estas se destacam, em sequência temporal, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), de 2006; a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), de 2007; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, subsidiado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), no mesmo ano, e pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de 2010. Destaca-se, ainda, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de 2011. Para o escopo pretendido para este artigo, serão abordadas, especificamente, a constituição da RFEPCT e a implementação do Reuni.

Expansão do ensino superior federal

Instituído pelo Decreto Federal nº 6.096/2007, o Reuni é o principal marco do movimento recente de expansão da educação superior federal no Brasil. Com o objetivo de ampliar e interiorizar as universidades públicas federais e também atender aos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2001-2010 (BRASIL, 2001), essa política pública foi uma das principais ações voltadas para o ensino superior no período. Sua implantação foi cercada por duas grandes discussões, de certa forma polarizadas: primeiro, ocasionaria a precarização do trabalho docente e a mercantilização do ensino; segundo, proporcionaria a interiorização e a democratização do acesso, levando o setor público a recuperar o protagonismo no atendimento da demanda por ensino superior no Brasil (MOTA SOBRINHO, 2016). Consistiu em uma série de investimentos destinados à expansão do acesso ao ensino superior gratuito, ao ingresso de estudantes de camadas populares, ao combate à evasão, à ocupação de vagas ociosas, à criação de cursos noturnos e à interiorização do ensino superior federal pelo país (BRASIL, 2007a; LIMA, 2011).

Esse recente processo de expansão das universidades federais — cujo marco inicial é a criação do Reuni, em 2007, que prosseguiu até 2012, mas ainda apresenta ações pontuais que se estendem até a atualidade — pode ser classificado em três ciclos: reestruturação, interiorização, integração e internacionalização (BRASIL, 2014). O ciclo de reestruturação se caracteriza pela expansão a partir das universidades e *campi* existentes, com a ampliação de vagas associadas ao incremento da infraestrutura e do quantitativo de docentes. A interiorização se dá com a implantação dos novos complexos educacionais, vinculados às universidades existentes ou implantados a partir de novas universidades, que também passaram a contar com alguns *campi* existentes, mas desmembrados de outras universidades. Nesse mesmo processo, ocorre a integração e a internacionalização, com a implantação de universidades multicampi, alguns inclusive em diferentes Estados, com propostas acadêmicas voltadas à integração regional ou internacional (BRASIL, 2014). Na prática, é o somatório desses dois últimos ciclos que caracteriza a ideia de interiorização, especificamente no que se refere às universidades federais.

O número de cursos superiores em universidades federais, que vinha apresentando tímido aumento até o começo dos anos 2000, ganhou um salto significativo a partir de 2007, indo de 2.450 cursos de graduação em 2004 para 5.879 em 2014. Esse aumento de quase 140% em menos de uma década significou, conseqüentemente, o aumento do número de vagas. Se, em 2008, havia 643.101 estudantes matriculados, em 2014 esse número já somava 1.083.586, um crescimento de quase 70% da população universitária federal em apenas seis anos (BRASIL, 2012, 2014). Essa expansão proporcionou um aumento significativo das matrículas em universidades federais, distanciando-se do tradicional modelo de oferta de vagas em capitais, regiões metropolitanas e grandes centros regionais.⁶ De 2003 a 2014, houve um salto de 45 para 63 universidades federais, o que trouxe também um expressivo crescimento na quantidade de *campi* no interior do país. Em 2003, existiam 148 *campi* de universidades federais, ao passo que, em 2014, esse número passou para 321.⁷ O resultado dessa interiorização do ensino superior federal foi a elevação acentuada do número de municípios diretamente atendidos por universidades federais, a partir da construção dos novos *campi* e a conseqüente oferta ampliada de cursos de graduação e demais serviços acadêmicos universitários. Se, em 2003, apenas 114 municípios possuíam campus universitário, esse número se elevou, em 2014, para 289 municípios.⁸

6 Dados coletados nos *campi* da UFC nas cidades cearenses de Crateús e Quixadá indicam, inclusive, que há uma inversão no movimento interior-capital por parte dos estudantes do ensino superior federal.

7 Dados obtidos no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC.

8 Dados sobre cursos e matrículas obtidos de Inep (2014a, 2014b) e dados sobre *campi*, universidades e municípios obtidos no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC.

Expansão da educação profissional, científica e tecnológica

Concomitante ao ciclo de expansão do ensino superior federal, tem-se a expansão do ensino técnico e tecnológico por meio dos institutos federais. Esse processo está inserido em um contexto mais amplo de reestruturação da rede de educação profissional, iniciado com o Decreto Federal nº 6.095/2007, que buscava alterar a conformação daquela rede, de maneira a instituir uma nova arquitetura organizacional. É esse o marco legal que estabeleceu as diretrizes para o processo de integração das diversas instituições federais de educação tecnológica para sua transformação em institutos federais (BRASIL, 2007b).

Em 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou apenas Institutos Federais (IFs), reunindo escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas federais, escolas técnicas vinculadas a universidades federais e centros federais de educação tecnológica. Conforme aquela legislação, os IFs seriam instituições com estrutura diferenciada, verticalizada, de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

O novo modelo institucional apresentava-se como uma política pública comprometida com “[...] o desenvolvimento científico e tecnológico associado ao desenvolvimento econômico, político e social numa perspectiva progressista” (PACHECO, 2010, p. 17). Para Pacheco (2010, p. 14), o papel dos IFs seria o de “[...] garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil”. O processo de expansão da educação profissional cumpriu papel importante ao ampliar o acesso à escolarização em nível profissionalizante, mas também no ensino técnico e tecnológico. Para além, os IFs também contribuíram para a expansão do ensino superior, tanto de bacharelados quanto de licenciaturas, seguindo a obrigatoriedade imposta pelos documentos institucionais que regulamentam o seu funcionamento.

Inicialmente, foram criados 38 IFs a partir da adesão de 75 instituições, dentre todas as 102 que poderiam optar, em um processo que aglutinou *campi* e instituições em determinados IFs.⁹ Esses institutos foram compostos de todas

9 Como ocorreu com o IFCE, que incorporou dois *campi* de escolas agrotécnicas das cidades cearense de Cedro e Iguatu.

as 36 escolas agrotécnicas federais, de 31 dos 33 centros federais de educação tecnológica em funcionamento e de oito das 32 escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Além dessas unidades, a RFEPCT é formada ainda por instituições federais que não aderiram ao formato de IFs, mas que também oferecem educação profissional em diferentes níveis. São dois centros federais de educação tecnológica, 25 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, o Colégio Pedro II e uma universidade tecnológica federal (BRASIL, 2009).

No processo de constituição daquela rede, foi elaborado o plano de expansão da RFEPCT, dividido em três fases temporalmente sequenciais: Fase 1 (2005-2007), Fase 2 (2007-2010) e Fase 3 (2011-2014), esta última com ações pontuais que ainda ocorrem na atualidade. Na primeira fase, foi anunciada a construção de 64 *campi* de IFs. O governo federal tinha como propósito implantar as chamadas escolas técnicas nos estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras unidades que seriam localizadas, de preferência, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes das capitais e dos centros urbanos mais ricos (BRASIL, 2008). Pode-se observar que esses critérios estavam diretamente ligados às estratégias de desenvolvimento territorial.

Tendo como *slogan* “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, a segunda fase da expansão da RFEPCT previa a instalação de 150 novas unidades de ensino que atingiriam o total de 214. Conforme dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, a definição das cidades-polo que receberiam campus de Instituto Federal se daria a partir de critérios objetivos, tais como: distribuição territorial equilibrada das novas unidades, cobertura do maior número possível de mesorregiões, sintonia com os arranjos produtivos locais e aproveitamento de infraestruturas físicas existentes. Nesse momento, foram contabilizadas 214 novas unidades de ensino, que, somadas às 140 escolas técnicas já existentes, atingiriam o número de 354 (BRASIL, 2011). Em 2011, foi anunciada a terceira fase, sendo projetada, para o primeiro ano, a implantação de 86 novos *campi* de IFs, dos quais 46 eram remanescentes da Fase 2. Havia ainda a previsão de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do Plano Nacional de Educação que estava em elaboração¹⁰, o que levaria a RFEPCT à configuração de 1.000 unidades até o final da segunda década do século XXI (BRASIL, 2011).

Um aspecto importante e inovador foi a utilização de parâmetros técnicos em detrimento de critérios políticos para a definição dos municípios onde se-

10 O novo Plano Nacional de Educação referente ao decênio 2011-2020, previsto para ser aprovado em 2011 e que substituiria o anterior, começou a vigorar apenas em 2014.

riam instaladas as novas unidades, em movimento contrário ao que geralmente era observado na implementação de políticas públicas territorializáveis (PACHECO, 2010). Por se pautar em objetivos bem definidos, como a elevação da oferta de matrículas, a interiorização da rede e a implantação de instituições em locais antes não beneficiados, essa expansão demandou metodologia que pudesse contribuir para identificar as mesorregiões e as cidades-polo que receberiam novos *campi*. Para tanto, foram utilizados estudos e dados estatísticos de instituições nacionalmente reconhecidas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O resultado foi a tendência à interiorização dos IFs. De acordo com um relatório de abrangência nacional de um dos principais órgãos de controle da administração pública (TCU, 2012), até 2012, cerca de 85% dos *campi* dos IFs estavam localizados fora das capitais. Outro dado que reforça essa constatação é que, dos mais de 300 *campi* existentes naquele ano, 176 estavam localizados em municípios com menos de 50 mil habitantes; e destes, 45 foram implantados em municípios com população inferior a 20 mil moradores. O relatório do TCU considera que a expansão da RFEPCT teve duas direções principais: ampliação do número de vagas e infraestrutura das escolas preexistentes com a construção de novos *campi* nas regiões metropolitanas, mas também a interiorização dos IFs, visando ocupar os lugares de maior carência socioeconômica (TCU, 2012, p. 8).

A expansão do ensino federal no Ceará

No Estado do Ceará, é possível observar a materialização desse processo de expansão das instituições federais de ensino descrito anteriormente. Se, até o começo do século XXI, o ensino federal estava presente em apenas sete municípios do estado, essa realidade se alterou consideravelmente nos anos seguintes, com um incremento significativo no número de complexos educacionais espalhados pelo interior. Antes do recente processo de expansão, o ensino federal em território cearense era oferecido em cinco *campi* da Universidade Federal do Ceará (UFC) — dos quais três estavam localizados na capital —,

três *campi* da então Escola Técnica Federal do Ceará (que depois se tornou Cefet-CE e, atualmente, IFCE) e dois *campi* de escolas agrotécnicas federais.¹¹

A partir de 2007, quando foi iniciada a implantação de novos complexos educacionais de universidades e institutos federais pelo país, foram construídos 39 novos *campi* em 34 municípios cearenses, dos quais 31 passaram a contar, pela primeira vez, com um complexo educacional de ensino federal. Desse total de novos *campi*, 22 ficavam em municípios com mais de 50 mil habitantes, dos quais 16 foram implantados em municípios não metropolitanos, recorte territorial das análises aqui realizadas.

Quadro 1 - Municípios cearenses não metropolitanos com população superior a 50 mil hab. em 2010

Município	População (2018)	População (2010)	<i>Campus</i> IF	<i>Campus</i> UF
Acaraú	62557	57340	sim	-
Acopiara	53931	51117	sim	-
Aracati	74084	68881	sim	-
Boa Viagem	54440	52263	sim	-
Camocim	63408	60025	sim	-
Canindé	78049	74308	sim	-
Crateús	74982	72687	sim	sim
Granja	54729	52572	-	-
Icó	67972	65405	-	sim
Iguatu	103255	96432	sim	-
Itaipoca	128135	115637	sim	-
Limoeiro do Norte	59278	56166	sim	-
Morada Nova	62069	61941	sim	-
Quixadá	87116	80270	sim	sim
Quixeramobim	79081	71500	-	-
Russas	76884	69592	-	sim
Tauá	58517	55631	sim	-
Tianguá	75140	68688	sim	-
Trairi	55535	51233	-	-
Viçosa do Ceará	60355	54929	sim	-

Fonte: Elaborado a partir de dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), da Estimativa Populacional de 2018 publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Educação (MEC).

¹¹ Os municípios cearenses não metropolitanos com população superior a 50 mil habitantes em 2000, com indicação da presença de *campus* de instituições de ensino superior de Ceará de Iguatu, com escolas agrotécnicas; de Sobral e de Barbalha, com *campi* da UFC; de Iguatu e de Crato, com escolas agrotécnicas; e de Sobral e de Barbalha, com *campi* da UFC.

ção federal de ensino, podem ser vistos no Quadro 1. Do total de 21 municípios naquelas condições, apenas três não possuíam um campus de instituto ou universidade federal. Além disso, dois deles apresentam simultaneamente um campus de cada uma dessas instituições: Crateús e Quixadá, exatamente os municípios escolhidos para as análises aqui realizadas. Atualmente, o ensino federal está presente em 38 cidades, o que representa um quinto dos municípios cearenses, com um total de 49 *campi* das quatro instituições federais de ensino presentes no estado: a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Cariri (UFCA), a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e o Instituto Federal do Ceará (IFCE).

Ensino superior e as universidades federais

A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi a primeira universidade do estado, criada apenas em 1957. Havia outras instituições de ensino superior desde meados do século XIX, mas concentradas na capital. Foi também na década de 1950 que teve início um pontual processo de interiorização do ensino superior, com cursos ofertados por instituições católicas no Crato. Posteriormente, nos anos 1960, o ensino superior chegou a Sobral e, na década de 1970, a Limoeiro do Norte (SANTOS, 2015). Tais instituições depois foram transformadas em universidades estaduais, demonstrando o papel que o governo local assumiu na interiorização do ensino superior. Foi a partir desse processo que surgiram a Universidade Estadual do Ceará (UECE) — com sede em Fortaleza, mas com outras unidades em alguns municípios do interior —, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade Regional do Cariri (Urca).

A interiorização efetiva via governo federal só se iniciou na década de 2000. Antes mesmo do Reuni, a UFC — então única universidade federal no território cearense — começou um processo de interiorização com a implantação dos *campi* de Sobral e Barbalha, em 2001. Em 2008, já como reflexo do processo de expansão decorrente do Reuni, foi criado o campus de Juazeiro do Norte e foram iniciadas as obras do campus do Crato. As três cidades passariam a compor o campus Cariri da UFC. Em 2010, foi inaugurado o campus de Quixadá da UFC, em um segundo movimento de expansão, já pelo Reuni, da maior universidade federal do estado. Também em 2010, a partir da Lei Federal nº 12.289, foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira (Unilab), com sede em Redenção, mas com outros *campi* em Acarape, cidade vizinha, e São Francisco do Conde, na Bahia.

Em 2013, por meio da Lei Federal nº 12.826, foi criada a Universidade Federal do Cariri (UFCA), por desmembramento do campus Cariri da UFC que aglutinava unidades em Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato. Estes passaram a integrar a UFCA, além da criação dos *campi* de Icó e de Brejo Santo. Em 2014, foram implantados mais dois *campi* da UFC no interior: um na cidade de Russas e outro na cidade de Crateús. Atualmente, está em construção outro campus da UFC em Itapajé. Como suas atividades ainda não foram iniciadas, optou-se por não incluir esta unidade no presente estudo. Cabe mencionar que outras cidades cearenses também possuem campus de instituições públicas estaduais de educação superior.

No caso cearense, a expansão do ensino superior federal pode ser classificada em três processos distintos. Houve a implantação de novos *campi* relacionados ao projeto de expansão de uma universidade existente, como os *campi* de Quixadá, Russas e Crateús, pertencentes à UFC. Ocorreu também a implantação de novos *campi* de uma universidade completamente nova, a Unilab, nos municípios limítrofes de Redenção e Acarape. E deu-se ainda a implantação de *campi* criados a partir do desmembramento de outros pertencentes à universidade já existente, aos quais foram adicionados outros *campi* em cidades próximas que passaram a compor uma nova instituição, como aconteceu com a UFCA, cujos *campi* de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato, anteriormente pertencentes à UFC, foram cedidos à UFCA.

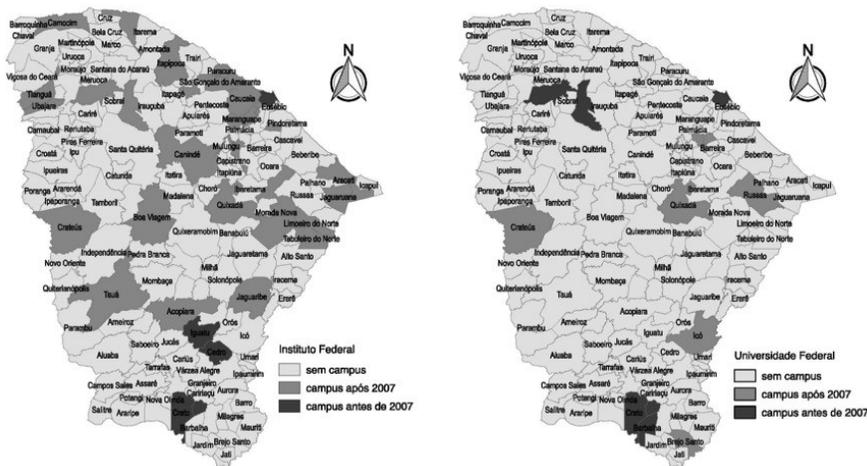
Com o Reuni, foram construídos 11 novos *campi* de universidades federais no Ceará: três da UFC, três da Unilab e cinco da UFCA. Isso permitiu uma significativa interiorização do ensino superior federal, já que até 2003 a UFC era a única instituição federal de ensino superior e possuía *campi* apenas na capital; daí, inclusive, a importância das universidades estaduais. Com aqueles novos *campi*, as universidades federais passaram a estar presentes em oito das 14 atuais macrorregiões estaduais, mas apenas em nove das 33 microrregiões cearenses definidas pelo IBGE. Atualmente, o ensino superior federal, através de universidades, está presente em 12 dos 184 municípios cearenses. Do total de 14 *campi* universitários, 11 estão localizados em cidades com mais de 50 mil habitantes e apenas quatro foram implantados em cidades não metropolitanas.

Ensino técnico e tecnológico e os institutos federais

Até 2003, o Ceará contava com cinco *campi* de instituições federais de ensino técnico. Com sede em Fortaleza, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, instituído ainda em meados dos anos 1990 a partir da antiga Escola Técnica Federal do Ceará, possuía também unidades em Juazeiro do Norte e Cedro, que, somadas às escolas agrotécnicas de Crato e de Iguatu, constituíam as unidades de ensino técnico federal no Estado. Em 2008, foi criado o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), integrante da RFEPC. Esse ano foi o marco temporal do processo de expansão do ensino técnico e tecnológico rumo ao interior do estado.

Seguindo a estratégia adotada no processo de expansão da RFEPC, de abranger todas as mesorregiões brasileiras com no mínimo um campus, o IFCE elevou a sua capilaridade, acompanhando as três fases de expansão dos IFs. O IFCE nasceu com nove *campi*: além dos cinco já citados, foram implantados os *campi* de Quixadá, Maracanaú, Sobral e Limoeiro do Norte. Com a segunda fase, que decorreu até o ano de 2010, foram implementadas mais 12 unidades e o IFCE passou a contar com 21 *campi*. A terceira fase da expansão, entre 2014 e 2016, mas que ainda ocorre atualmente, ampliou esse quantitativo para 34 *campi*. A distribuição atual dos *campi* do IFCE pode ser vista na figura 1.

Figura 1: Localização dos *campi* do instituto e das universidades federais no Ceará, por período de implantação.



Fonte: Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE (2010) e dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Educação (MEC)

Se, até o começo do século XXI, o ensino técnico federal estava restrito a apenas cinco municípios localizados em apenas duas macrorregiões do Estado; com a criação do IFCE em 2008 e a ampliação do número de *campi*

para nove, essa modalidade de ensino tornou-se presente em sete das oito macrorregiões de então. A partir de 2010, o instituto passou a estar presente em todas as macrorregiões estaduais. Situação semelhante ocorre se observada a distribuição histórica dos *campi* pelas microrregiões estaduais. Se, até 2007, o ensino técnico federal estava presente em apenas três das 33 microrregiões do Estado; com a criação do IFCE em 2008 esse número passou a abranger 20 daquelas unidades de planejamento. Atualmente, o IFCE possui 36 *campi* localizados em 32 municípios. A localização dos novos *campi* seguiu, em regra, a diretriz geral de expansão da rede. Do total de 29 novos complexos educacionais implantados a partir de 2008, 20 deles estão em municípios com população superior a 50 mil habitantes.

A dimensão territorial da expansão educacional

Conforme já apontado, a recente expansão do ensino federal, por meio de sua democratização e interiorização, apresenta uma dimensão territorial que tem sido menos abordada nos estudos que tratam desse processo. Esta seção busca inserir elementos dessa dimensão, tentando discutir alguns dos aspectos que permitam relacionar políticas educacionais e efeitos territoriais. Para tanto, recorreu-se a estudos de caso das cidades cearenses não metropolitanas de Quixadá e Crateús, ambas com um novo campus da UFC e do IFCE, com população entre 50 mil e 100 mil habitantes. Portanto, representativas do universo de municípios diretamente impactados nesse processo de expansão.

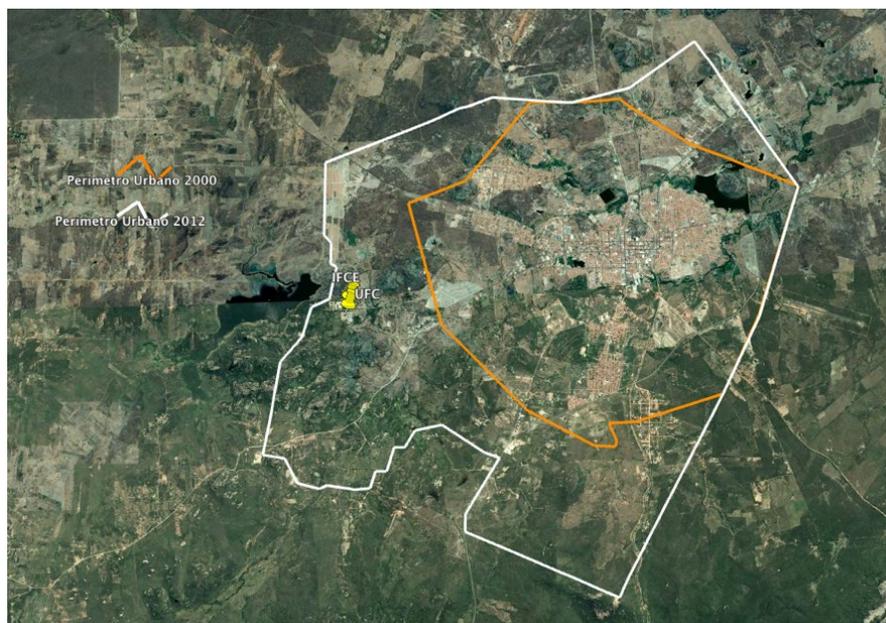
Apesar de não trazer aqui todos os efeitos associados à implantação de novos *campi* de UFs e de IFs, optou-se pela seleção daqueles que puderam ser observados empiricamente, representando, assim, uma leitura inicial, de forma a contribuir para o debate sobre o tema. Dessa forma, serão discutidos como processos relacionados à implantação dos novos complexos educacionais que interferiram na dinâmica e na estrutura intraurbana daquelas cidades: a flexibilização da legislação urbanística, o aumento da demanda por mobilidade urbana, a dinamização do mercado imobiliário local e o incremento dos setores de comércio e serviços.

A flexibilização da legislação urbanística

Os novos *campi* universitários de universidades federais e do instituto federal implantados no Ceará no processo de expansão do ensino federal referidos neste texto apresentam uma lógica que predomina no que se refere a sua localização. Apesar de ocorrerem variações quanto à origem do terreno ou da edificação que passaram a ser ocupados pelos equipamentos educacionais ou quanto ao porte dos *campi*, predomina a localização periférica dos *campi* nas cidades que receberam tais instituições. Apenas casos pontuais diferem dessa situação, com a grande maioria dos novos *campi* situando-se distante da malha urbana adensada, por vezes no limite do perímetro urbano ou até mesmo externos a ele.

Essa localização periférica pode ser explicada por algumas razões, relacionadas com a origem das terras que passaram a ser ocupadas pelas universidades e pelo instituto. Exceção dos *campi* que ocuparam edificações existentes, já inseridas na malha urbana adensada, os terrenos tinham origem estatal, cedidos por um dos três entes federativos, ou foram doados por particulares, normalmente por membros da elite política ou econômica local. Pela necessidade de lotes de grandes dimensões para viabilizar o funcionamento de um *campus* e todas as suas instalações acadêmicas, tanto a cessão estatal quanto a doação particular foram feitas a partir da disponibilidade de terrenos periféricos, vazios ou subutilizados. No caso dos terrenos de origem privada, como é o caso da UFC em Crateús, há um nítido interesse na valorização imobiliária do entorno, a partir do funcionamento de um *campus* universitário, conforme será visto adiante.

Figura 2: Perímetro urbano de Quixadá nos anos de 2000 e 2012 e localização dos *campi* da UFC e do IFCE.



Fonte: Elaborado a partir de foto aérea do Google Earth, 2019a.

O resultado é que há uma flexibilização da legislação urbanística associada à implantação desses novos *campi*. E isso ocorre tanto no sentido de alteração ou desobediência ao zoneamento quanto no de ampliação do perímetro urbano legal. Quanto ao último aspecto, cabe destacar a implantação dos *campi* da UFC e do IFCE em Quixadá. Localizados em terreno pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), vizinho ao açude do Cedro, os dois *campi* foram implantados em 2008, com obras de ampliação que se estenderam até recentemente. Como o zoneamento aprovado pelo Plano Diretor de 2000 ainda não revisto, as duas áreas estavam oficialmente fora do perímetro urbano, sendo consideradas zona rural. Em 2012, foi aprovada uma nova Lei do Perímetro Urbano, que passou a englobar o setor no qual foram implantados aqueles complexos educacionais, conforme mostrado na Figura 2.

Em Crateús, o que se percebe quanto à implantação dos *campi* é uma permissividade perante a lei de zoneamento. Nesse documento, elaborado ainda em 2001, a localização de edificações de uso institucional, consideradas atividades especiais, não está atrelada a nenhuma das zonas delimitadas, devendo ser “[...] objeto de estudos específicos, segundo critérios proporcionais aos impactos que podem causar na estrutura urbana do município” (CEARÁ, 2001). Conforme

classificação da atual lei de zoneamento, o *campus* do IFCE localiza-se em área urbana, e o *campus* da UFC, em área de expansão urbana. Nenhum contou com estudo específico prévio para avaliar os impactos decorrentes da implantação, restando a desobediência ao apontado na legislação urbanística.

Aumento da demanda por mobilidade urbana

Exatamente pela localização periférica dos novos *campi* de universidades e institutos federais, surgiu uma maior demanda por mobilidade urbana associada a um novo público, até então ausente nesses municípios. Em Quixadá, por exemplo, dos 2.029 alunos matriculados na UFC e no IFCE, 82% moravam na própria cidade ou em municípios fora da microrregião, o que indica um grupo de usuários que demandava alguma forma de mobilidade intraurbana para se deslocar diariamente até os *campi*¹². Tais instalações, que se tornaram polos geradores de tráfego, encontram-se distantes da malha urbana adensada. No caso de Quixadá, os *campi* da UFC e do IFCE, praticamente vizinhos, distam 5,2 quilômetros da igreja matriz, localizada no centro da cidade, em trecho acessível apenas por rodovia. Em Crateús, o campus do IFCE é mais central, distante 2,5 quilômetros da igreja matriz daquela cidade. Já o campus da UFC fica em trecho periférico, distante 3,8 quilômetros da região central, em trecho acessível apenas por rodovia.

Somadas a essas distâncias, o problema da mobilidade é agravado pelas condições de acessibilidade e da inexistência de sistema público de transporte. Assim, servidores e alunos, além de outros usuários eventuais, passaram a utilizar as opções disponíveis nessas cidades para poder se locomover até a UFC e o IFCE. Táxis, mototáxis, bicicletas, caronas ou deslocamentos a pé são algumas das formas encontradas para realizar a mobilidade até os *campi*. Cabe destacar que o transporte de alunos, entre a área central e os *campi*, está previsto em convênio firmado entre as prefeituras e os municípios, mas isso não tem funcionado de maneira adequada, havendo recorrentes manifestações estudantis pela garantia desse serviço e, por outro lado, pressão das administrações municipais para romper com tal compromisso. Resta como opção a oferta de veículos das próprias instituições de ensino para minimizar os efeitos do problema de mobilidade.

12 Estudantes que residem em municípios mais próximos de Quixadá, dentro da microrregião, geralmente se deslocam cotidianamente através de transporte fornecido pelas prefeituras municipais, constituindo movimento pendular que, dessa forma, impacta de forma menos significativa na demanda por mobilidade urbana.

Incremento do comércio e dos serviços

Outro processo associado à interiorização do ensino superior é o incremento do comércio e dos serviços locais, que passam a ser demandados por um novo público, constituído por alunos das diversas modalidades de cursos e por servidores das instituições, e classificado em três grupos principais. Um primeiro grupo é formado por aqueles que já são moradores da cidade, usuários do comércio e dos serviços locais, mas que, por causa das atividades associadas ao *campus* que frequentam, passam a gerar novas demandas. Um segundo é composto pelos que são oriundos de outras cidades, mas que passam a morar permanentemente na cidade — aqui se trata, sobretudo, de servidores da UFC e do IFCE. Por último, há um terceiro grupo, formado tanto por servidores quanto por alunos, que também são de outros municípios, mas que residem sazonalmente, passando a semana ou parte dela, ou mesmo aqueles que, moradores de cidades próximas, fazem um percurso diário até o local onde o *campus* está instalado. Por conta disso, passam a movimentar o comércio e os serviços locais existentes, mas também a demandar novos serviços.

A dinamização da economia local também ocorre desde antes do funcionamento pleno dos novos *campi*. As diversas obras para reforma e construção de blocos didáticos e administrativos e outros espaços acadêmicos demandavam insumos buscados, ao menos parcialmente, no mercado local. Ademais, a própria incorporação de mão de obra temporária para a realização das construções também injetava recursos que impactavam a economia local. Cabe acrescentar ainda a folha de pagamento dos servidores das instituições federais de ensino, profissionais cuja remuneração é bastante superior à renda mensal média dos moradores locais. Ainda que esses servidores, em sua maioria, não sejam residentes locais, eles passam boa parte da semana na cidade, o que gera, inclusive, uma demanda por novos comércios e serviços. Consideram-se ainda os recursos institucionais destinados à assistência estudantil, que conformam uma renda complementar à parcela dos estudantes.

Dinamização do mercado imobiliário local

Associada à dinamização econômica através dos comércios e serviços, tem-se a dinamização do mercado imobiliário local a partir de dois principais processos: a construção de edificações para locação e a implantação de

loteamentos e condomínios residenciais. O incremento do mercado de locação residencial está associado diretamente ao público que frequenta as cidades a partir da instalação dos novos *campi*. Excluindo os grupos de servidores e alunos que realizam movimentos pendulares diários e os já residentes na própria cidade, o restante dos usuários permanentes demanda locais de moradia. Isso tem gerado maior procura por casas e apartamentos para locação, sobretudo nas áreas centrais, assim como o aumento da demanda em hotéis e pousadas.

Figura 3: Imóveis verticalizados para locação e ocupados, principalmente, por estudantes em Quixadá.



Fonte: Máximo, 2018.

Ao perceber esse aumento da demanda por imóveis para locação, empresários locais, donos de pequenos capitais e mesmo moradores com imóvel próprio passaram a investir na construção de imóveis verticalizados de até quatro ou cinco pavimentos, composto por pequenos e médios apartamentos de no máximo dois quartos, voltados para estudantes que iam constituir as chamadas repúblicas. Na paisagem urbana de Quixadá e de Crateús, já é bastante presente essa tipologia de edificação, conforme visto na Figura 3. Surgiram, inclusive, outros negócios associados ao incremento desse mercado, como as imobiliárias. Ao mesmo tempo que alavancou o mercado, a chegada desse novo público acentuou a procura por moradias e fez com que os preços dos aluguéis superassem os índices inflacionários.

Ainda que de maneira menos significativa que os prédios de apartamentos, foi ampliada a procura por terrenos. Em associação à elevação do crédito imobiliário residencial no mesmo período em que se deu a expansão do ensino federal, foi observada a implantação de novos loteamentos, conforme a Figura 4. Parte dos lotes foram comercializados para servidores da UFC e do IFCE, tanto para moradia quanto para investimento. Mas há outra conexão importante

entre o mercado imobiliário e a instalação da universidade e do instituto. O próprio *campus* passou a funcionar como vetor de valorização imobiliária das terras no seu entorno. A localização dos empreendimentos em áreas distantes da malha urbana efetivamente adensada, em certos casos transformando áreas rurais em urbanas, contribuíram para o processo definido como *urbanização dispersa* (REIS FILHO, 2006) ou *urbanização em saltos* (CAMPOS FILHO, 1999). Caracteriza tal processo a existência de grandes glebas desocupadas, situadas entre o centro, concentrador da malha e infraestrutura urbanas, e a periferia. Decorre uma retenção especulativa de terras que beneficia os proprietários imobiliários ao se apropriarem dos investimentos públicos, direcionados aos setores ocupados pelos novos complexos educacionais.

Figura 4: Empreendimentos imobiliários no entorno dos *campi* da UFC e do IFCE em Quixadá.



Fonte: Elaborada a partir de foto aérea do Google Earth, 2019b.

Em Quixadá, os dois *campi* localizam-se em setor que já possuía um antigo empreendimento imobiliário, com poucas edificações construídas, e que passou a ter maior valorização com os complexos educacionais. Posteriormente, surgiram mais dois grandes loteamentos voltados para classes de maior renda, constituindo vetor de expansão urbana rumo à área em que estão localizados o IFCE e a UFC. No caso de Crateús, o campus da UFC está localizado em trecho de antigo loteamento residencial, conforme indicado na Figura 5. Uma gleba desse loteamento foi doada à prefeitura que, posteriormente, cedeu à universidade. Tal movimento demonstra nitidamente o interesse do proprietário em obter ganhos imobiliários com a presença da universidade no entorno do seu empreendimento.

Figura 5: Empreendimentos imobiliários no entorno do campus da UFC em Crateús.



Fonte: Elaborada a partir de foto aérea do Google Earth, 2019c.

Considerações finais

Não se pretendeu realizar uma discussão sobre o mérito da política educacional que expandiu o ensino por meio das UFs e dos IFs nem avaliar seus impactos. Antes buscou-se contribuir para o debate sobre essa recente expansão do ensino federal, inserindo o componente territorial nas análises feitas sobre tal processo, na medida em que se constata uma relativa carência de estudos acerca dos efeitos que a recente expansão do ensino federal causou nas cidades, e mesmo nas regiões alvo dessas ações. Contudo, cabe apontar que a dimensão educacional não está isolada do aspecto territorial e que algumas críticas já feitas sobre aquele primeiro aspecto servem para caracterizar alguns dos pontos levantados sobre o segundo. Por exemplo, algumas questões aqui discutidas estão associadas diretamente ao desenho dessa política educacional, implementada em uma necessária, mas rápida e desordenada expansão. Sem também avançar nessa discussão, cabe destacar o novo papel que as universidades e os institutos federais passaram a apresentar em relação à economia e à sociedade brasileira, sobretudo por causa do processo recente de desconcentração e interiorização do ensino federal.

Dessa forma, para além do significativo impacto do acesso ao ensino, a implantação desses complexos educacionais está associada a alterações no es-

paço intraurbano. Conforme visto, ocorre um relativo aumento populacional, ainda que parcialmente sazonal, resultado da atração de alunos e servidores dessas instituições de ensino, que passam a movimentar o setor de comércio e serviços com demandas específicas voltadas para as atividades institucionais ou individuais. Tal população incrementa também o mercado imobiliário local por meio da procura por terrenos em loteamentos ou por imóveis residenciais para locação. Observa-se ainda o aumento da demanda por mobilidade, seja urbana, para o acesso ao campus ou outras atividades cotidianas, seja regional, na medida em que os *campi* passam a atender a estudantes de municípios próximos. Há ainda, por parte desse novo público, impacto nas redes de infraestrutura e nos serviços urbanos. Ademais, decorre uma flexibilização da legislação urbanística associada à localização periférica dos *campi*.

Ao apresentar e discutir aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal para áreas não metropolitanas, argumenta-se que a implantação desses novos *campi* está associada à alteração da dinâmica e da estrutura intraurbana dessas cidades. Os estudos de caso trabalhados — os *campi* da UFC e do IFCE implantados nas cidades de Crateús e Quixadá — permitiram mostrar esse processo. Tais cidades, conforme visto, são representativas da interiorização do ensino federal em cidades cearenses não metropolitanas, por possuírem porte característico dos municípios que passaram a abrigar novos *campi* universitários e, ainda, por abrigarem tanto um *campus* de uma universidade federal quanto um *campus* de um instituto federal. Essa condição permite uma certa aproximação entre a realidade dessas duas cidades, ao mesmo tempo que as tornam emblemáticas do processo que se pretendeu discutir. Caberia aprofundar os estudos e analisar outras cidades, de forma a melhor entender os impactos territoriais das políticas educacionais.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR — ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes, 2011.

BRASIL. *Lei Federal n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. 2001. *Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Brasília: **Diário Oficial da União**. Recuperado em 6 de abril de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm.

BRASIL. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*. *Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — REUNI*. 2007a. Brasília: **Diário Oficial da União**. Recuperado em 6 de abril de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de avaliação do plano de expansão da rede federal de educação tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007b.

BRASIL. *Lei Federal n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. 2008. Brasília: **Diário Oficial da União**. Recuperado em 6 de abril de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2009. Recuperado em 6 de abril de 2019, de http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão 2010**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2011. Recuperado em 6 de abril de 2019, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8006-relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília: Secretaria do Ensino Superior, 2012. Recupera-

do em 6 de abril de 2019, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: Secretaria do Ensino Superior, 2014. Recuperado em 6 de abril de 2019, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. São Paulo: Nobel, 1999.

CANZIANI, Alex, MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende; SANTOS, Aldenise Ferreira. **Financiamento da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas** (Série Estudos Estratégicos, n. 11). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

CEARÁ. **Lei Municipal nº 449, de 28 de junho de 2001**. *Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Crateús e dá outras providências*. 2001. Crateús: Diário Oficial do Estado.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil** (Texto para Discussão, 1950). Brasília: Ipea, 2014.

GOOGLE EARTH. **Perímetro urbano de Quixadá**, 4°59'20"S, 39°02'46"W, elevação 10665m. 2019a. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <https://earth.google.com/web>

GOOGLE EARTH. **Bairro Cedro e entorno em Quixadá**, 4°58'53"S, 39°03'03"W, elevação 2961m. 2019b. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <https://earth.google.com/web>

GOOGLE EARTH. **Bairro Venâncios e entorno em Crateús**, 5°11'35"S, 40°38'18"W, elevação 3804m. 2019c. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <https://earth.google.com/web>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Censo demográfico 2000: dados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <http://censo2000.ibge.gov.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Censo demográfico 2010: dados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <http://censo2010.ibge.gov.br>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA — INEP. **Censo da educação superior 2014: microdados para download**. Brasília: INEP, 2014a. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <http://portal.inep.gov.br/microdados>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA — INEP. **Sinopses estatísticas da educação superior - 2014**. Brasília: INEP, 2014b. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 86-94, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100010&script=sci_abstract&tlng=pt.

Acesso em: 27 jan. 2021.

MÁXIMO, Francisco Rérisson Carvalho Correia. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. **Revista Brasileira Gestão Urbana**. Curitiba, v. 12, p. 1-17, 2020. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692020000100207&script=sci_arttext. Acesso em: 23 abr. 2020.

MÁXIMO, Francisco Rérisson Carvalho Correia. **Imóveis verticalizados para locação e ocupados, principalmente, por estudantes em Quixadá**. 2018, color, digital.

MOTA SOBRINHO, Alexsandro. **Os limites e as possibilidades do Programa Reuni: um estudo de caso da experiência da UFT** (Dissertação de mestrado). 2016. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT — OCDE. **Education at a Glance 2012: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2012. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <https://bit.ly/2Oj7SxP>.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, 16(30), p. 71-88, 2010. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PEREIRA, Tarcísio Luiz. L.; BRITO, Silva Helena Andrade de. A expansão da educação superior privada no Brasil por meio do FIES. **EccoS-Revista Científica**, São Paulo, n. 47, p. 337-354, 2018. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/viewFile/7895/5245>. Acesso em: 06 fev. 2021.

REIS FILHO. Nelson Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SANTOS, Raimundo Santiago dos. A interiorização da educação superior no Estado do Ceará. **Revista Gestão Universitária**, 4(2)m 2015. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-interiorizacao-da-educacao-superior-no-estado-do-ceara>. Acesso em: 06 abr. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO — TCU. **Relatório de auditoria TC 026.062/2011-9**. Brasília: TCU, 2012. Recuperado em 6 de abril de 2019, de <https://bit.ly/2OUmFgb>.

3. Percepções de gênero na mobilidade do trajeto dos estudantes do IFCE Campus Quixadá

Anneliese Paes Leme¹

Debora Ribeiro dos Santos²

Francisca Andressa Wvictória de Sousa Terto³

Renata Lourdes Linhares Severiano⁴

Introdução

O processo de ocupação, exploração e desenvolvimento das cidades gera demandas e problemáticas sociais. Dentre essas questões, tem-se a mobilidade e a acessibilidade, ocasionadas por políticas públicas deficientes e pela ausência de medidas no planejamento urbano, (des)articuladas com os sistemas de transportes. Para essa compreensão, é preciso ter noções sobre mobilidade, sobretudo quando esta gera demandas com abrangências múltiplas, podendo ser tomadas como exemplo as diferentes percepções de acordo com o gênero que vivencia esta realidade, temática pela qual rege o fio condutor desta pesquisa.

Considera-se gênero um conjunto de ideias e normativas que determinada cultura constrói sobre o que é ser homem e ser mulher, atribuindo assim prá-

-
- 1 Graduanda em Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) campus Recife; annepleme@gmail.com.
 - 2 Graduanda em Licenciatura em Geografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; debyline2007@gmail.com.
 - 3 Graduanda em Licenciatura em Geografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; ww.ifce.sousa@gmail.com.
 - 4 Doutoranda em Letras pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano, IF Sertão Pernambucano (Dinter) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) campus Pau dos Ferros. Professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; renata.linhares@ifce.edu.br.

ticas sociais e comportamentais sobre essas categorias, distinguindo-se essencialmente das diferenças biológicas, uma vez instaurada a partir das dimensões sociais e culturais, marcadas temporal e espacialmente (ORNAT; SILVA, 2007; REIS, 2015; SILVA, 2009). Assim, devido à complexidade que envolve a conceituação do gênero enquanto categoria analítica, ressalta-se sua não fixidez, pois estão em constante reformulação através dos diversos usos que as pessoas fazem, ampliando e ressignificando tais arquétipos e ainda consolidando novas categorias *queers*. Dessa maneira, a construção histórica e cultural da sociedade cis-heteronormativa esbarra no enrijecimento normativo e hierarquizante das categorias homem e mulher, como veremos adiante.

A ideia de mobilidade associa-se à questão da acessibilidade e do fluxo de circulação, seja de pessoas ou transportes. Assim, vai além da associação a tais conceitos, uma vez que as formas de mobilidade estão sempre relacionadas a uma divisão do espaço territorial, bem como a uma divisão de classes sociais. E, para além dessas divisões amplas, menciona-se ainda subdivisões, como gênero e etnias.

No Brasil, há uma tendência em entender o debate em torno da mobilidade apontando o meio de transporte e o tráfego em si. Ao limitar a discussão em torno dessa temática, ocultam-se outras questões que perpassam a mobilidade de pessoas (ELVIR, 2017). A mobilidade deve ser compreendida como uma problemática social não só pela escassez e sucateamento da infraestrutura dos transportes que os indivíduos utilizam para fazer seus trajetos, mas também por estar diretamente relacionada à condição socioeconômica dos indivíduos em uma sociedade, aspecto dominante na definição das redes de acesso utilizadas para o deslocamento.

A partir desse entendimento, designa-se como ponto de partida o medo, principal fator relacionado às problemáticas encontradas, principalmente em centros urbanos. Nessa direção, a pesquisa de 2012 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a percepção social da segurança pública, revela que tanto homens quanto mulheres sentem medo nos espaços públicos, mas são elas que afirmam sentirem mais: 72,2% das mulheres têm medo de serem assaltadas, 71,3% medo de serem assassinadas e 64,7% medo de serem agredidas fisicamente (OLIVEIRA JÚNIOR; ALENCAR, 2012). Tais fatores limitam e condicionam a acessibilidade e mobilidade das mulheres, trazendo consequências que dificultam e atrasam a vida cotidiana. Salienta-se que essa pesquisa tem como hipótese que a percepção de gênero em relação ao medo da mobilidade no trajeto é diferente entre alunas e alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá.

Tal perspectiva traz apontamentos que justificam a pesquisa deste trabalho, uma vez que, para analisar a mobilidade dos indivíduos, se faz necessário considerar o contexto social em que estão inseridos: gênero; fator étnico; econômico; político; cultural, entre outros. Desse modo, este trabalho tem como eixo principal a distinção entre as percepções do medo em relação à mobilidade a partir do gênero, tomando como ponto de partida os estudantes do IFCE campus Quixadá. Diante disso, analisou-se o trajeto feito pelos/pelas estudantes até essa Instituição de Ensino Superior (IEA) e, assim, foram analisadas as diferenças significativas existentes na percepção das alunas em relação aos alunos, sobretudo no período noturno, cujas medidas preventivas precisam ser organizadas e adaptadas, inclusive sob a intervenção de familiares, para que estudantes façam seus deslocamentos espaciais.

Espaço urbano

Ao analisar os estudos relacionados à mobilidade, comumente se verifica a associação com demais áreas de estudos que induzem à reflexão sobre a diversidade nas relações sociais e de gênero existentes nos espaços públicos ou privados. Seguindo essa ótica, é relevante a compreensão do conceito de espaço para discorrer sobre as problemáticas ali pertinentes.

Nesse seguimento, Rezende (2019) entende que o espaço não é estável nem neutro, tampouco uma superfície inerte: ele é mutável e se modifica através do tempo pela sociedade, assim como transforma a própria sociedade. Portanto, é capaz de exprimir sensações, entre as quais o medo, comumente relacionado ao espaço público.

É preponderante ressaltar que os aspectos conceituais do espaço urbano estão em constante modificação, que afeta direta ou indiretamente sua dinâmica interna. Para Santos (2017, p. 2), “o espaço urbano deveria ser uma forma de agregar e receber todas as cidadãs e todos os cidadãos, independentemente da idade, sexo, orientação sexual, raça, deficiências, porém não é isso o que acontece cotidianamente”. Considera-se, com isso, os impactos nas formas de apropriação desse espaço, moldados a partir da lógica do capital, como atesta Pereira (2010, p. 2):

o quadro urbano cearense sofrerá mudanças importantes no século XIX, primordialmente, na sua segunda metade. A economia baseada na pecuária e nas charqueadas é abalada pelos constantes e longos períodos de estiagem que reduzem o rebanho bovino cearense.

Para isso, algumas medidas foram essenciais, entre elas a independência política do Ceará em relação a Pernambuco e a construção de vias férreas, que promoverão consequentemente o crescimento da malha urbana de cidades interioranas, como foi o caso do município de Quixadá, beneficiado com a linha férrea, a partir de 1881.

Ao longo dos anos, houve numerosos agentes modificadores do espaço urbano em Quixadá. Destaca-se o crescimento dos centros comerciais e sua influência regional no Sertão Central. Além disso, há o destaque das IES no município, demonstrando uma demanda com o crescimento constante nas mais diversas áreas de atuação. Contudo, esse processo de desenvolvimento tem promovido modificações no espaço urbano. Pode-se ressaltar o aumento da procura dos estudantes por mobilidade urbana, tendo em vista a necessidade de transporte para se locomoverem até as IES, que costumam localizar-se em áreas não centrais da cidade.

Ademais, há um crescente quantitativo de alunos e alunas que moram em municípios circunvizinhos, bem como em distritos da zona rural, resultando em problemas na mobilidade — não somente pela distância, mas pela dificuldade de acessibilidade, falta de infraestrutura, sensação de insegurança/medo e ineficácia ou inexistência de serviços de transporte público universal (MÁXIMO, 2020). Isso potencializa a precariedade e a dificuldade do trajeto dos estudantes, com poucas opções ofertadas pelo poder público, culminando, muitas vezes, na evasão escolar.

Mobilidade e gênero

Um conceito fundamental para a compreensão das desigualdades socioespaciais é o de mobilidade, categoria indispensável para a garantia plena de direitos de cidadãs e cidadãos. A ocupação e consequente produção do espaço está orientada pela lógica capitalista, racista, patriarcal e cis-heteronormativa, que conduz e hierarquiza a estrutura social. Cis-heteronormatividade pode ser compreendida como:

um conjunto de relações de poder que idealiza e institucionaliza o gênero, sexo e a sexualidade em uma linha ilógica e identifica alguns indivíduos com especificidades sob diversos marcos discursivos sociais, políticos e morais (MOREIRA; PADILHA, 2017, p. 1306).

A mobilidade privilegia a circulação do homem branco heterossexual de classe média-alta que, tendo o espaço historicamente construído hegemonicamente por e para ele, dispõe não só da sensação de segurança e legitimidade, mas de opções para acessar bens e serviços como emprego e renda, mantendo a reprodução dessa estrutura.

A partir da lógica dos circuitos periferia-centro, oriunda da fragmentação do espaço, orienta-se a ocupação das cidades que entrava as possibilidades de acesso às oportunidades, uma vez que emprego, estudo e lazer estão longe das áreas de moradia. É gerada, portanto, a necessidade de sair da área residencial periférica e chegar às áreas de oportunidades centrais através de algum meio de transporte que, por sua vez, terá um custo monetário, limitando possibilidades de deslocamento. Corroborando com essa ideia, Ornat e Silva (2007, p. 177) apontam:

Cada grupo social possui características particulares de deslocamento. Pode-se afirmar que os grupos sociais de alta renda possuem maiores possibilidades de deslocamento, e os grupos de baixa renda enfrentam mais obstáculos a serem superados. Esta abordagem da renda, embora muito importante, não esgota a explicação dos diferenciais de acessibilidade desenvolvidos por diferentes grupos de sujeitos. Outras explicações são possíveis e reveladoras de características espaciais, como a visibilidade das relações de gênero na análise espacial.

Com isso, Ornat e Silva (2007) orientam para demais possibilidades de análise, a fim de investigar em outras escalas a mobilidade na vida das pessoas, evidenciando as diferentes experiências de deslocamento entre homens e mulheres e, também, entre mulheres, resultando em diferentes percepções da mobilidade. Nesse sentido, é preciso mencionar o entendimento de interseccionalidade⁵, compreendida como múltiplos sistemas de opressão, sobretudo, fomentados pela raça, gênero e classe social. Ao incorporar gênero e suas interseccionalidades como categoria de análise, propõe-se uma nova dimensão para o estudo do espaço que, como argumenta Castro (2000 *apud* ORNAT; SILVA 2007, p. 180), requer uma abordagem escalar para que demais conteúdos sejam revelados.

De acordo com estudos sobre o tema (ORNAT; SILVA, 2007; REIS, 2015; SCOTT, 1995), o gênero é uma ideologia simbólica com implicações materiais

5 Segundo Akotirene (2019) o termo interseccionalidade, inaugurado a partir da perspectiva do feminismo negro, consiste na análise sobre as sobreposições entre racismo, sexismo e outras opressões que resultam em diversas formas de discriminação e dominação

e sociais inseparáveis. É um conjunto de ideias e atributos que determinada cultura estabelece sobre o que é masculino e feminino, sobre o que é ser homem e ser mulher em determinado espaço-tempo, estabelecendo a construção de identidades plurais. Ressalta-se que a categoria gênero não está relacionada essencialmente ao sexo biológico, embora o atravesse. É uma expectativa comportamental sobre um corpo sexuado.

Assim, Ornat e Silva (2007, p. 181) elaboram:

Em outras palavras, são papéis pré-definidos socialmente para os sujeitos diferenciados espaço/temporalmente, ditando normas de comportamento do corpo feminino e masculino. Esta construção cultural dos papéis de gênero é constantemente tensionada, pois é através das ações que tais papéis são re-significados cotidianamente, estruturados em relações de antagonismos e complementaridades. Devido às especificidades histórico-espaciais destas construções, os papéis fundados nunca são homogêneos, não havendo uma única identidade feminina ou masculina. A construção identitária se dá numa teia de relações inseridas em uma rede multidimensionada de sociabilidades, que possui suas próprias espacialidades.

As hierarquias estabelecidas pela estrutura social capitalista patriarcal, racista e cis-heteronormativa⁶ constituem códigos de comportamento e controle social apreendidos e reproduzidos implicitamente pelos sujeitos que, consequentemente, estabelecem condutas e condições socioespaciais específicas. Ainda segundo Ornat e Silva (2007), tal conjunto de normas é fundado por conveniência e se sustenta pelo grupo social que estipula tais convenções (homem branco cis-heterossexual de classe média-alta).

A cidade, *lócus* da reprodução das relações sociais, é abrigo de uma diversidade de vivências e percepções que compõem a complexidade dessa dinâmica. Como produto e apropriação do espaço, sua organização é tanto subordinada quanto subordinante de práticas sociais, tornando possível a leitura subjetiva de determinadas condições materiais do cotidiano expressas no espaço e na experiência das pessoas que o habitam (CORRÊA, 1995).

6 Cis-heteronormatividade pode ser entendida como um conjunto de ideias que estabelece um padrão ideal a ser seguido e reproduzido pela sociedade, convencionado a partir da naturalização da cisgeneridade (diz respeito à identidade de gênero da pessoa que se identifica com o sexo atribuído no nascimento) e da heterossexualidade (diz respeito a orientação sexual da pessoa que sente atração afetivossexual pelo sexo oposto).

A naturalização da convenção hegemônica patriarcal não se atenta que “as diferentes espacialidades desenvolvidas por homens e mulheres fazem parte da produção do espaço da cidade, embora seja um tema ainda pouco explorado” (ORNAT; SILVA, 2007, p. 177). Isso significa que a relação dos sujeitos com o espaço se processa de forma diferencial, de acordo com as condições socioespaciais a que estão submetidos, refletindo estruturas de poder que promovem assimetrias no acesso ao produto social, como emprego, renda, educação, serviços e lazer.

Dessa forma, entende-se que gênero é “uma categoria de análise das relações de poder, assim como classe social e raça, e se refere ao modo como as diferenças sexuais são construídas e trazidas às práticas sociais, e tornadas partes do processo histórico” (SCOTT, 1995 *apud* REIS, 2015, p. 14). Assim, as diferenças mediadas pelo gênero na relação das pessoas com o espaço refletem as relações de poder e opressão e podem ser vislumbradas através das características de deslocamento diferenciadas pelo gênero e suas interseccionalidades com raça, classe social e sexualidade, que geram assimetrias na mobilidade para a população.

Uma vez estabelecido o conceito de mobilidade e suas análises materiais e subjetivas, determina-se o recorte desta investigação, centrado nas experiências mediadas pelo gênero, em intersecção com outras categorias como raça, classe e sexualidade, a fim de compreender de que maneiras a mobilidade transcorre entre as pessoas e suas especificidades, semelhanças e diferenças, considerando que “o espaço produzido dentro da sociedade capitalista encontra-se intensamente hierarquizado, conforme a divisão em classes, raças, etnicidade, gênero o que configura a sua diferenciação política dinâmica e multifacetada” (SMITH, 2002 *apud* REIS, 2015, p. 22).

Portanto, parte-se do princípio que os papéis de gênero, culturalmente definidos e socialmente construídos, impõem características específicas de deslocamento para as pessoas do gênero feminino, como as condições de acesso e a circulação nas cidades, atravessados cotidianamente pelos diferentes temores vividos pelas mulheres em suas especificidades, o que limita e condiciona suas experiências de mobilidade, trazendo consequências sociais e econômicas para elas, de maneira interseccional e complexa.

Medo e violência de gênero

Entende-se que o medo está relacionado ao cotidiano das pessoas e ao modo como vivem e se comportam nas diferentes sociedades, seja nas grandes, médias ou pequenas cidades. O medo está ligado diretamente aos fatores sociais, como marginalidade e violência. Assim, “o medo é o pão cotidiano dos cidadãos. As casas não mais expõem suas fachadas românticas, pois cercam-nas muros muito altos [...]” (MORAIS, 1990, p. 12). O medo constante faz com que as pessoas se privem das relações com a vizinhança e de ocupar espaços públicos. Os altos muros tornam as ruas mais desertas, deixando as pessoas que se deslocam receosas, pois se sentem inseguras, principalmente à noite.

O medo também pode tornar-se proporcionalmente distinto entre os sujeitos que usufruem o espaço urbano, passando a ter diversos significados que irão, ou não, atingir distintos grupos sociais, sejam eles: mulheres, homens, comunidade LGBTQ+, negros, indígenas, entre outros. Na ocasião, Bannister e Fyfe (2001) *apud* Rezende (2019, p. 15) reafirmam que:

[...] abordam o medo, neste caso específico voltado ao espaço urbano, comumente relacionado ao crime e tendo como consequência a dificuldade de convivência e a própria vivência do espaço urbano. O medo referente ao espaço urbano não se dará, segundo os autores, da mesma forma em todos os cidadãos, ele irá se diferenciar conforme as especificidades da sujeita e do sujeito. Por exemplo, quando se trata de um homem ou uma mulher, ou quando se trata de uma pessoa negra ou branca, nesses casos o que causa o medo também irá se diferenciar.

Para Severiano (2018), o termo violência pode estar representado de modo físico, como a violência direta, ou de forma simbólica, que muitas vezes passa despercebido e pode ocorrer em caráter psíquico e/ou moral, através da dominação, exploração e opressão sustentadas pelas sociedades. Assim, Paim *et al.*, (1999, p. 321) ressaltam:

A violência, apesar da sua complexidade e das distintas concepções e interpretações sobre seus determinantes, tem sido definida como a utilização da força física ou da coação psíquica e moral por um indivíduo ou grupo, produzindo como resultado destruição, dano, limitação ou negação de qualquer dos direitos estabelecidos das pessoas ou dos grupos vitimados. A produção social desse evento envolve inúmeras causas, por exemplo, cau-

sas políticas, econômicas, culturais, religiosas, étnicas, de gênero, etárias, o que torna bastante complexa a adoção de medidas de prevenção e controle.

Uma das causas históricas relacionadas diretamente ao medo são a criminalidade e a violência, intensificadas ao longo dos anos, mostrando-se como um dos fatores determinantes das diferentes formas de uso do espaço, sendo uma problemática de ordem social e política. É notável a diferença entre padrões de mobilidade exercidos pelos gêneros feminino e masculino, assim como a percepção desses trajetos. Nessa ótica, Souza (2007) *apud* Severiano, (2018, p. 42) compreende que:

[...] quando referência a violência como “uma ação que simplesmente não considera a outra pessoa, ou melhor, a considera como uma coisa, numa relação em que o outro não fala e se torna objeto”. Esse comportamento pode ser considerado a partir da perspectiva da vulnerabilidade de gênero, ou seja, pela construção histórica e social do papel da mulher na sociedade.

Ao analisar a violência contra o gênero feminino nos diferentes espaços, sejam públicos (como nos grandes centros urbanos, praças e transportes públicos) ou privados (empresas, indústrias ou até mesmo nas universidades), leva-se em consideração a diversidade. Não existe uma padronização dos estereótipos, o que pode relacionar essa heterogeneidade tanto à classe social quanto à etnia, isto é, a autoidentificação, refletida nos diferentes modos de compreender e usar o espaço e, conseqüentemente, nas diversas sensações de medo.

Na interface desses espaços, o gênero feminino diariamente realiza trajetos que apresenta e/ou transmite o medo adverso ao gênero masculino, mesmo frequentando e realizando deslocamentos similares. As sensações de medo são impressas de maneiras distintas entre os grupos sociais, especificamente os grupos compostos por mulheres que, historicamente, são submetidas a uma sociedade pautada nos comportamentos patriarcais.

Esse grupo específico torna-se subjetivamente refém da violência em suas diversas faces — sexuais e/ou físicas — estendendo-se durante seus trajetos casa/faculdade/trabalho/lazer. Indica-se a criminalidade urbana e a violência em suas diversas nuances como uma problemática histórica que ao longo dos anos tem se intensificado, o que justifica esses apontamentos como ações determinantes nas diferentes formas de utilização dos espaços.

Metodologia

Como parte do processo de construção deste artigo, foi utilizado o método de pesquisa de caráter bibliográfico, cuja fundamentação teórica aborda mobilidade, violência, gênero e medo, sob a ótica de Ornat e Silva (2007), Reis (2015), entre outros. Além da investigação bibliográfica, foi elaborada a pesquisa quali-quantitativa, cumprindo os seguintes percursos: 1) Revisão literária; 2) Elaboração de questionário aplicado no formato *Google Forms*; 3) Análise e sistematização dos dados coletados com o auxílio do *WPS Spreadsheet*.

Na primeira etapa, realizou-se uma revisão bibliográfica a fim de compreender os termos ensejados no artigo. Para isso, levou-se em consideração as ideias de Morais (1990) e Severiano (2018) acerca de violência e medo no espaço urbano. Santos (2017), Ornat e Silva (2007) e Scott (1995) foram fundamentais para as considerações sobre mobilidade e gênero.

Na segunda etapa, foi elaborado e disponibilizado um questionário⁷ utilizando o *Google Forms*. A aplicação desse questionário foi realizada entre os dias 10 e 15 de setembro de 2020. Foram obtidas 138 respostas entre jovens e adultos dos gêneros feminino e masculino, com idades entre 16 e 51 anos, estudantes do IFCE campus de Quixadá matriculados nos cursos técnicos subsequentes, técnicos integrados e/ou graduação. Também foi recebida uma resposta de uma pessoa não-binária⁸ que não abrange uma amostra para ser analisada comparativamente. Tendo em vista a pandemia da Covid-19, o questionário foi disponibilizado através dos grupos dos cursos pelo aplicativo *WhatsApp*. Foram fornecidas instruções sobre o preenchimento e também oferecida ajuda para possíveis esclarecimentos.

Por fim, realizou-se a análise e sistematização dos dados coletados tanto na revisão bibliográfica quanto no questionário. Desse modo, foi possível estabelecer relações entre o arcabouço teórico e os resultados do questionário, apresentadas em tabelas e gráficos gerados pelo *WPS Spreadsheet*. Assim, per-

7 Para Dalberio e Dalberio (2011), o questionário é um recurso para obtenção de dados, largamente utilizado em pesquisas em variadas áreas de conhecimento, especialmente nas ciências humanas. Andrade (2009) reafirma esse conceito ao descrever que o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Normalmente, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador, e depois de preenchido, o pesquisado devolve através do mesmo modo.

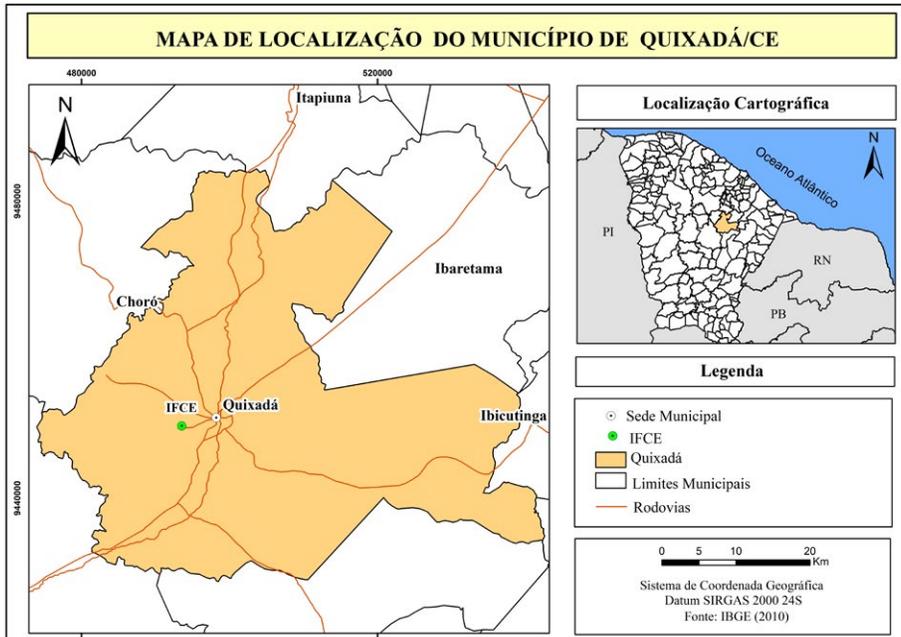
8 A não-binariedade é uma identidade de gênero que não se reconhece exclusivamente com o feminino ou o masculino, abarcando todas as suas possibilidades.

meou-se um entendimento e discussão acerca das diversas configurações de violência e do medo e das questões de gênero dentro na mobilidade, formando o fio condutor deste trabalho de pesquisa.

Percepções de gênero no IFCE campus Quixadá

O IFCE campus Quixadá localiza-se no município homônimo conhecido como a “Terra da Pedra da Galinha Choca”, pela fisionomia de um de seus *inselbergs*, em pleno semiárido cearense, distante cerca de 170 quilômetros da capital Fortaleza (IBGE, 2020). O referido prédio dista cinco quilômetros do centro da cidade (figura 1).

Figura 1: Mapa de localização do município de Quixadá-CE.



Fonte: IBGE, 2020. **Elaboração:** Santos, 2020.

O local de residência dos estudantes, segundo os padrões da distribuição geográfica, indica maior concentração na região do Sertão Central e regiões circunvizinhas. Foram registradas 138 respostas, dentre as quais 79 foram respondidas pelo gênero feminino e 59 pelo gênero masculino, inseridas majoritariamente nas seguintes descrições: gênero feminino (57,2%), heterossexuais (80,4%), autodeclarados como pardos (66%), brancos (21%) e pretos (8,7%).

Possuem faixa etária entre 22 e 27 anos (48,5%) e renda média entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00 (39,1%). Do total, 79% estudam no período noturno. Desta maneira, as generalizações a seguir tendem a caracterizar a percepção de estudantes pardas e pardos, jovens (entre 22-27 anos) e com renda familiar de um salário mínimo (tabela 1).

Tabela 1- Caracterização socioeconômica dos estudantes entrevistados do IFCE campus Quixadá, 2020.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS				
Turno (%)	Noite	Tarde	Manhã	
	79	15,2	17,4	
Faixa Etária (%)	16-21	22-27	> 28	
	35	48,5	16,5	
Autodeclaração (%)	Amarela (o)	Branca(o)	Parda (o)	Preta(o)
	4,3	21	66	8,7
Gênero (%)	Feminino	Masculino	Não Binário	
	57,2	42,1	0,7	
Orientação Sexual (%)	Heterossexual	Homossexual	Bissexual	Não sabe
	80,4	7,9	11	0,7
Renda Familiar (%)	Até R\$ 500	R\$ 500-1.500	R\$ 1.500-2.000	> R\$ 2.000
	16,7	39,1	28,3	15,9
Zona (%)	Urbano		Rural	
	76,1		23,9	

Fonte: Aplicação de questionário, set. 2020. **Elaboração:** as autoras, 2020.

De modo geral, os estudantes utilizam entre um e dois transportes (62,3% e 32,6%, respectivamente), gastando em média até uma hora (58%) para fazer o deslocamento. Quanto à qualidade dos trajetos, a avaliação dos respondentes do quesito ficou com média regular (53%), assim como iluminação (47,8%). Em relação à infraestrutura das paradas, os estudantes qualificaram majoritariamente como ruim e péssimo (56,6%), conforme apresentado na tabela 2. Dessa forma, identifica-se, em ordem de prevalência, os seguintes modais utilizados: transporte público, motocicleta, deslocamento a pé, carro e bicicleta.

Tabela 2: Deslocamento e infraestrutura geral.⁹

DESLOCAMENTOS E INFRAESTRUTURA - GERAL						
Quantidade de Transporte (%)	1 (Transporte)		2 (Transporte)		3 (Transporte)	
	62,3		32,6		5,1	
Transportes Utilizados (%)	Ônibus	Carro	Moto	Bicicleta	Á pé	Outros
	86,2	3,6	35,5	3,6	15,2	6,5
Tempo Gasto (%)	Até 1h		1h-2h		3h-4h	
	58		39,1		2,9	
Qualidade do Trajeto (%)	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	
	1,4	15,2	53	17,4	13	
Iluminação do Trajeto (%)	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	
	0,7	9,5	47,8	27,5	14,5	
Infraestrutura da Parada (%)	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não Utiliza
	0	9,4	24,6	31,2	25,4	9,4

Fonte: Aplicação de questionário, set. 2020. **Elaboração:** as autoras, 2020.

Quanto aos modais de deslocamento utilizados pelos estudantes de acordo com o gênero, observa-se que o gênero feminino, além de utilizar mais de um transporte, também gasta mais tempo, entre três e quatro horas, em relação ao masculino. Sobre a qualidade do trajeto, nota-se que a maioria das pessoas que o qualificaram como ruim e péssimo são do gênero feminino, enquanto apenas 25,4% do gênero masculino assim o qualificam (tabela 3).

Tendo em vista as desigualdades de gênero que permeiam as particularidades da problemática, foi averiguado que, de forma geral, as pessoas do gênero feminino possuem maiores dificuldades para acessar o *campus* por serem maioria nas categorias “tempo gasto”, “quantidade de transporte para se locomover” e “percepção da qualidade do trajeto”. Assim, é possível afirmar que existe uma assimetria no acesso ao *campus*, atravessada pela categoria gênero, confirmando que as expectativas de cada grupo social possuem particularidades de deslocamento, refletindo a condição socioespacial a qual cada sujeito está submetido.

Quanto à iluminação e às paradas de ônibus, os estudantes do gênero masculino foram os que mais avaliaram como “bom” esses dois pontos (11,9%). Também se verificou que esses são os que menos utilizam as paradas de ônibus (11,9% dos usuários). Tal estatística revela as diferentes percepções existentes entre os gêneros sobre a infraestrutura do transporte utilizado em suas

⁹ Neste item, o estudante poderia escolher mais de uma opção, por isso a porcentagem não totaliza 100%.

mobilidades. Conquanto o gênero masculino esteja menos preocupado com a estrutura das paradas de ônibus e/ou não as utilizam, o gênero feminino, por seu turno, demonstra preocupação maior com a infraestrutura e iluminação, visto como um potencializador do medo, já que esse déficit corrobora para a violência física e sexual, principalmente.

Tabela 3: Deslocamento e infraestrutura segundo gênero.

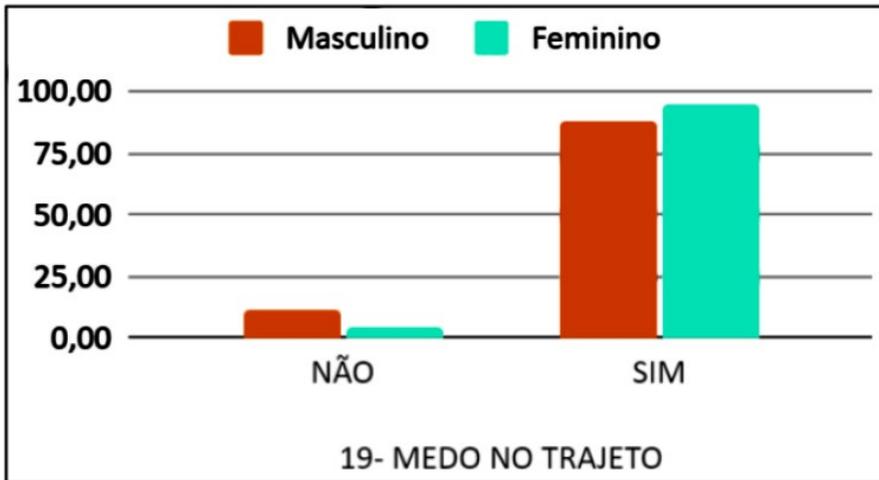
DESLOCAMENTO E INFRAESTRUTURA SEGUNDO GÊNERO						
Quantidade de Transportes (%)						
	1 (Transporte)	2 (Transporte)	3 (Transporte)			
Feminino	58,2	35,4	6,4			
Masculino	67,8	28,8	3,4			
Tempo Gasto (%)						
	Até 1h	1h-2h	3h-4h			
Feminino	59,5	36,7	3,8			
Masculino	55,9	42,4	1,7			
Qualidade do Trajeto (%)						
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	
Feminino	1,3	13,9	50,6	19	15,2	
Masculino	1,7	17	55,9	15,2	10,2	
Iluminação do Trajeto (%)						
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	
Feminino	1,3	7,6	53,2	24	13,9	
Masculino	0	11,9	40,7	32,2	15,2	
Infraestrutura da Parada (%)						
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não Utiliza
Feminino	0	7,6	30,4	29,1	25,3	7,6
Masculino	0	11,9	16,9	33,9	25,4	11,9

Fonte: Aplicação de questionário, setembro 2020. **Elaboração:** as autoras, 2020.

As análises relativas à sensação de “medo” e “segurança” (figuras 2, 3 e 4) demonstram que essas questões permeiam ambos os gêneros e os dois grupos se sentem temerosos e inseguros durante seus trajetos. No entanto, as implicações no cotidiano dessas condições são mais perceptíveis na vida das pessoas do gênero feminino, conforme averiguado pela pesquisa.

Figura 2: Percentual das percepções sobre os quesitos de sensação de medo segundo o gênero.

1- Geral:

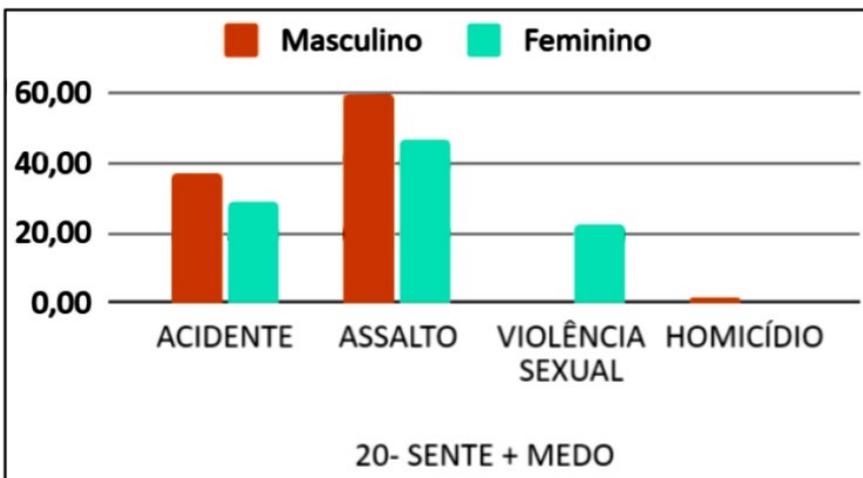
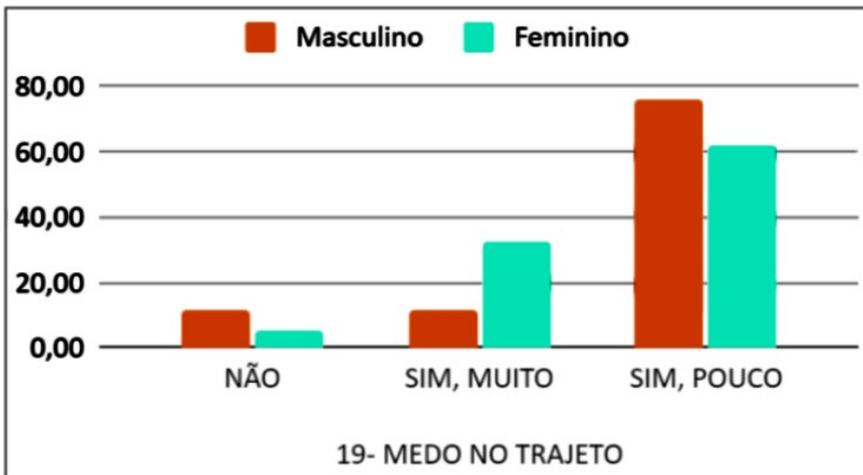


Fonte: Aplicação de questionário, set. 2020. Elaboração: as autoras, 2020.

Sobre a “sensação de medo”, verificou-se que, por mais que a maioria das pessoas sinta algum tipo de medo durante o trajeto até o *campus* (figura 2), ao ampliar a análise percebe-se que as pessoas que sentem medo de forma expressiva são majoritariamente as do gênero feminino, enquanto as pessoas do gênero masculino são maioria entre os que sentem pouco ou nenhum tipo de medo (figura 3).

Figura 3: Percentual das percepções sobre os quesitos de sensação de medo segundo o gênero.

2- Específico:



Fonte: Aplicação de questionário, setembro 2020. **Elaboração:** as autoras, 2020.

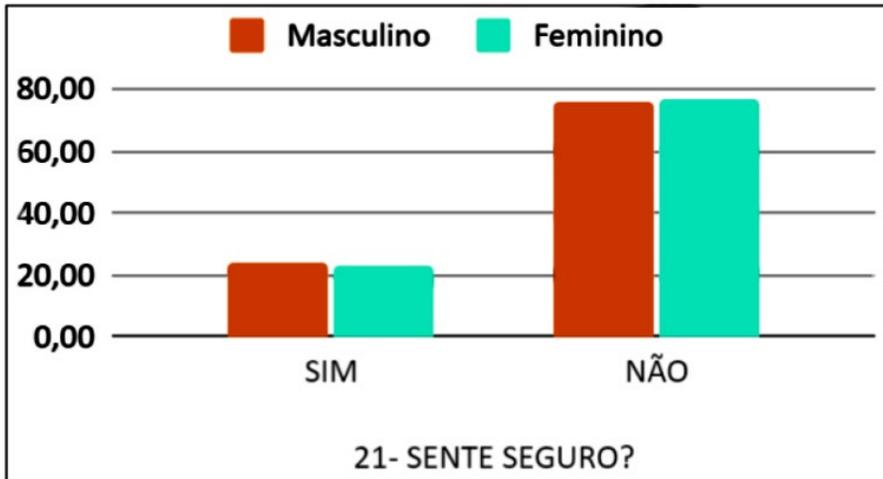
Ainda sobre o medo, atestou-se o que as pessoas mais temiam em seus trajetos. Nesse quesito, apesar de observar uma percepção aproximada entre os gêneros ao relatarem medo de assaltos e acidentes, ambos apresentam uma predominância percentual do masculino. E é justamente nessa predominância que resulta a diferença que mais chama a atenção ao analisar o terceiro item, que mais aflige os usuários segundo gênero: para as pessoas do gênero feminino é a “violência sexual”, com um percentual próximo ao item “acidente”, en-

quanto para o masculino observa-se o temor mais acentuado do item “homicídio” com uma grande diferença percentual face ao item acidente, apenas 1,7%.

É possível assumir que para as pessoas do gênero feminino existem praticamente três categorias patentes em relação ao medo (acidente, assalto e violência sexual). Já para as pessoas do gênero masculino, apenas duas (acidente e assalto). Ao analisar a sensação de segurança, encontra-se um padrão similar entre os gêneros. Em ambos, a maioria não se sente segura durante os trajetos, com uma pequena diferença percentual entre si (figura 4).

Figura 4: Percentual das percepções sobre os quesitos de segurança segundo o gênero.

1- Geral:

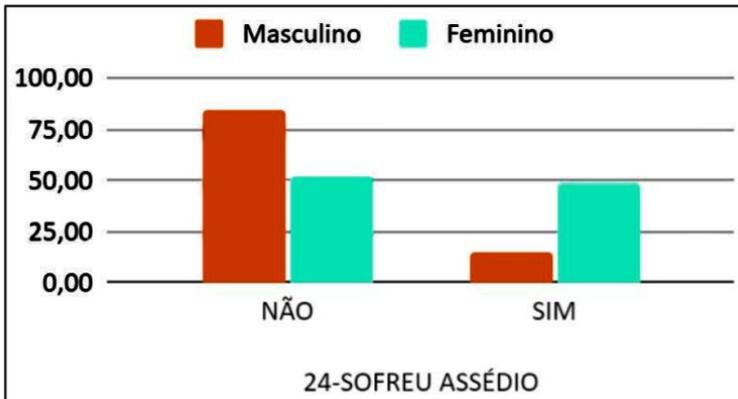
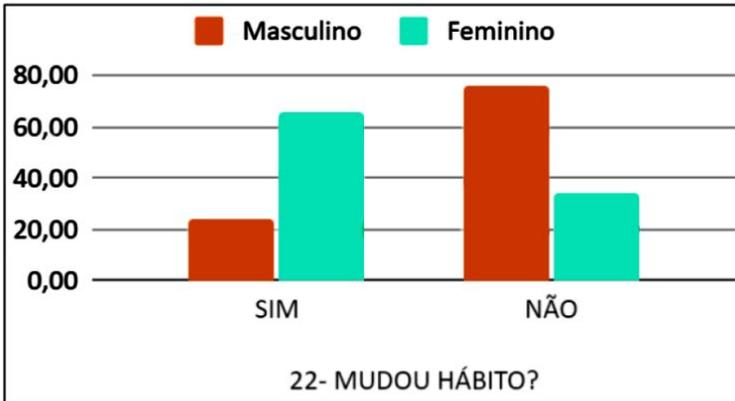
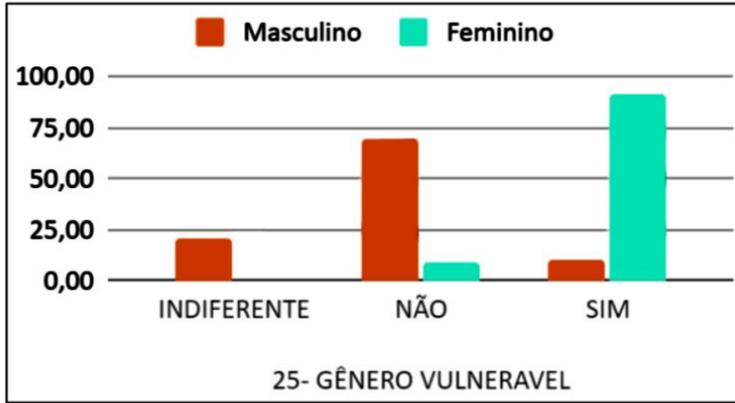


Fonte: Aplicação de questionário, setembro 2020. **Elaboração:** as autoras, 2020.

Contudo, ao verificar o impacto da sensação de segurança no cotidiano, de modo específico, observa-se um maior percentual de pessoas do gênero feminino que mudaram algum hábito na sua rotina para se deslocar com segurança (figura 5). Evidencia-se que a sensação de segurança condiciona a escolha de trajetos entre as pessoas do gênero feminino, fazendo com que a maioria adote estratégias específicas.

Figura 5: Percentual das percepções sobre os quesitos de segurança, segundo o gênero.

2- Específico:



Fonte: Aplicação de questionário, setembro 2020. Elaboração: as autoras, 2020.

Ainda sobre a segurança, ao questionar se as pessoas se sentem vulneráveis por pertencer a um determinado gênero, a maioria do gênero feminino respondeu que sim (91%), enquanto os entrevistados do masculino responderam em sua maioria que não (69,5%), ou ainda afirmam que o gênero é indiferente no que diz respeito à vulnerabilidade durante o trajeto (10,2%). Nenhuma pessoa do gênero feminino se mostrou indiferente quanto à vulnerabilidade. Esse fato é deveras importante, principalmente pela possibilidade de perceber a hegemonia do corpo masculino no espaço público, uma vez que este sempre fora concebido enquanto neutro nas análises espaciais da Geografia tradicional, como ressalta Reis (2015, p. 12):

A evolução da Geografia tem sido muito peculiar, centrada nas análises espaciais, por muito tempo ignorou sistematicamente a variável gênero como elemento de diferenciação social. Considerando a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, sem levantar as profundas diferenças que existem entre homens e mulheres na utilização do espaço (REIS, 2015, p. 12).

A sensação de neutralidade resulta da legitimidade do corpo masculino neste espaço, o que, em contrapartida, não é verificado entre os corpos femininos. Por fim, constatou-se a ocorrência de assédio durante o trajeto ao *campus* e, nesse sentido, observou-se com preocupação as distintas proporções entre pessoas que já sofreram algum tipo de assédio e as que não sofreram. Quanto ao gênero masculino, 84,75% dos respondentes nunca sofreram nenhum tipo de assédio. Já em relação ao gênero feminino, quase 50% das respondentes relatam ter sofrido alguma violência durante o trajeto. Esses dados, além de expressarem a diferença entre os quesitos de segurança — a violência direta — corroboram com os demais quesitos de segurança analisados, mostrando que uma grande quantidade de pessoas do gênero feminino não apenas se sente mais insegura durante o trajeto. Elas concretamente são/estão mais vulneráveis quanto a essa exposição.

Considerações finais

Este artigo investigou e analisou as diferentes percepções de medo e gênero entre os estudantes do IFCE campus Quixadá. Os resultados demonstraram que os gêneros feminino e masculino apresentam comportamentos e adapta-

ções distintos em seus trajetos como forma de enfrentamento às sensações de violência, insegurança e medo.

Destacou-se a assertividade da hipótese aqui proposta, no sentido de compreender que a percepção de gênero em relação ao medo na mobilidade é diferente entre os estudantes. A precariedade das vias de acesso ao *campus* e das paradas de ônibus, além das demais problemáticas aqui expostas no tocante à infraestrutura dos centros urbanos, apresentam-se como condicionantes das diferentes sensações de medo impressas nos estudantes. Dentre os aspectos que se apresentam determinantes na dificuldade e na melhoria da mobilidade dos estudantes, independente de gênero, estão os de ordem política, econômica, ambiental e cultural. Assim, os problemas relacionados ao medo e à mobilidade dos estudantes se intensificam, pois a dinâmica dos trajetos intermunicipais, necessários a um grupo expressivo de estudantes, continuam em ascendência, resultado do aumento contínuo da demanda de alunos a cada semestre. Nesse ínterim, destaca-se que a existência de infraestrutura, segurança e políticas públicas poderiam ampliar e melhorar sensivelmente a mobilidade dos estudantes, portanto precisam da rápida atenção da gestão pública.

Em suma, todo esse contexto leva a refletir sobre a urgência da desconstrução de um comportamento histórico-social que põe o gênero feminino em constante situação de vulnerabilidade. Salienta-se, ainda, que os números apresentados são partes fundantes do discurso ativo entre dominadores e dominados em um sistema social, havendo uma necessidade de desfazer a problemática existente entre os gêneros das situações também espaciais, a fim de romper as posições a que culturalmente o gênero feminino tem sido submetido e imposto.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719**: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-48.

DALBERIO, Osvaldo; DALBERIO, Maria Célia Borges. **Metodologia científica: desafios e caminhos**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2011.

ELVIR, Maria Amanda Martinez. **Mulher e mobilidade urbana, uma perspectiva de classe: Retratos da mobilidade de mulheres da comunidade do Coque em Recife**. 142 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife-PE, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **Portal IFCE em Números**. Quixadá, 2020. Disponível em: <https://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MÁXIMO, Francisco Rérisson Carvalho Correia. **Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará**. Urbe, Revista Brasileira Gestão Urbana [online], Curitiba, v. 12, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190080>. Acesso em: 22 set. 2020.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORERA, Jaime Alonso Caravaca; PADILHA, Maria Itayra. Representações sociais do sexo e gênero entre as pessoas trans. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 70, n. 6, p. 1235-1243, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672017000601235&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 out. 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir; ALENCAR, Rafael Augusto da Costa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Sistema de Indicadores de Percepção Social - SIPS**. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_segurancapublica.pdf Acesso em: 25 nov. 2020.

ORNAT, Marcio José; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa - Paraná. **Revista de História Regional**, Paraná, v. 1, n. 12, p. 175-195, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/335>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PAIM, Jamilson Silva *et al.* Distribuição espacial da violência: Mortalidade por causas externas em de Salvador (Bahia), Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington, DC, 6, p. 231-332, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2897/1/0956.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. O centro urbano de Quixadá-CE. *In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO*, Maceió. 2010. *In: Anais...* Maceió-AL, 17 a 19 de novembro 2010, p. 1-08.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067>. Acesso em: 25 nov. 2020.

REZENDE, Bibiana Conceição. O medo no espaço urbano: contextos históricos e sociais. **Revista Geografia em Atos**. Presidente Prudente, v. 5, n. 12, p. 148- 157, jul. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6510>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SANTOS, Ana Paula dos. Direito das mulheres à cidade e à mobilidade urbana: notícias de violência de gênero. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais...**, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Debora Ribeiro. **Mapa de localização do município de Quixadá-CE**. 2020. Mapa.

SEVERIANO, Renata Lourdes Linhares. **Violência, trauma e empoderamento representados nas Insubmissas lágrimas de mulheres, obra ficcional de Conceição Evaristo**. 128 f. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). Paus de Ferros-RN, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *In: SILVA, Joseli Maria. (Org.): Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009, p. 93-113.

4. Mobilidades intermunicipais da juventude universitária do IFCE campus Quixadá

Alyson Nobre Barros¹

Flavio Medeiros Pinheiro²

Francisco Tiago Ribeiro Silva³

Robson Brenno de Oliveira Cordeiro⁴

Marcilio Batista Magalhães Moura⁵

Introdução

A entrada no ensino superior no Brasil tem ocorrido de forma excludente, seja por motivos econômicos — circunscrito à parcela favorecida da população, enquanto a maior parte, menos beneficiada, fica alijada — seja por restrições territoriais, dada a localização e concentração das universidades nas grandes cidades e/ou centros regionais. Ao tratar este contexto, Máximo (2020, p. 3) aponta: “historicamente, o acesso às instituições federais de ensino ocorreu de forma bastante restrita, com recortes territoriais e de renda”.

A propósito, o ingresso aos centros educacionais nas metrópoles continua ao alcance de uma pequena parcela da população que detém maior poder aquisitivo e capacidade de arcar com despesas de manutenção e vivência nas

1 Graduando em Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; alysonnobre12@gmail.com.

2 Graduando em Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; flaviomedeiros1993@gmail.com.

3 Graduando em Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; ftiagoribeiros@gmail.com.

4 Graduando em Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; brenoOC@live.com.

5 Mestrando em Geografia - Universidade Federal do Ceará (UFC); marcilio.mmouraa@gmail.com.

idades ofertantes dos cursos. Diferentemente, a população menos abastada não possui condições de afluir às instituições e às regiões metropolitanas, devido ao sistema de seleção excludente e ao alto valor das despesas de manutenção (SILVA JUNIOR; AMORIM, 2013).

Nas últimas décadas, esse panorama tem mudado devido às várias medidas do governo federal, que visaram ao processo de interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES), levando universidades e institutos federais às várias cidades do interior, inclusive ao Ceará. Em consonância, o processo tem ofertado a possibilidade de entrada no ensino superior a estudantes dos municípios circunvizinhos àqueles onde foram alocados *campi* federais. Diante dessa nova realidade, é possibilitada a democratização da educação federal e a alteração da lógica histórica de concentração das instituições de ensino na capital do estado cearense.

Máximo (2020) ressalta que o processo de interiorização da IES objetivou desconcentrar os polos universitários dos grandes centros urbanos. Dessa forma, foram criados programas federais com intuito de disseminar cursos de educação superior, técnico e tecnológico em regiões não metropolitanas. Dentre os marcos legais, cita-se o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), parte integrante de um conjunto de ações do governo federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do Ministério da Educação (MEC). O Reuni foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096/2007 (BRASIL, 2007a), com o fito de expandir o acesso e garantir a permanência no ensino superior.

Como aborda Máximo (2020), atrelada a essa reestruturação desenvolveu-se a expansão do ensino técnico e tecnológico por meio dos institutos federais. O projeto é iniciado através do decreto federal 6.095/2007 (BRASIL, 2007b), visando reformular a rede de educação técnica com a implantação de uma nova estrutura educacional. Contudo, é apenas em 2008, com a lei federal nº 11.892 (BRASIL, 2008) e a instituição da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (REFPCT), que foram criados os Institutos Federais (IF), que englobariam os centros de educação técnica, agrotécnica e escolas federais existentes, atuando no padrão de reestruturação do ensino, ofertando condições diferenciadas para o desenvolvimento das atividades vinculadas à educação básica, profissional e superior.

No caso em análise, tem-se o município de Quixadá, cidade polo no Sertão Central cearense, que cumpre os critérios estabelecidos⁶ pelo Plano Nacional

6 Os critérios para que uma cidade-polo esteja apta a receber uma unidade de ensino são: "distribuição territorial equilibrada das novas unidades, cobertura do maior número possível de mesorregiões, sin-

de Educação (PNE), Reuni e REFPCT. A cidade foi escolhida para abrigar os *campi* da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2006 e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) em 2008, juntando-se a outras pré-existentes. Atualmente, tal concentração de instituições de ensino público/privado configura um polo de atração de estudantes das cidades vizinhas que buscam tais oportunidades.

Este capítulo analisa e discute o processo de mobilidade cotidiana no contexto educacional constante na vida dos estudantes de Quixadá e dos municípios do entorno, considerando o aumento contínuo do número de alunos matriculados neste polo acadêmico.⁷ O processo de mobilidade foi analisado, por um lado, sob a ótica dos trajetos e modais e, por outro, das trajetórias sociais, problemas cotidianos e sonhos inerentes à busca pela educação formal. Para fins metodológicos, optou-se pelo estudo de caso (GUTIERREZ, 2012; YIN, 2001), que propõe a investigação empírica e contribui para compreensão de fenômenos em variadas perspectivas.

Para o embasamento com os sujeitos da pesquisa, recorreu-se ao questionário com questões objetivas e também abertas, formuladas e distribuídas na plataforma *Google Forms* como primeira fonte de coleta de dados, com intuito de identificar quem são esses jovens, de onde partem e os meios de transportes mais usados para chegar às instituições. Com os dados, foi organizada a realização de entrevistas via *Google Meet* com perguntas abertas e semiestructuras, tendo um roteiro flexível que permitiu maior aproximação com esses sujeitos.

A análise aconteceu a partir de uma categorização dos dados coletados, relacionando-os aos conceitos de juventude rural (CASTRO, 2005; TRINDADE, 2015; WEISHEIMER, 2005) e mobilidade (GUTIÉRREZ, 2012). Em seguida, roteirizou-se, através de mapas, os caminhos utilizados pelos estudantes e, por fim, buscou-se identificar as principais problemáticas enfrentadas. Para propiciar melhor compreensão dos sujeitos da pesquisa, circunscreveu-se o universo aos jovens na faixa etária dos 15 a 29 anos que acessam regularmente o curso noturno de licenciatura em Geografia do IFCE campus Quixadá. A abordagem da categoria social juventude (TRINDADE 2015; WEISHEIMER 2005) desenvolve-se a partir da uma dupla condição, a saber: as concepções entre juventude rural e suas mobilidades visando aceder ao IFCE em variados contextos municipais.

tonia com os arranjos produtivos locais e aproveitamento de infraestruturas físicas existentes” (MÁXIMO, 2000, p. 6).

7 De acordo com o site IFCE em Números (IFCE, 2020), no início de suas atividades, em 2009, havia um total de 176 alunos matriculados, incluindo os cursos técnicos e superiores. Já em 2020, o número de alunos subiu para 1.090, um aumento de 519,32%.

Outrossim, a delimitação dos sujeitos juvenis em trajetórias transpassa a suposta perspectiva de linearidade dos itinerários, pois recorre aos trajetos, aos modais e às performances territoriais dos jovens no cumprimento das atividades acadêmicas e outros serviços (lazer, saúde etc.) disponibilizados em Quixadá. A esse respeito, discorre Gutierrez (2012, p. 69):

El viaje con motivo educación supone un viaje “lineal” a la escuela. Pero recibir educación involucra secuencias conexas de viajes para asistir a clase, hacer actividades curriculares complementarias (educación física, idioma, música), trabajos en equipo, investigar en biblioteca, tramitar el boleto estudiantil, hacer exámenes de salud etc.

É justamente na compreensão da viagem para fins educacionais e suas atividades correlatas, sejam elas para satisfação acadêmica e/ou pessoal, que vão emergir as subjetividades juvenis subsumidas nos trajetos dos estudantes do município de origem ao campus Quixadá.

A mobilidade e a(s) juventude(s) do IFCE: apontamentos teóricos

A mobilidade tem um papel fundamental no entendimento do deslocamento de pessoas no território, seja para atividades voltadas ao trabalho, estudos, recreação e lazer, seja para compreender as desigualdades socioterritoriais dos transportes. Com a crescente preocupação com os aspectos sociais no início dos anos 2000, Gutierrez (2012, p. 63) considera: “En general, la literatura muestra una transición hacia enfoques más ampliados y con énfasis en las personas más que en los medios de transporte, e incluso se consigna un cambio en el paradigma de pensamiento, del transporte a la movilidad”.

Para a geografia dos transportes, há uma relação entre modais e território, bem como entre sujeito e sua mobilidade cotidiana, ambos atributos utilizados a fim de satisfazer as necessidades das pessoas e de grupos sociais que se distribuem e se movimentam no território de acordo com suas satisfações. Considera Gutierrez (2012, p. 64):

Miralles-Guasch (2002) sostiene que la Geografía de los Transportes puede definirse como el estudio de los sistemas de transporte y sus impactos territoriales, y la movilidad cotidiana como

la suma de los desplazamientos realizados por la población de forma recurrente para acceder a bienes y servicios en un territorio determinado. El interés de la primera se centra en los medios que permiten el desplazamiento, el de la segunda en las personas que los usan.

A mobilidade pauta o território e as práticas sociais de deslocamentos cotidianos dos indivíduos, com ou sem transportes, visto que são promovidos por distintos vetores. É entendida como as diferentes performances desenvolvidas por indivíduos no deslocamento territorial, permitindo o reconhecimento dos elementos subjetivos incrustados nos deslocamentos individuais e coletivos, elevando à análise o percurso para além dos lugares de partida e chegada: evidência os sujeitos, suas intencionalidades e as viagens para cumprir atividades múltiplas: saúde, emprego, educação, lazer etc.

Ressalta-se que Gutierrez (2012) aponta um método analítico com três variáveis: a definição do tipo de viagem, do grupo social e do território. Isso posto, delimitou-se o trabalho na investigação do percurso cotidiano para o acesso à educação dos jovens estudantes que vivem na zona rural dos municípios interioranos do Sertão Central cearense.

Na literatura especializada são encontrados alguns teóricos do conceito de juventude. Para Troian e Breitebach (2018), há múltiplas formas de conceber a juventude, podendo tencionar concepções que os tratam por faixa etária, geração, ciclo de vida, aspectos culturais e representação social. Weisheimer (2005) indica que as diversificadas formas de abordagem podem levar em consideração a porção territorial, rural ou urbana, bem como aspectos da condição juvenil na sociedade. Já Ariès (1975) concebe juventude como uma categoria socialmente construída na sociedade moderna, a fim de desenvolver a análise das relações políticas, culturais, econômicas e sociais. Em complemento, Groppo (2000, p. 8) pondera a juventude como uma “criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos.” Em linhas gerais, a constituição de uma categoria permite investigar sujeitos sociais e suas respectivas formas de ser e agir na sociedade a partir de processos específicos que se desenvolvem.

Para efeito desta pesquisa, utilizou-se jovens estudantes na faixa etária de 15 a 29 anos em consonância com as outras definições. Reforça-se o entendimento de juventude conforme Weisheimer (2015, p. 44):

Entendemos por juventude uma categoria relacional fundada nas representações sociais, tais como as que conferem sentidos ao pertencimento a uma faixa etária que posiciona os sujeitos na hierarquia social atribuindo-lhes papéis sociais através dos diferentes processos que configuram as transições da infância a vida adulta.

A abordagem privilegiou as concepções de pertencimento dos estudantes, ou seja, a autoidentificação e suas vivências. Como elementos visualizados no questionário, tem-se porções representativas de jovens urbanos e rurais. Contudo, a escolha metodológica foi desenvolver o trabalho sobre os jovens rurais em trajetórias, a fim de visibilizar o processo de mobilidade enfrentado diariamente por eles e como isso impacta em suas vidas sociais.

Como debatido, há diferentes concepções sobre juventude rural devido às variadas formas de vivência e socialização no campo. Como afirma Castro (2005), a identidade da juventude rural é construída na sua autoidentificação, já que “jovem rural”, “jovem da roça” e “jovem do campo” são formas correlatas para abordar o mesmo sujeito que vive no meio rural. Weisheimer (2005) corrobora a multiplicidade de termos ao apontar a identificação de 14 formas díspares de tratar jovens que vivem em territórios rurais, elencando uma gama de perfis e condições juvenis ao caracterizar os sujeitos investigados a partir da dimensão geográfica ou da situação ocupacional. As distintas formulações e identificações sobre a categoria suscitam a multidimensionalidade tratada por Galindo (2014, p. 12): “a categoria juventude rural também deve ser compreendida a partir dos componentes étnico, de gênero, territorial, de orientação afetivo-sexual e religioso”.

Galindo (2014) reforça que a diversidade de jovens e componentes deve ser reconhecida e integrada no debate de políticas públicas. Porém, dentro de uma perspectiva que não provoque dissoluções da categoria, a fim de não fragilizar sua importância no âmbito dos debates governamentais e de instituições sociais. A unidade desses sujeitos na luta social e nos espaços de poder permite a conquista de políticas públicas aplicadas.

Frente ao aumento dos estudos sobre juventude rural, sua dinamização no meio social e a concepção dos jovens enquanto “sujeitos de direitos”, que remonta ao início dos anos 2000 (TRINDADE, 2015), avulta-se o seu direito a políticas públicas de acesso à terra, educação e serviços básicos, saindo da lógica do êxodo rural e dos problemas de permanência, fazendo com que esses jovens sejam mobilizados pela academia e pelo Estado como atores, sociais ca-

pazes de transformar a realidade em que vivem. Nesse contexto, Paulo (2018, p. 165) assim aborda:

A juventude do meio rural é atualmente percebida como um importante ator social a ser considerado como sujeito de políticas públicas. Antes percebido apenas como parte da família, com a universalização do acesso à educação, crianças e jovens rurais se tornaram, constitucionalmente sujeitos de direitos. Atualmente, muitas mudanças fazem com que esses jovens sejam vistos pelo Estado, pela Academia e por outras instituições como atores sociais.

A visão da autora se coaduna com a situação dos jovens que estudam em Quixadá, visto que a oferta do ensino técnico e superior, através de políticas como Reuni e REFPCT, promovem o acesso de jovens ao ensino público gratuito em regiões historicamente invisibilizadas. Estreitamente relacionado a esse processo, encontra-se a categoria aqui denominada de “jovens ou juventude em trajetórias”: estudantes que residem na zona rural e urbana de outras localidades e frequentam, no caso particular, o polo educacional quixadaense através de diferentes modais. Ao conquistar o direito de qualificação e a possibilidade inserção no mercado de trabalho, tornam-se atores de transformação da realidade municipal e de seus projetos pessoais de vida, a partir da educação superior.

Esses jovens em seus trajetos arrolam uma série de trajetórias (GUTIERREZ, 2012), representadas pelos processos intrínsecos à viagem em busca de educação, envolvendo as condições dos transportes, o tempo percorrido, as histórias e os sonhos que se entrecruzam, narrando a experiência na busca pela qualificação profissional. A mobilização dessa categoria vincula-se ao processo de expansão do ensino técnico, superior e profissional no território cearense, iniciada em meados dos anos 2000, que alterou o panorama educacional dos municípios interioranos e garantiu a mobilidade territorial dos estudantes aos polos educacionais. Um exemplo disso é o IFCE campus Quixadá, que abriu a possibilidade de ingresso para os jovens da mesorregião. Como trata Máximo (2020, p. 5):

O processo de expansão da educação profissional cumpriu papel importante na ampliação do acesso à escolarização em nível profissionalizante, mas também no ensino técnico e tecnológico. Para além, os IFs também contribuíram para a expansão do ensino superior, tanto de bacharelados quanto de licenciaturas, seguindo a obrigatoriedade imposta pelos documentos institucionais que regulamentam o funcionamento dos Institutos.

Concomitante à instalação do *campus* e a possibilidade de afluência de alunos do Sertão Central, aumenta a demanda por mobilidade em Quixadá e circunvizinhança, a fim de garantir modais de acesso diário aos docentes. Desse modo, a mobilidade no contexto educacional passa a ser uma realidade. O ato de ir e vir no território concebe trajetos e trajetórias gerados através dessas viagens.

A seguir, será abordada a situação dos estudantes do IFCE campus Quixadá, explicitando-se as principais rotas e a análise dos relatos dos entrevistados.

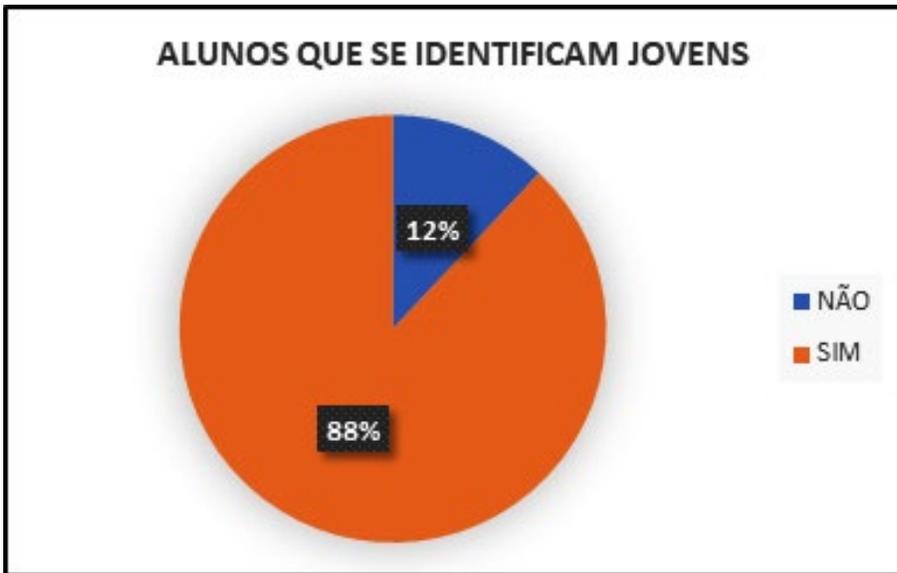
Mobilidades cotidianas dos jovens

A jornada cotidiana entre os locais de moradia e a instituição de ensino pode ser analisada através de determinados elementos, tais como: meios de transporte, interações com colegas, leituras, relacionamentos afetivos e demais acontecimentos que permitem considerar subjetividades experienciadas nesses percursos.

No intuito de compreender os sujeitos da pesquisa, os elementos territoriais e as subjetividades presentes nos trajetos, em 2020 foram aplicados dois questionários com perguntas objetivas e abertas, formuladas e distribuídas na plataforma *Google Forms*. No primeiro, os sujeitos em análise tiveram oportunidade de responder perguntas objetivas, a saber: categoria juventude, município de origem, percursos e meios de transporte utilizados para chegar à instituição de ensino. No segundo questionário, os relatos pessoais das viagens foram compartilhados de forma aberta, refletindo sobre pontos significativos, problemas enfrentados e demais questões atinentes aos modos de vivenciar tais deslocamentos. Por fim, foram realizadas entrevistas síncronas com os estudantes pela plataforma digital *Google Meet*, a fim de consolidar o entendimento dessas subjetividades.

Os questionários foram respondidos por 108 estudantes de diferentes semestres do curso de Geografia do IFCE campus Quixadá. A coleta de dados permitiu montar um mapa com o perfil de seus trajetos espaciais. O primeiro item abordou idade e entendimento sobre juventude. Dos participantes, 95 (88%) se identificaram como jovens e estavam dentro dos parâmetros da faixa etária, enquanto 13 (12%), não se identificaram nem pertenciam aos padrões de faixa etária (figura 1).

Figura 1: alunos da Geografia IFCE Quixadá que se consideram jovens.



Fonte: os autores, 2020.

Da expressiva amostra dos considerados jovens, seis respondentes não estavam dentro da faixa etária de 15 a 29 anos estipulada pela Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) para a categoria juventude (figura 2). Isso recai na discussão em que a definição dos jovens pela faixa etária é insuficiente e arbitrária, visto que não leva em consideração os sentimentos e as experiências desses jovens, relacionando-se ainda com as diferenças existentes entre sua idade biológica e social (WEISHEIMER, 2009).

A partir da representação das idades, pode-se identificar ainda a proximidade dos alunos de maior faixa etária que compreende a categoria e pode ser a causa da autoidentificação como jovem. Ademais, por se tratar de um curso de licenciatura noturno, os picos de idade dos alunos adultos tendem a uma porção mais representativa e não está exprimida pelo fato de não atingir a totalidade de estudantes com os questionários.

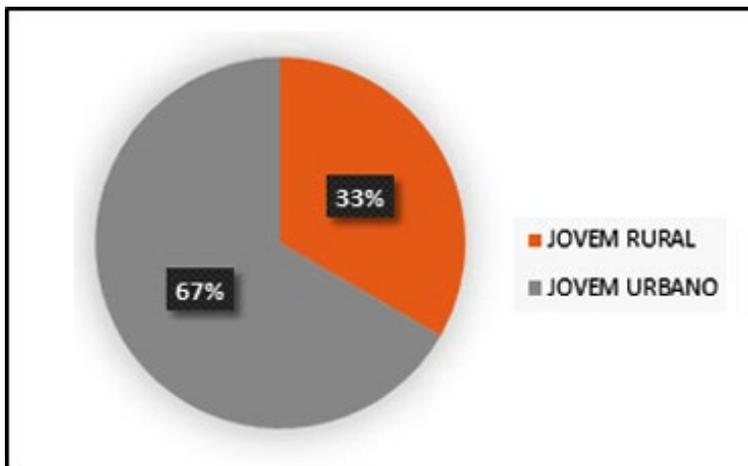
Figura 2: Representação da faixa de idade dos alunos que responderam ao formulário.

Fonte: os autores, 2020.

O segundo item focou na autoidentificação (figura 3) dos estudantes em dois grupos: rural ou urbano. Os jovens urbanos representam 67% e rurais, 33%. Dentre os sujeitos da segunda categoria, há uma amostra considerável de 28% que se autoidentificaram dentro de um padrão de vivência e mobilidade proporcionado pelo IFCE, acessando diariamente os serviços de educação, saúde, lazer, esportes, mídias sociais e de comunicação da cidade, destoando da condição de isolamento territorial e falta de oportunidade historicamente suscitada nas abordagens sobre jovens em territórios rurais.

Os trajetos e trajetórias realizados pelos jovens rurais fazem vislumbrar como e quais são as condições de transporte e mobilidade dos jovens urbanos que estudam no IFCE, visto que estes também realizam trajetos educacionais, mas tendem a performar no território de forma diferente, seja pelos modais à disposição ou pelos acessos facilitados a serviços citados anteriormente.

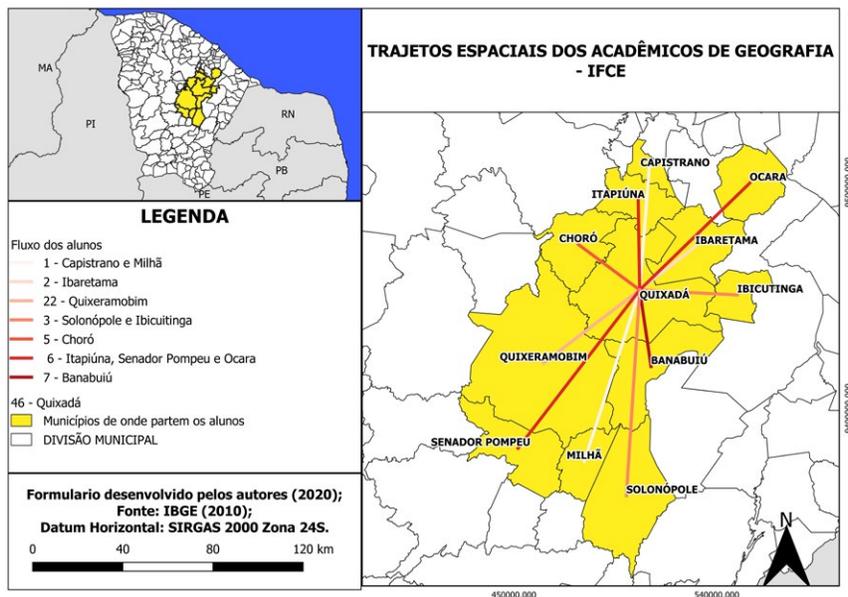
Figura 3: Como os jovens estudantes da Geografia Quixadá se autoidentificaram.



Fonte: os autores, 2020.

Nos questionários, foram identificados jovens de Quixadá e de municípios do entorno. Destes, 11 prefeituras disponibilizam ônibus para o deslocamento diário de discentes. Com base nos questionários, elaborou-se um mapa indicativo que permite visualizar os municípios de origem dos estudantes que se deslocam diariamente à cidade (figura 4).

Figura 4: Mapa com os trajetos espaciais dos estudantes da licenciatura Geografia, IFCE Quixadá.



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Barros, 2020.

O contato com estudantes revelou que as performances territoriais e as estratégias de deslocamento não estão vinculadas apenas aos quereres do alunado, mas também às possibilidades de acesso a transporte ofertadas pelas prefeituras, às distâncias para o IFCE, aos vínculos trabalhistas e às condições financeiras dos envolvidos. Tal constatação corrobora os apontamentos de Gutierrez (2012, p. 67):

las prácticas sociales de desplazamiento expresan requerimientos y capacidades diferentes que trascienden la dirección de los viajes (en función de la localización de orígenes y destinos) y la oferta de transporte (individual o colectivo, redes o servicios). En términos generales, puede decirse que el pasaje de la movilidad concebida a la realizada está mediado por la conjugación de deseos, necesidades, capacidades y esfuerzos de viaje.

A seguir, são reproduzidos trechos das entrevistas com intuito de compartilhar os entendimentos dos sujeitos da pesquisa. Foram selecionados quatro estudantes de três municípios cearenses (Senador Pompeu, Itapiúna e Solonópole) que expuseram seus trajetos e revelaram suas trajetórias, desde a preparação do percurso, os modais de deslocamento, sentimentos e barreiras enfrentadas.

Problemas e estratégias para a realização das viagens

A ida dos estudantes ao IFCE começa antes mesmo que tomem os ônibus municipais. Dependendo da localização de suas residências ou trabalho, eles criam estratégias para chegar ao ponto de parada para, então, tomar a condução final que os leva ao destino.

O jovem I mora em Senador Pompeu, a um quilômetro do ponto de ônibus e utiliza duas estratégias para chegar lá: a bicicleta e a caminhada a pé, tendo a primeira maior agilidade e economia de tempo para aceder à parada do coletivo. Por questões de segurança, o pai vai aguardá-lo para evitar assaltos e outros contratempos, visto que no horário de 23h30 o caminho torna-se perigoso.

O jovem II habita a zona rural de Itapiúna, na comunidade Marizeira, a 12 quilômetros do centro do município. Para ter acesso ao ônibus universitário, ele precisa se deslocar para a sede. Contudo, pela condição da estrada de terra, o retorno à noite e o número crescente de assaltos, prefere passar a semana em Ita-

piúna e só retornar à localidade onde reside nos fins de semana. Ressalta-se que o entrevistado ainda utiliza a modal motocicleta para percorrer semanalmente a distância casa-ponto de ônibus, ficando durante a semana na casa da avó.

O jovem III também se deslocada do município de Itapiúna. Mas, diferente do anterior, inicia seu percurso de outro distrito, ao meio-dia, por ser professor no turno vespertino. Porém, no seu retorno, consegue descer na localidade em que reside:

Eu moro no distrito que fica 13 km da cidade. Aí como é que acontece: eu saio da minha residência ao meio-dia em direção ao meu trabalho de carona com um colega de moto. Aí eu pego o ônibus, no ponto de ônibus, em frente à minha escola/onde eu trabalho as 5:30 da tarde e me direciono até o IF. No retorno, no caminho inverso, o ônibus passa no meu distrito, aí eu desço no meu distrito” (jovem III, 2020).

O final do percurso é feito a pé. Apesar da distância entre o ponto de ônibus e a residência ser de apenas 600 metros, o entrevistado diz que o deslocamento é feito em pequenos grupos para evitar assaltos, já que as vias do distrito são desprovidas de boa iluminação.

O entrevistado IV parte de Solonópole. Por residir em um sítio que está distante da sede municipal, teve que desenvolver algumas estratégias para conseguir acessar o IFCE campus Quixadá, como exposto em seu relato:

É que eu moro em um sítio, que fica um pouco mais próximo de Banabuiú, aí o ônibus deixou de passar aqui por conta da situação da estrada de Banabuiú pra Quixadá, aí ele estava indo por Quixeramobim, assim ficava melhor pra mim, ir com o pessoal de Banabuiú, do que ir pra Solonópole e chegar lá super tarde pra ter que vir pra casa (jovem IV, 2020).

Nota-se que, por conta da mudança de rota do ônibus, o jovem teve que mudar toda sua estratégia, passando a ir até a cidade vizinha (Banabuiú-CE) em transporte particular, para então tomar o ônibus disponibilizado por esta cidade e ir a Quixadá. No retorno, o jovem também precisa realizar uma baldeação em Banabuiú em horário avançado, às 23h, tomando novamente transporte particular para chegar em casa.

A principal questão relatada pelos estudantes que usam os ônibus refere-se às falhas mecânicas (figura 5). Sobre isso, expõem os jovens I e IV: “na viagem geralmente é quando o ônibus quebra e é bem frequente”; “é... ônibus quebrado,

pneu furado, ficar parado no meio da estrada de noite, sem nenhum socorro, sem sinal nem nada o jovem”. Quando questionados sobre a frequência de tais problemas, os entrevistados relataram que: “[acontecem] geralmente mais de uma vez no mês. Mas tem meses que às vezes duas vezes ou mais” (jovem I) e “varia muito, mas tem épocas que acontece praticamente toda semana, às vezes demora meses pra acontecer alguma coisa, varia um pouco” (jovem IV). Outras dificuldades são relatadas, como excesso de lotação, desconforto, intenso calor e a deficiência estrutural das rodovias.

Figura 5: Ônibus ofertado pela Prefeitura de Quixadá com problemas é empurrado por universitários.



Fonte: G1 Ceará, 2019.

Para alguns desses estudantes, tais percalços alteram o sentido da viagem, análogo ao proposto por Gutierrez (2012, p. 67): “la movilidad varía conforme a la distribución en el territorio de la calidad de los servicios. Cómo se presta una actividad o servicio incide en la práctica de viaje, sean éstos de transporte o de la actividad o servicio fin del viaje”. Ressalta-se que os estudantes quixadaenses e de municípios circunvizinhos não estão inertes aos obstáculos enfrentados com o transporte universitário. Exemplo disso são os frequentes movimentos reivindicatórios por eles realizados no próprio IFCE, evidenciando as constantes quebras, superlotações e condições precárias dos ônibus. As ações de exposição e as cobranças feitas pelos discentes datam desde os primórdios do *campus*, quando alunos participaram de uma audiência pública, em 2012, cobrando efetividade do poder público municipal no que concerne à regularização da oferta e melhoria do serviço de transporte.

Em 2018, houve uma expressiva mobilização dos estudantes que fixaram cartazes nas instalações do *campus* (figura 6) e realizaram rodas de conversa conflagradas após uma série de adversidades enfrentadas, inclusive com algumas rotas canceladas. Em consequência, muitos alunos foram deixados à noite no IFCE, obrigando-os a caminhar cinco quilômetros até o centro.

Figura 6: Cartazes com protesto dos estudantes do IFCE contra problemas do transporte universitário.



Fonte: Pontes, 2018.

As apreensões geradas diariamente nos trajetos influenciam as trajetórias dos estudantes, conforme item a seguir. Quando questionados se existiria uma palavra ou sentimento que definissem os trajetos realizados, um jovem foi enfático:

às vezes eu sinto medo. Eu tenho medo de encontrar algum acidente, que as estradas são muito ruins, tem muito buraco e outra, muito escuro. Às vezes o motorista corre muito e às vezes o ônibus não tem cinto e também para voltar para casa né? No trajeto do ponto de ônibus para casa tenho medo de assalto, essas coisas (jovem I, 2020).

Em complemento, o jovem II discorre: “a gente acaba ficando com medo. Por conta da viagem à noite, dos assaltos, teve (já ocorreram) acidentes”. Mesmo com o recorrente sentimento de medo, o desejo de estudar e o prazer de concluir a jornada acadêmica superam quaisquer temores. Em concordância com os demais relatos, têm-se o depoimento do jovem III:

É muito interessante essa questão da reflexão, da gente exercer essa capacidade reflexiva do trajeto em que a gente realiza. Vai depender justamente do dia que você está. Se você está bem, você se sente bem dentro do ônibus [...] Mas eu nem vejo como um sentimento extremo de ruindade, nem como aquele sentimento de perfeição. Eu vejo como uma necessidade, eu vejo como uma possível... eu vislumbro essa rotina. Eu vislumbro ela como uma possibilidade de alavancar algo melhor futuramente e economicamente também para mim. Relacionado justamente a consolidação de concluir a licenciatura em geografia, que é justamente essa satisfação que me promove todo dia esse deslocar da minha residência [...] (jovem III, 2020).

Apesar dos medos e incertezas, a viagem rotineira dos jovens a Quixadá integra-se ao processo de transformação enquanto pessoas que anseiam um futuro profissional mediado pela formação superior.

Considerações finais

A universalização de vagas e interiorização do ensino técnico e superior estão promovendo alterações nas dinâmicas sociais das cidades que abrigam centros acadêmicos, incitando novas possibilidades de viver, estudar e

trabalhar em sua hinterlândia. Quixadá, exemplo de polo universitário, está envolvida nesse processo com destaque para as necessidades da mobilidade estudantil. O transporte relaciona-se diretamente com as condições de oferta, utilização e deslocamento das pessoas no território, seja na dinâmica interna da cidade ou nas condições ofertadas pelas prefeituras de municípios vizinhos, criando novas territorialidades na região.

Partindo da problematização do conceito de juventude, a investigação pretendeu compreender as performances territoriais e estratégias utilizadas pelos estudantes que compõem seus deslocamentos cotidianos ao IFCE. Como resultado, indica-se que o padrão de mobilidade dos jovens estudantes da Geografia do campus Quixadá está intimamente ligado a oferta e condição dos transportes, problemas mecânicos dos veículos, infraestrutura precária das rodovias, horários inoportunos, longas jornadas e o sentimento de medo que ronda os deslocamentos diários. Ademais, observou-se que os estudantes criam estratégias para chegar até a instituição, quais sejam: utilização de diferentes modais, adaptação ao horário de saída dos ônibus e recorrer à companhia de familiares e amigos. Tendo em vista que a viagem de retorno ocorre em horários avançados e diante dos temores de assalto, alguns fazem partes do trajeto a pé, acompanhados de um parente ou em grupos de alunos; outros dormem na casa de algum familiar da zona urbana ou deixam um outro modal (moto ou bicicleta) próximo ao ponto de ônibus para agilizar o retorno em direção ao local onde residem.

Por fim, a força de vontade e o desejo de concluir a jornada acadêmica mostraram-se elementos essenciais para a resiliência desses jovens diante das adversidades dos trajetos cotidianos, vislumbrando um futuro de melhorias das suas trajetórias sociais.

Referências

ARIËS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. S. A, 1975.

BARROS, Alyson Nobre. **Mapa com os trajetos espaciais dos estudantes da Licenciatura geografia — IFCE**. 2020. Mapa.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **Diário**

Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e das outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm#:~:text=Institui%20a%20Rede%20Federal%20de,Tecnologia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 3 nov. 2020.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural: apenas uma palavra ou mais que uma palavra. *In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 29, 2005, Caxambu. *In: Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2005. p. 1-15. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt21-19/3812-ecastro-juventude/file>. Acesso em: 20 out. 2020.

G1 CE. Ônibus universitário quebra, e alunos descem para empurrar veículo no Ceará. **G1 Ceará**, Fortaleza, 03 maio, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/03/onibus-universitario-quebra-no-meio-do-transito-e-passageiros-saem-para-empurrar-o-veiculo-em-quixada-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2020.

GALINDO, Eryka Danyelle Silva. Juventude rural e políticas públicas no Brasil. *In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.). Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Presidência da República, p. 122-132, 2014.

GROPPO, Luís Antônio, **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUTIÉRREZ, Andrea Inés. Qué es la movilidad? Elementos para (re) construir las definiciones básicas del campo del transporte. **Revista Bitácora Ur-**

bano Territorial, Bogotá, v. 21, n. 2, p. 61-74, jul-dic, 2012. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/748/74826255011.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **Portal IFCE em Números**. Quixadá, 2020. Disponível em: <https://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-186.

MÁXIMO, Francisco Rérisson Carvalho Correia. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. **Revista Brasileira Gestão Urbana**. Curitiba, v. 12, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692020000100207&script=sci_arttext. Acesso em: 23 abr. 2020.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. A interiorização das universidades federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior: o caso da UAST/UFRPE. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 38, n. 1, p. 162-177, 2018. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/45/37>. Acesso em: 8 nov. 2020.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **Cartazes de manifestação de docentes no IFCE campus Quixadá**. 2018, color, digital.

SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato da; AMORIM, Jefferson Gonçalves de. Fatores socioeconômicos que influenciam o desempenho educacional: uma análise dos alunos concluintes da autarquia educacional de Belo Jardim no Agreste Pernambucano. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 13, p. 168-201, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/22709>. Acesso em: 17 nov. 2020.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e jovens em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400789&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2020.

TRINDADE, Domingos Rodrigues. **Constituição do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da reforma agrária na microrregião Guanambi, Bahia**. 2015. 357 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

YIN, Robert. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. A situação juvenil na agricultura familiar. *In*: LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

5. Pau de arara no sertão cearense: cultura, territorialidade e resistência

Bruno de Castro Santos¹
Eduardo Lúcio Guilherme Amaral²

Quando eu vim do sertão, seu moço, do meu Boddó, a malota era um saco e o cadeado era um nó. Só trazia a coragem e a cara, viajando num pau de arara. Eu penei, mas aqui cheguei
(MORAES; GONZAGA, 2001)

Introdução

O ser humano é essencialmente cultural e, em cada lugar, imprime marcas que identificam sua cultura. Esses aspectos se diferenciam conforme a dinâmica social dos lugares, provocando nas pessoas olhares diferenciados para objetos e situações do cotidiano que, por vezes, passam despercebidos. A partir do olhar geográfico, tais fenômenos podem ser analisados como um elemento cultural, percebido em distintas conotações.

Claval (1995) afirma que é pela cultura ou por meio de atributos culturais que as populações fazem sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular, além de se enraizarem no território. Nesse sentido, complementa-se com o pensamento de Wagner e Mikesell (2014, p. 28):

- 1 Graduando em Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; brunocastro.ifce@gmail.com.
- 2 Prof. Dr. em História - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; eduardolucio@ifce.edu.br.

a noção de cultura considera não indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo além das numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades.

Assim, em andanças pelo centro de Quixadá e através de um olhar aguçado sobre fluxos e fixos, deparar-se com o pau de arara — transporte cotidiano da população — indica a relevância desse modal para a dinâmica socioespacial do município e região do entorno. Santos (1994) define fixo como aquilo que é concreto, material ou que sofreu um processo de transformação ou criação humana, adquirindo uma função, um sentido, enquanto “os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modifica” (SANTOS, 2008, p. 62). Logo, os fluxos estão relacionados a movimento, ações. São forças que dinamizam os fixos.

Quixadá é o maior município da região de planejamento Sertão Central Cearense, com uma população de 80.604 habitantes, sendo que 57.485 residem na zona urbana e 23.119 nas áreas rurais, distribuídos em uma área de 2.019,8 km², com 13 distritos, alguns distantes da sede (Ipece, 2017). Em função de sua significativa área territorial, a mobilidade dos cidadãos é limitada, em especial para os que residem nos distritos e áreas rurais. A cidade não tem frota regular de transporte público. Nessa ausência, para atender a demanda da população, os paus de arara (figura 1) surgem como uma alternativa para minorar a problemática mobilidade rural-urbana.

Figura 1: Paus de arara no centro de Quixadá.



Fonte: Santos, 2020.

Uma definição contundente sobre paus de arara é concedida pelo historiador Villa (2017, p. 54):

Os caminhões eram precariamente adaptados para transportar passageiros. Na carroceria eram colocados bancos de madeira no sentido vertical. Ganhavam uma cobertura de lona. Transportavam, em média, de setenta a cem passageiros, entre adultos e crianças. Na boleia ia o motorista, um ajudante e, eventualmente, um passageiro mais aquinhado. A denominação de paus de arara para os caminhões — e que também foi extensiva aos sertanejos — acabou se consagrando na década de 1950. Para uns, a denominação originou-se devido à cobertura e aos bancos que lembrariam uma gaiola, e como os passageiros tinham de ficar agarrados ao gradil do caminhão para se proteger dos solavancos da viagem, era reforçada a analogia com os pássaros.

O pau de arara continua sendo vital para a população das cidades interiores, a exemplo de Quixadá. Contudo, teve seu ápice em volume de transporte no período das migrações que partiam sobretudo da região semiárida nordestina com diversos itinerários: “a construção da estrada Belém-Brasília, a edificação da nova capital, a cafeicultura do Norte do Paraná e as grandes metrópoles do Sudeste, aparecem como principais destinações desses migrantes” (RUA, 2003, p. 217).

As migrações eram, de modo geral, “motivadas por fatores sócio-econômicos. A carência de recursos, de trabalho, de alimento e de condições de vida propicia a motivação para buscar, em outras terras, aquilo que a terra natal não supre” (BAGNO; EWALD; CAVALCANTE, 2008, p. 1). A partida compunha algo complexo para o sertanejo, pois este tinha apreço e uma relação intrínseca com sua terra. Muitos, sem condições financeiras, juntavam o pouco que tinham e vendiam para arriscar suas vidas migrando.

Eu vendo meu burro
 Meu jegue e o cavalo
 Nós vamo à São Paulo
 Viver ou morrer
 Nós vamo à São Paulo
 Que a coisa tá feia
 Por terras alheias
 Nós vamo vagar
 (ASSARÉ, 1964)

O pernambucano Luiz Gonzaga, conhecido pelo epíteto de Rei do Baião, foi um dos principais disseminadores da cultura nordestina pelo Brasil. Conforme visto em alguns trechos de letras neste trabalho, Gonzaga cantou as riquezas e as tristezas de sua terra natal. Algumas dessas canções trazem narrativas acerca das migrações dos nordestinos sobre os paus de arara. Suas músicas irromperam no Brasil, tornando-o figura ativa na radiofonia. As agruras trazidas pela complexidade histórica que envolviam as secas no Nordeste semiárido eram devastadoras; ainda assim, muitos sertanejos resistiam e permaneciam no seu torrão até o limite, conforme cantou Fagner no icônico verso: “só deixo o meu Cariri no último pau de arara” (GUIMARÃES; CORUMBÁ; VENÂNCIO, 2000).

Os anos de 1950 denotam “o pleno desenvolvimento do Sudeste, com o Nordeste absolutamente esquecido, vitimado pelas agruras do sistema político e pela seca, mostra uma multidão que lotava os caminhões em busca de trabalho” (LEITE; VIEIRA, 2016, p. 67). Com poucas alternativas, os sertanejos juntavam o que tinham, subiam nos paus de arara e partiam, deixando para trás saudades e memórias.

Minha vida é andar por este país
 Pra ver se um dia descanso feliz
 Guardando as recordações
 Das terras onde passei
 Andando pelos sertões
 E dos amigos que lá deixei
 Chuva e sol
 Poeira e carvão
 Longe de casa
 Sigo o roteiro
 Mais uma estação
 (GONZAGA; CORDOVIL, 1981)

Apesar de as migrações nordestinas terem ocorrido para outras regiões do Brasil, o principal destino era o Sudeste. Para lá foram mobilizadas milhões de vidas, transformando a paisagem, a demografia, a cultura e a economia do país. Mas, no que tange à realidade do sertão cearense — onde se insere Quixadá — ainda são necessários mais estudos sobre os transportes no diz respeito às cidades de pequeno e médio porte.

Eu vou falar desse povo
 Que não faz mal a ninguém
 O sertanejo do norte

Que de pau de arara vem
 Desprotegido da sorte
 Sou pau de arara também
 (VALE; MONTEIRO, 1959)

Desse modo, buscou-se compreender a dinâmica socioespacial da mobilidade rural-urbana em Quixadá que ocorre em paus de arara, aludindo a letras de músicas que abordam o tema. Este estudo está concentrado no âmbito da Geografia Cultural, articulando questões pertinentes à Geografia Econômica e da População. Com isso, procurou-se o estabelecimento de elementos vinculativos que permitissem uma compreensão dos fenômenos sociais e espaciais, levando em consideração o universo das manifestações culturais da atualidade em Quixadá. Salienta-se que existe uma atinente lacuna na literatura sobre os paus de arara e também sobre os fatores que o mantêm em atividade. Isto posto, fez-se necessário adensar os estudos sobre o objeto e atrelar tal fenômeno a elementos diversos (culturais, sociais e econômicos).

Apesar de a Justiça e o Código de Trânsito Brasileiro não autorizarem o uso regular dos paus de arara para o transporte de passageiros, esses veículos continuam a ser empregados de maneira informal, devido à precariedade de estradas e frotas no interior do país bem como pela praticidade, economia e prestabilidade para usuários. Todavia, o foco do presente artigo abrange as questões culturais e não meramente as legislativas.

Itinerário metodológico

A pesquisa foi feita através de um estudo de caso sobre os paus de arara e sua importância na dinâmica socioespacial no município de Quixadá e entorno. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o conjunto não são claramente evidentes. O estudo de caso permite uma aproximação com o objeto de estudo e revela uma ligação intrínseca com os sujeitos, norteando uma fidelidade nas informações pesquisadas.

Quixadá foi escolhida por sediar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), instituição a que o presente projeto³ de pesquisa está vinculado. Um dos vetores que despontou o interesse por

3 Projeto de pesquisa “Trajetos e trajetórias: mobilidades estudantis no sertão central cearense”: aprovado e cadastrado na plataforma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFCE.

esse fenômeno surgiu através de caminhadas diárias no centro da cidade. A presença do pau de arara trouxe inquietações geográficas e percepções culturais sobre os sujeitos que faziam usufruto desse meio de transporte.

Em um primeiro momento, foi realizada a revisão da literatura para o embasamento teórico na análise de diversas fontes: artigos, livros e músicas, com a finalidade de robustecer academicamente o trabalho, tais como: Yin (2010), Arrais, Tavares e Moreira (2017), Claval (1995), Lefebvre (1999), Mondardo (2009), Rua (2003), entre outros. Também foi realizada a etapa de atividades de campo, fazendo uso da observação direta, a partir da qual é possível “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996, p. 79). Essa observação aproxima o pesquisador do objeto de estudo e “[...] procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 71).

Para complementar o percurso metodológico, foram realizadas entrevistas com os sujeitos que fazem as trajetórias sobre os paus de arara. Haguette (1997) define entrevista como um processo de interação social entre duas pessoas no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado, permitindo coletar tanto dados objetivos quanto subjetivos. As entrevistas ocorreram em 2020, auxiliando a análise do discurso da temática investigada.

Ressignificação e resistência dos paus de arara

Quixadá possui um centro mediador de comércio local que conecta outras cidades do Sertão Central. Para lá convergem pessoas das cidades circunvizinhas, bem como moradores das zonas rurais que buscam produtos e serviços não existentes em suas localidades. É um espaço prenhe de relações contraditórias e solidárias entre objetos e pessoas. Diversos são os fatores atribuídos à singularidade da sua produção espacial: “são movimentos de pessoas, são movimentos de objetos, são ações e objetos, são relações entre pessoas em movimento, sujeitos que se movimentam para o trabalho, lazer, consumo dentre outros” (MONDARDO, 2009, p. 58).

Os sujeitos produzem o espaço fundamental para essa dinâmica socioespacial. Corrêa (1995, p. 26), apoiando-se em Lefebvre, afirma que o “espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto

é, reprodução da sociedade”. O próprio Lefebvre (1999) concatena a ideia de que espaço é a reprodução de um modo de vida. Nesse contexto estão atrelados diversos fatores como sonhos, desejos, anseios e ideias, permeados pela singularidade cultural do espaço. O autor ratifica que a produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção de ideias, representações, linguagem. Mondardo (2009) afirma que a produção do espaço não se limita apenas à produção física do capital, mas também à produção da(s) forma(s) de vida da(s) pessoa(s) com suas ideias e representações.

Na produção desse espaço é vinculada necessariamente a mobilidade, por ser um local dinâmico cujas funções demandam movimentação tanto de pessoas quanto de objetos. Para Wunsch e Termote (1978), mobilidade espacial refere-se à habilidade de mover-se no espaço, fenômeno que pode envolver não apenas a migração, considerada como mudança de lugar de residência, mas também os movimentos diários, como os pendulares. E como ainda teoriza Souza (2005, p. 120) “a mobilidade expressa de que forma e por que razões as pessoas se deslocam nas cidades”. Logo, a acessibilidade é de fundamental importância para que a mobilidade se concretize. Souza (2005, p. 126) também considera que “a acessibilidade é o acesso fácil, qualidade do que é acessível”. Assim, “numa perspectiva geográfica, é o melhor e mais rápido acesso a determinado(s) lugar(es), é a capacidade de se ter mobilidade ‘fluída’ para realizar aquilo que se tem disponível em outro(s) lugar(es)” (MONDARDO, 2009, p. 65).

Mobilidade e acessibilidade são elementos centrais nas análises urbanas: “as funções urbanas têm por base três elementos principais: sistema viário (elemento fixo), os percursos (fluxo) e os veículos (meio de transporte público)” (MEYER; GROSTEIN; BIDERMAN, 2004). A deficiência de mobilidade é um vetor que agrava as desigualdades sociais, atingindo sobremaneira a população mais carente, permeada pela precariedade de um sistema de transporte no fluxo da população. Isso ocorre continuamente em Quixadá, acentuado pela ausência de políticas públicas eficientes. Logo, o pau de arara emerge como uma possibilidade de mobilidade para o povo.

Na medida em que se adentra para o interior do Ceará, em especial às cidades localizadas nas regiões sertanejas, é notório um quadro de cidades com alguns serviços públicos de baixa qualidade ou a total ausência dos mesmos. Um exemplo disto é o serviço de transporte alternativo entre as zonas urbanas e rurais destes municípios que, na ausência de políticas públicas que pro-

movam a infraestrutura mínima para tais atividades, provocam o surgimento de mercados paralelos de transporte sem muitas vezes possuir qualquer nível de inspeção ou segurança, tal como os veículos de carga adaptados para o transporte de passageiros, popularmente chamados de “Paus de Arara”, ainda comumente encontrados no Nordeste brasileiro (ARRAIS; TAVARES; MOREIRA, 2017, p. 682).

Por ser um município com área territorial significativa e não dispor de uma frota regular de transporte municipal, alternativas são buscadas para facilitar a mobilidade dos munícipes que precisam cumprir suas trajetórias diárias.⁴ E, assim, o pau de arara se torna uma premissa de mobilidade para a população rural. Ele tem viés econômico, social e cultural, além de relevante significado na relação homem e espaço. As trajetórias dos usuários desse modo de transporte são permeadas por histórias e vivências singulares, repletas de significados.

Os paus de arara (também chamados de carros de horário) estão enraizados na cultura do povo e fazem parte do cotidiano dos moradores de distritos e localidades. Os veículos que circulam em Quixadá são de diversos tamanhos. Partem de seus locais de saída por volta de seis horas da manhã e, ao chegarem no centro da cidade, têm pontos específicos para estacionar, sobretudo no centro da cidade (figura 2), concentrando-se na Rua Eudásio Barroso, próxima à agência da Caixa Econômica Federal (CEF) e na Praça da Catedral Jesus, Maria e José.

Figura 2: Paus de arara estacionados na rua Eudásio Barroso, Quixadá-CE.



Fonte: Santos, 2019.

⁴ Considerou-se o pau de arara como um modal que supre diversas necessidades dos cidadãos, todavia salienta-se que esta pesquisa não abordou seu viés econômico, no contexto da prestação de serviços de transporte.

Passageiros de variadas idades sobem e descem das carroceiras dos paus de arara. Geralmente prioriza-se a viagem de idosos e gestantes na boleia do caminhão, na companhia do motorista. Além dos usuários, transportam também produtos que os moradores da zona rural adquirem na cidade. São mercadorias distintas: do cimento ao tijolo, passando por eletrodomésticos e até animais. Além do baixo custo, outra vantagem para os passageiros são as relações amigáveis estabelecidas com os motoristas, permitindo que o modal tenha flexibilidade em sua rota, parando em frente a suas residências, o que facilita e facilita o manuseio dos produtos e volumes que, de outro jeito, não seriam admitidos em outros modais, como também salientado por Silva, Pereira e Mapurunga (2014, p. 100): “as viagens têm horários (idas/partidas), trechos, dias, preços e até algumas paradas previamente estabelecidas pelo proprietário do transporte”.

O uso dos paus de arara como transporte alternativo em Quixadá ocorre tanto pela ausência de transporte público coletivo como pelo fato de os caminhões serem robustos e conseguirem trafegar nas estradas vicinais — em geral, carroçáveis e esburacadas —, que nos períodos chuvosos ficam com péssimas condições, dificultando a trafegabilidade. Esses caminhões fazem a trajetória rural-urbana no município de segunda-feira a sábado, com uma diminuição significativa do quantitativo no último dia da semana. Em média, circulam mais de 30 paus de arara por dia, conectando distritos e localidades com o centro da cidade. A chegada ocorre entre 6h e 7h da manhã e o regresso, por volta do meio-dia.

Pau de arara como transporte à margem da legislação

O pau de arara faz parte do imaginário popular nordestino desde meados do século XX, no auge das migrações e da produção dos carros Fenemê (FNM, Fábrica Nacional de Motores) que expandiu a frota de caminhões no Brasil. Como visto, contribuiu para a integração nacional, fazendo a conexão dos nordestinos com outras regiões do Brasil e, a partir dessa conectividade, houve mudanças significativas na interação cultural. Em termos de legislação de trânsito, resiste até os dias atuais, porém sem o volume de outrora, passando a ser condicionado por algumas restrições. Possui variada utilidade nas cidades de pequeno e médio porte do sertão nordestino, facilitando a logística de passageiros e mercadorias; contudo, são precários no tocante à segurança e conforto, tornando-se perigosos e vulneráveis a acidentes.

Contudo, vale ressaltar que, embora integre o folclore do povo nordestino, o Pau de Arara constitui-se como uma modalidade de transporte que funciona às margens da legislação brasileira. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) atual esclarece que o veículo não apresenta condições mínimas à segurança e conforto dos passageiros, tornando-o um transporte completamente inadequado e, portanto, irregular (ARRAIS; NASCIMENTO; SILVA, 2018, p. 79).

A Resolução nº 508, de 27 de novembro de 2014 (BRASIL, 2014), permite em caráter eventual a circulação de veículos de carga ou misto transportando passageiros no compartimento traseiro. Entretanto, deve atender uma série de normativas. Assim, o pau de arara é permitido ante a inexistência de meios de transporte adequados, ou seja, linha regular de ônibus. Mas, para que consiga trafegar, é necessário que origem e destino da rota estejam, ao menos teoricamente, no mesmo município ou na circunvizinhança.

Algumas adaptações são perceptíveis nos paus de arara que trafegam por Quixadá, como as escadas de acesso e carroceria com cobertura. Contudo, outros itens citados na Resolução não são cumpridos pelos proprietários dos caminhões. Sobre a fiscalização, as “[...] autoridades com circunscrição sobre as vias a serem utilizadas no percurso são competentes para autorizar, permitir e fiscalizar esse transporte por meio de seus órgãos próprios” (BRASIL, 2014). Porém, tais órgãos não fazem a devida fiscalização e os paus de arara circulam diariamente sobre as estradas carroçáveis e vicinais, fazendo a conexão campo-cidade.

A voz dos sujeitos que dão vida aos paus de arara

Esta pesquisa permitiu uma aproximação intrínseca com o objeto de estudo. Os trabalhos de campo trouxeram um real entendimento acerca das percepções dos sujeitos concernentes ao pau de arara: motoristas e passageiros. A realização de entrevistas possibilitou conhecer as impressões que esses sujeitos têm sobre o modal, pois o cotidiano é permeado por histórias e vivências singulares. Eles contribuem sobremaneira na produção do espaço de Quixadá e usam formas idiossincráticas para se efetivar.

Os motoristas de pau de arara têm uma atuação relevante na dinâmica socioespacial de Quixadá, pois eles são responsáveis diretos pela mobilidade dos

moradores da zona rural para a zona urbana, corroborando com o que afirma Mondardo (2009, p. 62): “a mobilidade urbana se liga ao conjunto de possibilidades de um indivíduo, ou de um grupo ocupar vários lugares sucessivamente”. Ficou evidente que, “[...] mobilidade e a acessibilidade, portanto, estão atreladas ao uso de meios de transporte, considerando a relação espaço-tempo, e [...], que deve ser resultado de políticas e planejamento que direcionam o uso do solo, mas na maior parte dos casos, que resultam sobretudo das iniciativas e interesses dos agentes privados” (*Idem*, 2009, p. 66). Os motoristas relatam os anseios e constataam a relevância do pau de arara em suas vidas, bem como na dos passageiros:⁵

Eu vem três vez por semana. Saio do distrito do São João dos Queiroz às cinco da manhã e volto 11 hora. O pau de arara traz o sustento pra minha família há 20 anos. A relação com os passageiros é boa, geralmente eu deixo eles em casa. O pau de arara sempre fez parte da cultura de Quixadá, do Nordeste todim, né. A necessidade do pessoal do sertão, que ônibus não roda no sertão, principalmente e o pau de arara sempre roda. As estradas são péssimas, né nem ruim, não. É péssima. Né ruim, não. Ônibus só anda em lugar mais ou menos bom, né (Entrevistado 1, 2020).

Vem de Caiçarina-Choró. Faço essa viagem de segunda a sexta. Eu sai de casa quatro hora, aí aqui não tem horário não, quando tem mais gente eu saio 11 hora, tem dia que sai dez hora. Traz. Eu vivo disso. Paro em todo canto, vai deixar nas casa. Uns 15 ano. 15 a 20 ano. Acho que faz, né. Caso do acesso. Lá donde nós mora é um interior, aí pra ônibus num roda. No inverno, num roda, num passa. Aí a gente traz mercadoria e leva, aquele negócio. Olha aí a ruma de coisa que vai aí, isso aí tudo é pro interior (Entrevistado 2, 2020).

Eu vem do Junco, uma localidadezinha que tem pra cá do Custódio. Vem cinco vez. Saio de lá 6:20 e saio daqui 11h. O pau de arara ajuda bastante. Nois e os passageiro é tranquilo. Faz 20 anos que uso e toda vida fez, faz tempo que eles querem acabar com nós, certo? Principalmente esse cara aí, certo. Mas só que a gente pagamos nossos impostos em dias, pagamos alvorá. Eu pago pra tá aqui nesse cantinho, entendeu. Eu não posso comprar um carro novo, que eu não sou doido. Se eu fosse um doido, eu pegava vendia ela e comprava um micro-ônibus, né. Aí eu vou pagar com o quê? Numa crise dessa, nem passageiro tem mais (Entrevistado 3, 2020).

É possível compreender que o cotidiano desses motoristas está repleto de memórias singulares e através do pau de arara eles constroem uma história

5 Optou-se por manter as transcrições conforme as falas gravadas com as marcas da oralidade.

culturalmente apropriada para o município, necessária na ratificação da identidade do povo nordestino. Esses sujeitos são facilitadores para que haja uma dinamização no espaço quixadaense, visto que seus carros, símbolos culturais do Nordeste, movimentam pessoas e mercadorias, mas não apenas elementos concretos, também estão em suas boleias histórias, memórias, aflições e afetividades.

Outro sujeito central na construção da dinâmica socioespacial de Quixadá são os passageiros que utilizam o pau de arara cotidianamente. Através de suas falas, constatou-se a dimensão econômica desse modal, pela facilitação do ir e vir da população no espaço, entremeado por vivências únicas, registradas em seus depoimentos e dos olhares, em um misto de timidez e repletos de simbolismos.

Eu uso uma vez por mês. Sempre, sempre uso. Num sei, acho que de levar as coisas, né? Facilita em transportar as compras, né. Eu acho que em ônibus ia ficar mais difícil. Por acaso se fosse ônibus, eu acho que é mais ruim, né. Desvantagem, num sei. No momento não tem nenhuma desvantagem. Eu acho que sim, acho que sim, que faz parte da nossa cultura (Entrevistado 4, 2020).

Toda semana, uma vez por semana. Tá com mais de dez anos. É a vida inteira, né. Desde quando consegui me entender, é sempre pau de arara. Da onde a gente vem, né. Não tem outro transporte. Pra nós que a gente pode levar um saco de resíduo, a mercadoria né. Essas coisas em cima, a gente pode levar, né. O pau de arara, né. Nós pra lá não, é o que tem, né. Faz parte da cultura sim e muito. Desde que, tenho 49 anos mesmo que eu comecei a me entender que sim. Essencial pro povo do sertão e muito (Entrevistado 5, 2020).

Uma vez por mês. Assim, a gente vem, por que não tem outro meio pra vim, tem que vim de pau de arara mesmo. O motorista para encostado de casa. Faz, né. Ele faz parte da vida da gente (Entrevistado 6, 2020).

O trabalho de campo foi uma etapa indispensável para robustecer esta pesquisa, Através de uma aproximação a princípio cautelosa, devido à negativa de entrevistas, uma certa timidez no povo do sertão. A perseverança, contudo, foi fundamental no processo de convencimento para conseguir coletar falas ricas em histórias e vivências entremeadas de significados.

Mesmo sob o sol escaldante no centro de Quixadá, a experiência de abordagem de motoristas e passageiros construiu um elo entre pesquisador e ob-

jeto de estudo. Culturalmente, adentrar a investigação sobre os paus de arara, elementos abundantes de nordestinidades, que resiste ao tempo e continua fazendo itinerários, foi um engrandecimento acadêmico sem precedentes.

Cada lugar tem suas singularidades e Quixadá não passaria despercebida pelo olhar da pesquisa geográfica. As riquezas naturais entremeadas de histórias e memórias de um povo hospitaleiro presenteiam com a possibilidade de encontrar um campo de investigação factível e que requer disposição e tempo para concretizá-la. Enxergar no pau de arara uma pesquisa plausível denotou uma ideia de pertencimento, de proximidade com uma realidade cotidiana da cidade. Ademais, norteou a certeza de que a Geografia pode ser mais próxima e real do que se pensa — e que fascina a cada perspectiva buscada.

O pau de arara, em pleno século XXI, continua a desbravar as estradas insólitas do sertão, carregando a cada viagem importantes contribuições sociais, transformando o modo de vida das pessoas, permitindo mobilidade. Conjuntamente a isso, ressignifica as trajetórias dos sujeitos que o utilizam, ratificando o poder cultural e identitário do povo nordestino, sobretudo das cidades interioranas. A permanência desse modal segue como símbolo de uma resistência calcada nos significados construídos de acordo com vivências e experiências dos sujeitos em trajetórias sobre suas carrocerias.

Considerações finais

O transporte via pau de arara é um elemento intrínseco na vida do povo nordestino, ora vinculado às grandes migrações do século XX, ora na atualidade, concernente à realidade das pequenas e médias cidades do interior. Resistindo ao tempo, portador de histórias contadas através das múltiplas trajetórias diárias, este continua sendo elemento da mobilidade campo-cidade em Quixadá e, sobremaneira, contribui para a dinâmica socioespacial, agregando valor cultural aos sertões, permeando o imaginário dos sujeitos que o utilizam.

Os atuais usos do pau de arara em Quixadá ficam entremeados pelas contraindicações que o veículo conota, em especial o fator segurança. Além disso, o desconforto se torna outro elemento considerável. Contudo, as realidades enfrentadas nas trajetórias carroçáveis do sertão propiciam a resistência do pau de arara. Os sujeitos em trajetórias nos regalam com suas percepções e vivências, concatenando a idealização cultural perseguida nesta pesquisa com

a simplicidade, timidez e transparência presentes no povo sertanejo. Foi uma acolhida permeada de desconfiança, mas que depois fluiu com falas repletas de cultura viva. Por meio do modal, ainda que haja dissensões sobre seu uso, facilita o fluxo de pessoas e mercadorias, modificando o espaço sertanejo.

O pau de arara é um símbolo nordestino, permeado de riqueza cultural, repleto de desacordos no tocante ao uso, mas que resiste ao tempo. Assim, conclui-se que há um universo mítico a ser desvendado e que as possíveis dissonâncias acerca desse transporte servem para enriquecer os conhecimentos sobre o objeto de estudo. Por fim, atesta-se que a dinâmica socioespacial de Quixadá não seria a mesma se não houvesse a presença dos paus de arara, bem como os sujeitos em trajetórias do sertão seriam extremamente prejudicados no que tange às suas mobilidades espaciais.

Referências

ARRAIS, Estevão.; TAVARES, Ives; MOREIRA, Raniere. Precariedade no transporte alternativo e seus reflexos socioeconômicos na mobilidade campo-cidade: um estudo de caso no município de Acopiara/CE. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, IV. 2017, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, p. 681-694, 2017. Disponível em <https://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/anais-do-iv-encontro-brasileiro-de-administracao-publica.pdf/view>. Acesso em: 31 maio 2020.

ARRAIS, Estevão Lima; NASCIMENTO, Ives Romero; SILVA, Francisco Raniere. A omissão do Estado na gestão do transporte público municipal em Acopiara/CE: reflexos socioeconômicos a partir de percepções locais. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 75-91, 2018. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/financ/issue/view/317>. Acesso em: 30 maio 2020.

ASSARÉ, Patativa do. A triste partida. Intérprete: Luiz Gonzaga. *In: LUIZ GONZAGA. A TRISTE PARTIDA*. RCA Victor, p1964. 1. Lp. Faixa 01.

BAGNO, Silvana; EWALD, Ariane; CAVALCANTE, Fátima. A trajetória de Severino: migração e pobreza no Brasil. **Literatura em Debate**, Frederico Westphalen, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2008. Disponível em <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/430>. Acesso em: 3 jun. 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80,

jan. 2005. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. **Resolução nº 508 de 27 de novembro de 2014**. Dispõe sobre os requisitos de segurança para a circulação, a título precário, de veículo de carga ou misto transportando passageiros no compartimento de cargas. 2014. Disponível em: <https://www.denatran.gov.br/download/Resoluções/Resolução5082014.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará — Ipece. **Perfil Municipal 2017. Quixadá**. 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Quixada_2017.pdf. Acesso em: 5 jun. 2020.

CLAVAL, Paul. **Lá géographie culturelle**. Paris: Natham, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47, 1995.

GONZAGA, Luiz; CORDOVIL, Hervé. *A vida do viajante. Intérpretes: Luiz Gonzaga e Gonzaguinha*. In: GONZAGÃO E GONZAGUINHA. **A VIDA DO VIAJANTE**. Rio de Janeiro: RCA, p1981. 1 Lp. Faixa 08.

GUIMARÃES, J.; CORUMBÁ; VENÂNCIO. Último pau de arara. Intérprete: Fagner. In: **RAIMUNDO FAGNER AO VIVO**. VOLUME I. Rio de Janeiro: Sony Music, p. 2000. 1 CD. Faixa 11.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITE, Marcelo Eduardo; VIEIRA, Leylianne Alves. “Uma tragédia brasileira, os paus de arara”: representações de uma viagem. **Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 8, p. 59-79, mar. 2016. Disponível em <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9767>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MEYER, Regina Maria Prosperí; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. **São Paulo Metrôpole**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2004.

MONDARDO, Marcos Leandro. Meandros na produção do espaço urbano: mobilidade, acessibilidade e exclusão Social. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 29, n. 1, p. 57-71, jan.-jun., 2009. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/5765>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MORAES, Guio de.; GONZAGA, Luiz. Pau de Arara. Interprete: Luiz Gonzaga. In: **LUIZ GONZAGA VOLTA PARA CURTIR**. Rio de Janeiro: RCA, p. 2001. 1 CD. Faixa 12.

RUA, João. Paus-de-arara e pardais: o Brasil migrante em começos do século XXI. **GEOINOVA, Revista de Geografia e Planejamento Regional**, Lisboa, v. 8, p. 201-229, 2003. Disponível em <http://geoinova.fcsh.unl.pt/revistas/files/n8-8.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SANTOS, Bruno de Castro. **Paus de arara no centro de Quixadá**. 2020, color, digital.

SANTOS, Bruno de Castro. **Paus de arara estacionados na rua Eudásio Barroso — Quixadá-CE**. 2019, color, digital.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EdUSP, 2008.

SILVA, Ivo Luís Oliveira; PEREIRA, Gleycy Anne Castro; MAPURUNGA, Gláucia Mota. Pau de Arara e o vai e vem das romarias: um estudo etnográfico do transporte do município de Canindé - Ceará. **Cenário**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 103-120, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15200/13511>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SOUZA, Marcos Timóteo Rodrigues de. Mobilidade e Acessibilidade no Espaço Urbano. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 119-129, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/9206/5668>. Acesso em: 5 jul. 2020.

VALE, João do; MONTEIRO, Ary. Sertanejo do norte. Intérprete: Luiz Gonzaga. In: LUIZ GONZAGA. **SERTANEJO DO NORTE**. Rio de Janeiro: RCA, p. 1959. Faixa 01.

VILLA, Marco Antônio. **Quando eu vim-me embora**: história da migração Nordestina para São Paulo. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

YIN, Robert. **Estudo de caso**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os temas da Geografia Cultural. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 27-61, 2014.

Wunsch, Guillaume.; Termote, Marc. **Introduction To Demographic Analysis**. New York: Plenum Press, 1978.

6. Relato de experiência sobre modais alternativos de mobilidade urbana estudantil em Quixadá-CE

Joicyanna Darllay e Silva¹

Introdução

O presente relato de experiência foi concebido no contexto do projeto de pesquisa “Trajetos e Trajetórias: mobilidades estudantis no Sertão Central Cearense”, ancorado no Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECGeo) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá.² A partir de minha vivência local nessa cidade onde nasci e fui criada, veio a motivação do trabalho, instigada pelas recentes mudanças urbanas e dos modais alternativos de transporte estudantil para estudantes do IFCE, advindas nos últimos dez anos, desde que a cidade se tornou um polo educacional regional, atraindo um fluxo de milhares de alunos, cujo sistema de transporte não estava — e ainda não está plenamente — preparado.

O objetivo é caracterizar as principais dificuldades relacionadas à mobilidade urbana dos discentes de instituições de ensino superior em Quixadá a partir dos procedimentos de meu relato de experiência como aluna e usuária do modal motocicleta, apoiada em levantamento de informações por meio da

1 Graduanda em Licenciatura em Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Quixadá; darllay@gmail.com.

2 Relato de experiência orientado pelo Prof. Dr. Emilio Tarlis Pontes, IFCE campus Quixadá; emilio.pontes@ifce.edu.br.



metodologia de aplicação de enquete digital sobre os meios utilizados pelos alunos em seus deslocamentos para acessar o campus IFCE. Concomitante a essa problemática também, foi analisado como políticas públicas locais influenciam diretamente o crescimento da urbe, refletindo positiva e negativamente na mobilidade, uma vez que a infraestrutura básica incide em possibilidades ou negação de acessos. Com o aumento de cursos e números de vagas nas instituições de ensino, o problema do transporte estudantil também se agravou e os ônibus ofertados pela prefeitura municipal já não suprem a demanda ensejada.

Quixadá como polo educacional no Sertão Central Cearense

Típica cidade do sertão nordestino, Quixadá teve sua vocação de polo atrativo e acolhedor desde quando era um aglomerado populacional às margens do rio Sitiá. Era uma vila que servia de pouso para os viajantes e, conseqüentemente, um entreposto comercial que a estabelecia no incipiente cenário econômico regional pela posição geográfica central em relação à capital e demais cidades do estado (SANTOS *et al.*, 2011). Atualmente, tem uma população estimada em 88.321 habitantes, sendo 70% concentrada na zona urbana (IBGE, 2020).

As dinamizações ocorridas no interior do Ceará nas últimas décadas, sobretudo conseqüentes das reestruturações capitalistas, conformaram mudanças na produção do espaço urbano de algumas cidades que despontaram como centros organizadores e polarizados de uma mesorregião (HOLANDA; AMORA, 2011). Nesse sentido, Quixadá tem ressignificado sua influência, outrora solidificada no setor agrícola, despontando como centro educacional polarizador da região de planejamento denominada Sertão Central Cearense (CEARÁ, 2015). Tal redirecionamento não foi casual, mas atrelado às questões políticas geridas pelos setores majoritários locais.

Para Santos (1993), fazer política é também fazer escolhas em um contexto que abarque diversos interesses. Assim, a forma de os indivíduos interagirem são intenções materializadas em ações, estabelecidas com o objetivo de atender às necessidades coletivas. Segundo Carneiro (2010), as políticas criam estruturas e senso de direção. Qualquer política é uma decisão, é a materialização inicial que expressa o arbítrio de níveis de governos, por exemplo, como

revelado na expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, também chamada por Rede Federal (BRASIL, 2018), uma ação pública fortalecida desde o início do século XXI.

De acordo com Figueiredo (2012), a distribuição espacial dos Institutos teve como critérios de atendimento a cobertura por mesorregiões e uma relação direta com os arranjos produtivos e socioculturais locais, com intuito de fortalecer o compromisso da educação profissional com o crescimento intelectual e humano dos cidadãos. Atendendo ao Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), foi iniciado em 2003 o processo de interiorização dos *campi* das unidades de ensino federais. Essa expansão possibilitou o aumento de pessoas cursando ensino superior público e gratuito, cooperando para a regionalização da oferta de vagas aos estudantes. Através dessa política de interiorização é que Quixadá foi contemplada com duas instituições que atraem um público numeroso de alunos, o IFCE e a Universidade Federal do Ceará (UFC).

O IFCE iniciou suas atividades no dia 10 de junho de 2008, instalado em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Quixadá, situado paralelamente à estrada de acesso ao Açude Cedro, no quilômetro 5 (figura 1).

Figura 1: IFCE campus Quixadá.



Fonte: Cordeiro, 2019.

Em 2007, a prefeitura municipal assinou um termo de compromisso com o IFCE e a UFC, comprometendo-se a transportar gratuitamente com ônibus escolar os alunos matriculados até a implantação de linhas regulares de transporte coletivo, o que foi decisivo para que as duas instituições fossem implantadas na cidade. No início das atividades, o campus IFCE contava com cursos técnicos e de nível superior, tendo aproximadamente 180 alunos matriculados.

Desde então, o quantitativo de matrículas seguiu uma tendência de crescimento, contando atualmente com cinco cursos superiores (Licenciatura em Química, Geografia, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Produção Civil e Engenharia Civil) e três cursos técnicos (Química, Edificações e Meio Ambiente), formando mais de dois mil estudantes e com outros 1.250 matriculados (IFCE, 2020).

Mobilidade intraurbana em Quixadá

Uma das definições de mobilidade a toma como um atributo relacionado aos diversos níveis de deslocamentos realizados por indivíduos em suas variadas atividades, tais como estudo, trabalho e lazer (MAGAGNIN; SILVA, 2008). O planejamento urbano encontra-se associado de forma intrínseca a aspectos de transporte, isto é, o crescimento das cidades influencia e é influenciado pelos modais disponíveis à população. Assim, podem existir longos processos de estagnação de precárias estruturas por parte do poder público, que corroboram na permanência de tradicionais formas não mais compatíveis com o crescimento da malha urbana de uma cidade como a aqui analisada.

Conforme é característico da ocupação dos espaços sertanejos, no município de Quixadá também é perceptível que, nas últimas décadas, houve uma crescente aceleração na substituição de antigos modais, tal qual relatam Pordeus *et al.* (2010, p. 207):

outro ponto a considerar é que, nas pequenas cidades brasileiras ou em áreas rurais, a substituição do cavalo e do jumento, nas atividades de transporte de pessoas e de cargas, pela utilização da motocicleta, vem repercutindo nos atendimentos de emergência das grandes cidades, fato observado nos registros de atendimentos de hospitais de emergência.

Essa intensa motorização pode ser constatada nos dados da frota de veículos municipais, que contabiliza aproximadamente 33 mil veículos registrados até agosto de 2020 (tabela 1).

Observa-se que motos e motonetas compõem maioria no município, totalizando 20.446 veículos, ou seja, 62% da frota motorizada, sobretudo por terem custo de aquisição adaptado aos que não possuem renda necessária para compra e manutenção de automóveis. Outro dado importante é a presença do mo-

dal de caminhão conhecido por pau de arara, culturalmente bastante utilizado nos sertões do Nordeste e que em Quixadá transporta uma gama de sujeitos, mesmo sem regulamentação oficial pelos órgãos de transporte rodoviário.

Tabela 1: modais de transporte em Quixadá-Ceará.

Tipo de transporte	Quantitativo/unidades
Automóveis	8.910
Caminhão	1.032
Caminhonetes	2.030
Micro ônibus	91
Motocicletas	16.405
Motoneta	4.041
Ônibus	178

Fonte: Ceará, 2020.

Conforme os dados do Detran (CEARÁ, 2020), nos últimos anos há expressivos acréscimos na quantidade de veículos em circulação nas cidades. A falta de opções de deslocamentos das pessoas, uma conjuntura econômica favorável e a implantação de políticas públicas que estimulam a indústria automotiva (mediante renúncia fiscal e facilidades de crédito) fazem com que a disputa por espaços de utilização seja agravada continuamente, uma vez que as estreitas ruas do centro quixadaense não foram planejadas para a nova demanda veicular.

A precária malha viária da cidade encontra-se parcialmente em estado de recuperação. Durante muitos anos esse tema foi negligenciado pelo poder municipal e o trânsito era caótico, com ruas esburacadas, sem sinalização, iluminação deficiente, principalmente no longo trecho de acesso ao IFCE, onde cessam os aglomerados urbanos e há vazios habitacionais. Outro aspecto relevante é a ausência de políticas voltadas à priorização ao transporte público de passageiros.

Atualmente, um dos principais gargalos enfrentado pela população local é a expansão de novos e populosos bairros cada vez mais distantes do antigo núcleo central, bem como a proposição de serviços sem que haja oferta de condições para as pessoas se deslocarem nesse espaço intraurbano, em especial para os estudantes universitários que compõem um segmento em contínuo crescimento na cidade.

O aumento de cursos e número de vagas nas instituições de ensino agravou o problema do transporte estudantil. Os ônibus disponibilizados pela prefeitura

ra local não suprem a demanda coletiva. Determinada parte dos alunos usa o transporte individual (normalmente baseado em carro/moto/bicicleta) como alternativa para acessar o campus que fica a cerca de cinco quilômetros do centro da cidade. Essa distância é expressiva e impacta diretamente o meio de locomoção utilizado por muitos alunos do campus e na vida desses indivíduos, sobretudo o público que frequenta o turno da noite.

Com o intuito de compreender as questões relacionadas à mobilidade e os modais utilizados por meus companheiros de curso de Geografia do IFCE, elaborei e apliquei uma enquete livre através do *Google Forms*³, respondido por 91 alunos que fazem uso apenas do ônibus como meio de transporte para acessar o campus, 26 com ônibus e moto, 12 utilizando apenas as motos como transporte e dois usando carro e ônibus.

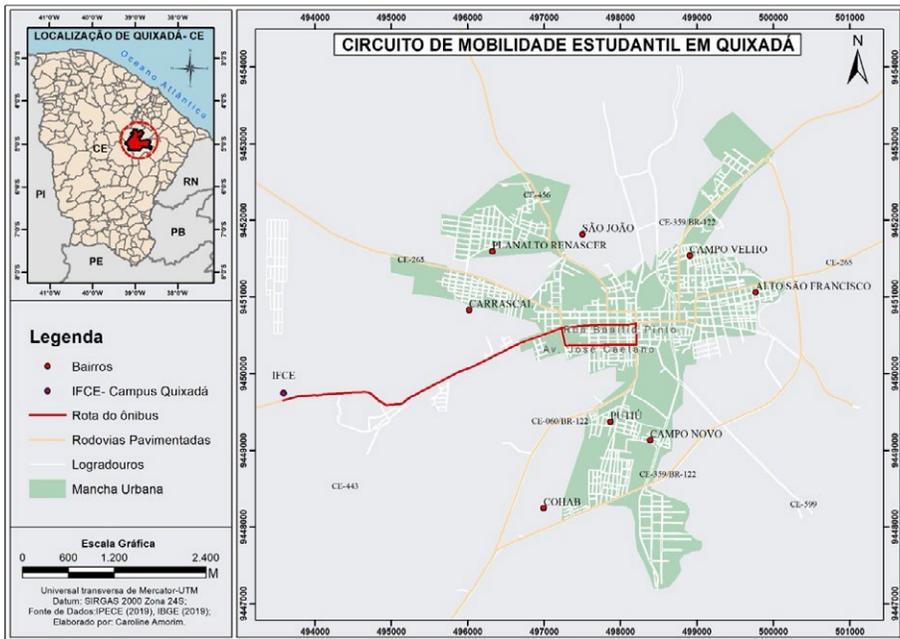
Existe um quantitativo de dois ônibus disponibilizados pela prefeitura para que docentes/discentes cheguem ao campus. O ponto central de partida é o centro da cidade, na Praça José de Barros, popularmente conhecida como Praça do Leão, e que ao longo do percurso (figura 2) faz algumas paradas até o destino final: os *campi* UFC e IFCE. Após as aulas, regressam ao mesmo ponto inicial. Nessa rota, determinadas zonas não são contempladas, como os bairros Campo Novo, Cohab, Campo Velho, Alto São Francisco, Renascer, Carrascal e São João, que ficam em outro perímetro.

Desse modo, há uma parcela de estudantes que precisa ir até a praça, seja a pé, de bicicleta, moto, carona ou carro. Há os que deixam o seu transporte individual estacionado no entorno da praça ou na rodoviária (estabelecida a duas quadras do ponto central de saída dos ônibus); há os que não possuem transporte próprio e pegam carona e há os que pagam os serviços de mototáxis⁴, a um custo médio, em 2020, de R\$ 8,00 para ir até o campus — estes últimos têm sido um recurso bastante difundido.

3 Link do questionário aplicado: <https://docs.google.com/forms/d/1FMMNsaAPwtV5tQvJsB40ly6v-uGfjVMfSGLKLg7l7SM/edit>.

4 No Brasil, a atividade mototáxi foi regulamentada pela Lei 12.009/2009, que estabelece requisitos mínimos para o profissional: uso de equipamentos obrigatórios de segurança, como capacete, dispositivo de proteção das pernas do condutor no caso de queda e coletes com fitas retrorrefletivas (BRASIL, 2009). Em Quixadá, existe uma Associação de Mototaxistas, com cerca de 150 integrantes.

Figura 2: Circuito de mobilidade estudantil em Quixadá.



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração: Amorim, 2020.

Embora haja um processo de requalificação da zona central, nos bairros periféricos as ruas são de paralelepípedos ou não possuem nenhum tipo de pavimentação. A principal via de acesso ao IFCE chama-se José Freitas Queiroz e possui uma malha asfáltica em mau estado de conservação (figura 3), com buracos, remendos, trechos sem pavimentação adequada, pouco sinalizada, constantes atravessamentos de animais e que se deteriora bruscamente nos meses chuvosos.

Figura 3: Via de acesso ao IFCE campus Quixadá.



Fonte: Pontes, 2020.

Esse trecho é desprovido de ciclovia e calçadas de passeio. A especulação imobiliária no entorno fez surgir loteamentos privados que, por seu turno, dotam seu entorno de alguma infraestrutura, sendo utilizado para a prática de atividades físicas, como ciclismo e caminhada. A implantação das instituições de ensino somada a essa expansão urbana ocasionaram um aumento significativo no fluxo de pedestres, bicicletas, motos, carros e ônibus, que dividem o mesmo espaço. Além da precária infraestrutura, há uma incipiente modalidade de campanhas de educação no trânsito.

Uma experiência de deslocamento diário/habitual sob duas rodas e aplicação dos questionários com a comunidade estudantil

Após a análise dos fatores em transformação atuantes em Quixadá, particularmente sob a ótica das mudanças urbanas e mobilidade advindas da sua ressignificação como polo educacional na região, exponho meu relato de experiência no uso da modal motocicleta (box 01):

Relato de experiência na modal motocicleta em Quixadá

O trajeto realizado pela cidade de Quixadá sob a utilização de um transporte individual (moto) é o principal meio de locomoção e está intimamente ligado ao início da minha trajetória acadêmica dentro do IFCE. Antes de iniciar minha vida acadêmica, eu utilizava minha moto de forma esporádica e apenas para recreação, às vezes na ida ao trabalho, mas não era uma rotina. Com meu ingresso no IFCE para cursar Tecnologia em Agronegócio no ano de 2009, essa necessidade mudou. A Prefeitura à época disponibilizava um ônibus para levar os alunos do centro da cidade ao Campus. Eu já trabalhava e para fazer uso desse benefício, eu teria que andar cerca de quatro quilômetros em menos de 20 minutos: do meu trabalho para casa, almoçar e de casa para praça, para pegar o ônibus das 13h. Além de cansativo, esse trajeto seria quase impossível sem um transporte individual motorizado. Então passei a utilizar minha moto para chegar à praça, a deixava estacionada no entorno e pegava o ônibus. Com o passar dos semestres a oferta de vagas foi aumentando e mais alunos passaram a utilizar o transporte, superlotando os dois ônibus disponíveis. As frotas dos ônibus ficaram mais cada vez mais velhas e sem manutenção e os atrasos e quebras viraram constantes. No final de 2010 consegui minha habilitação através de um programa popular. No início de 2011 passei a utilizar meu transporte para fazer

o trajeto integral até o campus. Foi uma mudança que trouxe diversos impactos positivos para minha vida, eu conseguia trabalhar com mais tranquilidade, me alimentar melhor na hora do almoço, pois tinha mais tempo nesse intervalo entre o trabalho e a faculdade. Naquela época o município não abrigava tantos veículos e o caminho até o campus era pouco urbanizado. O trajeto era usado basicamente por moradores da zona rural que trafegam poucas vezes por semana para a compra de mercadorias. Ao retornar ao Instituto agora como graduanda de licenciatura em Geografia o cenário mudou totalmente. Estava pela primeira estudando à noite, a quantidade de alunos havia quadruplicado e assim como eu vários alunos, professores e servidores faziam uso de transporte individual. Além disso, também passei a dividir espaço com uma quantidade elevada de ônibus vindos de outros municípios, o que levou rapidamente à deterioração das vias que não foram projetadas para esse fluxo intenso, nem para o peso desses veículos. A urbanização e verticalização da cidade ficou evidente, tanto porque ao estudar Geografia meu olhar se abriu para esse novo modo de ver as coisas, mas porque era gritante essa transformação. As fazendas deram lugar a loteamentos e empreendimentos imobiliários enormes. Pessoas, animais e veículos dividindo uma via estreita, mal conservada, mal sinalizada, com pouca iluminação, sem ciclovias ou calçadas para passeio virou a combinação perfeita para a ocorrência de acidentes. Atualmente, levo cerca de 20 minutos da minha casa para IFCE, o mesmo transporte que facilita a minha vida também me traz preocupação, pois tenho que andar com o cuidado dobrado. Infelizmente não vejo por parte do poder público um planejamento em direção ao melhoramento da mobilidade urbana, tanto para os estudantes do IFCE/UFC, tanto para os moradores da cidade de uma forma geral.

Na sequência, fotos tiradas durante parte de meu trajeto (figura 4) de casa ao campus.

Figura 4: Trajetos de meu acesso ao IFCE campus Quixadá.



Fonte: Silva, 2020

Durante a realização deste relato de experiência, houve a necessidade de ouvir uma parcela de colegas de faculdade, que passavam por dificuldades semelhantes. Essa escuta/coleta de informações foi feita através do *Google Forms*, uma plataforma disponibilizada que permite criar questionários virtuais e direcionar para um público-alvo. Em tempos de pandemia, foi o meio mais apropriado para entender alguns aspectos dessa mobilidade, como a sinalização das vias, tipo de transporte individual utilizado, benefícios, sensação de segurança.

O questionário foi direcionado aos estudantes dos cursos de nível superior da cidade de Quixadá, alunos do IFCE e constou de duas fases: 1) aplicação do questionário; 2) análise dos dados coletados e constava de questões de múltipla escolha relacionadas primeiramente ao perfil social dos entrevistados e, ao final da página, o entrevistado era convidado a relatar se fazia uso de carro, moto ou bicicleta para chegar ao campus.

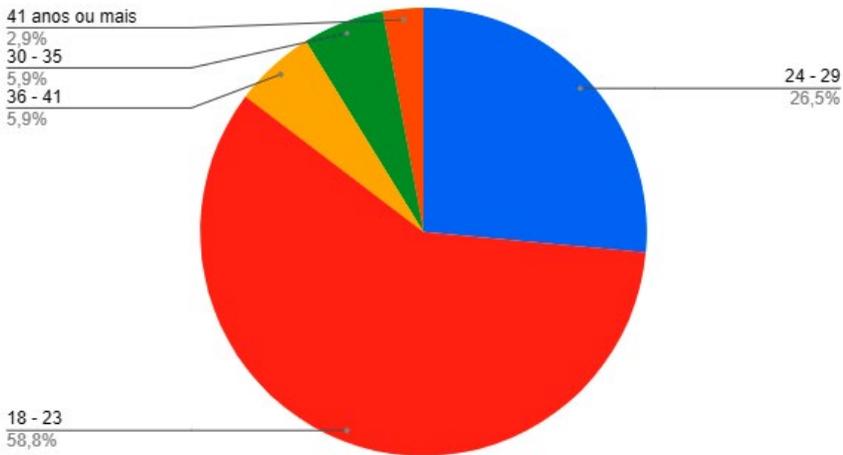
Em caso de resposta afirmativa, o entrevistado seria conduzido a responder perguntas sobre o tipo de transporte individual utilizado, sinalização, estado de conservação das vias, aplicação de itens de segurança em seus veículos, sensação de segurança e impactos do uso desse transporte em seus cotidianos. Quando a resposta era negativa, o respondente era direcionado ao final do questionário. Os dados obtidos foram dispostos em planilhas eletrônicas para classificação, agrupamento e análise estatística. Dentro de cada conjunto, os percentuais foram calculados em relação ao número de alternativas disponíveis para cada questão formulada ou ao número de entrevistados que optaram pela alternativa em foco. Posteriormente, foram dispostos em gráfico para uma melhor apreciação e entendimento.

Análise dos questionários aplicados

O perfil social dos entrevistados encontra-se disposto a seguir. Na classificação por gênero dos alunos, observou-se que 44,1% (15 pessoas) eram do sexo feminino e 55,9% (10 pessoas), masculino. No tocante à faixa etária (figura 5), 58,8% tinham de 18 a 20 anos; 26,5% de 24 a 29 anos; 5,9% de 30 a 35 anos; 5,9% de 36 a 41 anos e 2,9% acima de 41 anos.

Figura 5: Distribuição dos entrevistados por faixa etária.

Faixa etária

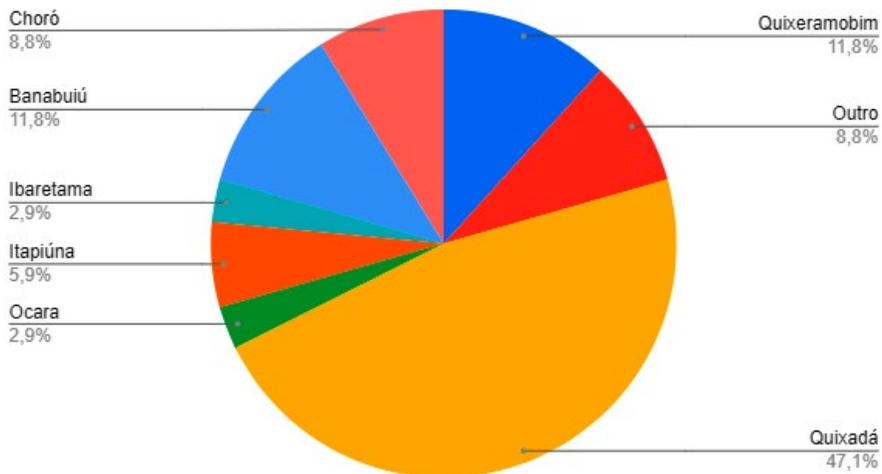


Fonte a autora, 2020.

Na pergunta direcionada aos municípios de origem dos estudantes (figura 6), 47.1% dos entrevistados afirmaram residir em Quixadá e 52,9% em outros lugares.

Figura 6: Distribuição dos entrevistados por município de residência.

Cidade em que reside



Fonte: a autora, 2020.

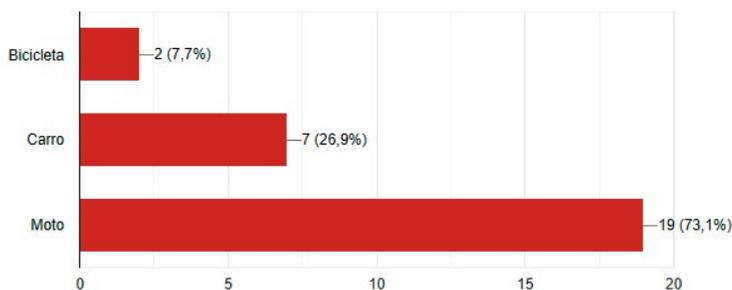
Após responder o perfil social, a seguinte pergunta foi feita: você faz uso de carro, moto ou bicicleta para chegar ao campus da faculdade? Dos 34 en-

trevistados, 76,5% (26 pessoas) responderam sim, fazem uso de transporte individual para acessar o campus e 26% (oito pessoas) responderam que não fazem uso. Estes foram conduzidos para o encerramento do questionário. Os que responderam positivamente sobre uso de transporte individual foram conduzidos a outras perguntas (figura 7) inter-relacionadas. Ao analisar o tipo de transporte individual, 19 utilizam moto, sete usam carro e duas pessoas se deslocam com bicicleta.

Figura 7: Distribuição dos entrevistados por tipo de transporte utilizado.

Qual tipo de transporte você utiliza para acessar o Campus?

26 respostas



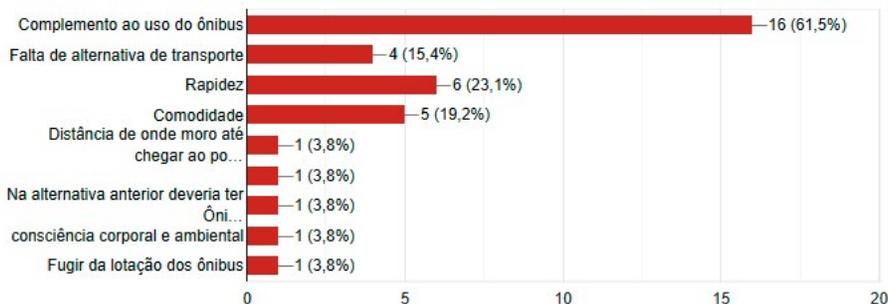
Fonte: a autora, 2020.

Na sequência (figura 8), foram indagados os principais motivos pelos quais os entrevistados fazem uso do transporte individual.

Figura 8: Motivo de uso do transporte individual.

Quais motivos levam você a utilizar o meio de transporte assinalado na pergunta anterior?

26 respostas



Fonte: a autora, 2020.

Conforme disposto, 61,5% dos entrevistados usam algum tipo de transporte como complemento ao ônibus; 23,1% atribuem à rapidez para tal utilização; 19,2% indicaram comodidade; 15,4% não tem outra alternativa de transporte.

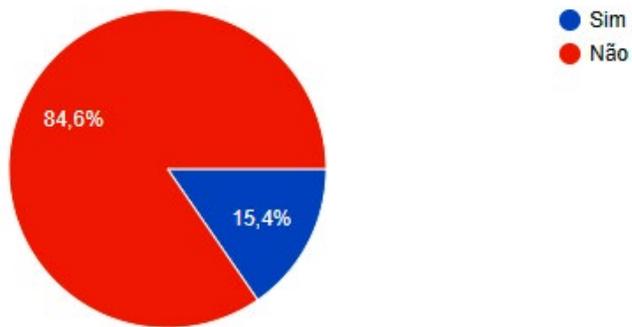
As demais respostas como consciência corporal, fugir da lotação do ônibus tiveram 1% cada.

Outro tema abordado foi a percepção em relação às vias de acesso ao campus, sobretudo sinalização, conservação e segurança. No que diz respeito a percepção de como as vias estão sinalizadas no seu trajeto, 84,6% afirmaram que as vias não são bem sinalizadas, enquanto 15,4% discordaram (figura 9).

Figura 9: Percepção de sinalização das vias.

Na sua percepção as vias no seu trajeto são bem sinalizadas?

26 respostas



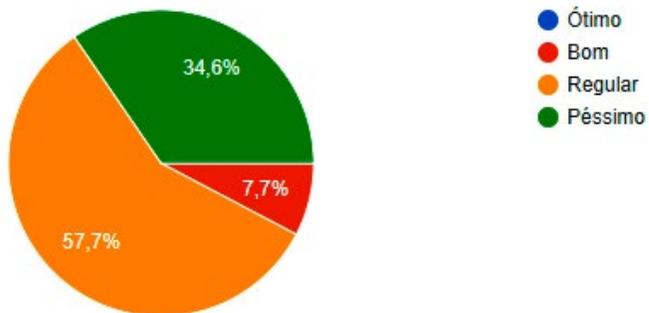
Fonte: a autora, 2020.

No quesito conservação das vias (figura 10) 57,7% responderam que acham regular; 34,6% péssimo e 7,7% qualificam como bom.

Figura 10: Percepção sobre estado de conservação das vias.

Quanto ao estado de conservação das vias você considera:

26 respostas



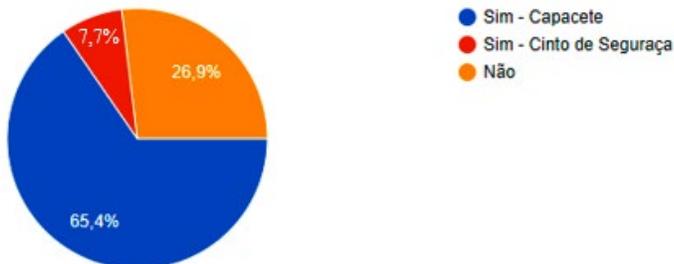
Fonte: a autora, 2020.

Quanto ao uso de itens de segurança de uso obrigatório (figura 11), as respostas foram: 73,1% têm por hábito utilizar itens de segurança obrigatórios; 65,4% usam capacete e 7,7% o cinto de segurança e 26,9% apontaram não utilizar nenhum tipo de equipamento.

Figura 11: Percepção por uso de itens de segurança obrigatório.

Você faz uso de itens de segurança de uso obrigatório?

26 respostas



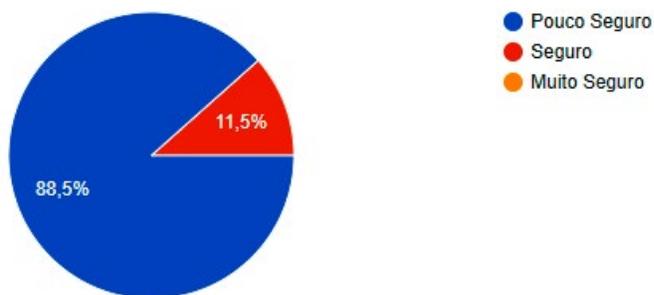
Fonte: a autora, 2020.

Ainda nessa temática, quando perguntados sobre a sensação de segurança durante o trajeto para o campus (figura 13) a maioria, ou seja, 88,5%, disseram sentir-se pouco seguros, enquanto apenas 11,5% opinaram diferentemente.

Figura 12: Sensação de segurança.

O quanto você se sente seguro no seu trajeto para o Campus?

26 respostas



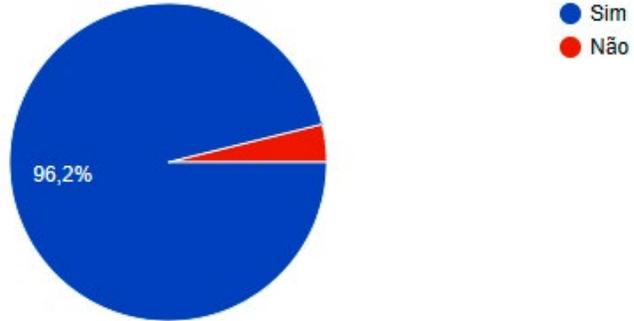
Fonte: a autora, 2020.

Quanto ao medo de assalto durante o trajeto (figura 14), a sensação de insegurança continua elevada e 96,2% dos entrevistados têm medo de serem assaltados durante seu trajeto para o campus e apenas 3,8% não teme que algo aconteça.

Figura 13: Percepção quanto ao medo de assalto.

Você tem medo de assalto durante o seu trajeto?

26 respostas



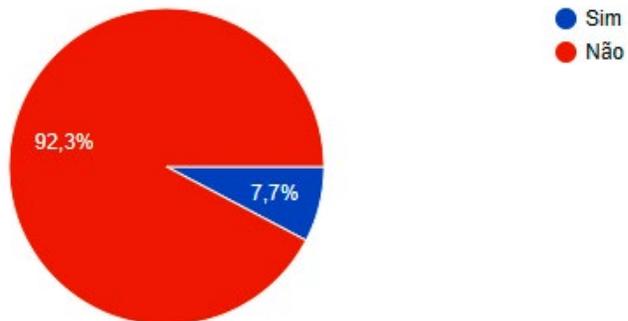
Fonte: a autora, 2020.

Também indagamos sobre acidentes. A primeira pergunta foi se já sofreram algum tipo de acidente durante o trajeto para o campus (figura 15): 92,3% disseram não ter sofrido, enquanto 7,7%, ou seja, duas pessoas, relatam que sim.

Figura 14: Relatos de acidentes sofridos.

Você já sofreu algum acidente no seu trajeto para o Campus?

26 respostas



Fonte: a autora, 2020.

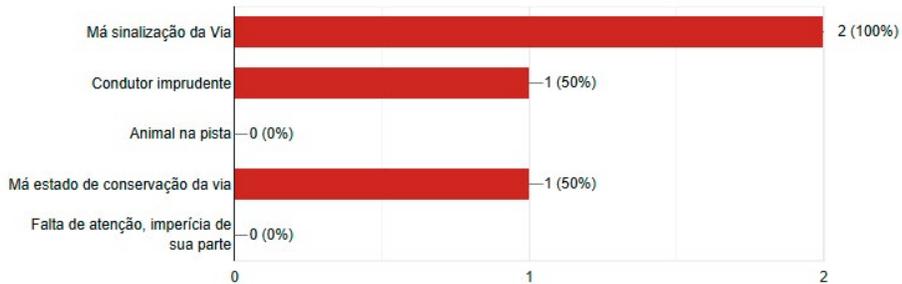
A situação de precariedade é tamanha que foi alvo de matéria publicada em meio jornalístico (DIÁRIO DO NORDESTE, 2019), com imagens, vídeos e depoimentos dos estudantes sobre a situação dos ônibus, a superlotação, atrasos e poucas unidades ofertadas.

Das duas respostas positivas quanto a terem sofrido acidentes, os entrevistados apontaram como causa do acidente as seguintes respostas (figura 16): a má sinalização da via, condutor imprudente e má estado de conservação da via.

Figura 15: Causa dos acidentes.

Qual a causa do acidente que você sofreu?

2 respostas



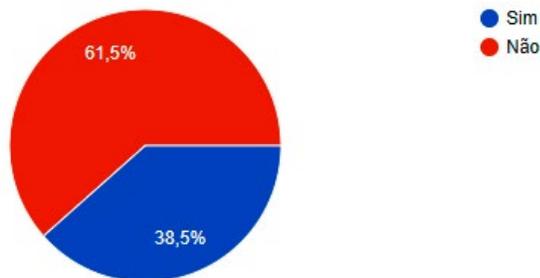
Fonte: a autora, 2020.

Quando indagados sobre já terem presenciado ou passado por algum acidente no seu trajeto (figura 17), 61,5% não viveram essa experiência, enquanto 38,5% já passaram ou presenciaram tal fato.

Figura 16: presenciar acidentes.

Você já presenciou ou passou por algum acidente no seu trajeto para o Campus?

26 respostas



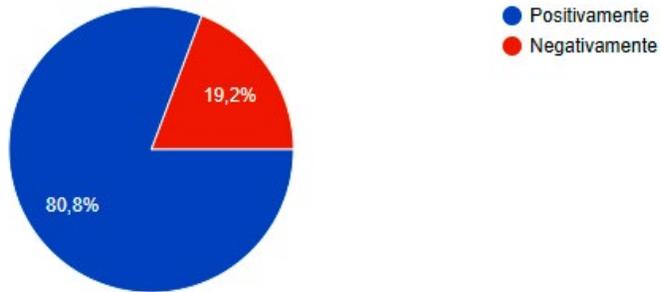
Fonte: a autora, 2020.

Indagados quando ao impacto do uso do transporte individual em suas vidas (figura 18), 80,8% relatam algo positivo e 19,2% encaram isso negativamente.

Figura 17: Impactos do uso dos transportes.

De que forma o uso desse transporte impacta sua vida?

26 respostas



Fonte: a autora, 2020.

Com esse último item, corrobora-se o entendimento da relevância desse modal e quanto está presente no cotidiano dos usuários em Quixadá.

Considerações finais

Esse relato de experiência trouxe à tona uma perspectiva de realidade de parcela do público-alvo de estudantes do IFCE campus Quixadá que, seja pela deficiência do sistema de transporte público oferecido, seja pela capacidade de utilizar um modal alternativo, gera na cidade um fluxo espacial que se expande, mas carece de uma série de infraestruturas garantindo que a mobilidade estudantil não seja única e exclusivamente dependente dos ônibus oferecidos pela municipalidade.

Em decorrência das tantas necessidades que surgem no cotidiano de cada aluno, muitos são induzidos a deixar seus locais de origem em busca de novas oportunidades, na incerteza de um futuro promissor, com a esperança de progresso. Quando cada estudante inicia seu processo de aprendizagem no meio acadêmico, deslocando-se todos os dias para estar nesse ambiente, rompem várias barreiras, como as jornadas duplas, colocando no lugar do cansaço o desejo de terem um diploma. É relevante registrar as impressões sentidas por eles nesses trajetos que moldam suas vidas.

No tocante a mim, considero que foram mudanças que possibilitaram impactos positivos, pois conseguia trabalhar mais tranquilamente, adequar uma

melhor alimentação, visto que tinha mais tempo no intervalo entre o trabalho e a faculdade. Isso na época em que o município não abrigava tantos veículos o trecho ao campus era pouco urbanizado, sendo usado basicamente por habitantes da área rural. Atualmente, ir ao IFCE como graduanda de licenciatura em Geografia traduz-se noutro cenário.

Fica evidente que o uso de transporte individual impacta sobremaneira nossas vidas de estudantes, positiva e/ou negativamente. No quesito favorável, o destaque vai para o uso do transporte individual para otimizar o tempo, gerando agilidade no acesso ao campus. Ao entrevistar alguns usuários, ficou evidente que autoridades precisam assumir suas responsabilidades em manter vias seguras para os usuários. É necessário e urgente a melhoria da sinalização, da iluminação e instalação de placas de sinalização, juntamente com a manutenção da qualidade asfáltica. Concomitantemente, a necessidade de campanhas periódicas de orientação e educação no trânsito, pois as *blitzen* ainda são apenas de caráter punitivo, servindo pouco na conscientização do motorista/ciclista. São medidas que podem evitar acidentes graves e preservar a integridade física desses usuários.

Quanto à sensação de segurança, os estudantes foram taxativos ao relatar que não se sentem seguros em seus trajetos. A ausência de policiamento em locais essenciais e/ou falta de câmeras de vigilância tornam o percurso ao IFCE incômodo, afetando a qualidade e a tranquilidade dos percursos. Em Quixadá, que tende a chegar a 100 mil habitantes, a sensação de insegurança já é sentida por muitos, algo cada vez mais comum nas grandes e médias cidades.

Concluindo este relato de experiência, cito Cirqueira (2010), segundo o qual somos seres em constante movimento, que estamos a todo momento re-fazendo trajetos, descobrindo novos rumos e que é urgente melhorar a qualidade dessas idas e vindas. Desse modo, faz-se necessário repensar o espaço urbano e, dele, participar de modo proativo da vida da cidade, não simplesmente como coadjuvantes, mas moldadores desse espaço.

Referências

AMORIM, Caroline Domingos de. **Circuito de mobilidade estudantil em Quixadá**. 2020, mapa.

BRASIL. Ministério da Educação — MEC. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12009.htm. Acesso em: 14 nov. 2020.

CEARÁ. Departamento Estadual de Trânsito do Ceará — DETRAN. **Estatísticas**. 2020. Disponível em: <https://www.detran.ce.gov.br/estatisticas/>. Acesso em: 14 out. 2020.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará — Ipece. **As regiões de planejamento do Estado do Ceará**. Fortaleza: Ipece, 2015.

CARNEIRO, Margareth Fabíola dos Santos. **Gestão pública: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios de projetos na modernização da gestão pública**. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria [manuscrito]: a questão étnico-racial na obra e trajetória de Milton Santos**. Dissertação de Mestrado — Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: UFG, 2010.

CORDEIRO, Robson Brenno de Oliveira. **IFCE campus Quixadá**. 2019, color, digital.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas**. 2017. Disponível em <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 14 out. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. **Cidades**. 2020. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/quixada/panorama>. Acesso em: 14 out. 2020

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Portal IFCE em Números**. Quixadá, 2020. Disponível em: <https://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FIGUEIREDO, Severina Gadelha. **Quixadá e a implantação do IFCE: contribuições socioeconômicas, culturais e educacionais na perspectiva da comunidade**. 2012. 149 f. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

HOLANDA, Virgínia Celia Cavalcante; AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias do Ceará, estado do Nordeste do Brasil e suas dinâmicas contemporâneas. *In: Revista Geográfica de América Central*, número especial EGAL, Costa Rica, p. 1-13, 2011. Disponível em <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2279>. Acesso em: 6 out. 2020.

MAGAGNIN, Renata Cardoso; SILVA, Antônio Nelson. A percepção do especialista sobre o tema da mobilidade urbana. *In: Transportes*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 25-35 jun. 2008. Disponível em <https://www.revistatransportes.org.br/anpet/article/view/13>. Acesso em: 19 out. 2020.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **Via de acesso ao IFCE Quixadá**. 2020, color, digital.

PORDEUS, Augediva Maria *et al.* Fatores associados à ocorrência do acidente de motocicleta na percepção do motociclista hospitalizado. *In: Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 23, n. 03, p. 206-212, jul./set. 2010. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/408/40818208003.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

REDAÇÃO. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/universitarios-reclamam-de-precariedade-no-transporte-em-quixada-1.2085769>. Acesso em: 22 out. 2020.

SANTOS, Milton. Globalização e Território. *In: Revista Geonordeste*, Aracaju, n. 01, p. 39-49, 1993. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/10567>. Acesso em: 15 out. 2020.

SANTOS, Lídia Noemia *et al.* **Construindo Quixadá**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Brasil - Ministério da Cultura/Ceará - Governo do Estado/Banco do Nordeste, 2011.

SILVA, Joicyanna Darllay e. **Trajeto de meu acesso ao IFCE campus Quixadá 2020**, color, digital.

7. Bitácoras: experiências cotidianas das mobilidades estudantis¹

Durante a realização do projeto de pesquisa Trajetos e Trajetórias, solicitou-se aos estudantes de geografia do IFCE campus Quixadá que escrevessem relatos pessoais sobre seus deslocamentos para frequentar o ensino superior, tendo como mote: “como a mobilidade influencia o seu sentido de espaço e senso de estar no mundo?”. Objetivando dar voz aos sujeitos inerentemente envolvidos na pesquisa, apresenta-se a seguir uma seleção de depoimentos:

Tenho como ponto forte de meu processo de enfrentamento para o ingresso em uma universidade a minha educação no Ensino Médio, assim como também o meu eu como parte do processo pendular das mobilidades urbanas de Piranji (distrito de Ibareta-CE), onde resido. Por ser um município pequeno, faz-se necessário ir até a vizinha Quixadá a fim de buscar o que não se encontra aqui, como bancos, produtos, serviços etc. Minha jornada começou em 2013. Decidi distanciar do meu município para cursar o Ensino Médio em Quixadá. Acordava às 5h para pegar o ônibus, partia daqui às 6h e chegava em Quixadá às 7h. Depois, saía da escola às 17h e tinha mais uma hora de viagem de retorno. O maior problema estava em como esse trajeto ocorria, uma vez que na ida era disponibilizado um ônibus da prefeitura que costumava falhar. Na volta, as incertezas de uma *topic* ou qualquer outra carona, sendo que o objetivo era tentar chegar em casa rápido para descansar para o outro dia. Isso aconteceu de 2013 a 2015. Dessa maneira, diariamente já estava preparado para tudo: seja chuva ou sol. Foi quando percebi que precisava amadurecer e crescer como pessoa, já que não havia mais os cuidados maternos.

Em 2016 entrei na Geografia do IFCE, mas não no curso que queria, pois caí de paraquedas. Porém, hoje não vivo sem ela. A geografia e seu campo

1 *Bitácoras* (do espanhol: caderneta de campo; suporte para bússolas náuticas; *blog*): na Argentina também são conhecidas por anotações realizadas durante atividades de campo.

holístico me proporcionaram motivos para essa permanência. A forma de fazer geografia, as áreas de atuação, os “n” caminhos a serem vislumbrados e seguidos. Todavia, por estar em outro município, a questão do transporte deixa muito a desejar, dependendo do modal oferecido pela municipalidade. Por não possuir transporte particular, torna-se inviável habitar em outra cidade por razões financeiras. Quando se trata de prefeitura tudo é incerto, sobretudo no tocante à precariedade dos transportes. O percurso de 40 quilômetros de casa ao IFCE se transforma em duas horas. Caso houvesse melhores modais, isso seria a metade do tempo. A rotina se torna cansativa e desmotivadora. Mas uma coisa é certa: é necessário passar por tudo isso para dar valor ao amanhã.

Alyson Nobre Barros (Piranji/Ibaretama-CE)

A mobilidade faz com que nos sintamos sujeitos ativos no espaço geográfico. No que tange à minha graduação, a mobilidade é permeada de um misto de sentimentos. A saudade é algo intrínseco a esse momento. Largar a família com o intuito de construir um sonho tem uma simbologia muito forte no processo de construção do meu ser geográfico. A busca pela realização pessoal e profissional trouxe mudanças significativas na minha vida, visto que tive que abdicar do que havia construído em outro estado. Primeiramente, migrei da Camaçari-BA para Fortaleza-CE. Num segundo momento, com o processo de interiorização do ensino superior, tive a possibilidade de ingressar no curso de licenciatura em Geografia do IFCE campus Quixadá. Sendo natural de Redenção-CE, faço viagens semanais, quinzenais ou até mensais até meu município de origem. Depende muito da condição financeira, afinal sendo estudante, a ausência de renda fixa dificulta demasiadamente o processo de mobilidade Redenção-Quixadá. A mobilidade interna em Quixadá, no que concerne ao campus IFCE, geralmente acontece de ônibus e se torna um momento de trocas com outros estudantes que passam também pela mudança de cidade na busca da realização pessoal e profissional. Cada mobilidade traz consigo significados particulares que perpassam memórias afetivas singulares e desembocam em relações solidárias de acolhida, ratificada na escuta, nos olhares e nos abraços imbricados de saudade.

Bruno de Castro Santos (Redenção-CE)

Algo que levo para minha vida é que sempre temos que abraçar as possibilidades que aparecem, mesmo não sendo o que queremos, aparentemente. Foi assim com a Geografia! Sempre tive interesse em outras áreas e foi bem frustrante, pois cheguei a passar em algumas universidades. Porém, havia a impossibilidade econômica de me manter nesses lugares, o que me fez desistir. Com

a expansão da rede federal de ensino superior, surgiu a possibilidade de cursar Licenciatura em Geografia no IFCE campus Quixadá. Como a prefeitura da minha cidade disponibilizava o ônibus escolar, essa mobilidade se viabilizou. Moro em Quixeramobim-CE. De segunda à sexta-feira faço o trajeto da minha cidade à Quixadá, em torno de 40 a 60 minutos em ônibus escolar. Mesmo com todas as dificuldades que nós, alunos, passamos com o transporte público, pra mim não é cansativo — gosto de ver o pôr do sol na ida e o céu escuro cheio de estrelas na volta, assim como as belezas da nossa caatinga. A graduação me trouxe diversas experiências. Além de estudar as áreas de interesse, conheci pessoas e lugares que nunca imaginei conhecer. Me reinventei. Superei medos. Mudei e continuo esse processo de mudanças, mas sendo eu mesma, porque não podemos esquecer de toda a trajetória até esse momento. Mas, pra falar da mudança que mais marcou minha vida, alguns anos atrás achava que certos espaços não eram um lugar pra mim. Isso não era uma questão de inferioridade, mas uma percepção de mundo que bloqueava certos ambientes. Desse modo, a principal influência que essa mobilidade me proporcionou foi essa mudança: saber que posso alcançar objetivos através dos meus estudos e esforços, seja uma pós-graduação, um trabalho específico ou qualquer outra coisa. Essa transformação no modo de pensar é algo que eu repasso pra jovens que, assim como eu, que são da escola pública de uma cidade do interior e que tem esse pensamento limitado. Como diz a pensadora Nara Queiroz “cada passo uma trajetória, cada trajetória uma nova história, cada história um exemplo, cada exemplo uma experiência, cada experiência um novo ser e um novo pensar”.

Debora Ribeiro dos Santos (Quixeramobim-CE)

A cada dia de nossas vidas, a forma com que vemos e interpretamos o espaço que nos rodeia se transforma, seja por algum acontecimento pessoal ou por aprendizado novo, remetendo à forma de o interpretar. Comigo não foi diferente. Sempre me interessei por geografia e queria ingressar na universidade nessa área, mas, infelizmente, quando concluí o Ensino Médio não havia esse curso nas proximidades do município onde moro (Deputado Irapuan Pinheiro), sendo o mais próximo, à época, na região do Cariri. Porém, não havia a possibilidade econômica de manter-me por lá. Felizmente, algum tempo depois, o curso de Licenciatura em Geografia passou a ser ofertado no IFCE campus Quixadá. Com isso, vislumbrei minha oportunidade, pois era mais próximo e também já havia um ônibus que partia de onde resido até Quixadá, levando os universitários: indo deixar no domingo e retornando na sexta-fei-

ra. Portanto, teria que passar a semana em Quixadá ou utilizar o ônibus da cidade vizinha (Milhã) que se desloca diariamente com os alunos. A partir dessa oportunidade ingressei no IFCE e, desde então, me mudei para Quixadá, ficando de segunda à sexta-feira e retornando para meu município nos finais de semana. Essa mudança em minha vida, na diferença entre os lugares onde agora convivo, atrelada ao modo com que a geografia me proporcionou ver e interpretar o espaço, me fez entender e enxergar coisas que antes não conseguia, sejam nas viagens semanais de mais de duas horas para ir e pra voltar, onde consigo vislumbrar as diferentes paisagens existentes no sertão, seja na vivência totalmente peculiar e diferenciada em ambos lugares em que estou: um município de mais de 80 mil habitantes que se tornou um polo universitário atraindo estudantes da região do entorno ou um município de menos de 10 mil moradores, com suas dificuldades e distante dos grandes centros urbanos. Assim, a geografia me fez enxergar as peculiaridades de cada local por onde passo, saindo de um município pequeno e indo para outro de porte expressivo, passando nesse trajeto por várias cidades de tamanhos distintos, podendo conceber variações, formas, relações humanas, diferenças na vivência nos centros urbanos, formas de comércio, questões de escala e também as manifestações culturais que existem nesses lugares.

Flavio Medeiros Pinheiro (Deputado Irapuan Pinheiro-CE)

Diariamente realizo trajetos que me levam para diferentes espaços e consigo interpretá-los, mesmo que de maneiras distintas, como parte de mim. Muitos não conhecem minha rotina atual. Portanto, começarei pelo ano de 2016, mais propriamente quando fui a primeira mulher a entrar na universidade em minha família. Foram incansáveis vezes que as dificuldades tentaram derrubar os meus objetivos, mas a vontade de vencer e de alcançá-los, creio, foram o que me fizeram persistir numa rotina quádrupla: cuidar da minha avó, trabalhar, estudar, cuidar de mim e da casa. Sou residente do Putiú, um bairro periférico de Quixadá, bastante afastado do ponto central de ônibus que é um dos modais de transporte que utilizo para chegar à universidade: o lugar onde posso acreditar diariamente num amanhã melhor. Não é fácil pedalar por um quilômetro e meio até o ponto do ônibus quando se é mulher, convivendo numa sociedade em que o patriarcado e o machismo impõem, diariamente, limitações em nossas trajetórias. Digo isso porque a todo momento estou refletindo sobre essas questões sociais e a importância do fortalecimento das lutas feministas pela conquista do direito de ir e vir, sem medo de ser “ataca-

da” nos deslocamentos. Retornar diariamente para casa às 23h depois de sair às 17h40 é sempre complicado, sobretudo quando o medo de estar exposta à violência nos cerca constantemente, não somente a mim, mas a todos meus colegas. Além disso, o cansaço e a fadiga também se tornam nossos inimigos... ou não? Ademais, como moradora de um bairro periférico, fui ensinada por minha mãe que universidade não era pra pobre, não era pra mim. Eu tinha que construir uma família, mas além disso, precisava trabalhar pra ajudar em casa. Mesmo assim, segui meu sonho de infância: ser professora. Ia a pé até o ponto de ônibus, sozinha, durante uns 40 minutos, e voltava à noite, desacompanhada também, mesmo sabendo dos perigos. Eu sempre acreditei que a universidade também era lugar pra mim, que só a educação poderia proporcionar melhorias em minha vida. Assim aconteceu. E foi justamente percorrendo esses caminhos e refletindo durante o percurso que pude perceber o quanto sou “privilegiada” em cursar uma universidade pública, de qualidade e laica. Digo que a mobilidade fez com que me percebesse como agente transformador do espaço, e que tudo é possível quando dentro de nossas condições: damos o melhor que temos. Pude notar novos horizontes e compreender que existe um mundo além do que nossa imaginação concebia. Em 2020, com o início da pandemia causada pelo novo Coronavírus, os países tiveram que mudar completamente sua rotina e, conseqüentemente, seus trajetos e trajetórias. Com a necessidade urgente do distanciamento social em prol da vida, as pessoas deixaram suas rotinas, o vínculo direto com os diversos espaços e toda a dinâmica que até então era “normal”. Comigo não foi diferente. O distanciamento e o confinamento me afastaram do contato diário faculdade-trabalho-casa, o que, conseqüentemente, me trouxe reflexões e incertezas. Deixar de estar realizando os trajetos me fizeram perceber o quanto eles são necessários, o quanto ao longo das minhas “pequenas viagens” diárias era possível imaginar novas metas, sonhos e numerosos outros pensamentos. Não os deixei de ter, claro, mas percebo-me enquanto parte do meio e vejo o quanto são necessários. Por mais difíceis que fossem, são terapêuticos para mim. Concluo dialogando sobre a importância desses trajetos diários, que me fizeram traçar novos caminhos e fazem parte das minhas “trajetórias”. Talvez, ao retornar para o novo “normal”, eu possa ser bem mais participante desses contínuos fluxos e possa ver e apreciar ainda mais a beleza do simples e do estável (paisagem, trajetos, relações pessoais).

Francisca Andressa Wvictória de Sousa Terto (Quixadá-CE)

A minha compreensão de mobilidade sempre esteve relacionada a deslocamento/movimento, não importando por quais vias seriam, mas que estaria presente em todos os espaços. Durante alguns anos, vivenciei os meios disponíveis para mobilidades em alguns centros urbanos (Fortaleza e São Paulo), o que só afirmava a minha percepção que tinha por finalidade deslocar pessoas ou mercadorias, porém sem uma visão crítica ou subjetiva sobre tais modais, seus impactos e como estavam distribuídos no meio urbano. Nesse pensamento, meu sentido do espaço sempre estava relacionado a uma distância física, pois morava em bairros periféricos, localizados longe do que se tinha como eixo central da cidade. Esse percurso para o trabalho, por exemplo, era sempre feito de forma cansativa, pois o distanciamento dos pontos de partida e chegada era grande, o que não deixa de ser uma forma de análise do espaço. Assim, minha percepção para os elementos dos espaços, os sentidos, os questionamentos sobre os fundamentos contidos no mesmo começaram a ser esclarecidos após o ingresso no curso de licenciatura em Geografia no IFCE campus Quixadá. Em busca de uma realização profissional, saí de Fortaleza e mudei para Banabuiú para retomar os estudos universitários, um município no sertão central cearense situado a 40 quilômetros de Quixadá, importante polo universitário regional. Com essa nova realidade, surgiram alguns debates em torno de conceitos da geografia, como espaço, lugar e território, despertando minha atenção para as transformações do espaço e fenômenos sociais ali intrínsecos, colocando em pauta o meu entender de que espaço não estava relacionado somente à distância percorrida. O meu percurso é extenso. Diariamente, transcorro em torno de 100 quilômetros (entre ida e vinda), de onde moro, Banabuiú, até o campus do IFCE em Quixadá, frequentemente com a realidade de um transporte que não tem qualidade, apresentando problemas mecânicos, com preocupante nível de segurança (ausência de cintos de segurança e bancos sem encostos) e hiper lotação. Para além de todos os problemas referentes ao percurso, o meu olhar para o espaço vai para outras problemáticas. Agora, as que me cercam não são apenas distâncias físicas: consigo vislumbrar redes, fixos, fluxos, territorialidades, que me fazem sentir sujeito ativo desses espaços.

Francisco Tiago Ribeiro Silva (Banabuiú-CE)

Quando pensava em mobilidade, antes de iniciar minha jornada acadêmica dentro da Licenciatura em Geografia, imediatamente me remetia a trânsito, transporte público lotado e precarizado. Isso porque morei boa parte da minha vida no Rio de Janeiro e esses eram os problemas que enfrentava para

chegar à escola, ao trabalho e, posteriormente, à faculdade. Minha vida era regida pelos horários de ônibus, metrô e transportes alternativos. Passava de duas a cinco horas do meu dia dentro desses modais de locomoção. Ao me mudar para Quixadá, esses problemas ficaram esquecidos durante um bom tempo, até que ingressei na minha primeira graduação no IFCE. Lembro que, em 2008, um dos requisitos para implantação do Campus em Quixadá — mais precisamente nas proximidades do Açude Cedro — seria a contrapartida da prefeitura local em fornecer gratuitamente locomoção aos alunos até a implantação do transporte público na cidade. Nos primeiros meses, utilizei o ônibus fornecido pela prefeitura e não havia problema de superlotação. Eu já possuía um transporte próprio e o utilizava de forma mais recreativa ou para pequenos trajetos, como do meu bairro, Campo Velho, ao centro da cidade. Com o processo gradativo de interiorização das Instituições de Ensino Superior e a abertura de novos cursos e vagas, essa demanda cresceu rapidamente. A impontualidade e o sucateamento dos transportes sempre foram questões problemáticas. Decidi então realizar esse trajeto utilizando meio de transporte próprio, no caso, motocicleta. Utilizar esse modal para chegar à universidade fez surgir outro olhar: passou a ser essencial. Isso me levou a pensar no ganho de tempo e na necessidade da conquista de uma habilitação, o que gerou um sentimento de cidadã mais responsável por estar no trânsito com outras pessoas. É interessante pensar o olhar que a Geografia nos traz. Atualmente, vejo a importância e o impacto que a mobilidade urbana causa no cotidiano das pessoas. Percebo a verticalização da minha cidade, o crescimento da mancha urbana sem um planejamento ou plano diretor, a transformação de áreas antes tidas como rurais. Esses anos de trajetos me trouxeram referências empíricas das transformações ocorridas em Quixadá no meu imaginário, como os loteamentos em zonas rurais que ganharam forma e agora abrigam milhares de novas famílias, tornando essa paisagem urbanizada. O aparecimento de novos estabelecimentos comerciais e serviços que modificaram profundamente a dinâmica social da minha cidade. Ainda assim, temos na mobilidade um gargalo para o desenvolvimento, sempre deixado de lado pelo poder público e, como nos grandes centros, nossa população padece da falta de transporte e da má qualidade dos existentes (ainda utilizamos o pau de arara para o transporte de pessoas!). Quixadá, em 2021, possui pouco menos de 100 mil habitantes e, com a vinda da faculdade de medicina, se consolida como cidade universitária. Mesmo assim, ainda não acolhe a maioria dos profissionais de diversas áreas. Quando ingressei na Geografia, o déficit de professores formados na área — não só aqui como em toda a região — me chamou a atenção. Estar na

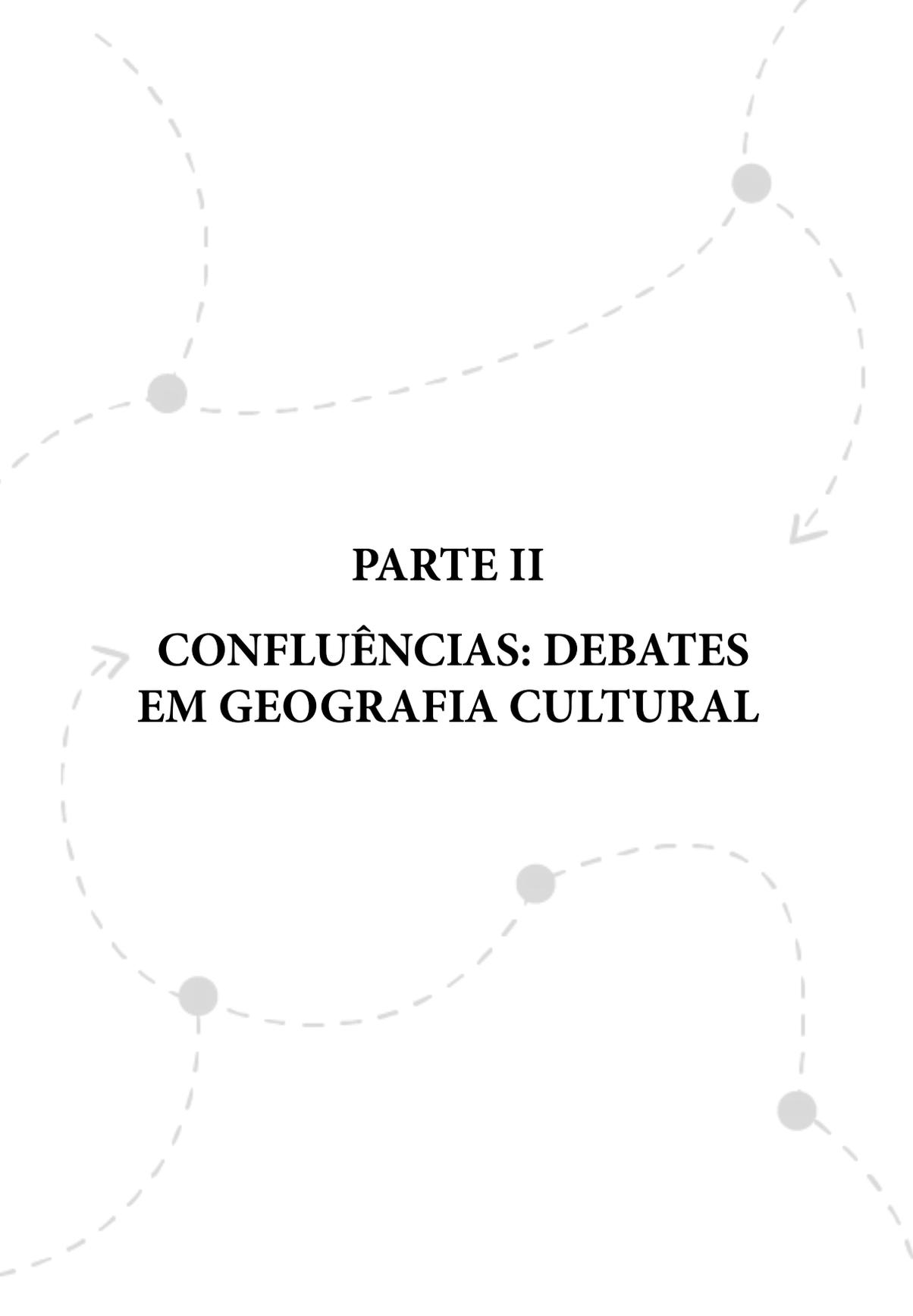
Geografia me fez enxergar as potencialidades de Quixadá, me fez sentir que eu pertencço a esse lugar e querer continuar não só acompanhando, mas participando das transformações que acontecem aqui.

Joicyanna Darllay e Silva (Quixadá-CE)

Nossa vida é baseada e construída sob nossas escolhas e nos caminhos que pretendemos, queremos ou somos guiados a seguir. Há aqueles que planejam cada passo e há os que aproveitam as oportunidades. Depois de sair de uma escola de tempo integral no ensino fundamental, situada na zona rural de Quixeramobim-CE, onde o acesso só se dava por ônibus ou transporte particular, ingressei no Ensino Médio em uma escola na zona rural de Iguatu-CE, residindo em internato. Nesse período, a viagem de casa para a escola se dava por ônibus comercial. O percurso era o seguinte: da escola para rodoviária de Iguatu e de lá para Quixeramobim. Por não dispor de recursos para a continuidade do uso desse módulo, passei a me deslocar entre as cidades por meio de caronas. Nos piores dias, o percurso era: da escola para Iguatu; de Iguatu para Acopiara; de Acopiara para Mombaça; de Mombaça para Mineirolândia; de Mineirolândia para o Km 20 (distrito de Senador Pompeu) e do Km 20 para Quixeramobim. Em cada cidade era necessário atravessar, a pé, até o outro extremo para aguardar nova carona. Para voltar à escola poderia acontecer o mesmo processo. Isso se deu por três anos. De volta a Quixeramobim, ingresso em um curso superior e dou início à minha vida profissional. No período da manhã estava presente nas aulas e à tarde visitava comunidades/localidades da zona rural da cidade, dando assistência técnica a agricultores e produtores do município. O percurso ocorria por moto, pegando estradas asfaltadas e, em sua maior parte, carroçáveis. Algumas comunidades ficavam a mais de 60 quilômetros da cidade. Após esse período, passei a dar aulas como terceirizado em outra empresa. As aulas aconteciam em distintos municípios e, mais uma vez, a moto era o único modal disponível. O lugar mais distante onde já andei foi para o município de Mauriti-CE, na divisa com Pernambuco. Após um acidente de moto em Icapuí-CE, passei a trabalhar mais localmente em Quixeramobim. Porém, passado pouco tempo, entrei como terceirizado em outra empresa, prestando serviços técnicos de manutenção em impressoras de órgãos estaduais. Assim, passei a usar a moto de minha esposa para locomoção. Em 2017, convocado para o cargo de técnico em tecnologia da informação em Quixeramobim, passei a transitar entre Quixeramobim e Quixadá. A rotina passou a ser de Quixadá para trabalhar em Quixeramobim e de lá para estudar

em Quixadá. Sempre gostei e nunca neguei que amo viajar, me aventurar. Sempre disse que gosto de trabalhar viajando e a vida e as escolhas me proporcionaram e ainda proporcionam isso. Nem imagino o quantitativo de horas que passei no uso de um modal de transporte. Já vi e vivi muitas coisas por várias estradas, de quedas a demais situações constrangedoras. Portanto, posso dizer que toda essa mobilidade e trajetória foram capazes de criar quem eu sou, de me fazer aproveitar os momentos e agarrar oportunidades, de não ter medo da dúvida, de me proporcionar experiências. Percebo que meu sentido de espaço se transformou, bem como minha visão de mundo. Enquanto uns acham distante, eu acho possível, viável, tangível.

José Geovane Pinheiro (Quixadá-CE)



PARTE II

**CONFLUÊNCIAS: DEBATES
EM GEOGRAFIA CULTURAL**

8. Elementos para uma análise geográfica de fotografias de paisagens no sertão nordestino

*Caio Augusto Amorim Maciel¹
Priscila Batista Vasconcelos²
Eric José Silva Gomes³*

A representação de paisagens do Nordeste semiárido tornou-se quase um gênero da fotografia brasileira, desde pelo menos as expedições de reconhecimento territorial do IBGE⁴, com raízes que se estendem a partir do registro de imagens por diversos viajantes, dentre os quais Benjamim Abrahão, que captou o famoso bando de Lampião nas caatingas pernambucanas (MELLO, 2012) e — mais recuadamente ainda — as tomadas de Flávio de Barros⁵ que nos chegaram do Sertão de Canudos, com suas prisioneiras e Antônio Conselheiro morto. Por toda essa visceral relação entre a produção do espaço regional e as imagens fotográficas, o tema é bastante complexo e sensível, sobretudo quando consideramos a reprodução renitente do imaginário da seca e suas mazelas, como tem sido apontado por diversos autores (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001; CASTRO, 1997; MACIEL, 2009).

-
- 1 Prof. Dr. em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador do LECgeo Recife; caio.maciel@ufpe.br.
 - 2 Profa. Dra. em Geografia. Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Vice coordenadora do LECgeo Recife; priscila.vasconcelos@ufpe.br.
 - 3 Geógrafo e fotógrafo do LECgeo/UFPE Recife; ericgomescontato@gmail.com.
 - 4 Cf. “As expedições geográficas do IBGE. Um retrato do Brasil, 1941-1968” (LEITE; ABRANTES, 2018), livro que propõe uma narrativa textual e iconográfica sobre a memória dos trabalhos de campo da instituição, percebendo-se a construção de uma duradoura maneira de ver o país e suas regiões.
 - 5 Em 1897, Augusto Flávio de Barros registrou a árida paisagem sertaneja e a destruição do arraial do Conselheiro em mais de 70 fotografias, algumas das quais foram publicadas em *Os Sertões* (CUNHA, 1905), tornando-se icônicas. Para Sergio Bugi (2015), as fotografias de Barros “constituem referências germinais para uma melhor compreensão do que viria a se constituir ao longo do século XX no país como um fotojornalismo e uma fotografia de autor socialmente engajados e de forte vertente humanista”.

Este capítulo objetiva discutir alguns pressupostos da criação de narrativas visuais na Geografia por intermédio da fotografia de espaços panorâmicos ou atinentes à natureza, buscando refletir a partir do olhar para os ambientes semiáridos no Brasil. Após breve introito teórico-conceitual⁶, interpretamos algumas fotografias participantes da exposição “Trajetórias em Olhares: os sertões e o cotidiano”, de responsabilidade do LECgeo (2019). A proposta teórico-conceitual que guiou a exposição e o presente raciocínio encontram-se delineados no Capítulo 1 deste livro.

Paisagem e fotografia

Quando expressamos um pensamento imagético na perspectiva da paisagem, forma simbólica espacial que extrapola o lugar, não queremos sempre compartilhar pacífica e passivamente um ponto de vista, mas muitas vezes seduzir, atestar ou contrapor com imagens — resultados de processamentos a partir de nosso repertório cultural, ideológico e estético.

Ao fazermos fotografias do ecúmeno, entramos no campo da construção da representação do outro; neste caso, a construção da representação de uma paisagem. O domínio técnico do equipamento ou da habilidade de trabalhar com imagens confere esse poder a quem produz a imagem, ao construir uma representação. É esta pessoa quem vai empregar influência sobre a aparência da paisagem, e até mesmo determiná-la, a depender de suas escolhas técnico-fotográficas e intenções. Num efeito em cadeia, isso reflete imediatamente sobre a construção da ideia que fazemos sobre a representação do grupo social que ocupa aquela paisagem — não à toa o imaginário brasileiro é povoado pelo essencialismo, que reduz o nordestino à seca, à fome, ao atraso.

Isso coloca a construção da imagem/representação (e, necessariamente, a paisagem) numa relação de poder. A força da fotografia de espaços regionais inscreve-se nessa realidade, conformando uma retórica contundente acerca do meio, principalmente na sociedade atual, na qual a imagem ganhou lugar central no cotidiano (MARTINS, 2008). Ao considerar que esse processo conta com mecanismos que operam no plano da subjetividade de quem faz e aprecia a fotografia, isso põe a imagem como objeto resultado de filtros tanto na concepção quanto na recepção; objeto do processo de construção da representa-

6 Os argumentos aqui apresentados foram publicados em uma outra versão no livro *Transversalidades 2016 — fotografia sem fronteiras* (MACIEL; VASCONCELOS, 2016).

ção e do processo de construção da interpretação: construção de realidades tal como identificada por Boris Kossoy (2009).

Afirmar que realidades são construídas não nega a existência da paisagem objeto da representação imagética. Serve para chamar nossa atenção para o fato de que entre a paisagem e sua representação imagética há “uma transposição de dimensões e de realidades. O assunto uma vez representado é *um novo real*: interpretado e idealizado” (KOSSOY, 2009, p. 43) pelo/a fotógrafo/a a partir de suas experiências, vivências e intencionalidades — seus filtros internos operando no processo de construção da representação. Processo semelhante também ocorre no interior de quem recebe essas imagens: entre a representação criada pelo fotógrafo/a e a interpretação desenvolvida no ato da recepção, a imagem é submetida a um novo processo de filtros internos, criados pelo repertório cultural, ideológico e estético de quem aprecia a imagem.

Esses mesmos processos ocorrem quando estamos diante de uma paisagem enquanto objeto de estudo (ou até mesmo de contemplação). Sua leitura e interpretação, seja *in loco*, a partir de imagens ou em ambos os casos, também passam por mecanismos e procedimentos internos/subjetivos que operam de acordo com nosso repertório: uma paisagem de falésias vivas não será apenas um conjunto de barreiras que podem desabar a qualquer momento — há informações muito mais complexas que podem ser elaboradas sob diversos pontos de vista, visões de mundo e epistemologias.

Isso nos leva a perceber que há uma relação muito mais próxima entre a fotografia e a paisagem, que ultrapassa a relação utilitária da imagem enquanto ilustração e que nos leva à compreensão de que esses conhecimentos podem e devem dialogar. Além das técnicas de leitura e interpretação que podem ser facilmente adaptadas e servir às duas, temos o caráter polissêmico que se faz presente numa transversalidade diante da fotografia e da paisagem, permitindo sempre uma leitura plural.

A tradução de pensamentos e intenções em imagens e narrativas referenciadas geograficamente coloca a fotografia da paisagem no contexto de uma geografia social e política. Com efeito, valores simbólicos e estéticos são socialmente produzidos, supondo interesses diferenciados e escolhas políticas (CASTRO, 2002).

As estratégias identitárias, que apelam à biodiversidade, ao relevo ou aos caracteres de um bioma tal qual a caatinga como uma marca local, precisam de uma expressão arrebatadoramente eficiente. É daí que nasce a potência da imagem, em geral, e da fotografia de paisagem, em especial, como *o que pode*

ser visto em um único golpe de vista. A foto com eficiência geossimbólica é aquela que capta tal concisão comunicativa, seja em planos panorâmicos ou em imagens de detalhes, recorrendo a um sem número de técnicas que conca-team luz, cor, ângulo e perspectiva. A aderência dessa imagem, em termos de plausibilidade social, a um documento que representa a realidade (ou algum aspecto da realidade) está em interação dinâmica com códigos, valores e sentidos políticos de quem a toma, reproduz e recebe.

Roberto Lobato Corrêa (2007) adverte que formas simbólicas espaciais constituem mecanismos regulatórios de informações, controlando significados e, portanto, olhares, em perspectiva que dialoga com as paisagens marca e matriz de Augustin Berque (1998).

As formas simbólicas são representações da realidade, resultantes do complexo processo pelo qual os significados são produzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo cultural, conforme aponta Hall (1997). As formas simbólicas, materiais ou não, constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados. As formas simbólicas, no entanto, são sujeitas a interpretações distintas, caracterizando-se por uma instabilidade de significados, por uma polivocalidade (CORRÊA, 2007, p. 7).

Já para Joël Bonnemaison, um *geossímbolo* pode ser definido “como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais toma aos olhos de certos povos e grupos étnicos uma dimensão simbólica que lhes conforta em sua identidade” (BONNEMAISON, 1981, p. 249 *et. seq.*). Nessa concepção, uma perspectiva etnopaissagística seria construída pela transformação de elementos da natureza e do território em ícones e símbolos culturais (formas simbólicas espaciais).

Entretanto, existe uma tendência no mundo contemporâneo em valorizar globalmente certas paisagens como *formas ecossimbólicas*, como demonstra a questão de converter essas formas em patrimônio público e bem cultural ou natural (CORBIN, 2001; DONNADIEU, 1994, 1999; MENESES, 2002). Portanto, a paisagem *tout court* é frequentemente condensada por geossímbolos que “falam” em nome de uma causa (pessoal ou coletiva), de uma identidade, de uma cosmovisão. Tais interpretações são socialmente produzidas e imersas na vida pública, daí admitirmos novamente com Corrêa (2007) que há um sentido político na iconografia da paisagem.

Ao ser incubido de fotografar a paisagem amazônica, no início dos anos 1970, momento marcado pela abertura da região amazônica por intervenções

infraestruturais e políticas de povoamento do Estado brasileiro, o fotógrafo George Love encontrou como estratégia fazer fotografia aérea. Para ele a paisagem amazônica representava uma “imensidão”, “uma área muito grande”, “missão de fotografar a Terra” (CANJANI, 2015). Ele fez uma escolha de escala geográfica que comunicou sua percepção de paisagem amazônica como aquela que se perde de vista e, de certa forma, serviu ao empreendimento de um Estado sedento de dominação territorial do espaço amazônico. Para além do sujeito George Love, essa percepção de fazer fotografias da paisagem amazônica como imensidão se tornou um *ecossímbolo*, construído sob a ideia coletiva de uma vasta região que, apesar de biodiversa, é submetida, pela visão aérea, a uma pasteurização homogeneizadora que anula a diversidade, tornando-a desconhecida — terra de “selvagens” passíveis de serem “civilizados”, com vastas planícies verdes, às vezes entrecortadas por rios, praias fluviais e aluviões, encontros de águas etc.

Em outra situação, uma das formas ecossimbólicas mais candentes do Sertão Central do Ceará são seus açudes e barragens, como os de Quixeramobim, Quixadá ou Banabuiú, oferecendo expressivo contraste com a aridez de terras circundantes e atraindo o olhar e o interesse fotográfico. De modo mais amplo, atribuiu-se às paisagens nordestinas, desde do final do século XIX e ao longo do século XX, o marco inicial de cobertura da estiagem de 1877-1879 (ALMEIDA; ALFONSO, 2015): a marcação imagética da seca. Do cinza-marrom da vegetação com toque de verde das cactáceas, céu azul sem nuvens, solo craquelado dos fundos das barragens secas e a figura humana dos flagelados, ocorreu uma verdadeira obliteração da diversidade da paisagem cultural intrarregional.

Percebemos nesses dois casos a fotografia e a paisagem como objeto de escolhas e intensionalidades, cujo objetivo foi apoiar e instrumentalizar discursos políticos que construíram e reforçaram estereótipos e preconceitos, cuja liga repousa no mito da necessidade, no exemplo nordestino. Uma iconografia paisagística que convoca o visível e o dízível esvaziado de complexidades e diferenças, apta a mobilizar discursos políticos pautados na mitologia de uma terra carente e necessitada de benesses e recursos do Estado (CASTRO, 2002).

Como quer que seja, a fotografia de paisagem estabelece conexões plausíveis com a experiência, o conhecimento, a atividade, a emoção e os valores daqueles que veem e querem transmitir uma ideia ou impressão. Não se trata de um *flash* mecânico, e sim de um *insight* para o qual concorrem um contexto sociocultural e uma habilidade visual, de modo a encontrar, selecionar, ordenar e reforçar argumentos emoldurados por uma leitura de mundo.

Assim, a expressividade da fotografia de paisagem reside na identificação, eleição e aprimoramento de geossimbolismos contundentes. É o visível tornado visto, ou seja, condensado de forma incisiva no contexto de uma iconografia política. Por isso tantas imagens do semiárido referem-se ao paradigma das secas, há tantos anos organizador do regionalismo nordestino e seu quadro de ações. Mesmo imagens alternativas correm o risco de, por contraste, corroborar esses preconceitos do olhar. O átimo que separa o mecanismo biológico da visão dos filtros culturais não pode ser comparado à mera impressão fotográfica de contornos e cores, luz e sombra.

Cenas sob os olhos: o ver geográfico

Toda iconografia sobre um determinado espaço precisa levar em conta o rol de possibilidades inscritas no imaginário geográfico — realidade impregnada pelas formas através das quais o sujeito coletivo concebe sua ligação com a paisagem e a natureza, marca e matriz desse jogo impregnado de sentido que é a cultura (BERQUE, 1998).

Desse modo, logra-se pensar que num contexto de busca de “argumentações impressionadoras” na produção fotográfica, a força expressiva da paisagem fotografada também residiria no *que se pode e se quer mostrar em um único golpe de vista*, significando o movimento ativo de condensação de sentidos, valores e percepções em imagens de forte conteúdo simbólico — e que depende, além do mais, do caráter esperado da audiência, isto é, daquilo que pode ser apreendido pelos interlocutores.

Que faz a geografia? De um modo geral, ela se desenvolve visualmente — cartas, mapas, modelos, fotografias, descrições etc. A geografia é uma forma de pensar e de ver (GOMES, 2018). Isto é, quer fazer ver alguma coisa, que do ponto de vista dos conhecimentos anteriores ou especializados, mostrar-se-ia em dispersão e sem nexos. Assim, o discurso geográfico é espetáculo⁷, *theoria* no sentido original do termo (BERDOULAY, 1988, p. 23). O que Vincent Berdoulay quer ressaltar com o recurso a esta ideia é a construção e o arranjo da informação com o apoio da imagem, processo tão caro aos geógrafos.

O recurso à visualização também faz parte do conhecimento vernacular do espaço, afinal muitos fotógrafos de paisagem não são geógrafos acadêmi-

7 Espetáculo, segundo Houaiss, A. *et al.* (2003, p. 293) pode significar, dentre outras possibilidades: **apresentação**: exibição, função, *show*; **visão**: cena, cenário, paisagem, panorama, perspectiva, quadro, vista; **encenação**: cena, montagem, peça, representação.

cos; entretanto, aqueles podem esboçar uma aptidão nata para a geografia. São “*geographer-to-be*”, segundo Sauer (2000). Existe, nesse caso, uma atração pelas coisas do espaço, um desejo intuitivo em conhecer os lugares e entendê-los.

O geógrafo e o “geógrafo-por-ser” (*geographer-to-be*) são viajantes de fato quando podem, na imaginação, quando não há outro meio. Não são daquela classe de turistas que são guiados por profissionais do turismo pelas rotas das principais excursões com suas atrações estreladas, nem se hospedam em grandes hotéis. Quando estão de férias podem passar longe dos lugares que se supõe que devem ser vistos e passar por atalhos e lugares despercebidos onde desfrutam de um **sentimento de descoberta pessoal**. Gostam de andar a pé, fora das estradas, e lhes agrada acampar no fim do dia. Até mesmo o geógrafo urbano pode ter a necessidade de escalar montanhas desabitadas (SAUER, 2000, p. 140, grifos nossos).

Sauer prossegue enfatizando a disposição para observações detalhadas, inerente aos que buscam um conhecimento geográfico do mundo, para quem entender a composição dos cenários é fundamental:

A vocação geográfica se fundamenta em observar e pensar sobre o que há na paisagem, no que foi chamado tecnicamente o conteúdo da superfície terrestre. Por isso **não nos limitamos ao que é visualmente observável, mas procuramos registrar o detalhe e a composição da cena**, fazendo perguntas, confirmações, itens ou elementos que são novos ou que desapareceram. Este estímulo mental devido à observação do que compõe a cena pode derivar de uma característica primitiva de sobrevivência quando tal atenção significava evitar o perigo, a privação, ou perder-se (*Idem, Ib.*, grifos nossos).

Ao nosso ver, o papel da imagem se avoluma nesta concepção, dado que o vigor da figuração paisagística decorre justamente da sua capacidade de colocar uma cena sob os olhos — mas não uma cena qualquer, e sim uma “vista”, “perspectiva” ou “representação” metafórica, simbólica — aspectos *representativos*, no sentido de *característicos* de um dado espaço. Essas cenas sob os olhos nos propiciam a experiência de pensar com as imagens, numa espécie de pedagogia visual geográfica (GOMES; RIBEIRO, 2013).

Mobilizações geográficas a partir das fotografias. Exposição *Trajatórias em Olhares: os sertões e o cotidiano*

No exercício dessa pedagogia visual geográfica, nos trajetos entre suas casas e o IFCE campus Quixadá, estudantes provam cotidianamente múltiplos sentimentos de descoberta e crescimento pessoal, compartilhando e contrastando impressões de forma intersubjetiva. O estímulo mental propiciado pela observação de paisagens durante os itinerários tornou-se mais aguçado pela solicitação de gerar imagens que bem comunicassem a transformação dos olhares em curso, a partir das suas experiências. Foi o caso da Oficina de Fotografia⁸ realizada durante o VI Seminário LECgeo (13 a 15 agosto de 2019), da qual resultou a exposição *Trajatórias em Olhares: os sertões e o cotidiano*, realizada no contexto da Semana de Iniciação Científica e Tecnológica do IFCE campus Quixadá (Semic), de 5 a 7 de novembro de 2019.

A exposição teve como objetivo principal “agrupar diferentes olhares sobre o Sertão semiárido [...]” pautados “nas trajetórias dos alunos do campus, seja no convívio com o ambiente ou o percurso trilhado diariamente até o IFCE” (destaque do realese da exposição, 2019). A partir desse objetivo, definiram-se quatro categorias para inscrições das imagens: a) Nosso olhar e trajetória; b) Paisagens que nos compõem; c) Curral de pedras; e d) O Cedro em nossos olhos. Ao todo foram recebidas 100 imagens, das quais 50 (cinquenta) compuseram a exposição após curadoria.⁹ De acordo com o total geral de contribuições recebidas, realizamos uma análise do percentual temático que emergiu das cenas escolhidas, chegando ao seguinte painel:

- i. 26% retrataram a caatinga em panorama ou detalhes, sem recorrer ao imaginário negativo, com ênfase para a vegetação verde ou para o contraste entre caatinga seca e céu carregado de nuvens;
- ii. 22% escolheram o céu do Sertão (ênfase na luz e busca pela estética, com destaque para os crepúsculos);
- iii. 19% fotografaram águas, inclusive e principalmente açudes para

8 Oficina de Fotografia facilitada pelos professores Gabriel Campos (Universidad Autónoma de Madrid/ LECgeo) e Tony Fadiño (Instituto Siglo XXI, Espanha).

9 As 50 fotografias selecionadas para impressão e exposição estavam assim distribuídas pelos eixos: a) Nosso olhar e trajetória, 14 (28%); b) Paisagens que nos compõem, 22 (44%); c) Curral de Pedras, 8 (16%); e d) O Cedro em nossos olhos, 5 (10%). Uma das fotos (2%) foi considerada sem classificação definida.

além do eixo “d” pautado no açude Cedro (uma pessoa fotografou a beira-mar);

- iv. 18% optaram por monólitos e serras, com destaque para o entorno do IFCE campus Quixadá;
- v. 5% explicitaram estradas e/ou veículos;
- vi. 10% mostraram temas variados — igrejas, parque de diversões, detalhe de indivíduo, ponte ferroviária, escultura, cidade grande; duas retrataram explicitamente detalhes do campus Quixadá.

Observando o conjunto das imagens inscritas e categorizadas (100), identificamos um baixo percentual de ícones da miséria (3%), o que indica que o imaginário da seca não se fez tão presente nessa amostra. Isso já era esperado, uma vez que o LECgeo trabalha questionando o mito da necessidade e o imaginário da pobreza nordestina. Os 22% que escolheram fotografar o céu também fugiram de imagens estereotipadas sobre o clima regional, preferindo mostrar belezas e cores, crepúsculos e tons da “hora mágica” (16h-17h), ou ainda o contraste da caatinga com o céu cheio de nuvens (ver, por exemplo, figuras 2, 5 e 6 adiante). Monólitos e serras estão por toda parte ao redor do campus, daí ter sido um dos quatro temas favoritos dos fotógrafos e fotógrafas (além de um dos eixos da exposição), como se vê nas figuras 1, 3, 5 e 6. Em muitos trajetos, a presença da água é marcante, como ilustrado pelas figuras 4, 5 e 6. A baixa referência às estradas e aos itinerários deve-se a que muitas fotografias, mesmo feitas em rotas e trajetos, não deixaram isso suficientemente evidente, além de a maioria dos alunos fazer o percurso à noite, o que dificulta obtenção de imagens de qualidade.

Observar essas imagens portadoras de uma geografia do olhar sobre o sertão nordestino nos provoca deslocamentos em relação às visibilidades encrustadas em representações regionais produzidas no final do século XIX e primeira metade do século XX. A redefinição do arquivo de imagens dessa espacialidade, segundo Albuquerque Júnior (2016), iniciou-se nos anos 1990, a partir de uma geração de artistas nascidos nos anos sessenta e setenta do século XX.

O autor pauta sua análise sobre obras como *O Baile Perfumado*, filme dirigido pelos cineastas Lírio Ferreira e Paulo Caldas em 1997, e *Sertão Verde: Paisagens*, livro do fotógrafo Fred Jordão publicado no ano de 2012. Obras que trazem em seu bojo uma paisagem de sertão em paletas de cores dissonantes daquelas massivamente difundidas: o império do verde emerge atrelado a uma

pulsante narrativa de abundância da vida situada num espaço regional heterogêneo. Novas formas de ver e construir a paisagem regional do Nordeste segundo Albuquerque Júnior (*Idem*). Nesse sentido, a maioria de estudantes participantes da citada exposição seguiram o fluxo da redefinição do arquivo de imagens sobre o Sertão, como podemos exemplificar nos dois conjuntos de fotografias a seguir:

Conjunto 1 — Céu e caatinga para além dos estereótipos

Figura 1: Quixadá-CE vista da Serra do Estevão.



Fonte: Pontes, 2019.

Figura 2: Contraste caatinga e nuvens, Sítio Alívio, distrito de Cangati, Solonópole-CE.



Fonte: Araújo, 2019

Figura 3: Flores e Monólitos em Cedro Velho, Quixadá-CE.



Fonte: Silva, 2019

Conjunto 2 — Estética da água como fio condutor na produção de imagens

Figura 4: O observador, Assentamento Massapê, Itapiúna-CE.



Fonte: Pedrosa, 2019

Figura 5: Crepúsculo na Lagoa Eurípedes, Quixadá-CE.



Fonte: Brilhante, 2019

Figura 6: Açude Cedro e Pedra da Galinha Choca, Quixadá-CE.



Fonte: Lima, 2019.

Assim, no processo de realização da fotografia de paisagem, ao passo que estamos inseridos na lógica de pensar com as imagens, ativamos a retórica para comunicarmos uma “imaginação material”. Nesse sentido, esses diversos olhares carregam e agenciam discursos que no caso podem “[...] arrastar uma multidão de vieses ideológicos através das escolhas dos termos, dos recortes territoriais, das categorias sociais, dos temas de estudo, até mesmo dos métodos e técnicas” (BERDOULAY, 1988, p. 21). Esse autor destaca que toda a atividade científica, seja por suas funções sociais ou dimensões discursivas, se encontra imbricada com a ideologia em sentido lato, e que na retórica dos geógrafos tal imbricação transparece no privilégio a algumas figuras, como a metonímia.¹⁰ Assim, as pessoas que enviaram fotografias para a exposição estavam plenamente conscientes do trabalho do laboratório em termos de suplantarem visões maniqueístas sobre o semiárido nordestino, como ilustrado nos conjuntos 1 e 2 de imagens. Por outro lado, o pedido de se tomar imagens a partir dos trajetos cotidianos pareceu autoevidente para os participantes (bem como restrito ao eixo “a” da exposição, Nosso olhar e trajetória). O resultado foi que poucos sentiram necessidade de explicitar objetos, situações e temas atinentes aos itinerários em si.

¹⁰ A paisagem traduz a pretensão da geografia em condensar a diversidade do espaço em um discurso demonstrativo e sintético, intencionalmente descritivo, focalizando temas representativos do todo ou indicadores de suas partes. Tal poder de correlacionar as partes e o todo é justamente o que caracteriza o procedimento metafórico denominado genericamente de metonímia. Uma das metonímias mais “batidas” de sertão é o cacto e o solo rachado dos açudes exauridos.

Considerações finais

A relação entre imaginário social e criatividade individual é fundamental na epifania do espaço representado, tal como se nos apresentou durante todo o processo da Oficina de Fotografia e na Exposição “Trajetórias e Olhares: os sertões e o cotidiano”. A noção de retórica, enquanto negociação da “distância” entre os homens a respeito de algo, transparece com clareza nesse processo:

Na **comunicação simbólica** o que está em jogo não é uma transferência de informação, mas um **contato que permite aos indivíduos sentirem-se próximos porque partilham os mesmos saberes**, têm as mesmas atitudes e se projetam no mesmo futuro; o sinal pode também lhes lembrar o quanto eles diferem, porque não aderem aos mesmos valores (CLAVAL, 1999, p. 70, grifos nossos).

Partilhar é atingir um grau de comunicação e comunhão, a que os símbolos se prestam de modo contundente. A dinâmica do todo e da parte é onipresente na cognição e desenho de uma realidade que se deseja revelar através da fotografia de paisagens, que em muitas situações destaca o patrimônio natural, a biodiversidade dos espaços retratados ou, como no caso do evento do LECgeo, as trajetórias e mobilidades de estudantes no entorno de Quixadá. A par de características objetivamente comprováveis, presentes no mundo material, a marcha é também dependente de condições gerais (psicológicas, socioculturais, políticas etc.), que permitem o apelo a um imaginário específico em vistas da concordância do público ao qual se direciona o discurso.

Existem muitas formas de pensamento figurado passíveis de serem consideradas como partícipes de uma retórica da paisagem, aglutinando-se em torno da metaforização das relações entre o homem e a natureza. A retórica da paisagem reflete, portanto, a ação de um sujeito sobre o outro por meio da palavra e, sobretudo, através da imagem, expressando e assimilando os sentidos conferidos na relação homem-espaço pelo imaginário coletivo e individual.

Daí ser preciso recorrer à força do exemplo, concentrando a atenção sobre alguns *tropos* que têm se mostrado mais importantes nos estudos geográficos. Dentre todos, as fotografias de paisagens são decididamente exemplos de metonímias geográficas (MACIEL, 2004). Primeiro porque a paisagem tem

permanecido, no pensamento geográfico, como um instrumento capaz de sintetizar uma diversidade que lhe é superior, condensando-a em temas representativos de um todo maior. Tal poder de remeter das partes ao todo e vice-versa é justamente o que caracteriza o procedimento metafórico denominado genericamente de metonímia. É o que se pode e se quer mostrar em um único golpe de vista.

O imaginário do sertão semiárido é repleto de exemplos nesse sentido, quer sejam positivos ou fruto de uma violência do olhar (preconceitos). Os participantes da exposição evitaram a reprodução de imagens preconceituosas, optando por uma retórica mais plural, mesmo mobilizando paisagens que comumente são inseridas em discursos de miséria e precariedade. Assim, diversos aspectos da caatinga, do céu ensolarado e dos açudes foram evocados pelo seu poder representativo do todo, sendo que as derivas vitimistas foram residuais no conjunto de obras enviadas para a exposição fotográfica do LECgeo, atendendo aos chamados do laboratório por outros olhares ao sertão.

Ao mesmo tempo, tais metonímias, enquanto ferramentas de conhecimento, jamais se mantêm imutáveis frente às “demandas” do mundo que se abre permanentemente à nossa vista. Quando essa interação é interrompida, estamos diante de um pensamento alienado da realidade, ou seja, do preconceito em sentido pejorativo, que é profundamente danoso ao avanço de qualquer forma de saber. Essa hipótese tem sido trabalhada no LECgeo em seus diversos desdobramentos, como no debate sobre a convivência com o semiárido (MACIEL; PONTES, 2015) que conseguiu furar esse bloqueio cognitivo-imagético, ainda que de modo incipiente.

Dito de outra maneira, somente o recurso ao poder criativo da comunicação — sobretudo da retórica, que transforma sentimento em sentido, imagem em linguagem — permitir-nos-ia penetrar nos códigos de pensamento e processos de simbolização paisagística, de modo a compreender como as pessoas construiriam suas *geosofias*, suas visões cotidianas ou conhecimentos espaciais de mundo, em diálogo com o imaginário geográfico mais geral e através do aprimoramento e acomodação dos cenários imaginados às fisio-nomias observáveis.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Vede sertão, verdes sertões: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 13, ano XIII, n. 1, p. 1-27, jan./jun. 2016. Disponível em <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/download/690/658/> Acesso em: 26 jan. 2021.

ALMEIDA, Ivete Batista da; AFONSO, José Maria Martin Moreno. Imagens e representações: o Nordeste brasileiro representado entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. **Revista de História da UEG**, Anápolis, v. 4, n. 1, p. 17-41, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3917>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ARAÚJO, Ana Railane. **Contraste caatinga e nuvens. Sítio alívio, distrito de Cangati, Solonópole-CE**. 2019, color, digital.

BERDOULAY, Vicent. Des mots et des lieux. **La dynamique du discours géographique**. Paris: Éditions du CNRS, 1988.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 84-91, 1998.

BONNEMAISON, Joel. Voyage autour du territoire. **L'Espace Géographique**, n. 4, p. 249-262, 1981. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/spgeo_0046-2497_1981_num_10_4_3673. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRILHANTE, Ana Carla de Oliveira. **Crepúsculo no Açude do Eurípedes, Quixadá-CE**. 2019, color, digital.

BUGI, Sérgio. Guerra de Canudos pelo fotógrafo Flavio de Barros. 400 jagunços prisioneiros. **Brasiliana Fotográfica**, 5 out. 2015. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=3002>. Acesso em: 10 set. 2020.

CANJANI, Douglas. O voo de George love. **ZUM - Revista de Fotografia**. n° 9. São Paulo: Instituto Moreira Salles MS, São Paulo, 2015.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa;

CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 155-196, 1997.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. *In: YÁZIGI, Eduardo (Org.) Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, p. 121-140, 2002.

CLAVAL, Paul. Qu'apporte l'approche culturelle à la géographie ? **Géographie et Cultures**, n. 31, p. 5-24, 1999. Disponível em : <https://journals.openedition.org/gc/10234#:~:text=L'approche%20culturelle%20substitue%20aux,imposent%20%C3%A0%20la%20g%C3%A9ographie%20humaine>. Acesso em: 28 jan. 2021

CORBIN, Alain. **L'homme dans le paysage** (Entretien avec Jean Lebrun). Paris: Les Éditions Textuel, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 7-18, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13530>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões. Campanha de Canudos**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

DONADIEU, Pierre. Pour une conservation inventive des paysages. *In: BERQUE, Augustin (dir.); CONAN, Michel et al. Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Champ Vallon, p. 53-79, 1994.

DONADIEU, Pierre. Campagnes urbaines: de la réalité aux symboles. *In: POUILLAOUEC-GONIDEC, Philippe; GARIÉPY, Michel; LASSUS, Bernard (dir.). Le paysage, territoire d'intentions*. Paris: L'Harmattan, Montréal: L'Harmattan, p. 79-152, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; RIBEIRO, Letícia Parente. A produção de imagens para a pesquisa em geografia. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 27-42, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/8465/6275>. Acesso em: 06 fev. 2021.

JORDÃO, Fred. **Sertão Verde: paisagens**. Recife, s/e, 2012.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LEITE, Fábio Mauro de Carvalho; ABRANTES, Vera Lúcia Cortes (Org.). **As expedições geográficas do IBGE. Um retrato do Brasil, 1941-1968**. Rio de Janeiro, IBGE Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais, 2018.

LIMA, Samara. **Açude Cedro e Pedra da Galinha Choca**, Quixadá-CE. 2019, color, digital.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Metonímias geográficas: imaginação e retórica da paisagem no semiárido de Pernambuco**. 527f. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004

MACIEL, Caio Augusto Amorim. A Retórica da Paisagem: um instrumento de interpretação geográfica. **Espaço e Cultura** (UERJ), Rio de Janeiro, v. 26, p. 32-48, 2009. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3553>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MACIEL, Caio Augusto Amorim; VASCONCELOS, Priscila Batista. Fotografia de paisagem: uma retórica contundente acerca da natureza. In: JACINTO, Rui (coord.). **Transversalidades 2016 — fotografia sem fronteiras — on line**. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 50-53, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo, Contexto, 2008.

MELLO, Frederico Pernambuco de. **Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaieiros**. São Paulo: Escrituras, 2012.

PEDROSA, Fredson Maciel. **O Observador, Assentamento Massapê, Itapiúna-CE**. 2019, color, digital.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes Pontes. **Quixadá-CE vista da Serra do Estêvão**. 2019, color, digital.

SAUER, Carl. A Educação de um Geógrafo. **GEOgraphia**, Niterói, v. 2, n. 4, p. 137-150, 2000. Disponível <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13392>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SOUZA, Patrick. **Flores e monólitos em Cedro Velho**, Quixadá-CE. 2019, color, digital.

9. Patrimônio e paisagem cultural nos sertões de Icó-CE

Otávio José Lemos Costa¹

Introdução

Algumas singularidades das paisagens se manifestam a partir das formas simbólicas espaciais existentes, pelas quais retratam uma estreita relação e que são mediatizadas por símbolos, podendo ser uma realidade material ligada a uma ideia, a um valor ou a um sentimento. Entendemos, portanto, que as mediações simbólicas permeiam as atividades pessoais em relação aos lugares de afetividade e de pertencimento. O presente texto busca analisar o patrimônio rural em um determinado município da região semiárida do estado do Ceará. Trata-se do município de Icó, localizado no sertão centro-sul, distante 370 quilômetros de Fortaleza, cuja sede já é tombada desde 1998 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), cuja arquitetura urbana enuncia ser um autêntico representante do ciclo da pecuária, apresentando um interessante traçado urbano, reflexo dos cuidados daqueles que elevaram aquele núcleo estradeiro à condição de vila em 1738.

O patrimônio rural a ser identificado elenca um conjunto de geossímbolos, que, no entendimento de Bonnemaïson (2000, p. 26), corresponde “a uma estrutura simbólica de um meio, de um espaço”, no qual o geossímbolo oferece um sentido ao mundo ou ainda a espiritualidade do lugar. O patrimônio a ser identificado não apenas como aquele institucionalizado, reconhecido por sua importância histórica ou valor arquitetônico, mas também como patrimônio que representa a memória do lugar, ou seja, aquele que contém o vernáculo

¹ Prof. Dr. em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos em Geografia Cultural, Legec. e-mail:otavio.costa@uece.br.

da paisagem, enunciando não apenas a história oficial ou as paisagens tradicionais. Portanto, a análise das paisagens vernaculares², identificadas, por exemplo, através de construções como capelas e oratórios, casas de fazenda, entre outras, torna-se importante como valor simbólico e, no dizer de Luchiari (2001), nos permite identificar um sujeito oculto da paisagem, ou seja, o modo que impregna as práticas sociais e faz surgir ou organizam territórios.

A compreensão de uma paisagem cultural permeia a imaginação geográfica cujos propósitos conceituais formam-se nas proposições teóricas que almejam dar relevo à implementação dos fenômenos socioespaciais, quer estejam associados a uma perspectiva da natureza, quer estejam atrelados às práticas simbólicas nas quais os elementos discursivos indicam um processo que envolve a produção de paisagens culturais, de lugares ou territórios simbólicos que ensejam uma construção identitária sempre presente. Torna-se possível, portanto, a partir daquilo que conhecemos como paisagem vernacular, o entendimento das representações do patrimônio rural em Icó, contextualizando na seara da imaginação geográfica.

As invisibilidades simbólicas da paisagem

A atenção que se faz ao caráter simbólico das paisagens torna-se uma tarefa que, em um primeiro momento, orienta para a criação de uma sistemática de decodificações, decompondo as formas numa série de significados. Entendemos que o simbólico de uma paisagem rural permite também um êxodo conceitual, pelo qual buscaremos uma exegese à luz de outras disciplinas, muito embora a semiologia já tenha afirmado não haver uma maneira única de ler os símbolos. Assim, construiremos a leitura de uma paisagem rural tomando como esteio a perspectiva humanística que discute categorias tais como paisagem e lugar, categorias estas que se aproximam do indivíduo na perspectiva do familiar, do espaço vivido e mediada por símbolos (TUAN, 1983).

A presente proposição envolve também o dimensionamento das relações entre paisagem e memória, pelas quais vem se transformando, há algum tempo, em campo privilegiado de estudos e pesquisas nas mais diversas áreas do

2 A paisagem vernacular no contexto de uma paisagem cultural é aquela entendida como comum, anônima. Neste sentido está assentada tanto nas formas simbólicas espaciais, quer no sentido material, sem ignorar os aspectos simbólicos. Está organizada sem interferência de um saber intencional e associa-se com o cotidiano de comunidades, refletindo assim suas especificidades naturais e culturais.

conhecimento. Do ponto de vista das ciências humanas, a História empreende uma discussão mais antiga e conforme Meneses (1999, p. 11) “o campo de problemas a ser descoberto é muito vasto. Apenas para nos atermos ao ângulo da História, poderiam ser apontadas muitas questões cruciais que contam com bibliografia inexistente insatisfatória”.

No âmbito da geografia, em que o conceito de paisagem é amplamente utilizado, procuramos entender a relação entre paisagem e memória trilhando a perspectiva da geografia cultural (COSTA, 2003). Nesse contexto, a paisagem faz parte da realização humana, eivada de um significado pleno no seu sentido fenomenológico. Assim, a relação entre paisagem e memória está assentada na geografia da percepção, bem como na existência de um conjunto de significados que estruturam a paisagem segundo o próprio sujeito nos quais refletem uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividades.

Na concepção de Mello (2008), a compreensão dos lugares simbólicos adquire profundos significados através dos laços emocionais tecidos ao longo dos anos. Entretanto, a simbologia presente nesses lugares, segundo esse autor “não se restringe aos centros de bem querência, afetividade, despojamento da experiência” (MELLO, 2008, p. 167), pois existem espaços estranhos e desconhecidos que reúnem igualmente símbolos de grandezas variadas pelos quais podemos estabelecer também tênues laços de pertencimento. Nosso direcionamento atina para a compreensão das formas simbólicas espaciais que estruturam paisagens aparentemente banais, porém plenas de significados e experiências sociais.

Na seara da Geografia, é relevante a afirmação de Graham, Ashworth e Tunbridge (2004, p. 4), ao entender o patrimônio como uma herança de fundamental importância para os interesses da geografia cultural e histórica contemporânea, que se concentra nos parâmetros de significados e representações enquanto uma questão crucial da identidade. Realizar uma prospecção de uma paisagem rural e investigar o seu valor patrimonial reveste-se de uma variedade de símbolos compreendidos pelas mais diversas formas de atividades humanas. Esses símbolos trazem o sentido que o indivíduo ou grupo o percebe e são reconhecidos por uma particularidade, ou seja, suas realidades concretas, representadas através de formas simbólicas que, segundo Corrêa (2012), tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculados ao espaço, constituindo, portanto, em fixos e fluxos representados por itinerários, localizações, construções, entre outros e que são atributos de uma espacialidade.

Consideramos ainda que, uma maneira de conceber o real, ou seja, a concepção de espaço e suas manifestações concretas devam ser entendidas

como um texto. Portanto, fazer a leitura de lugares e paisagem simbólicas, por exemplo, é compreender os seus significados. O olhar que fazemos sobre o patrimônio rural em Icó vai além das representações estabelecidas por instrumentos cartográficos ou pelos aspectos aparentemente formais que possam expressar. Assim, direcionamos o olhar para as formas simbólicas espaciais, aqui consideradas como representações da realidade resultantes de um complexo processo pelo qual os significados são reproduzidos e comunicados por pessoas pertencentes a um mesmo grupo cultural. Entretanto, possuem uma abordagem distinta, caracterizada por uma polivocalidade e por uma instabilidade de significados.

Nesse sentido, pretendemos discutir o que chamamos de invisibilidades no que concerne ao patrimônio rural em Icó, entendendo que as mediações simbólicas permeiam as atividades pessoais em relação aos lugares de pertencimento e afetividade. Revelar uma prospecção de uma paisagem rural e investigar o seu valor patrimonial reveste-se, portanto, em descobrir invisibilidades simbólicas compreendidas pelas mais diversas formas produzidas pelas atividades humanas. Concordamos com Guimarães quando afirma

Não basta apenas um só pensamento/sentimento ou uma única intencionalidade, nem somente um campo de visibilidades, de significâncias, ou de movimentos, ou tão somente um único olhar: torna-se necessária a conciliação de muitas diferentes formas de olhar/perceber; conhecer/interpretar; pensar/sentir; esquecer/lembrar; construir/desconstruir; para compreendermos nossas experiências relacionadas às paisagens e seus significados como espaços e mundos vividos (GUIMARÃES, 2011, p. 48).

Dessa forma, percebemos que os sujeitos pertencentes a uma comunidade carregam uma identidade simbólica permeada por singularidades. Analisando o patrimônio rural em um determinado município da região semiárida do Ceará, relevamos que esse patrimônio elenca um conjunto de geossímbolos correspondentes à estrutura simbólica de um meio no qual o geossímbolo oferece um sentido ao mundo. Esta interpretação dos elementos geossimbólicos, aqui manifestada de maneira concreta pela arquitetura rural em Icó, remete ao encontro/confronto de possibilidades para interpretar e narrar o espaço vivido a partir de uma imaginação geográfica.

Essa imaginação geográfica face o entendimento das paisagens vernaculares, aqui identificadas através das construções como capelas, oratórios, casas de fazenda, entre outras, torna-se importante enquanto valor simbólico

e estruturam um espaço vivido e que permite identificar um sujeito oculto que se entranha nas tramas da invisibilidade. Olhar direcionado às paisagens vernaculares expõe um imaginário que reflete uma simbiose entre natureza e espaço vivido. Os valores, os costumes locais, os saberes, todos esses elementos estariam associados à paisagem, sempre preservados ou recriados, tomando por base o desejo que emana dessa paisagem.

A relação entre paisagem e memória está assentada na geografia da percepção, bem como na existência de um conjunto de signos que estruturam a paisagem segundo o próprio sujeito, refletindo uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividades, que emerge a partir da informação emitida por seu entorno. Nesse direcionamento, propomos algumas reflexões sobre o patrimônio histórico e a formação de paisagens socialmente representadas, enfocando não apenas o patrimônio histórico institucionalizado, mas também aquele identificado por paisagens aparentemente banais — entretanto, plena de significados e experiências sociais. Paisagens que permitem expressar um imaginário que não se resume apenas à aridez ou ao modo de vida daqueles que se relacionam com a paisagem, mas algo que possa identificar trajetórias de vida e marcos com expressivos significados simbólicos.

A paisagem rural em Icó enquanto valor patrimonial possui os lugares da memória e reveste-se de uma variedade de símbolos, compreendida pelas mais diversas formas da atividade humana. Esses símbolos trazem o sentido que o sujeito ou um grupo os percebem e são reconhecidos por uma particularidade presente no vernáculo da paisagem, assim expressa pelas ações e objetos. Constituem, portanto, instrumentos de conhecimento e de comunicação, portanto, de integração social (BOURDIEU, 1989). O simbólico da paisagem rural em Icó nos remete ao conceito de paisagem vernacular, no qual se explicita um conjunto de representações expressas através dos saberes e fazeres. A paisagem sendo, portanto, mediatizada pela memória é considerada conforme De Certeau como algo que:

engendra transformações espaciais, produzindo uma ruptura instauradora. Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar, mantendo uma relação entre o visível e o invisível, o material e o imaterial, constituindo-se em variantes que retratam-se em projeções simbólicas e narrativas, as sombras da prática cotidiana que consiste em aproveitar a ocasião e fazer da memória o meio de transformar os lugares (DE CERTEAU, 1994, p. 161)

A paisagem vernacular nos sertões de Icó

Paisagem e vernáculo são termos que estabelecem relações pelas quais os aspectos simbólicos de um determinado lugar são eivados de conceitos que denotam seus sentidos reais a partir das manifestações culturais desenvolvidas pelos sujeitos. Descrever esses conceitos é tarefa complexa à medida em que suas limitações vão surgindo e demonstrando certas intensidades e dimensionamentos, sendo isso percebido a partir das diversas formas de ocupação do espaço, seja com relação ao meio natural ou social.

Nesse entendimento, as transformações desenvolvidas em determinadas paisagens permitem analisar e compreender a partir de informações e interpretações dentro de um contexto no qual a cultura estabelece vínculos através das práticas que delineiam as paisagens. Portanto, partimos do entendimento que o vernáculo na paisagem é um atributo que diretamente exprime o engajamento do homem no espaço, compreendendo isso como apropriação deste.

O olhar para uma paisagem vernacular contextualizada na paisagem sertaneja dos sertões de Icó evoca, conforme Jackson (1984), as particularidades, em que o familiar serve de ponto de partida. Acrescenta ainda este autor que “quando nos comprometemos a estudar as paisagens de forma séria, sempre nos deparamos com uma verdade séria, pois mesmo a paisagem mais simples, menos interessante contém elementos que somos incapazes de explicar” (JACKSON, 1984, p. 11). Assim iremos reconhecer uma paisagem vernacular em Icó presente nas formas mais simples, contudo não simplórias. As coisas da paisagem aí representam as coisas do lugar. Nesse sentido, abordamos os elementos mais comuns da paisagem ali representados para balizar nossa pesquisa, em que o familiar serviu como ponto de partida para o entendimento do vernáculo.

O conceito de paisagem se amplia à medida que suas limitações se tornam complexas quanto aos aspectos naturais e culturais que a compõem, pois possibilitam apreender representatividades sobre os ambientes construídos através das sensações e percepções que os indivíduos possuem dos lugares. Nesse caso, a paisagem não deve ser considerada sob o mesmo ponto de vista, já que suas definições podem apresentar elementos que estejam ou não presentes no espaço a partir dos segmentos humanos, sejam eles em ambientes estáticos ou

dinâmicos. Cosgrove (2012) explica que “a paisagem, de fato, é uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, uma unidade visual” (COSGROVE, 2012, p. 223). Ressalta ainda que

A paisagem está intimamente ligada a novas maneiras de ver o mundo como criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e cujos mecanismos são acessíveis à mente humana, assim como o olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente (idem, p. 223).

A paisagem se mostra complexa pelas suas implicações, sendo importante observar sua localização, composições e estruturas que são moldadas e adaptadas às condições humanas que se desenvolvem em ritmos acelerados de explorações desconfigurando os espaços naturais, como descreveu o filósofo alemão Ernst Cassirer: “o espaço não é uma estrutura estritamente fixada [...] é determinante e ao mesmo tempo dependente” (CASSIRER, 1995, p. 109). No entendimento de Besse (2014), é necessário pensar suas conexões dentro de abrangências a partir do que as definem, e de maneira diversificada suas pluralidades, formas e relações, pois “esta diversidade atravessa igualmente as paisagens, as concepções que podemos ter, as maneiras de percebê-las, bem como as maneiras de fabricá-las. É o que gostaria de evocar agora” (BESSE, 2014, p. 242).

Toda paisagem possui importância para os lugares, embora não seja um fato contínuo, pois esta pode ser considerada simbólica por alguns indivíduos, não necessariamente será para outros, sendo nesse caso apenas uma mera observação. Assim, poderá transcender particularidades e readquirir significações diversas e desenvolver arranjos com características singulares através do tempo (RAPOPORT, 1982). Essas particularidades podem acrescentar aspectos que em algum momento poderão até passar despercebidos, uma vez que suas relações estarão ocorrendo através de circunstâncias e aparências sobre o que é ou não visível, como ressaltou Souza (2016) “[...] a paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere” (SOUZA, 2016, p. 46).

São formas e aparências consideradas como expressão do visível produzidas continuamente pelas maneiras de perceber, pensar, idealizar e transmitir a

paisagem dentro de certas espacialidades. É importante ficar atento para o que não é aparentemente visível, porém é sempre presente mesmo não aparecendo em um primeiro momento. Sauer atentou para isso afirmando que:

Toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens e isso também é verdadeiro com relação às formas que compõem a paisagem. Nenhum vale é exatamente igual a outro vale; nenhuma cidade uma réplica exata de outra cidade. Na medida em que essas qualidades permaneçam completamente não relacionadas, elas permanecem fora do alcance de tratamento sistemático, além daquele conhecimento organizado a que chamamos ciência (SAUER, 1998, p. 188).

Abordar a paisagem dando ênfase aos aspectos vernaculares nos leva a determinadas reflexões teóricas que se fundamentam dentro de um contexto geo-histórico organizado e representado a partir de simbologias, pois o conceito vernacular está associado às formas de pensar e construir as paisagens como meio de relacionar o homem aos espaços, seja nas maneiras de habitar, construir ou no modo de ser e viver dos indivíduos. Dessa forma, o vernáculo enquanto integrante da paisagem não existe apenas para ser apreciado, mas como mundo, sendo este um lugar de manifestações desenvolvidas pelos sujeitos (DARDEL, 2011).

O conceito de vernáculo diz respeito ao que é próprio do lugar. De acordo com Holzer (2008) “[...] é o que se produz na região que tem como características as atividades vinculadas ao ambiente físico onde está situada” (HOLZER, 2008, p. 161). Para este autor (2008), o sujeito invoca sua autoconsciência a partir de subjetividades representadas através de ações que transformam o mundo em produto do saber, como explicou Monnet (1999), “as formas de organização do espaço resultam da multiplicidade das retro determinações — ‘representação-ação’ e os saberes que correspondem a uma multiplicidade de urbanidades e outras espacialidades” (MONNET, 1999, p. 107). Costa (2003) descreve o vernáculo da paisagem dizendo que “sua formação é contínua, pois mantém-se através de práticas culturais que são representadas através dos complexos industriais, dos povos rurais, das reservas indígenas, dos lugares sagrados, dos arques naturais etc.” (COSTA, 2003, p. 3).

Ao olharmos o vernáculo da paisagem nos sertões de Icó, percebemos que as pequenas construções, casas de fazenda, oratórios, cercados, entre outros exemplos de formas simbólicas que irão caracterizar o vernáculo (figura 1) podem até não se identificar diretamente com o patrimônio historicamente

reconhecido, porém se conformam em uma lógica pela qual representam uma paisagem simples e passível de uma codificação, dando lugar aos saberes populares, chamando isso de “a geografia vernacular” (MONNET, 1999, p. 108). Há que considerar, porém, que o saber sobre o espaço pode ser desenvolvido por todos, pois cada indivíduo possui um saber geográfico próprio enquanto conhecimento íntimo.

Figura 1: Paisagem vernacular. Fazenda Cruzeiroirinho / Icó-CE.



Fonte: Costa, 2017.

O saber vernacular diz respeito também aos saberes que se apropriam de imagens e de outras representações que aparecem de forma mutável através do olhar de cada indivíduo, pois este delinea e redesenha as aparências e formas estéticas de cada paisagem. Somos consoantes com Collignon (2005, p. 322) quando afirma que:

[...] as informações recolhidas em pesquisa de campo junto aos “informantes”, não eram diretamente reconhecidas, pois estes eram como possuidores de um saber por eles próprios. [...] não se pensa mais em termos de ruptura, de diferença de natureza, mas em termos de continuidade.

Desse modo, os saberes vernaculares podem se manifestar como meios que consideram coisas e objetos, mesmo estando ocultos ou indeterminados, desde que não estejam isolados e sejam representações construídas pelas experiências humanas ao longo dos tempos, pois a paisagem poderá estar ligada

ao vernáculo e às perspectivas que se produzem naquilo que se entende como rústico, bucólico e arcaico, reafirmando o que Michel de Certeau (1994) chamou de “saberes comuns”. Nesse contexto, o vernáculo é entendido como aquilo que o tempo se encarrega de descrever na paisagem através das decodificações elaboradas pelos indivíduos que habitam e convivem nos lugares, sendo estes detentores de certos hábitos e práticas que se ajustam como testemunhas de sua presença no mundo. Nos dizeres de Besse, isso:

[...] faz parte de um meio ao mesmo tempo material, vivo e simbólico, com o qual mantém constantemente relações materiais, sensíveis, imaginárias, práticas, [...] é, de certa maneira, o sinal da presença deste meio, em especial do meio natural, e deste chão. A paisagem vernacular evolui, de acordo com Jackson, em função das nossas tentativas de viver em harmonia com o mundo natural ao redor de nós. E, neste sentido, isso não tem um fim realmente determinado (BESSE, 2014, p. 251).

A paisagem vernacular é considerada como forma simbólica que se configura no tempo e no espaço permitindo buscar significações que expressem relações desenvolvidas entre os indivíduos. Tais relações aparecerão também como tipologias complementares ao que aparentemente não existe, logo se traduzem na existência revelada pelas temporalidades como podem ser percebidas nas figuras 2 e 3, onde a forma de habitar revela uma conjugação entre um processo identitário dos sujeitos com as formas simbólicas espaciais aí presentes.

Figura 2: Paisagem vernacular. Fazenda Gambá. Icó-CE.



Fonte: Costa, 2017.

Na figura 3, outro exemplo do que temos dito.

Figura 3: Paisagem vernacular. Sítio Tatajuba. Icó-CE.



Fonte: Costa, 2017.

Considerações finais

Ao analisar sob a perspectiva da paisagem vernacular os sertões de Icó, verificamos a presença de tipologias que se manifestam como formas peculiares através das vivências nas quais são atribuídos significados específicos para aquelas formas. Portanto, o simbólico poderá ser identificado também através do imaginário popular enquanto arranjo espacial que aproxima as pessoas dos lugares, pois eles aparecerão como criações do homem, reforçando a ideia de que simbolizar lugares ou monumentos amplia complexidades que se traduzem nas formas, conteúdos e funções. Nesse caso, o conhecimento tornar-se-á um diferencial diante das realidades em que a tendência seja reproduzir e adquirir interpretações diversas, pois os indivíduos passarão a assimilar concepções sobre os espaços vividos de acordo com suas imaginações e sentimentos.

O entendimento para a compreensão de uma paisagem vernacular é que não exista forma simbólica sem conteúdo específico. Entretanto, somos levados a acreditar na existência de contextos mais relevantes do que outros. Essas formas simbólicas não devem ser entendidas apenas pelos significados que lhes são atribuídos, mas também como representações que descrevem o espaço onde a sociedade se manifesta e interage, coexistindo assim dimensões

simbólicas diferenciadas nos lugares. Prevalece, portanto, o entendimento de que os aspectos simbólicos proporcionam elementos singulares permitindo adentrar em contextualizações nas quais determinadas paisagens culturais por mais que expressem simplicidade em sua forma, assumem para um determinado grupo humano, elementos pelos quais são conferidos valores que muitas vezes não se contextualizam no conceito de patrimônio.

Referências

BESSE, Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. **GEOUSP — Espaço e Tempo (Online)** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84455>. Acesso em: 23 maio 2019.

BONNEMAISON, Joel. **La Géographie Culturelle**. Paris. Editions du CTHS, 2000.

CASSIRER, Ernest. Espace mythique espace esthétique espace théorique. *In*: CAPELLÈRES, Fabien (Ed). CASSIRER. **Écrits sur l'art**. Paris: Éd. du Cerf, p. 101-122, 1995.

COLLIGNON, Béatrice. Que sait-on des savoirs géographiques vernaculaires? **Bulletin de l'Association de Géographes Français**. n. 82-83, p. 321-331, 2005. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_2005_num_82_3_2467. Acesso em: 05 maio 2018.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 219-238, 2012.

COSTA, Otavio José Lemos. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 33-40, 2003. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7731>. Acesso em: 24 nov. 20.

COSTA, Otavio José Lemos. **Paisagem vernacular**. Fazenda Cruzeiroinho / Icó — CE. 2017, color, digital.

COSTA, Otavio José Lemos. **Paisagem vernacular**. Fazenda Gambá / Icó — CE. 2017, color, digital.

COSTA, Otavio José Lemos. **Paisagem vernacular**. Sítio Tatajuba / Icó — CE. 2017, color, digital.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra:** natureza e realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Greg; TUNBRIDGE, John. **Geography of heritage.** Power, Culture and Economy. London: Arnold Press, 2004.

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. Valoração de Paisagens: Campos de Visibilidades e de Significâncias. *In:* I COLÓQUIO TEMÁTICO DE GEOGRAFIA DA UNB, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, UNB, 2011.

HOLZER, Werther. A Trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. *In:* ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Espaço e cultura:** pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 155-172, 2008.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the vernacular landscape.** New Haven: Yale University Press, 1997.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. (Re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In:* CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 9-27, 2001.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, p. 167-174, 2008. Edição comemorativa. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6145/4417>. Acesso em: 24 nov. 20.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória. História, documentos e reflexões para um tempo de transformações. *In:* SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, p. 11-28, 1999.

MONNET, Jérôme. **Interpréter et aménager. Éléments d’une géographie de la relation au monde.** Volume 1 (“Synthèse”) du Mémoire d’HDR. Géographie. Université Toulouse Le Mirail - Toulouse II, 1999. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/halshs-00006770>. Acesso em: 21 nov. 20.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. *In:* CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar.** A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

10. Imagens de uma tese em geografia da religião: em foco a romaria de Nosso Senhor do Bonfim, Natividade-TO

José Arilson Xavier de Souza¹

Eu gosto do absurdo divino das imagens
Manoel de Barros

Para iniciar: breve nota sobre imagens e o exercício do geógrafo

Presentes em vários campos e espaços da vida social, as imagens comunicam sensações, sentimentos, vivências, experiências, práticas humanas e marcas identitárias de lugares, paisagens e territórios de nossos interesses imediatos ou não. Elas têm a capacidade de nos fazer examinar o passado e de nos projetar no futuro. Assim, deslocam anseios e saberes, transformando a existência de indivíduos e grupos. Notadamente, as imagens são componentes essenciais da vida contemporânea, impregnadas de significados e de funções sociais, políticas, econômicas e culturais.

Nunca a experiência do viver humano foi tão repleta desse tipo de conteúdo, a tal ponto que, segundo Gomes (2013), parece que as coisas para existirem devem necessariamente ser fixadas num suporte imagético. Ao ritmo que cresce a mobilidade e as técnicas se tornam mais sofisticadas, as imagens são

¹ Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís. Coordenador do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle) e do Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura (GEEC); arilsonxavier@yahoo.com.br

(re)produzidas, veiculadas e *passeiam* pelo mundo de modo em que alcançam pessoas que estão situadas em diversas partes da superfície terrestre. Por tudo isso, as imagens se configuram como um problema para a Geografia², em especial para os geógrafos que se preocupam com as representações de mundo.

Os geógrafos observam, registram, imaginam e descrevem o mundo. Para tanto, desde a sistematização da ciência geográfica até hoje a relação desenvolvida com as imagens é primordial. Seja quando eles são os produtores das imagens, ou quando interpretam imagens produzidas por outros, os geógrafos se apropriam de tais conteúdos na tentativa de tornar inteligível a dimensão espacial da vida e as suas espacialidades como “olhar do geógrafo”, um olhar tradutor do modo em que a ação humana atua sobre a superfície terrestre, como assevera Corrêa (2018). Sem dúvida, muitos dos aspectos referentes às espacialidades das práticas humanas são, no plano pedagógico, condensadas nas imagens.

No que tange ao episódio de serem os geógrafos os produtores das imagens que constarão nas suas pesquisas, alicerçado em Heidegger (1998), penso que esta operação equivale a um trabalho de *invenção de mundos*. Esta consideração é válida para quando lidamos com mapas, pinturas, grafites, fotografias, tabelas, gráficos, filmes, poemas, textos diversos, dentre outros tipos de *imagens*, aqui concebidas como produtos quase que exclusivamente visuais, e pertencentes ao domínio da representação da realidade, compondo-a (GOMES, 2008). Em suma, retornando à leitura do filósofo supracitado, é possível auferir que, enquanto construções humanas, as imagens fundam novas formas de mundo porque lançam novos olhares sobre este.

Assim sendo, comprometidos com uma pesquisa que reconhece as diversas possibilidades de interpretação de mundo, como se fizessem arte (HISSA, 2017), os geógrafos, através do trato (*encantamento*) com as imagens, contribuem para a construção de novos olhares sobre os espaços por eles estudados. Nessa medida,

[...] o fato de capturar imagens, de trabalhar a partir delas, de analisá-las minuciosamente constitui também uma pedagogia, um treinamento, que nos familiariza com o exercício da observação. É essa pedagogia que pode nos induzir a discutir o que ver, como ver, ou, em outros termos, nos permitir a reflexão sobre os diversos regimes de visibilidade (GOMES, 2013, p. 317).

2 Segue um eloquente apontamento a respeito do *problema científico*: “[...] é impossível vencer o caráter problemático daquilo que há para conhecer. Sendo assim, o problema não é nome daquilo que vai ser resolvido, mas o nome do coração da coisa à volta do qual os pontos de vista se engendram, nenhum definitivo, todos parciais” (MOLDER; HISSA, 2011, p. 244).

Os geógrafos são, então, selecionadores de imagens, privilegiando, assim, visões de mundo; o que quer dizer que, em seu *artesanato intelectual* (MILLS, 2009), muito material é arquivado, descartado, ou seja, não constitui as páginas de suas explanações. Efetivamente, frente à invisibilidade de algumas imagens, outras ganham em luz, justamente aquelas que são julgadas como interessantes à composição dos enredos reflexivos desejados. Mesmo antes do trabalho de gabinete, tal seleção pode ser iniciada no próprio trabalho de campo. No ato da imersão em campo é possível vislumbrar quais imagens se quer capturar — refiro-me aos registros fotográficos — e, assim, cenas são antecipadas. Por outro lado, sabe-se que o campo surpreende. Cenas inesperadas podem surgir, merecendo a feitura das imagens para posteriores análises.

Cabe aos geógrafos saber fazer, e de forma sensível, a produção e a análise de imagens. Atualmente, um conjunto de técnicas favorecem esse trabalho; contudo, os seus conhecimentos de mundo e de ciência e intenções continuam sendo condições cruciais para a compreensão de como percebem a ação dos homens sobre a Terra (DARDEL, 2011). Isso, pois, implica afirmar que o trabalho com as imagens é um tanto subjetivo. Em termos práticos, podemos dizer que a capacidade de fazer conhecer o mundo, *abrindo-o* imageticamente, está relacionada com a formação, escolhas e até perspicácia do cientista, algo que não se aprende em manuais e em receituários.

Dito isso, na sequência constituiremos reflexões acerca de imagens que compuseram o meu trabalho de doutoramento, documento suscetível de ser enquadrado como uma tese em Geografia da Religião, e que empreendeu atenção particular à Romaria de Nosso Senhor do Bonfim, festa católica popular rural que acontece no povoado Bonfim, município tocantinense de Natividade. Refiro-me exclusivamente a alguns registros fotográficos de autoria própria e de outros agentes que foram transformados em paisagens gravadas em pintura e em grafite e que compuseram, para além de meras ilustrações, o quadro espacial-perceptivo interpretado.

Nesta perspectiva, o estudo de uma paisagem, real ou apenas representada, costuma ser identificado com o estudo de uma forma de pensamento ou de percepção “subjetiva” e, mais geralmente, uma expressão humana informada por códigos culturais determinados (discursos, valores etc.). É preciso retornar, por assim dizer, ir a quem da própria paisagem, para enxergar nela as razões de ser, na cultura e na vida social, de que é, de alguma forma, a encarnação. A análise da paisagem consiste numa análise de categorias, de discursos, de sistemas filosóficos, estéticos, morais, que a paisagem deve pretensamente prolongar e

refletir. Não cabe diferenciar, a este respeito, a paisagem real da paisagem representada (em imagem ou em texto). *In situ* ou *in visu*, a natureza da paisagem não muda fundamentalmente. Ela é sempre, por essência, uma expressão humana, um discurso, uma imagem, seja ela individual ou coletiva, seja ela encarnada numa tela, em papel ou no solo (BESSE, 2014, p. 14).

Na tese, que exerce uma leitura de mundo fundamentada na abordagem cultural em Geografia, as imagens-paisagens em questão aparecem, certamente, articuladas com o texto, mas aqui proponho uma ampliação nas considerações sobre como as usei, perpassando por aspectos que envolvem o contexto de produção e os significados atribuídos às mesmas em correlação com a tese defendida.

A tese em Geografia da Religião: em foco a Romaria

“Espaços de peregrinação: ver e sentir o sagrado na Romaria de Nosso Senhor do Bonfim” é o título da tese em debate, defendida em 2017. Orientada por Zeny Rosendahl, Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), o trabalho exhibe quatro capítulos, quais sejam: capítulo um: “Geografia e Peregrinação”; capítulo dois: “Saber orar! Contexto espacial e sentidos festivos da Romaria do Bonfim”; capítulo três: “Fazer peregrinar! Práticas e sentidos espaciais com o sagrado”; capítulo quatro: “Peregrinação e Geografia”.

Logo, saliento que neste artigo não busco me aprofundar sobre a teoria e metodologia empreendidas por meio da tese. Não me preocupo em discorrer a respeito da historicidade da festa religiosa investigada nem apresentar a sua organização espacial. Também não é intenção me estender sobre os resultados alcançados, ainda que os cite pontualmente. Quero apenas delinear algumas questões de modo em que estas sirvam como sinais clareadores do *foco na Romaria*, de maneira que contribuam para a interpretação das seis imagens lançadas aqui, imagens estas tidas como marcas e matrizes (BERQUE, 2012) reveladoras da riqueza espaço-cultural-religiosa da Romaria de Nosso Senhor do Bonfim.

Da seção da tese chamada “Sobre os corpos que buscam a Romaria” —correspondente à introdução —, destaco, por ora, as três perguntas motoras da pesquisa:

- Quais os significados dos espaços de peregrinação na vida dos homens religiosos?
- Qual o sentido de caminhar em peregrinação?
- Como acessar as expressões relacionadas ao íntimo dos peregrinos no sentido de interpretar as suas práticas e experiências espaciais pautadas na relação com ou em busca do sagrado?

Da seção da tese intitulada “Em caminhada científica” — equivalente às considerações finais —, recorto e fixo agora as passagens que lá se sobressaem:

- O culto e a devoção no povoado do Bonfim estão marcados fortemente pela vivacidade do seu mito fundante;
- A Romaria, reivindicada num contexto de peregrinação em espaço rural, explicita a pluralidade do campo católico, revelando o sagrado em vários sentidos;
- A Romaria é constituição sociocultural de modos festivos não excludentes entre si;
- A Romaria inaugura um tempo e espaço propícios a trocas sociais e políticas, motivando congraçamentos e tensões;
- A peregrinação, como parte da vida, praticada num tempo e espaço extraordinários, deixa o homem numa condição *liminar*, sem extrair o cotidiano da experiência total na qual se configura;
- A presença do Peregrino na Terra **é antes a presença de um homem instigado pelos contextos sociais e pessoais em que vive;**
- A peregrinação é uma experiência entre espaços;
- O peregrino tem o poder, e a fé, de com os pés, se declarar inquieto com a vida;
- A peregrinação como um ato geográfico interfere na vida de quem a faz e, num segundo plano, na vida de outros;
- A experiência de peregrinação a pé suscita uma relação do homem com a paisagem e com o horizonte;

- A experiência do sentimento no espaço, em caminhada, é uma retórica primordial para repensarmos a peregrinação na topofilia;
- A peregrinação pode ser traduzida como uma metáfora da existência humana na qual o ir e o vir proporcionam novos sentidos à vida;
- Os fins que presidem a deslocação do peregrino comportam o retorno para a casa;
- Como um ser que sabe e faz para ver e sentir o sagrado, retornando alterado ao mundo social, o peregrino presta um ensinamento relevante ao geógrafo da religião na facilitação de tal tarefa;
- O geógrafo da religião deve saber e fazer a pesquisa no sentido de interpretar os sinais comunicados pelos homens religiosos em seus projetos de ver e sentir o sagrado e viver uma experiência entre espaços de intensa densidade simbólico-espiritual.

Uma vez pondo em relevo as três principais perguntas da pesquisa e as passagens destacadas nas considerações finais da tese, acreditando que “a geografia, afinal de contas, está em toda parte” (COSGROVE, 2012, p. 221), baseado na literatura consultada e nas análises empíricas que realizei, devo dizer que, focado na Romaria, lidei com uma espécie de *geografia das peregrinações*, chegando a defender que esta é essencialmente cultural, de raiz social, implicando em uma experiência física e simbólica entre espaços — espaço de casa, espaço do caminho e espaço do centro de peregrinação, espaço da volta para casa e o espaço da casa de novo. Do ponto de vista geográfico, o peregrino foi tido como um agente modelador do espaço sagrado.

Depois desses breves apontamentos sobre a tese, consciente de que muito mais poderia ser dito, como, em parte, o será à frente, sobre o pré-texto de ver e sentir o sagrado, fazendo figurar na tese tal intenção, as imagens do artigo conformam as nossas próximas problematizações, mas não antes de tomarmos como referência as palavras de Rosendahl (1994, p. 85) quanto aos estudos de Geografia e Religião, quando afirma: “é necessário sentir e ver as forças que projetam o ser humano ao mundo espiritual”.

Esclareço ainda que as subseções que seguem recebem como título a combinação das mesmas designações apresentadas nas figuras-imagens, estas que assim são igualmente nomeadas na tese, nomeação entendida como significação exercida por mim. Seleções temáticas fortemente representativas da pes-

quisa, concebendo a possibilidade de um estudo sobre as suas metodologias visuais, como sugestionava Rose (2001), as duas primeiras imagens são telas e as outras quatro são grafites, todas produzidas em 2016 por Mauro Viana, meu conterrâneo de Camocim, Ceará. Sobre os grafites, dois dados merecem ser mencionados: i. abro cada um dos capítulos da tese com um grafite; ii. sob a ideia de realçar signos representativos das memórias imagéticas da Romaria, pedi ao artista que colorisse um elemento em cada grafite.

Peregrinação e O Peregrino e a Terra

As figuras 1 e 2 compreendem imagens de telas produzidas com base em meus registros fotográficos feitos durante o primeiro ano de campo da pesquisa de doutoramento, 2013. Na tese constam tanto as imagens das telas como as imagens das fotografias que as inspiraram. Por sua vez, a figura 1 é alocada na tese como uma das mais representativas, ao ponto de, numa tentativa de bem retratar o título e, assim, a discussão alcançada por meio do trabalho, funcionar como uma espécie de capa. Já a figura 2 encontra-se na seção da tese que corresponde à introdução, merecendo aqui outras considerações sobre o seu uso.

Figura 1: Peregrinação.



Fonte: Mauro Viana, 2016, com base nos registros de campo de Souza, 2013.

Figura 2: O Peregrino e a Terra.



Fonte: Mauro Viana, 2016, com base nos registros de campo de Souza, 2013.

Na verdade, o uso dessas duas imagens na tese cumpriu o propósito de revelar os apelos poéticos das cenas com as quais me deparei quando do ato de tais registros fotográficos, pois assim eu sentia, ou imaginava sentir, os fenômenos à minha frente e acontecendo também dentro de mim. De tal modo, cumpre complementar que as referidas fotografias aparecem no terceiro capítulo da tese associadas a textos autorais que têm caracteres pretensamente poéticos, e que se baseiam nas histórias espaciais dos peregrinos em questão, sendo possível perceber na primeira figura uma peregrinação realizada em grupo e na segunda figura uma peregrinação desenvolvida por um único homem. Aqui não faço extensão desta discussão sob a pena de ser repetitivo.

Defendo, pois, que as poéticas das *imagens em tela* são aprofundadas ao considerarmos que tais homens são peregrinos e que eles se relacionam com a Terra se pondo em movimento por meio dos pés e com fé. Neste sentido, agradam-me bastante as ideias que buscam aproximar as visões de mundo da poética e da geografia, nas quais o homem é *presente*, sendo possível alvitrar: “presença, presença insistente, quase inoportuna, sob o jogo alternado das sombras e da luz, a linguagem do geógrafo sem esforço transforma-se na do poeta. Linguagem direta, transparente, que ‘fala’ sem dificuldade à imaginação” (DARDEL, 2011, p. 3).

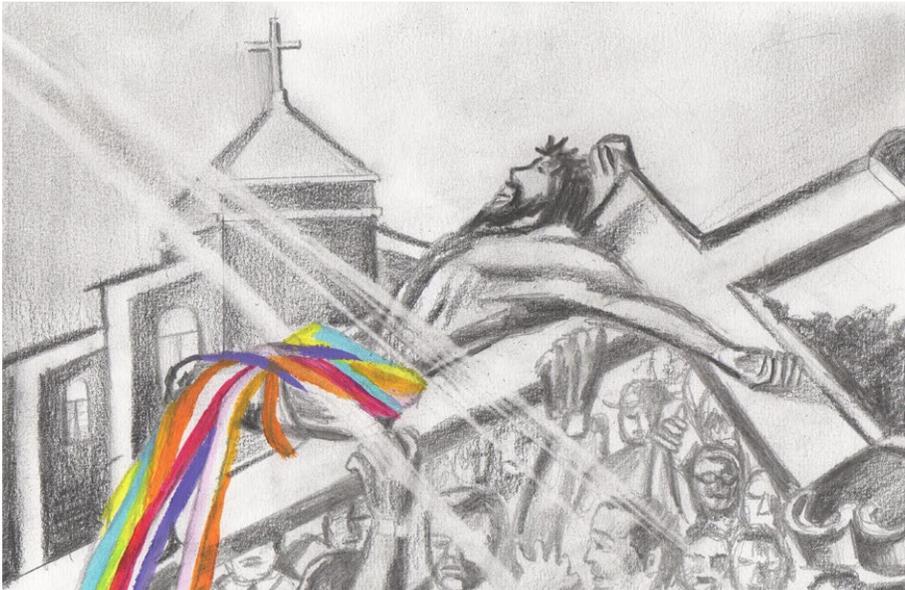
A partir dessas imagens quis também chamar atenção para o quão delicado é o tratamento da problemática dos estudos de geografia das peregrinações. Não é fácil interpretar a fundo o significado de cada um dos corpos peregrinantes. Pela ordem não racional da mobilidade humana, é complexo identifi-

car os sinais que revelam o sagrado nos espaços e tempos de peregrinação. Em todo caso, penso que, um trabalho de campo comprometido tende a diminuir as dificuldades, o que requer *encontrar* os peregrinos, e, por conseguinte, demanda uma sensível produção e tratamento do material conseguido, o que pode incluir o trato com as imagens em meio ao enlace com o fenômeno estudado, como no caso da Romaria do Bonfim.

Procissão no Bonfim e a Romaria no Bonfim

Grafites, as figuras 3 e 4 compreendem imagens produzidas com base, respectivamente, nos registros de Aldivan Nogueira e Emerson Silva, fotógrafos interessados pela Romaria do Bonfim, com os quais estabeleci contato no intuito de fazer uso de tal material na minha pesquisa. Na tese, nessa ordem, estas figuras abrem as discussões do primeiro e do segundo capítulo.

Figura 3: Procissão no Bonfim.

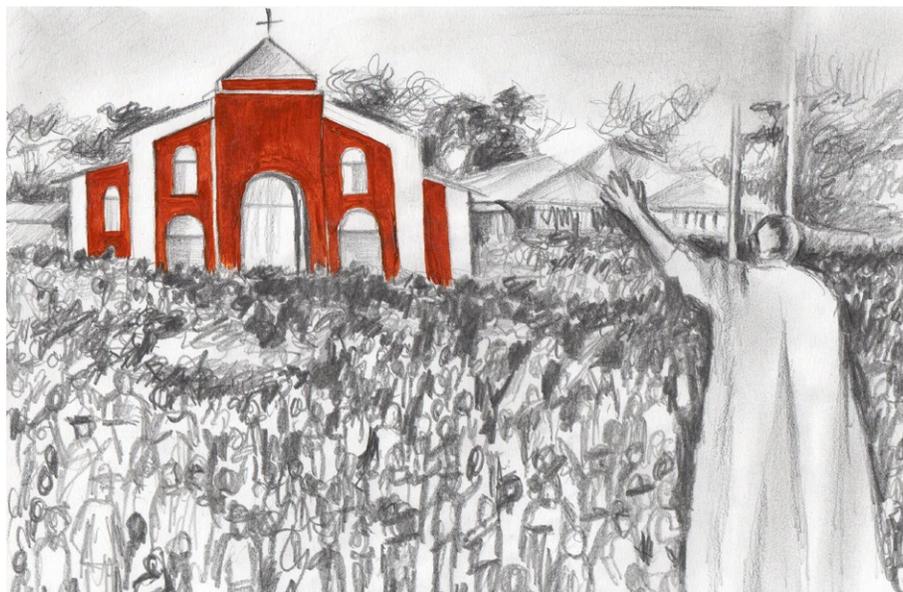


Fonte: Mauro Viana, 2016, com base nos registros de Aldivan Nogueira. Organização: Souza, 2016.

A procissão é uma prática devocional que inicia e/ou encerra festividades religiosas católicas, de modo que imprime na paisagem forte carga visual de significados, causando agitação e colorindo as ruas por onde cumpre seu itinerário, preenchendo os olhos dos devotos (ROSENDAHL, 2018). Sabendo e

vivendo isso na *Romaria em foco*, selecionei a imagem da Procissão no Bonfim como expressão imagética da discussão imposta pelo capítulo inicial da tese, um capítulo que se mostra mais intenso do ponto de vista teórico e que busca refletir a bibliografia consultada enquanto fundamentação cara a todo o *caminhar* da pesquisa.

Figura 4: A Romaria no Bonfim.



Fonte: Mauro Viana, 2016, com base nos registros de Emerson Silva. Organização: Souza, 2016.

Da arte representada pela figura 3 foram realçadas as fitinhas, signos tão comuns nos espaços de devoção católica popular, símbolos da fé e da capacidade criativa do povo de imaginar outras realidades (STEIL, 1996). Pretendia com isso, algo que não clarifiquei na tese, *imprimir*, por meio do capítulo um, a ideia de que era imprescindível revisitar certas bibliografias (“tão comuns” nos espaços acadêmicos) sobre o tema em questão, para, assim, a princípio, *agitar* os pensamentos, fazendo valer forte carga de significados conceituais (*cores*) a respeito dos estudos geográficos sobre a religião, da noção de espaço sagrado e das dimensões culturais e espaciais das peregrinações. Acreditava que assim os *olhos* dos leitores estariam previamente *preenchidos* e seus *itinerários* pelo texto seriam conduzidos, de forma embasada, pelos autores que privilegiei. Tal *procissão textual* traduziria o apreço pela descoberta do conhecimento.

No plano empírico, este conhecimento é eloquente à Romaria e à sua espessura católica popular rural, realidade que admite sim a centralidade carismática do clero, como corpo institucional organizador do culto no lugar

festivo, mas que nem de longe escapa das adaptações e inversões criativas do aglomerado de sujeitos que dá visibilidade ao ritual e ao espaço sagrado. A esses termos, a figura 4 resume o que por ora está sendo dito. Mais do que isso, aproveitando da perspectiva do fotógrafo — e só depois da perspectiva do grafiteiro, não menos rica no que pese à sua singular criatividade —, temos que ressaltar tal modo de ver o mundo, a sua posição, a capacidade de fotografar a situação e os seus significados, como nos faz pensar Martins (2009).

Pela arte, se for possível dizer que o homem consegue capturar a alma dos lugares, eu, com base em todos os momentos que vivi em tal festa religiosa, diria que a figura 4 retrata o ponto alto da Romaria de Nosso Senhor do Bonfim. Julgo que tal cena comunica muito bem o arranjo espacial festivo e popular significativo à Romaria, revelando o sagrado em essência campal, e de modo a acolher corpos e mentes diversas, compositores estes, misturados entre outros, do organismo pulsante, híbrido, que o catolicismo popular (CANCLINI, 1998). Pensando assim foi que, a partir da referida imagem, quis eu bem localizar o leitor na Romaria, descrevendo-a no capítulo dois da tese orientado por sua organização espacial, por uma releitura da sua hierofania e do seu mito fundante, contextualizando o santuário e a Romaria nas seguintes ordens festivas: institucional-religiosa, popular e sociopolítica.

Da arte representada pela figura 4 foi o santuário o elemento colorido, uma forma simbólica espacial que desenvolve função central na Romaria, criando e difundindo mensagens imbuídas de significantes sagrados, revelando-se como a hierofania mais emblemática do lugar (SANTOS, 2008). É, por assim dizer, o local mais visitado no povoado em festa. Ali descansa a imagem sacra do Nosso Senhor do Bonfim, objeto de visitação procurado pelos devotos que vão pedir e/ou agradecer as bênçãos. À sua frente está o Cruzeiro, parada dos Caminhantes-Peregrinos.

O Cruzeiro e o sagrado e os caminhantes-peregrinos do Bonfim

As figuras 5 e 6 dizem respeito a imagens produzidas com base em meus registros fotográficos de campo. Na tese, as mesmas, abrem, respectivamente, as discussões do capítulo três e do capítulo quatro. A saber, situado na praça central do povoado, no conjunto e qualificação com outras formas simbólicas religiosas fixas, o Cruzeiro compõe ali o complexo do sagrado, por onde, quase

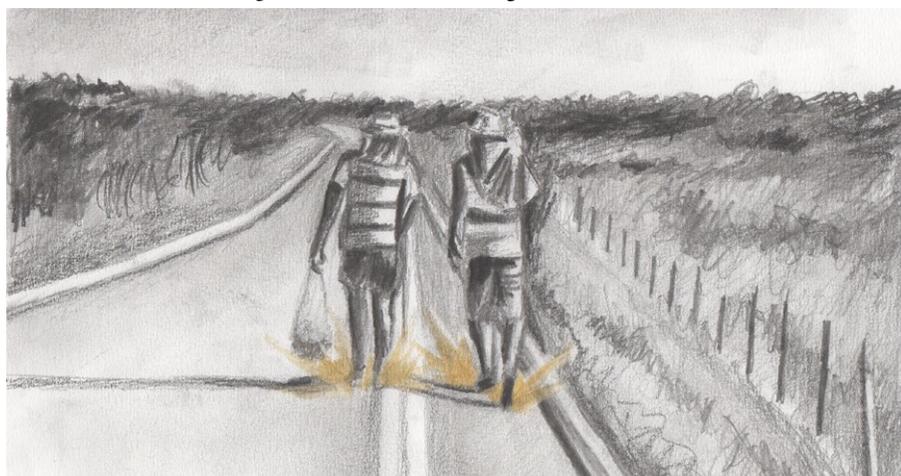
sempre, os Caminhantes-Peregrinos passam e param a fim de acenderem as suas velas e expressarem as suas preces e comunicação com o mundo sagrado, dando curso à missão de ser um verdadeiro romeiro do Senhor do Bonfim, como prega o clérigo local.

Figura 5: O Cruzeiro e o Sagrado.



Fonte: Mauro Viana, 2016, com base nos registros de campo de Souza, 2014.

Figura 6: Caminhantes-Peregrinos do Bonfim.



Fonte: Mauro Viana, 2016, com base nos registros de campo de Souza, 2014.

O Cruzeiro traduz, aos olhos dos crentes, o sofrimento de Jesus crucificado. A representação parece condizer com a história de cada devoto ao acender velas em oração. A ação de graças ao Senhor do Bonfim, naquele contexto espaço-espiritual, tem na visitação ao Santuário e ao Cruzeiro um singular comportamento religioso. Embora seja extremamente significativa a expressão do Cristo crucificado no Cruzeiro, foi o fogo das velas o elemento que resolvi indicar para ser colorido no grafite. Via, nas circunstâncias de participação no campo, o fogo sagrado como o elo representativo da comunicação do homem religioso com a sua divindade, um ente que impõe respeito, traduz segurança, é misterioso e tem a capacidade de renovar as esperanças dos crentes-peregrinos (TUAN, 1979; TURNER; TURNER, 1978).

Na esteira do capítulo 3 da tese, que se deteve em discutir as relações desenvolvidas pelo homem com o sagrado no tempo e no espaço da Romaria, a peregrinação foi examinada como um saber-fazer religioso revestido de conhecimentos resultantes das experiências de vida. Assim, por meio da imagem do grafite O Cruzeiro e o Sagrado, quis eu denotar a pujança atrativa do espaço sagrado da Romaria do Bonfim, e o fogo, portanto, representou o elemento sagrado simbolizador do aquecimento das almas, energia excitante, acalentadora, reveladora de uma multiplicidade de intenções, vivências e reinterpretações acerca do próprio culto ao Senhor do Bonfim.

Já no capítulo 4 da tese, para além de revisitar bibliografias, aproveitando o trocadilho acerca do caminhar em peregrinação, busquei propor um conteúdo que fizesse caminhar a teoria da geografia das peregrinações. Acreditando no fato de que uma tese de doutoramento tem a função de adicionar reflexões também teóricas ao campo de estudos ao qual se vincula, depois de ter descido várias vezes ao encontro e conhecido uma série de narrativas e situações de vidas peregrinas, como cientista, quis crer que assim, depois de um tempo, poderia eu dizer: “deixei uma posição anterior, não por trocá-la por outra, mas porque a posição de antes era apenas um passo numa caminhada” (HEIDEGGER, 2003, p. 80), e, nesse caso, a caminhada científica. Incide que o capítulo da tese pode ser visto como uma sequência de três ensaios procedentes de meus estudos teóricos e empíricos e das minhas experiências também como peregrino do Bonfim. As seções estão organizadas de maneira que se possa projetar a condição do peregrino como um ser que caminha e experimenta paisagens, vivendo sensivelmente as possibilidades que o horizonte oferta; um indivíduo que obtém uma experiência espacial, física e simbólica, extraordinária, descortinando uma prática sociocultural que comporta em suas fases a ideia de retorno.

Fruto de tal lógica se explica a organização do grafite referente à figura 6, material revestido, simultaneamente, das ideias concernentes à caminhada em peregrinação e à caminhada científica. Tal figuração marca, portanto, o meu olhar, o meu caminhar e os voos que tentei alçar, com os pés no chão, sobre a peregrinação como uma prática espacial, geográfica. Esclareço que o meu olhar não abre mão da teoria imaginada por outros, daí a companhia que os homens se fazem na imagem. Além disso, também quis dizer da graça e da necessidade de caminharmos, ainda que devagar, na ciência e a partir dos nossos chãos (campos empíricos).

Assim, na construção do grafite em questão, a coisa dourada que aparece como elemento colorido não é a representação da poeira do terreno que surge do toque dos pés dos homens na terra. Não que descarte essa interpretação, mas aclaro que a minha proposição buscou materializar, pelo pincel do artista, a expressão sagrada daqueles passos, numa tentativa, reconheço, inalcançável de aproximação da essência daquela ascese. Apontada por Heidegger como a verdade constituidora do ser, a essência funcionaria como uma espécie de força que leva ao agir. Por essência, então, caminha-se em peregrinação. Acredito também que, por essência nós cientistas fazemos movimentar os entendimentos de mundo. Nisso, peregrino e cientista se assemelham. O uso do grafite se deu, então, sob a intenção de, imagetivamente, e a partir dos raios dourados, expressar a força que impulsiona aqueles corpos à frente.

Para continuar: imaginar sempre novos focos

Poderia ser eu o escritor da frase-epígrafe utilizada neste artigo, porque “eu gosto do absurdo divino das imagens”. Aqui retorno à mesma como que em um posicionamento para que a Geografia continue desafiando-se a pensar o absurdo e divino espaço das imagens nas suas pesquisas. Baseado em Martins (2019), falo deste espaço em dois sentidos: i. da análise do espaço da imagem “congelada” em si; ii. do uso, do objeto e do objetivo (do espaço) da imagem. Neste cenário, significado e contexto, duas palavras-chave em Geografia Cultural, sinalizam pistas valiosas.

Na tese, e agora melhor explicitado, trabalhar com os significados e os contextos das imagens foi o que busquei fazer. Uma festa religiosa, como a Romaria de Nosso do Bonfim (TO), comporta muitas cores, cliques e pinceladas, o que nos incita a compreender que, enquanto pesquisa qualitativa, a análise

geográfica da religião deve imaginar sempre novos focos, em outras palavras, carece multiplicar visões de mundo. Estamos submersos em um mundo de imagens e as leituras feitas são as mais diversas, o que inclui as leituras-registros dos geógrafos, as suas adições de significados e os seus contextos de vida e de descrição do objeto pesquisado.

Saber produzir as imagens é importante à pesquisa. Apropriar-se, recortar, sequenciar, selecionar as imagens não é menos salutar. Tudo isso representa um esforço operacional de interpretação do mundo. A estes termos, em se tratando de imaginação geográfica, assim como imagina o texto escrito, aos geógrafos cumprem imaginar as imagens como textos ilustrativos do mundo. Elas são corpos de ideias mais ou menos visíveis, verbos que, longe de serem documentos de natureza factual, materiais comprobatórios de tal realidade, são revestidas de sentidos múltiplos.

Em um desdobramento fruto do posicionamento posto acima, digo, pois, da relevância que para a Geografia é o movimento de perseguir os significados do mundo. E uma vez produtores de imagens, os geógrafos têm a tarefa de realizar registros comprometidos com os territórios, reveladores dos espíritos dos lugares e das espessuras vistas e sentidas das paisagens. Creio que nisso reside o divino das imagens que interessam à Geografia, em especial à Geografia Cultural. Já no âmbito do exercício do geógrafo da religião, frente ao tema abordado, assim o vislumbro: imaginar para focar, focar para imaginar; focar e imaginar a dimensão espacial da vida, da religião e do sagrado como expressões da vida; focar e imaginar o peregrino como um homem ligado a uma emaranhada teia de significados e contextos sociais, um ser atuante entre espaços que deve ser estudado por meio de suas experiências.

Por fim, para continuarmos, ficaria eu muito contente se os leitores desta simples contribuição científica a tivessem como uma espécie de exposição artística, que senão a céu aberto, expressa uma tentativa de reabrir, mesmo que parcialmente, o campo e as páginas de uma tese em Geografia da Religião que teve como incremento a arte desenvolvida pelo amigo, pintor e desenhista Mauro Viana, *In Memoriam*. E, nessas circunstâncias, simultaneamente, que a referida exposição, cujo título pode ser o mesmo do artigo, possa ser vista como uma homenagem póstuma ao Mauro, um inventor de mundos que utilizava dos pincéis e dos lápis para fazer prolongar as nossas geografias imaginadas, como o fez quando o solicitei.

Referências

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 239-244, 2012.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 219-238, 2012.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: a natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Espaço e cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 187-210, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOLDER, Maria Filomena; HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ciência e arte. *In*: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Conversações de artes e de ciências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 243-250.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ROSE, Gillian. **Visual Methodologies: an introduction to interpreting visual objects**. London: Sage, 2001.

ROSENDAHL, Zeny. **Porto das Caixas: Espaço Sagrado da Baixada Fluminense**. Tese de Doutorado — Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1994.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças. A difusão espacial de um santuário: apontamentos para o estudo da dimensão extraterritorial de Fátima. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, p. 51-65, 2008. Edição comemorativa. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6134>. Acesso em: 6 fev. 2021.

SOUZA, José Arilson Xavier de. **Espaços de peregrinação: ver e sentir o sagrado na Romaria de Nosso Senhor do Bonfim-TO**. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa — Bahia**. Petrópolis: Vozes-CID, 1996.

TUAN, Yi-Fu. Sacred space: Exploration of an Idea. In: BUTZER, Karl (Org.). **Dimension of human geography**. Chicago: The University of Chicago/Departamento of Geography, 1979.

TURNER, Victor; TURNER, Edith. **Image and pilgrimage in Christian culture**. New York: Columbia University Press, 1978.

VIANA, Marcos. **Peregrinação**. 2016. 1 Pintura.

VIANA, Marcos. **O Peregrino e a Terra**. 2016. 1 Pintura.

VIANA, Marcos. **Procissão no Bonfim**. 2016. 1 Pintura.

VIANA, Marcos. **A Romaria no Bonfim**. 2016. 1 Pintura.

VIANA, Marcos. **O Cruzeiro e o Sagrado**. 2016. 1 Pintura.

VIANA, Marcos. **Caminhantes-Peregrinos do Bonfim**. 2016. 1 Pintura.

11. Lugar onde os “Paralellos” se encontram: universo paralelo como encruzilhada e uma constelação de lugares para festejar música eletrônica

*Carliane Sandes Alves Gomes¹
Cássio Lopes da Cruz Novo²*

Acontecimentos... Uma tempestade antes da chuva

Fluxos variados convergem para uma estrada de terra batida, amolecida pela precipitação de horas atrás. Áreas empoçadas são margeadas por grupos de pessoas portando mochilas de acampamento, casacos de *nylon*, calças multicoloridas e adereços como *piercings*, tatuagens, tranças e barbas modeladas. No chão, uma profusão de barracas ensacadas, restos de comida, garrafas de água, copos de cerveja e *flyers*.

Os pequenos agrupamentos disputam espaço sob um céu cinza, nublado, fechado. Gotículas em queda, de quando em vez, despertam o ato-reflexo de indivíduos que erguem as mãos para o alto, com as palmas voltadas para o firmamento, e os olhos abertos. Esses vasculham a imensidão acima de si com

1 Doutoranda em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); carliane.sag@gmail.com.

2 Doutor em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); cassiolcnovo@gmail.com.



olhos repletos de expectativa, ansiedade e receio: “se voltar a chover, vai dar ruim pra geral aqui na fila”³

No meio do ajuntamento de pessoas um trio composto por dois rapazes e uma moça se destaca dos demais indivíduos ali presentes. Vestidos com roupas de grifes famosas, tênis e equipamento completo para acampar, nenhum deles aparenta possuir mais do que vinte e cinco anos. Parecem discutir estratégias para proteger os *smartphones* da chuva que ameaça cair. Entretanto, a única voz que se ouve, como se ecoando o trovão que estrondeia nos céus acima da multidão aglomerada, é a voz feminina dentre os três. A moça, com olhar resolutivo, a voz rouca, grave e dura, ordena aos seus companheiros: “você vão dar um jeito, qualquer jeito, de arrumar um saco plástico ou alguma proteção para o meu celular! Eu é que não me endividei toda, terminei um namoro e me desloquei de Santos até a Bahia para estragar o meu aparelho. Ou, pior ainda, vir até aqui e não poder fotografar, filmar e postar tudo que a gente vai viver aqui dentro. Anda, pede pra alguém desse grupo aí do lado, vai!”

Suor, lágrimas e agradecimento

É aqui, neste lugar específico, o centro do mundo. Todos os fluxos parecem convergir para esta única localidade. Para este único instante. Para este lugar. Daqui eu abro os olhos e observo o que existe em torno de mim. Para onde quer que a vista alcance há indivíduos, pares ou grupos de pessoas dançando. Suando. Muitos estão sorrindo. A maioria veste trajes sumários. Quase todas as mulheres utilizam a parte de cima dos biquínis. Algumas escondem a parte de baixo com *shorts*, *jeans*, saias esvoaçantes, cangas engenhosamente amarradas. Outras, nem isso. A parte de baixo da peça de banho acompanha a superior e, juntas, conferem ainda mais cor e movimento ao corpo que dança. Os homens, muitos com as cabeças e ombros abrigados do sol escaldante por cangas de praia fluorescentes, retesam os músculos da face e do tórax enquanto se movimentam pela pista do monumental *Main Stage*⁴ com as cores, formas e simbolismo de um imenso e colorido pavão. Ao nosso redor, todos usam óculos escuros.

3 Declaração de uma participante da edição #15UP, lado de fora da entrada principal do festival.

4 Em uma tradução livre, significa o Palco Principal do festival. O local de maior centralidade para as dinâmicas do evento e onde os principais e mais renomados artistas se apresentam. Também é neste palco que a apresentação especial de *réveillon* (o momento da passagem entre anos) ocorre. É importante destacar que os participantes se referem a este palco de diversos modos: *Main Stage*, Palco Principal, *O Pavão*.

Uma cena atrai minha atenção. Um jovem estica ambos os braços adiante do seu peitoral. Alinhados, completamente estendidos, iniciam um lento movimento de abertura entre si. As batidas do *progressive trance* são aceleradas, o movimento amplexo é lento e, ainda assim, parecem estar perfeitamente sincronizados. Das extremidades dos dedos daquelas mãos que se afastam percebo o gotejar da sudorese do corpo que se movimenta, ainda que sem sair do lugar. Percebo, sem precisar olhar, que também estou completamente encharcado de suor. E identifico um movimento ascendente de braços em direção ao céu.

O céu azul, de baixa latitude, mal dá conta de abrigar o fulgor da incandescente esfera amarelada que fustiga os corpos com calor, luz e energia solar. Mesmo atrás das lentes polarizadas dos meus óculos escuros eu sinto dificuldade em fixar o olhar naquele círculo de fogo. Quando sinto minha vista fraquejar, tremer, instantes antes de não mais sustentar a visão contra aquela luminescência, percebo uma barreira recém-erguida entre meus olhos e o astro rei: os braços do jovem, reunidos novamente após uma longa jornada de afastamento e reaproximação, agora estão elevados verticalmente. O dorso de suas mãos recebe o calor solar. Já as palmas, essas estão voltadas para mim. Meu olhar se desloca daquelas mãos recalcadas pelo halo de luz atrás de si enquanto minha atenção se encaminha para baixo. Meus olhos se encontram com os do rapaz. Noto, em seus olhos, gotas de suor sendo vertidas. E lágrimas. Ele chora enquanto sua. E, enquanto percebo tudo isso, ele aprisiona minha atenção com seu olhar enquanto seus lábios pronunciam palavras inaudíveis na ambiência de uma pista de dança rodeada por poderosas caixas de som que vibram ritmada e incessantemente com o absurdo volume que emitem: “obrigado por estar aqui comigo. Esse é o dia mais feliz da minha vida”.

Nosso *clubinho trevoso*, nosso *sonzinho cremoso*

É noite.

E a pista vibra, ardente, como estavam as dunas no seu entorno durante horas seguidas de sol escaldante. É noite. E as estrelas que brilham no céu são ofuscadas pelo chamejar das luzes de *led* na pista em convulsão festiva. Entre os saltitantes grãos de areia que se movimentam, como um só piso pulsante que acompanha as batidas de centenas de pés e se funde com lonas multicoloridas em tons de amarelo-ouro e vermelho-escarlata que parecem incendiar o céu noturno, agindo como labaredas esvoaçantes ao sabor da inexorável brisa

nordestina, uma sonoridade melódica, insinuante e dançante, envolve os presentes reunidos na hipnótica atmosfera criada no *UP Club*.

Abro os olhos. E me dou conta que os mantinha cerrados, ainda que, há instantes, estivessem escondidos atrás dos óculos escuros. Sinto-me despertar, e sou afastado de um estado de transe que sequer havia desconfiado estar experimentando. O motivo estava bem diante de mim, a pouco mais de dois metros de distância. Face a face, separados por centímetros de distância, dois amigos berravam um para o outro:

“*Mona*, já te falei, querida! Se atualiza, *viado!* O nome desse som é *tech house*, tá?” “Não é mesmo! Esse som é *trevo* demais pra ser *house*, querida! Sente esse grave aqui, ó. *Tun tun tun...* isso é techno, amor. Techno melódico. Mas é DE-FI-NI-TI-VA-MEN-TE techno!”

“Amor da minha vida, tá prestando atenção, não tá? Tá ouvindo essa melodia gostosa junto com o *tun tun tun?* Tá ligada nesses vocais *maaaaaara* que estão rolando? Então, querida... isso não é nada *trevo*, tá? É *cremoso!* É som pra gente balançar a nossa *raba* a noite inteirinha!”

Batidas aceleradas e eletronicamente distorcidas

Os *acontecimentos* que inauguram as páginas deste artigo apresentam nossas vivências no festival Universo Paralello, assumindo e apresentando desafios, limitações e potencialidades — além de situacionalidades⁵ — de *sermos* pesquisadores de festas e festivais e *estarmos* festejando. Festiva e cientificamente, lançamo-nos por veredas e caminhos de uma geografia aberta aos afetos, às emoções e aos sentimentos. Trilhamos percursos de uma geografia humanista cultural, profundamente existencial, envolvida, fenomenologicamente, com o processo de ver, sentir e interpretar experiências memoráveis e significativas para pessoas nos lugares e com os lugares.

5 Ao nos referirmos às situacionalidades estamos, ao mesmo tempo, reconhecendo nossa *situação*, isto é, nossa presença encarnada e corporificada, no lugar festivo, diante dos demais entes ali presentes e envolvida pelo fenômeno para o qual nos voltamos em relação ao espaço-tempo do *acontecimento festivo*. Além disso, convergimos com a ideia sustentada por Marandola Junior (2018) quando investe na (re) interpretação do termo *olhar geográfico* aberto aos desafios e reflexões contemporâneos: em suma, a assunção do conhecimento geográfico em uma posição específica de *procurar conhecer* e em relação com as demais ciências, com o mundo, e com as pessoas em suas interações espaciais. Em outras palavras, a necessidade de a Geografia se repensar, buscando a *encarnação* do termo *olhar geográfico* nos modos de fazer e pesquisar geografias do cotidiano e do extraordinário.

O evento vivenciado e examinado se apresenta, conforme discorreremos nas páginas a seguir, em sua edição mais recente. Se nossa opção se guiasse por abordagens mais tradicionais e hegemonicamente presentes e consolidadas nos processos de construção, validação e institucionalização da geografia estaríamos, a partir deste ponto, identificando o local de realização do evento. Informando alguns de seus principais aspectos e características. E, para complementar — muitas vezes como se a confirmar ou validar aquilo que se escreve — possivelmente elencando e inserindo imagens representativas daquilo que se *observou* no festival. Poderíamos, ainda, se estivéssemos percorrendo essas trilhas mais desgastadas — porque muito percorridas — na ciência geográfica, procurando responder ou indicar *o que é o festival Universo Paralello?*

Contudo, o *fazer* acadêmico aqui revelado enfoca a seguinte ideia movente: *como é possível existir um lugar onde e quando pessoas e caminhos tão diferentes se encontram, oriundos de lugares-outras, para festejar música eletrônica? Investir no questionamento como é possível algo acontecer, em detrimento a procurar responder o que algo é, constitui-se como prática fundante e fundamental para estudos inspirados por arremetidas fenomenológicas e de geógrafos comprometidos com o horizonte humanista na geografia (HOLZER, 2012).*

Nosso estudo aciona múltiplas temporalidades do *existir* enquanto pesquisadores-festivaleiros que *somos* no lugar festivo. E incorporamos essa conjunção em que nos tornamos a cada vez que escolhemos, diante de encruzilhadas existenciais e epistemológicas, assim nos entendermos e, intencionalmente, para as festas dirigirmos nossas imaginações (geográficas), nossos corpos e nossas consciências em atos escrutinadores. Desse modo, assumindo essa nossa posição (no espaço, no mundo e até mesmo no campo político em constante disputa entre as diferentes abordagens preconizadas e praticadas pelos geógrafos e pelas quais a geografia se reconhece, avança e se atualiza), partimos do *fenômeno, do acontecimento no lugar*, para, a partir de então, examiná-lo cientificamente. Rejeitamos, portanto, as previsões, isto é, as noções previamente elaboradas sobre o que se deseja conhecer. Evitamos, conscientes e intencionalmente, a noção mais comumente presente nos estudos geográficos de que o local precisa ser previamente conhecido ou declarado, para ser vivido ou pesquisado. Estamos e somos lançados no mundo (HEIDEGGER, 2017). E nos encontramos no Universo.

Assumimos os caminhos desbravados pela geografia humanista cultural para nos movermos por veredas fenomenológicas em busca deste Universo que nos atrai, duplamente, enquanto festivaleiros e pesquisadores. Investimos

na etnogeografia (CLAVAL, 2010) da edição mais recente do festival Universo Paralello ambicionando empreender um *olhar geográfico* cuidadoso. Encarnado. Envoltos pela/na atmosfera (NORBERG-SCHULZ, 2006) festiva. Disponibilizamo-nos para praticar uma escuta atenta. E assumimos uma atitude de viver e sentir com o corpo todo *aquilo* que nos envolve e *aquilo* que nos *acontece* durante os dias e noites vividos extraordinariamente na passagem do ano 2019 para o ano 2020. É sobre essas premissas que este artigo se erige enquanto produção científica e, também, como modo de pesquisar e existir no mundo de cientistas que escolhemos ser no âmbito de eventos geográficos festivos que nos atraem como participantes e como estudiosos do tema.

Procuramos nos voltar para o festival, mirando-o pela fresta, vislumbrando possibilidades de nos envolvermos com ele, e a ele estarmos implicados, no desenrolar de nossa própria experiência festiva. Intencionamos, a partir de nossas vivências, em relação aos demais participantes e no lugar, interpretar modos de ser e existir no mundo. Modos geográficos de existência ancorados e influenciados pelas culturas dinamizadas e circulantes pelos indivíduos e grupos culturais reunidos em um mesmo espaço e tempo para festejar música eletrônica. Investimos e nos dirigimos ao fenômeno. E, com ele, nele, vivemos experiências festivas corporificadas, carnalizadas (MERLEAU-PONTY, 2015), nas quais nos reconhecemos enquanto festivaleiros e pesquisadores em relação com o fenômeno investigado. Assim sendo, transmutamo-nos durante o processo e assumimos que aqueles que escrevem esse texto sobre o que foi vivido não são os mesmos que lá estiveram para vivê-lo. *A experiência (nos) transforma!*

Dirigimos nossa atenção e nosso olhar corporificado para o fenômeno e, somente então, realizamos: *aquilo* que olhamos nos devolve, em igual medida, o olhar. Estamos cientes e afetados pelo que olhamos e sentimos. Assim como pelo modo como nos notamos vistos e sentidos. Dessa consciência, ancorada no presente, emerge a lugarização de nossa experiência nos termos deste espaço-tempo qualificado, justamente onde e quando essa relação mutual, imaginativa, corporificada, situacional e experiencial ocorre. Como Tuan (2015) buscamos *escapar* para além das amarras de uma ciência moderna, positivista e materialista. E o fazemos almejando transcendências, inspirados, talvez, pelas transcendências dos participantes no curso de suas próprias dinâmicas do festejar. Assim sendo, acompanhamos os pensamentos de Sartre (2015) para empreender o deslocar de nossa consciência *como um sopro* para *aquilo* que nos convoca e atrai. Complementarmente, confiamos em uma linguagem geopoética almejando tensionar — e eventualmente transcender — limites que o

texto científico — e a própria ciência — impõe ao perscrutar e revelar da experiência festiva e do desvelar dos fenômenos que nela se presentificam.

A narrativa e os elementos textuais são apresentados como encruzilhada de ideias, palavras, imaginações (geográficas), experiências, sentimentos, teorias, lugaridades e temporalidades. Intencionalmente campeamos alternâncias entre o tempo cronológico, fundamental para a organização, realização e vivência do festival, e o tempo kairológico, relacionado ao *acontecer festivo* (NOVO, 2019; ROSENDAHL, 2014). Assumimos a supracitada perspectiva em movimentações convergentes ao princípio exusíaco proposto por Rufino e Simas (2018) diante das encruzilhadas epistemológicas e existenciais vividas no campo e no fazer científico.

Consideramos, portanto, a possibilidade de nos lançarmos ao futuro pretendido, na festa e nas páginas que escrevemos, como modos de subverter o futuro em construção no presente de então. Segundo Rufino e Simas (2018, p. 20) “Exu é o princípio dinâmico e fundamental a todo e qualquer ato criativo”. Em acordo com os autores, entendemos nosso processo criativo como oferenda: como ação instauradora de movências dotadas de sentidos e significados que nos são caros e inteligíveis. Não obstante, também o evocamos como realização exusíaca, isto é: não linear, não necessariamente causal, tampouco reduzida a uma perspectiva objetiva e/ou mensurável em dimensões espaciais e temporais limitadas a uma concepção positivista e cartesiana da ciência e dos fenômenos que investiga.

Acompanhados pela dupla de autores acima declaramos nosso alinhamento ao entendimento da potência e proeminência *exusíaca* como princípio fundamental de imprevisibilidade, dinamismo e possibilidade de invenção do mundo e da própria vida. Atitudes que são renovadas — no lugar e tempo da festa — por aqueles que se submetem a viver experiências transformadoras. O Universo Paralello, para nós, é vivido e interpretado como encruzilhada onde (e quando) essas dinâmicas ocorrem. E, como tal, emerge enquanto campo de possibilidades, no espaço e no tempo, possibilitando ao conjunto de seus participantes, imaginar, agir e festejar aquilo que escolhem viver. Escolhas essas que acabam (nos) revelando os lugares-outros de quem as vivenciam como possibilidades e realidades (ainda que fugazes, efêmeras e transitórias).

Por intermédio do trânsito dos corpos que se movimentam pela festa ou do transe induzido durante rituais liminares, ações que aproximam os participantes de condições assumidas por sujeitos em busca do lugar de/para transcendências (NOVO, 2019; SANDES, 2017), evocamos o pensamento dos autores

quando afirmam ser Exu quem “versa sobre as transformações radicais e sobre a necessidade constante de reinvenção da vida” (RUFINO; SIMAS, 2018, p. 23). Estamos interessados em interpretar, geograficamente, os sentidos e significados dessas experiências. Enquanto nos permitimos perceber e estar em contato com essa constelação de lugares que emergem durante o extraordinário *acontecer festivo* no Universo Paralello.

Entre pontos e laços, entre nós e volteios, a amarração e fluidez dos pensamentos relacionados a este estudo nos impelem a declarar: não existe, apenas, um tempo linear e um lugar único para os *acontecimentos*. As falas dialógicas — aquelas produzidas pelos participantes encontrados e presentes nesta pesquisa — não foram objeto de nosso esforço decifratório. Antes disso, consistem em manancial para interpretações (geo)poéticas, abertas, acerca dos modos de viver e festejar o Universo Paralello. Percorrer os caminhos de uma geografia humanista cultural de fundamentação fenomenológica nos impele ao movimento para o festival. E para o *conhecer do festival* que se revela para nós enquanto para ele nos voltamos. Nosso compromisso, portanto, é com esse envolvimento profundo, curioso e autêntico. E com as perguntas, questionamentos e indagações que surgem a partir do momento em que nos encontramos, assumindo nossa situação neste Universo, no lugar onde (e quando) tudo acontece...

O Lugar onde (e quando) tudo acontece

Celebrando a décima quinta edição de sua história, o Universo Paralello (#UP15) contou com a abertura oficial do evento nas primeiras horas da manhã do dia 27 de dezembro de 2019. Até o dia 3 de janeiro do ano seguinte o maior festival brasileiro de artes e culturas alternativas, com destaque para a música eletrônica psicodélica de pista, se transformou em lugar festivo (FERREIRA, 2015; NOVO, 2019). Um fixo no espaço geográfico, realizado bianualmente, para o qual convergem milhares de *ravers*, festivaleiros, *neohippies*, nômades e curiosos.

As dinâmicas do festejar oportunizadas por mais uma edição do Universo Paralello espraiam-se pelo tempo. E atuam na (re)qualificação e transformação do espaço geográfico. Remontam a muitos dias, semanas, meses e até anos antes de sua edição mais recente. E nos alcançam enquanto revivemos a festa e escrevemos esse artigo. Oficialmente, oito dias são disponibilizados para o

festival. E até uma dezena é oferecida para o acampamento de seus participantes no interior do espaço destinado ao evento. O prolongamento, no tempo, da vivência no festival, enreda-se a um complexo de ações e atrações cuidadosamente elaborado para uma imersão multissensorial no festival.

Os participantes deste Universo, desejosos por viver a efervescência coletiva (DURKHEIM, 1989) e o gozo compartilhado (MAFFESOLI, 2010) em festivais de música eletrônica, atuam na configuração do evento como lugar de desejos e onde se vivenciam momentos memoráveis. Como podemos afirmar isso? Nossa presença, situada no tempo do festival e relacionada com a de outros participantes do evento, nos possibilitou interagir com dezenas de pessoas as quais, invariavelmente, compartilhavam conosco a felicidade de estar *ali*, no UP#15, realizando sonhos acalentados por muitos meses e anos. *O campo (nos) fala!* É uma atitude fenomenológica, pela qual nos voltamos ao festival no presente de então, e com a qual nos dirigimos para a escrita destas páginas, exige dedicação de nossa sensibilidade para nos deixarmos afetar e sentir com o corpo todo o que nos chega como estímulos dos mais variados tipos e matizes.

No contexto de realização do UP#15 alguns desses estímulos nos alcançam. Uns como cenas que atraem nossa atenção diante de tantas outras atrações para nossa vista. Podem nos chegar, ainda, enquanto relatos, conversas e/ou depoimentos nos mais distintos momentos vividos por ocasião do festival. Conversas entreouvadas também nos afetam quando, uma vez atraídos pelo seu teor, para ela encaminhamos nossa curiosidade. O grupo composto pelos três amigos que abre esse artigo, por exemplo, capturou nossa atenção pela intensidade com a qual debatiam questões aparentemente importantes para a realização dos seus desejos e projeções acerca do que seria possível viver nas horas vindouras.

Centenas de outros participantes agiam das mais variadas maneiras enquanto aguardavam a abertura dos portões do evento. Roupas, adereços, gírias, idiomas, gestos. Em tantos indivíduos esses elementos visíveis convergiam para certa semelhança ou harmonia. Não obstante, havia, também, corpos e atitudes que se destacavam dos demais. Como se trilhaassem caminhos paralelos no cotidiano de suas vidas. E ali, naquele momento que antecedia o início da décima quinta edição do festival, essas diferenças recebessem uma espécie de autorização para serem superadas. No extraordinário tempo e lugar festivos, a *exusíaca* imprevisibilidade associada a eventos geográficos festivos se impõe (RUFINO; SIMAS, 2018) enquanto a ordinariedade da vida cotidiana é suspensa (ST. JOHN, 2017; TURNER, 1974; VAN GENNEP, 2011).

Nossa *presença*, naquele lugar e tempo, nos permitiu (vi)ver, sentir e perceber a atmosfera de excitação e ansiedade criada pelos indivíduos aglomerados naquela específica parcela do espaço geográfico. Atentos ao que se/nos passava, indagamos: como é possível que uma praia no litoral baiano seja dotada de atributos, qualidades e características tão especiais ao ponto de se tornar este lugar *mágico*, onde até mesmo o que se nos revelavam como *Paralellos* podem se encontrar? Como é possível que esse *lugar* atraia tantos *ravers*, festivaleiros, *neohippies* e curiosos para um mesmo lugar e tempo para festejar música eletrônica contemporaneamente? E, ainda, como esses encontros, vividos e significados no contexto deste Universo, permitem a reunião de pessoas tão singulares durante o *acontecer festivo*?

O conjunto dessas ações, entre movimentos e pausas, ocorre, desde 2010, bienalmente, na praia de Pratigi, Bahia. E se realiza em uma área especialmente reservada para este específico evento geográfico festivo (SILVA, 2013). Uma propriedade repleta de coqueiros hospeda o festival nacional que integra a *wishlist*⁶ de eventos e festivais de música eletrônica para amantes do gênero dispersos pelo mundo inteiro. A diversidade das sonoridades presentes nos espaços e lugares do festival acompanha a diversidade de gírias e dialetos que são escutados, de feições e fenótipos que são percebidos e de idiomas e dialetos que são (in) compreendidos enquanto nos deslocamos pelas áreas destinadas aos festejos.

A percepção da diversidade de corpos ao nosso redor disparou, em nós, uma série de pensamentos. Dentre os quais, moveram-se pensamentos no sentido de formular uma ideia que nos chegou enquanto questão e inspiração. E, ao mesmo tempo, metáfora da experiência em curso: a ideia de que, naquele Universo, vivido por cada um daqueles participantes, muitos lugares se *presentificavam* encarnados nos corpos dos indivíduos ali reunidos para festejar. Estaríamos situados e implicados com um Universo vivido como encruzilhada? Um campo fértil de possibilidades no qual milhares de pessoas se encontram e uma constelação de lugares se apresenta para brilhar e festejar através dos festivaleiros que os tomam como seus? Encontrar *os outros* nas pistas e nas demais áreas do festival nos permite entrar em contato com os lugares de onde vêm, os quais *encarnam* e para onde estão se dirigindo em suas trajetórias espaciais festivas?

6 A tradução literal do termo é: lista de desejos. Como inúmeros outros termos circulantes nas culturas associadas ao festejar música eletrônica de pista *wishlist* é mantido em inglês. Para além de processos de hegemonia cultural e circularidade das culturas em lugares festivos com o UP é interessante notar que a manutenção de determinadas expressões ou termos na língua inglesa aponta para seu processo de difusão. Neste caso, *wishlist* ilumina listas de festivais mais desejados pelo público de acordo com alguns dos principais portais e/ou perfis especializados na cobertura e promoção de eventos de música eletrônica de pista.

Intencionalmente, empreendemos movências por alguns desses questionamentos. E, pelos percursos trilhados, revelamos a necessidade de entender que as batidas eletronicamente distorcidas por sintetizadores, e propagadas por potentes caixas de som em elevadíssimos decibéis, nem sempre atravessaram e preencheram os céus do litoral baiano deste Universo. A história do festival possui raízes fincadas em outro espaço e em outro tempo. Segundo o DJ Swarup⁷, um dos idealizadores e organizadores do festival, “o Universo Paralello, na verdade, nasceu em 1997, fazendo pequenas festinhas em Brasília, lá no Varjão”. Segundo o artista, foi apenas a partir do ano 2000 que os encarregados pela organização resolveram produzir um evento para comemorar a transição entre dois anos. Entre as edições ocorridas no cerrado e as atuais ocorrentes no litoral, muitas transformações ocorreram.

Desses resgates iniciais conhecemos, pois, outro lugar, em tempo distinto ao atual, a emergir. O festival de *alma solar*, litorâneo, apresenta-se, de algum modo, historicamente conectado com o local de suas origens no interior do país. Mesmo que seja para superá-las e modificá-las. A fisionomia do lugar onde ocorreram os primeiros encontros de participantes deste Universo apresenta aspectos e elementos que os diferem da área destinada, recentemente, ao UP#15.⁸ Segundo a organização, a área desta última edição estendeu-se por, aproximadamente, 40 quilômetros da área costeira. Dentre os muitos encontros oportunizados pelo festival, a água doce de rios e riachos da região encontra as águas salgadas do Oceano Atlântico, em confluências emolduradas por emaranhados de manguezais. A beleza cênica, dádiva da exuberância local, continua a refletir a minuciosa escolha do lugar para sediar o evento. Os locais de realização das festividades foram alterados. Mas a preocupação em encantar as pessoas por intermédio da imponência da natureza e de sua monumentalidade paisagística permanece. Diante de tantas mudanças e permanências nos permitimos indagar: como proceder à construção de um novo (sentido de) lugar?

Relph (2012) destaca a fundamental importância da fisionomia do lugar para desencadear e/ou dinamizar esse processo de construção do (sentido de) lugar. Segundo o autor a forma do lugar, preenchida por aspectos e elementos constituintes de sua aparência, auxilia na percepção do mesmo por quem se encontra — ou se entende — *estando fora* dele. Acompanhar as ideias do autor

7 Relato disponível no *aftermovie* disponibilizado no perfil oficial do festival no Facebook no seguinte endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/universoparalellooficial/videos/378121873577981>. Acesso em: 11 ago. 2020.

8 A *hashtag* #15 indica a 15ª edição do festival Universo Paralello, ocorrida na virada do ano 2019 para o ano 2020.

nos permite supor que o encontro dos organizadores do festival produzido no cerrado com as praias do litoral baiano despertou, neles, algum tipo de *afetação*. Não nos permitimos conceber que essa possível afetação tenha sido o único estímulo para a escolha do novo local para a realização de um festival como o Universo Paralello. Especialmente por reconhecermos que um evento com sua importância e grandiosidade — mesmo à época em escalas bem inferiores à atual — demanda a reunião de uma série de fatores para se tornar viável. Ainda assim, os conteúdos midiáticos apresentados pelos canais oficiais do evento reforçam o *encantamento* por parte dos idealizadores com a localidade que atualmente abriga o UP.

Dois dias antes da abertura oficial dos portões foi publicada a seguinte mensagem nos perfis oficiais do festival:

logo mais estaremos conectados por uma grande teia energética, nos tornando emissores de energia constante durante alguns dias em terra abençoada da Costa do Dendê. Que os fios que nos conectarão sejam apenas os de paz e amor. Emanem para receber as melhores energias na entrada do novo ciclo de nossas vidas (UNIVERSO PARALELLO FESTIVAL, 2019).

Diante de publicações assim, supomos aquela *afetação* inicial relevante o suficiente para se tornar parte do processo de constituição do novo lugar para aquele festival que organizavam. O processo, como um todo, segue sendo construído e transformado. Pois, na mesma mensagem, existe a promoção de algo além dos aspectos físicos e materiais da referida costa litorânea. Há uma convocatória aos participantes para que estes se percebam como seres conectados com a história, com a geografia e com os sentidos e significados que foram sendo criados, vividos e experimentados ao longo das décadas de artes e culturas associadas aos modos de festejar música eletrônica no Universo. E esse convite é significado como um *chamado* para integrantes de *neotribos* e *communitas* de indivíduos que vinculam suas existências aos modos como se dedicam a festejar e participar de eventos que apresentam artes, culturas e música eletrônica (CHIAVERINI, 2009; MAFFESOLI, 2010; ST. JOHN, 2014).

O pensamento acima nos permite refletir, primeiramente, sobre o poderoso encontro entre natureza e cultura nos termos dos significados que adquirem para determinados seres humanos e como aqueles participam de estímulos relacionados aos deslocamentos desses sujeitos pelo espaço. Na sequência, podemos considerar que a construção do sentido do lugar festival

associado ao Universo Paralelo se inicia através dos modos como seus produtores se relacionam com o espaço geográfico em distintas temporalidades. E, a seguir, como esses enlaces são vividos e considerados como consumo e/ou práticas existenciais pelo conjunto tão plural e diversificado dos envolvidos com o festejar música eletrônica na contemporaneidade (CHIAVERINI, 2009; ST. JOHN, 2017).

Situando o UP#15 como encruzilhada na qual nos encontramos posicionados para viver a festa e refletir sobre ela, partimos do entrecruzamento das ideias que se apresentam para mover outros questionamentos: vivemos e interpretamos as experiências com os lugares de modo objetivo? Como se torna possível que a nossa relação com os lugares possa ser vivida e interpretada de maneira mais subjetiva? Preliminarmente, apontamos os pensamentos de Relph (2012) responsáveis por enaltecer a prevalência de atitudes mais óbvias e objetivas quando nos dedicamos a identificar — para eventualmente compreender — diferenças existentes *entre lugares*. Ainda em acordo com o supracitado autor, e ecoando as reflexões de outro expoente da geografia humanista, o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (2012; 2013; 2015), conduzimos esse estudo acreditando na possibilidade dos sujeitos reunidos para festejar o fazerem a partir das maneiras como vivem — e significam — as relações viscerais e existenciais que nutrem com os lugares de seus cotidianos bem como em relação aos lugares de seus desejos.

Os três *acontecimentos* que descortinam este estudo cumprem diversas funções no artigo que ora apresentamos. Inicialmente, divergir de uma tradicional e “organizada” forma de apresentar um texto científico. Um festival como o UP desafia, incessante e exusiacamente (RUFINO; SIMAS, 2018), noções cristalizadas/cristalizadoras acerca da organização do espaço e do tempo. Além disso, os sendeiros fenomenológicos pelos quais arremetemos no *fazer* desta contribuição geográfica nos autorizam a romper com hegemônicos modos de organizar ideias e apresentá-las em texto. Nossa pesquisa é desdobrada como construção que não se circunscreve a concepções cronológicas, lineares, evolutivas e objetivas de uma realidade complexa, volátil e em inexorável transformação. Estamos festejando, e pesquisando, enquanto o festival *acontece*. E revivemos o festival, lugarizando-o, conforme nossos pensamentos são trazidos para o presente de então e para o lugar-texto onde organizamos sentidos e significados daquilo que foi vivido e pesquisado.

Outra função cumprida pelos textos iniciais é sugerir, aos leitores, a ideia de um ponto de partida para as reflexões aqui expressas. O festival é de *onde*

partimos. Assim sendo, somos e estamos envolvidos por tudo aquilo que vemos, ouvimos e sentimos no campo, assim como quando vasculhamos nossas memórias para acessar os registros de nossas vivências. Partimos do festival para indagarmos: será mesmo que nossos lugares-outros, aqueles do cotidiano de nossas vidas urbanas, de nossas vivências pessoais e interesses acadêmicos, não se presentificam para que sejamos capazes de viver e refletir sobre o festival como lugar de experiências festivas e reflexões científicas? Ou seja, estamos a comparar (mais objetivamente) lugares ou a construir (de modo mais subjetivo) novos sentidos de lugar?

Ainda a respeito das possibilidades de se estudar lugares e os sentidos que o lugar assume, a tríade de excertos iniciais sugere, sob enfoques da geografia cultural, distintas maneiras de perceber aspectos materiais e imateriais dos diferentes lugares criados e vividos durante os festejos. Para nós, contudo, a intensidade com que as conversas, ações e discussões presentes naqueles *acontecimentos* nos desafiam superar a distinção entre materialidade e imaterialidade e a privilegiar o estudo do *lugar* em sua concretude ontológica (HEIDEGGER, 2017; NORBERG-SCHULZ, 2006). Assim, não nos limitamos a identificar e estudar a diferenciação *entre lugares* (RELPH, 2012), ainda que a reconheçamos como essencial para as dinâmicas festivas e para as ideias aqui expostas.

Assumindo a perspectiva humanista cultural adotada nesse estudo enfatizamos que:

a distinção entre *lugar* e *lugares* é fundamental. Geografia como estudo de lugares se refere à descrição e comparação de diferentes partes específicas do mundo; geografia como estudo de lugar baseia-se (e ao mesmo tempo transcende), naquelas observações particulares para esclarecer as maneiras como os seres humanos se relacionam com o mundo (RELPH, 2012, p. 22).

Nesses compassos, a concretude da experiência dos participantes no tempo e no lugar festivo nos oferece oportunidades para reconhecer mecanismos pelos quais se constroem sentidos de lugar elaborados e vividos em relação ao festival. Assim como nos permite o envolvimento com o fenômeno experimentado e investigado. Esse envolver-se depende de nossa intenção e atenção para ver e sentir os modos pelos quais parcelas do espaço geográfico vão sendo qualificadas pelas experiências dos produtores e demais participantes reunidos para festejar música eletrônica. A expectativa criada pela abertura dos portões do evento reúne centenas de pessoas sujeitas às intempéries e va-

riações do tempo justamente por ser tornada parte da experiência festiva dos sujeitos ali reunidos. Enquanto o grupo dos amigos discutia suas estratégias outros grupos tocavam violões, ouviam músicas em caixas de som portáteis, jogavam cartas ou conversavam animadamente sobre o que esperavam do festival. Em algum momento dessas interações alguma pessoa do grupo se encarregava de proclamar que em festivais com o Universo Paralello “o perrengue faz parte da festa”.

O conjunto de histórias presenciadas no UP#15 é apresentado como caminho para acessar mapas de significados (JACKSON, 1989) e a tessitura existencial dos sentidos do festejar neste lugar que é vivido e significado de modo intenso, visceral, luminoso e memorável por indivíduos com ele implicados. E é, em complemento, um convite que se oferece ao leitor — como oportunidade — para habitar este texto, inaugurando, assim, uma experiência de alienação espaço-temporal que, de algum modo, permite deslocamentos e transcendências como as ocorrentes na ocasião do festival.

O convite revela nossa inquietude ao ponderar: no festival onde (e quando) tudo *acontece* até mesmo os Paralellos podem se encontrar? O destaque para o verbo acontecer revela a perspectiva por nós adotada de valorizar o *acontecimento*. Ressoamos, portanto, as batidas e compassos de Bondía (2002) e Besse (2014) pelos quais a experiência dos seres humanos na Terra, em determinados e significativos contextos espaciais e temporais, pode ser vista, vivida e interpretada como *acontecimentos*. Isto é, momentos sublimes, memoráveis, capazes de nos afetar profunda e intensamente.

Presentes e imersos no festival, podemos concordar com a ideia de Merleau-Ponty (2015) na qual a existência é corporificada. E é dessa maneira, encarnada, que nos habilitamos a ver e a sentir a manifestação de acontecimentos, ações, emoções e transformações do/no espaço geográfico. É a partir da tomada de consciência do nosso corpo no lugar festivo que notamos um grupo de amigos absortos em importante discussão sobre estratégias mais eficientes para garantir a segurança de seus *smartphones*, mesmo diante da iminente ameaça das intempéries. O *acontecimento* revela, para nós que nos voltamos ao grupo, o envolvimento profundo de seus integrantes no transcurso das interações entre eles e aquele lugar e tempo específicos. Também nos permite acessar modos específicos de viver e festejar o evento. Para os indivíduos ali reunidos é importante o registro em fotos, vídeos e sons daquilo que será presenciado e compartilhado. Ou, ainda, a sensação de ser possível — já que o futuro está sendo vislumbrado como possibilidade — experienciar o festival da maneira como previram e planejaram.

Nossa presença encarnada na pista principal do evento nos ofereceu, também, a oportunidade de viver o segundo *acontecimento* apresentado neste artigo. Braços movendo-se em arco, obliterando momentaneamente a passagem da luz do sol, se posicionaram para emoldurar os movimentos de lábios que expressavam (o que acreditamos) sincera e genuína gratidão durante a emergência do fenômeno que nos atraiu enquanto espectadores-participantes e o qual nos dedicamos a conhecer. Nossos corpos festivaleiros e pesquisadores, convergentes em suas trajetórias espaciais para aquele local e para aquele momento em que o corpo de *outro* festivaleiro realizava sua *performance*, se encontravam também na trama dos significados criados e vividos em termos da circunstancialidade pela qual emergiam outros sentidos de lugar festivo. Ao ocorrer de maneira única e irreproduzível, naquela específica pista de dança, para os envolvidos que *somos e estamos* com o fenômeno em curso, o acontecimento se oferecia a ser vivido e interpretado por todos os envolvidos com a sua manifestação.

Em uma noite repleta de luzes e sons responsáveis por embalar mentes em transe participamos, dessa feita apenas como espectadores, de acalorada discussão sobre vertentes da música eletrônica de pista. A transposição de nossos corpos para outros espaço e tempo também nos moveu da condição de agentes e protagonistas para a de atentos observadores de uma cena que nos retira de um transe induzido pelas intercorrências vividas na pista do UP Club e nos lança no fluxo das interações entre dois amigos em franco debate. Dessa discussão irrompem oportunidades para acessarmos e interpretarmos a gramática dos corpos em movimento. E assim o fazemos, no presente de então, enquanto as palavras são disparadas vigorosamente das bocas que discutem especificidades de gêneros da música eletrônica enquanto são, ironicamente, abafadas por potentes caixas de som encarregadas por espancar tímpanos enquanto criam uma atmosfera de imersão multissensorial. A conjugação desses elementos e ações é responsável por nos alienar espaço-temporalmente do entorno da pista onde as estrelas brilham silenciosas e fixas nos céus da Bahia enquanto as vagas se movimentam, lentamente ondulando a superfície das águas, dirigindo-se para a faixa de areia a poucos metros de distância do palco onde nos encontrávamos.

A pista — que agora voltamos a perceber como suporte e envoltório aos nossos corpos em suave balanço ao som da música — retorna como *presença* de um transe para o qual havíamos sido induzidos sem que sequer tenhamos nos dado conta. Enquanto tomávamos ciência da discussão e o contexto espacial de nossa experiência se apresentava com intensidade para nosso exame, o

fluxo de nossos pensamentos, como se acompanhando a discussão dos amigos e a brusquidão da ruptura do transe em curso, acompanhava os corpos vibrantes, as luzes piscantes, a pista pulsante. O festival *acontecendo...*

Sob a perspectiva humanista da Geografia os três exemplos acima expõem distintos modos pelos quais indivíduos e lugares enredam-se em histórias espaciais vividas coletivamente e significadas individual e intersubjetivamente durante os encontros, pausas e movimentos na décima quinta edição do festival Universo Paralello. Iluminamos, portanto, essências espaciais (HOLZER, 2013) primordiais para significativas experiências humanas na Terra. Algumas dessas experiências permitem aos seres humanos romperem com a rotina de suas vidas ordinárias. E, ainda, se oferecem como caminhos possíveis para uma reconexão com o próprio ambiente onde vivem e/ou onde desejam viver. As festas, nessa perspectiva fenomenal, eclodem como *acontecimentos* onde e quando identidades e sociabilidades podem ser (re)conhecidas, (re)construídas, (re)vividas e (re)significadas.

O Universo onde tudo isso é possível é construído nas dobras do tempo e do espaço. E surge a partir dos entrecruzamentos em que os sujeitos que produzem cada uma de suas edições, em conjunto com os participantes que elaboram os sentidos e significados do festejar música eletrônica, se encontram. Os eventos geográficos festivos (SILVA, 2013) configuram-se como potentes invenções humanas. E podem ser vividos e estudados como encruzilhadas existenciais (RUFINO; SIMAS, 2018). Ou seja, campos de possibilidades para transformar sonhos em realidade, agradecer pela experiência em curso, discutir enquanto se dança com amigos, reunir grupos distintos para confrontação de ideias, valores e noções sobre a própria festa, os modos de festejar e os sentidos da vida. Os encontros no Universo aproximam até mesmo visões de mundo que se acreditavam paralelas. E, eventualmente, pesquisadores dispostos a interpretá-las.

O encantamento proporcionado por festivais como o UP#15, entretanto, não se explica por uma série de acasos ocorrentes em mesmo espaço e tempo. Antes disso é o resultado, em incessante construção, de refinadas e elaboradas estratégias de criação de sentidos e motivações para o consumo no âmbito da Era da Experiência (PINE; GILMORE, 1998) na contemporaneidade. Entrelaçadas a essa constatação capitalista encontram-se fios pelos quais a teia da vida é tecida em termos de experiências memoráveis e luminosas para aqueles que a elas se submetem intencionalmente. Interações como as que apresentamos na seção inicial desse texto possibilitam refletir sobre condições e possibilidades

de se viver intensamente a festa. E, em complemento, nos desafiam a interpretar como esse modo festivo de vivê-las pode nos conectar, visceralmente, com nosso ambiente, com os *outros*, e com os nossos lugares e os lugares dos *outros*.

Pelas veredas de uma geografia comprometida com os sentimentos, emoções, significados e conexões entre indivíduos e seus lugares no decurso de suas dinâmicas espacializadas, procuramos iluminar algumas das profundas imbricações criadas e vividas por essas pessoas, durante o festejar, entendendo-as como maneiras de ser-agir-existir no mundo (BESSE, 2011; DARDEL, 2011; HOLZER, 2011). Sobre possíveis caminhos a serem trilhados destacamos os que apresentam abordagens como aquelas sinalizadas pelo geógrafo humanista Edward Relph. São proposições capazes de enriquecer debates e reflexões acerca dos estudos entre lugares e aqueles sobre a emergência do lugar, enquanto teoria e episteme em investigações geográficas. Ou, ainda, contribuir para reflexões enfocando complexas interações qualitativas, intersubjetivas e pessoais dos indivíduos com os lugares de suas experiências do cotidiano. Ou, como procuramos focalizar, as vividas extraordinariamente durante a décima quinta edição do Universo Paralello.

Um lugar onde os Paralellos se encontram

Festivais de arte, cultura e música eletrônica podem ser entendidos, ainda que não consensualmente, como versões amplificadas, em termos espaciais e temporais, de eventos geográficos festivos conhecidos como *raves*. Dentre possíveis explicações para o surgimento e difusão do fenômeno conhecido como festas *raves*, há certa convergência de versões que apontam para o entendimento de que elas consistem em um modo de festejar, surgido na Inglaterra, cujas primeiras edições foram realizadas a partir da metade final dos anos 80. Essa modalidade de festas irrompe na esteira dos desdobramentos de uma política repressiva e austera, implementada pelo governo neoliberal conduzido por Margareth Thatcher. Nesse contexto, as *raves* surgem e se desenvolvem como atividades políticas e culturais de sujeitos implicados com as tensões e conflitos do tempo e espaço de suas vivências cotidianas.

As *raves*, assim como seus frequentadores, vão sendo moldadas com o passar do tempo e as transformações culturais em curso. Enquanto isso, moldam o espaço e a sociedade onde existem e que influenciam. Negativadas conforme o avanço do conservadorismo de países e centrais como Estados Unidos e os integrantes do Reino Unido, produtores das festas denominadas *raves* procu-

ram novos meios de viabilizar seus eventos sem atrair a ação repressora do Estado, a atenção negativa da mídia e a repulsa da sociedade (CHIAVERINI, 2009). Como uma das estratégias exitosas, florescem e se multiplicam muitos festivais de artes, música e culturas psicodélicas de pista.

Ambientando a discussão para um tempo mais atual, é possível afirmar que frequentadores de megafestivais de música eletrônica participam ativamente de inesgotáveis e variáveis fluxos desta etapa mais recente do capitalismo, denominada a Era da Experiência (PINE; GILMORE, 1998). Em relação a esses fluxos identificamos a presença dos participantes em festivais como modalidade de consumo na qual destacamos o acesso a específicos conteúdos disponibilizados em plataformas digitais presentes e atuantes na mídia global. Em complemento, iluminamos postagens e interações nos perfis privados de suas próprias redes sociais como ferramentas para a promoção de seu *self*. E, entre outras possibilidades atuais de entretenimento e lazer associadas ao festejar música eletrônica, destacamos como esses eventos geográficos festivos da atualidade mergulham na história de outros, como as primeiras *raves*, e deles retiram informações e elementos capazes de serem adaptados aos novos tempos, lugares e às pessoas que os vivem no presente (CHIAVERINI, 2009; NOVO, 2019a).

Evidenciamos um aparente abismo espaço-temporal entre o perfil e os modos de festejar dos jovens ingleses, revoltados com o desmonte do aparato social do seu país e com o processo de transformação de sua realidade social, sujeitos do seu tempo preocupados em esconder o local de realização desses eventos e manter o segredo sobre o que ocorria nesses encontros. E o aparente hedonismo (possivelmente) descompromissado de jovens *clubbers* e festivaleiros contemporâneos, integrados e participando ativamente de uma lógica de consumo material e simbólico de um espaço especialmente destinado a esses grandes eventos, sujeitos ansiosos por viver e compartilhar com o mundo suas festivas experiências. Tomando, novamente, o Universo como encruzilhada e ambicionando conhecer melhor o conjunto de seus participantes e seus lugares, nos interrogamos: como é possível que os diferentes modos de festejar de indivíduos, desencontrados no espaço e no tempo, se aproximem durante um festival na Bahia na passagem do ano 2019 para o ano 2020?

É possível entender os primeiros desdobramentos do fenômeno das *raves* como prática escapista de uma realidade desalentadora, opressiva e melancólica. E, ainda, como uma espécie de manifesto contrário ao desmonte de uma longa política de bem-estar social. A “Dama de Ferro”, entre outras ações restritivas ao livre transitar de corpos pelo espaço, sancionou uma lei determi-

nando o encerramento das atividades dos clubes noturnos à meia noite. Ato reflexo, jovens ingleses, desejosos por festejar, se dedicaram às atividades de organizar e viver eventos clandestinos como alternativa à vida de sujeitos sem grandes esperanças, encontros e alegrias (CHIAVERINI, 2009).

Os acontecimentos acima descritos nos remetem à década de 1980. Nesse período, festas com muitas horas de duração animavam e reuniam púberes *neohippies* envolvidos com a organização desses eventos. Para escapar da polícia e da vigilância do Estado os encontros ocorriam em locais cada vez mais afastados das áreas centrais da cidade, realizados em galpões abandonados, plantas de indústrias desativadas e em áreas rurais. Desde os primórdios, portanto, o local de realização desses eventos articula aspectos e elementos materiais e simbólicos de uma sociedade em dinâmica transformação para que pudessem ser realizados. Havia, já naquela época, a necessidade dos produtores desses eventos em buscar soluções de modo a tornarem esses encontros atraentes para o público desejoso por novas opções de extravasamento, lazer ou resistência diante da conjuntura política e social de então. Em outras palavras, o desafio de qualificar esses espaços de decadência industrial e da periferia industrial urbana em lugar festivo.

A transformação da sociedade enseja modificações do espaço geográfico onde interações para a sobrevivência e para a convivência ocorrem. As transformações do espaço refletem, mediam e condicionam certas mudanças dos indivíduos, dos grupos culturais e da sociedade em geral. Sob esta perspectiva consideramos os primeiros *ravers* como agentes modeladores do espaço geográfico de seu cotidiano. E, ainda, como portadores e dinamizadores das culturas circulantes por espaços periféricos às áreas centrais as quais, especialmente naquele momento, constituíam-se como objetos de interesse do neoliberalismo e para os seus principais agentes econômicos e sociais.

No presente, a periferia dos grandes centros urbanos encontra-se incorporada às dinâmicas econômicas e culturais de um mundo globalizado. E os festivais também se inserem nessas lógicas, participando de fluxos os mais variados (SASSATELLI, 2011). Ao longo do tempo alguns desses movimentos se ocuparam em ressignificar ações dos jovens ingleses para o entorno das cidades industriais como modos de ser e existir no mundo. Hodiernamente, festivais como o UP#15 revivem elementos dessa história à luz dos novos tempos e dos interesses das novas gerações e, importante destacar, construindo e vivenciando aspectos e elementos dos seus lugares e de suas identidades entrecruzados com aqueles que participam de modo mais ativo e hegemônico dos

processos geo-históricos de produção de eventos e sociabilidades relacionados com o festejar música eletrônica. No contexto das primeiras *raves* inglesas, por exemplo, a *fuga* para áreas periféricas se constituía em condição essencial para a realização dos encontros entre os seus participantes (CHIAVERINI, 2009; ST. JOHN, 2014; 2017). Atualmente, como no caso do UP#15, a *fuga* para o paradisíaco litoral de Pratigi participa de uma complexa engrenagem de estratégias mercadológicas que atua na fabricação do lugar enquanto age na promoção de suas qualidades de modo que sejam vividas e significadas pelos participantes de um modo especial e memorável. Relph (2012), apresenta, destaca e aprofunda alguns dos mecanismos responsáveis pela fabricação do lugar, assim como ilumina aspectos, essências e suas múltiplas possibilidades de emergência na contemporaneidade.

Acreditamos que as reflexões acima encadeadas revelam extensa rede de lugares na qual a música eletrônica de pista foi sendo conhecida, festejada e difundida nos diversos contextos espaço-temporais de suas realizações. Nosso interesse nos encadeamentos existentes nos sugere especial atenção aos modos como os indivíduos vivenciam e significam as relações especialmente/espacialmente qualificadas durante essas festividades, quer sejam entre participantes da festa entre si, quer sejam entre estes e o espaço geográfico onde as interações ocorrem como meios de propagação de suas culturas e histórias espaciais.

Muitos dos eventos geográficos festivos conhecidos como *raves*, no transcurso do processo de difusão espacial, envolvem, em algum nível, a ideia de serem produzidos sigilosamente em um ambiente especialmente configurado para ser vivido enquanto possibilidade de se festejar intensamente. De certa maneira, alguns desses desdobramentos apontam para a própria história do festival Universo Paralello, onde e quando suas primeiras edições, organizadas em segredo em áreas periféricas da capital do país, migraram para outras áreas, agora promovidas intensamente, como capítulos em sucessão de sua história — e estratégia — de difusão. Com isso, o pequeno festival organizado para a fruição de amigos no cerrado evolui para um mega festival com objetivo de atrair participantes das mais diversas regiões do país e do restante do mundo.

O Universo Paralello atrai para as suas edições *ravers*, festivaleiros e participantes que, partindo de distintas origens, almejam alcançar o mesmo destino. Contudo, esse mesmo destino só pode ser considerado *o mesmo* segundo suas referências locais no espaço geográfico. Nós, festivaleiros e pesquisadores, o grupo de jovens na fila antes da abertura oficial do evento, o participante declarando sua imensa gratidão no palco principal e a dupla de amigos em

vigoroso debate na pista noturna do UP Club⁹ nos encontramos — e compartilhamos — a mesma localização no espaço geográfico. Possivelmente, o mesmo lugar quando em comparação com outros lugares do nosso cotidiano e que apresentam diversificados atributos e predicados. Ainda assim, cada um de nós constrói e vive (sentidos de) um lugar de acordo com seus próprios sonhos, projeções e possibilidades durante o acontecer festivo.

Raves e festivais de arte, cultura e música eletrônica são organizados e festejados como lugares especiais onde se oportunizam e dinamizam estados avançados e complexos de liminaridade, isto é, oportunidades para mentes em transe e corpos em trânsito empreenderem jornadas inter-mundos (ST. JOHN, 2017; TURNER, 1974). Essas jornadas físicas e existenciais apresentam deslocamentos de seus corpos pelo espaço geográfico, assim como a transigência de suas mentes e consciências através dos mundos e lugares presentes em seus sonhos, devaneios, desejos e subjetividades. O suporte material e físico para essas travessias, em consonância com os elementos simbólicos escolhidos, construídos e evocados pela organização do festival, é projetado e oferecido pela produção do evento para serem tomados e qualificados como lugar pelos demais participantes. A imagem a seguir apresenta os resultados da curadoria e execução do repertório simbólico vinculado ao espaço do festival e utilizado para adornar, decorar e oferecer possibilidades de significação para seus participantes.

9 Um dos palcos alternativos ao *Main Stage* do Universo Paralello.

Figura 1: Participantes reunidos para festejar no Palco Principal da Edição 15 do Universo Paralelo.



Fonte: Novo, 2020.

O conjunto dessas complexas interações entre indivíduos e o espaço vivido de suas experiências soma-se aos demais aspectos, emergências e essências do lugar festivo, de modo a potencializar novas formas e arranjos culturais contemporâneos. São estes últimos aqueles continuamente evocados e (re)significados por membros da *comunittas* (TURNER, 1974), organizados em *neo-tribos* (MAFFESOLI, 2010), desejosos por se submeter, intencionalmente, às

experiências festivas multissensoriais possíveis e *exusiadamente* imprevisíveis em festivais como o Universo Paralello.

Segundo Chiaverini (2009, p. 185) os organizadores do festival Universo Paralello entendem que “uma festa como o Universo Paralello é uma forma de resgatar um vínculo ritualístico, uma ligação com o sagrado, com o mistério, que é inerente ao ser humano e que está cada vez menos presente na sociedade contemporânea”. Entendemos, a partir da passagem acima, o necessário resgate dos lugares onde e quando os sentidos de festejar música eletrônica vão sendo criados, disputados e vividos para, então, poderem ser vividos e difundidos atualmente. Ao buscar ligações com o (quase) sagrado e com o mistério estamos a redirecionar nossa atenção para lugares alternativos aos da vida ordinária das grandes cidades (NOVO, 2019b), resplandcentes de luzes, explicações científicas e previsibilidade das rotinas espaço-temporais (BONDÍA, 2002; SEAMON, 2013).

As qualidades inerentes ao *lugar* para se festejar música eletrônica vão muito além dos critérios que envolvem a escolha por lugares afastados dos grandes centros urbanos, quer seja no passado ou no presente. As reflexões do escritor peruano, vencedor do prêmio Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa, convergem às do jornalista brasileiro Tomás Chiaverini que se dedicou aos estudos e reportagens sobre *raves* e festivais no Brasil. Segundo Mario Vargas Llosa (2013, p. 22):

[...] o mesmo pode ser dito, é claro, das festas de massa com música eletrônica, as raves, nas quais se dança na escuridão ao som de música trance e se viaja graças ao ecstasy. Não é descabido equiparar essas celebrações às grandes festividades populares de índole religiosa de outrora: nelas se inverte, secularizado, o espírito religioso que, em sintonia com o viés vocacional da época, substituiu a liturgia e os catecismos das religiões tradicionais por manifestações de misticismo musical: assim, no compasso de vozes e instrumentos exacerbados, que os alto-falantes amplificam monstruosamente, o indivíduo se desindividualiza, transforma-se em massa e, de maneira inconsciente, volta aos tempos primitivos da magia e da tribo.

. Em acordo com o autor brasileiro e o nobelista peruano entendemos que as festas e festivais de música eletrônica de longa duração, especialmente aqueles realizados em lugares ao ar livre, oferecem aos participantes a oportunidade de *escapar* do cotidiano vivido em centros urbanos adensados e das tribos urbanas as quais integram rotineiramente. Assim como oportunizam a transigência para lugares-outros que estão presentes na geo-história e no imaginário

de sociedades humanas. O Universo Paralello, como outros festivais de música eletrônica, valoriza elementos da natureza, como, por exemplo, praias vazias, montanhas, paisagens exuberantes e cachoeiras. E, por intermédio dessas escolhas, procuram, conforme já sinalizamos, possibilitar/potencializar a construção do sentido de um lugar especial, em alguns casos (quase) sagrados, para os milhares de *ravers* e festivaleiros (NOVO, 2019b), como a imagem a seguir oportuniza perceber.

Figura 2: Múltiplos Encontros no Palco UP Club.



Fonte: Novo, 2020.

Os encontros ocorrem promovendo uma série de símbolos, performances e práticas inteligíveis aos grupos culturais e indivíduos festejantes. E, desse modo, promovem mais do que uma festa, mas a possibilidade de encontros com os *outros* e seus lugares. Além de uma experiência especialmente memorável para o público que se encaminha para a passagem de dias e noites vivendo (n)esses lugares remotos e submetendo-se à imersão festiva e ao bombardeio multissensorial de seus sentidos.

Uma constelação de lugares em um Universo Paralello

O Universo Paralello é, então, vivido e significado como um lugar onde (e quando) tudo gira, dança e pulsa. E é como *acontecimento* para os seus participantes que se reúnem para festejar intensamente música eletrônica que esse lugar adquire sua plenitude. A reunião propicia a explosão de corpos em trânsito e festivaleiros em transe capazes de viver, intersubjetivamente, experiências memoráveis e significativas para si. Mas como esses sentidos de lugar festivo emergem?

Edward Relph (2012, p. 24) sustenta a formulação sobre sentido de lugar como a “capacidade de apreciar lugares e apreender suas qualidades”. Para o autor, as pessoas possuem esses sentidos, não os lugares. Tomando essas afirmativas de Relph (2012) como referência e ponto de partida para nossa reflexão entendemos que os indivíduos se encontram no centro do processo de significação de suas experiências no espaço. E essas são vividas e significadas a partir de suas próprias experiências prévias, assim como em relação ao *espaço vivido* onde elas lhe assomam. Nosso argumento reverbera algumas premissas sobre as quais o trabalho de alguns geógrafos expoentes de uma geografia humanista de fundamentação fenomenológica se alicerça. Uma delas é a noção de que os lugares outorgam os espaços (HOLZER, 2012).

Examinar a ideia acima nos leva a acionar a contribuição da ciência geográfica encarregada por interpretar as relações entre os seres humanos e a Terra (DARDEL, 2011) acerca dos possíveis enlaces entre espaço geográfico, imaginação e geografia. Nas palavras de Tuan (2012, p. 8) “o espaço não é uma ideia, é um conjunto complexo de ideias”. O Universo Paralello consiste, também, nesse conjunto complexo de ideias inteligíveis a determinados grupos culturais. Essas reflexões nos impelem a procurar entender o espaço enquanto

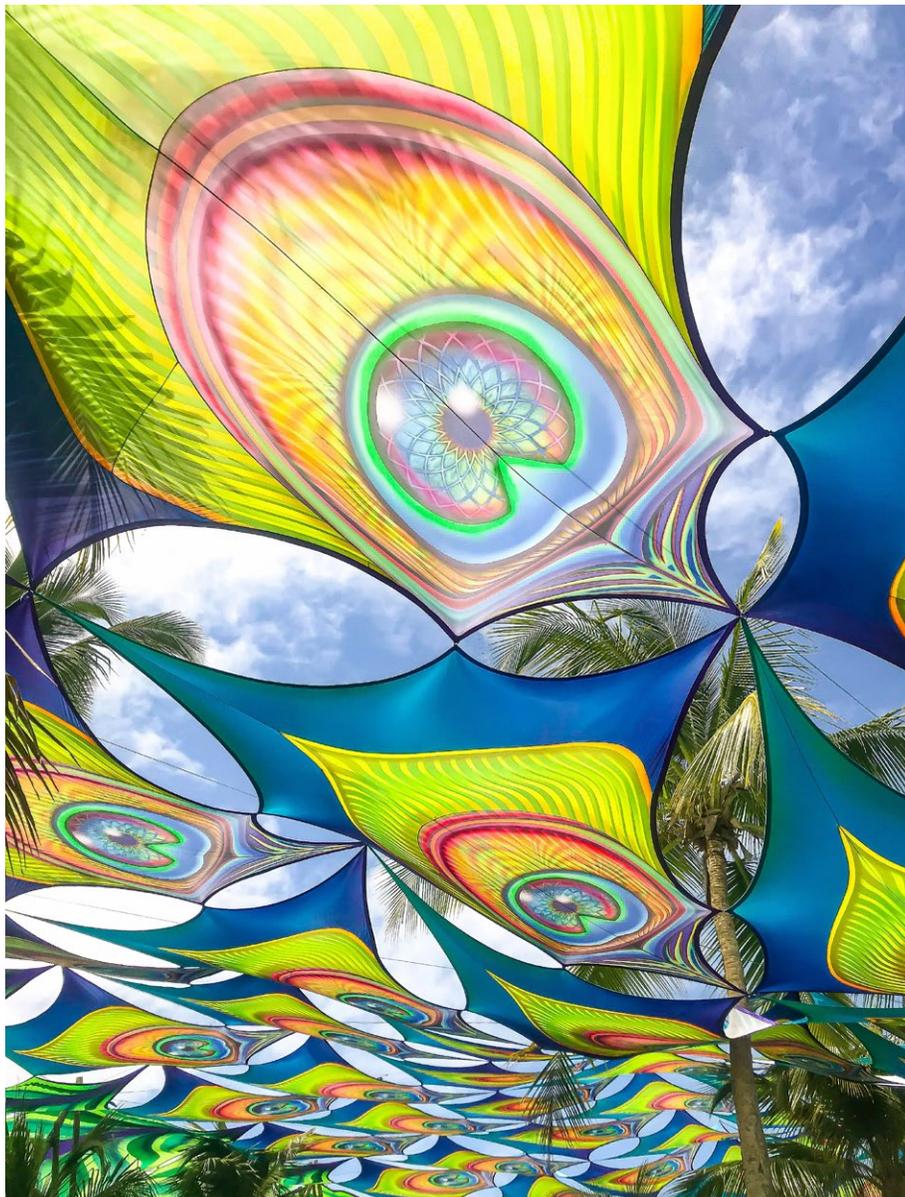
algo que se constrói em função de nossas capacidades imaginativas, criadoras, inventivas e mentais e todo esse conjunto em relação com as demais pessoas e com o ambiente onde interagimos socialmente. Em outras palavras, a partir de nossas intersubjetividades.

Ocorre que essas intersubjetividades são construídas e vividas em função de nossas experiências. O lugar, ainda de acordo com Tuan (2013), consiste em espaço estruturado a partir da perspectiva experiencial de nossa consciência e existência encarnadas. O espaço vivido é especialmente estruturado a partir de significados e sentidos que vão sendo criados enquanto vamos vivendo. Ou com os quais o espaço vai sendo exposto ao contato e ao processo de qualificação pelas ações humanas ao longo do tempo. Em comparação com o espaço é possível aferir ao lugar propriedades de maior concretude, resgatando a geograficidade preconizada por Dardel (2011). Sendo assim, o festival Universo Paralello assume a dimensão de lugar para seus participantes quando passa a possuir significado visceralmente conectado às suas existências para uma pessoa ou grupo de pessoas (TUAN, 2013, p. 8). Para esses sujeitos, implicados com o festival, algum tipo de profunda ligação emerge nas múltiplas temporalidades associadas ao festejar música eletrônica e os conecta, de modo intenso, a esses lugares especiais.

Imaginar mundos e lugares, se habilitando a construir realidades alternativas por intermédio da capacidade de inventar, admite — muitas vezes requerendo — a participação de outras pessoas. Os mundos e lugares que construímos para além daqueles que já conhecemos nos são permitidos construir, enquanto campo de possibilidades, por outros indivíduos que lá estiveram por ação de seus sonhos ou suas presenças (CLAVAL, 2011). E pelo modo como nos contam — e convidam — a conhecer esses seus lugares (de modo a tornarem-se, eventualmente, nossos). Sendo assim, e conforme trilhas já desbravadas preliminarmente nesse artigo, o lugar é (re)vivido, (re)significado e experienciado requisitando *lugares-outros* que remontam a tempos distintos do atual. Assim como pelos *outros* festivaleiros que podemos encontrar nas pistas de dança ou pelas histórias espaciais inscritas e ativas na configuração do processo de criação, transformação e difusão desses eventos geográficos festivos associados ao festejar música eletrônica de pista.

Revisitar os *lugares-outros* de festivais que antecedem — e participam — do UP#15 nos permite estabelecer algum tipo de contato com paisagens multicoloridas, efêmeras, multissensoriais e vibrantes, como apresentada na imagem a seguir.

Figura 3: Monumental tela de proteção, cobertura e ambientação do *Main Stage*.



Fonte: Novo, 2020.

Em festivais de arte, cultura e música eletrônica o conjunto dessas características apresenta-se como um convite constante — e muitas vezes irresistível — aos presentes reunidos para viver e sentir o Universo com o corpo todo. Os infindáveis deslocamentos necessários para acessar os diferentes espaços e lugares do festival oportunizam aos festivaleiros estabelecer novas e imprevisíveis situações em relação ao que observam no espaço geográfico. Assim como lhes permite adotar — e reconhecer — novas posições espacializadas para experimentar erráticos e circunstanciais acontecimentos que emergem e irrompem sem planejamentos ou avisos prévios. Assim como nos possibilitaram ser afetados e presenciar os *acontecimentos* que abrem este artigo.

Considerar o Universo Paralelo como encruzilhada, ou seja, um campo de possibilidades em aberto, capaz de aproximar e enredar participantes e seus lugares nos enlaces de experiências festivas memoráveis, nos oferece desafios, possibilidades e dificuldades para o exame científico dos desdobramentos e implicações de como é vivido e significado enquanto ação espacializada por seus produtores e participantes. Reconhecer o exposto acima nos provoca a desfiar as linhas a seguir como percepções e considerações acerca do arranjo espacial de fixos nos espaços de transição entre os palcos. Para, em seguida, apresentarmos algumas proposições endereçadas como reflexões sobre o sentido e os significados de pausas e movimentos do corpo e da mente de participantes no curso de suas vivências festivas manifestas a nós como fenômenos.

Nossa investigação aproxima-se da fenomenologia por valorizar *aquilo* que nos é dado a notar conforme nos envolvemos, intencionalmente, em atitude minuciosa e atenta, com o fenômeno que se revela, circunstancialmente a nós, e de maneira imprevisível, durante o presente de então, em que nossos próprios deslocamentos ocorriam no contexto de nossa vivência festiva. Nossos passos, seguindo por uma trilha já aberta por pisadas anteriores às efetuadas por nossos pés na área do festival, nos conduziram a uma espécie de corredor composto por fileiras de barracas, tendas e lonas erguidas, lado a lado, por *hippies* comercializando uma miríade de itens. O modo como essas construções temporárias foram construídas e posicionadas no espaço colaboravam para uma determinada organização espacial das formas e dos fixos ali presentes. Por conseguinte, participavam das dinâmicas e dos fluxos ali ocorrentes. Ao criar alamedas por onde os festivaleiros transitavam, encarregavam-se pelo direcionamento de fluxos relativos às maneiras como os corpos de participantes semiografavam o espaço do festival a partir de movimentações, invariavelmente, retilíneas.

Entretanto, a visão meramente cartesiana e materialista sobre a organização espacial do lugar não é capaz de nos revelar a totalidade das possíveis dinâmicas que ocorrem vinculadas a ele. Quando refletimos sobre os movimentos (e os sentidos que adquirem para quem os experimenta a partir de um determinado contexto temporal e espacial) entre as barracas, e os examinamos ambientados nos espaços de transição entre os palcos, percebemos que os olhares de alguns outros participantes repousavam sobre utensílios que esses fixos exibiam.

A atenção ao repousar dos olhos sobre objetos em específica posição no espaço nos permite resgatar pensamentos tuaninos concernentes à admissão de objetos como lugares, posto que “o lugar pode ser definido de diversas maneiras. Dentre aquelas, esta: lugar é qualquer objeto estável que capta a nossa atenção” (TUAN, 2013, p. 199). Como pontos de atração para a visão e para os demais sentidos, os objetos dispostos sobre tablados, lençóis ou em contato direto com a madeira se tornaram pontos de interesse para quem se voltava, com atenção, para eles. Isso ocorrendo no contexto de uma cena panorâmica que estava *acontecendo*. E, segundo entendemos, como *acontecimentos*, na medida em que nos encontramos a refletir sobre uma(s) cena(s) acontecendo para nós, que observávamos atentamente, como espectadores-pesquisadores o desenrolar das ações. E outra(s) cena(s) para os sujeitos implicados com as ações e negociações em curso.

De acordo com o tempo dispendido por quem olha, e da atenção investida por quem se detém no outro (indivíduo e/ou objeto), esses indivíduos corporificados, ao observar objetos, cooperam para que esses mesmos objetos observados por indivíduos corporificados participem daquilo que Tuan (2013) denomina criação da imagem de lugar. Para o geógrafo, nesses casos, o repouso de nosso olhar e a atenção dedicada a outro objeto ou pessoa os torna, para nossa opinião, maiores do que efetivamente o são. E, desse modo, influenciam os modos como significamos nossas experiências espaciais em relação uns aos outros. E, ainda, em relação aos lugares onde estamos presencialmente ou onde estamos enquanto desejo e/ou projeto a ser — eventualmente — realizado no porvir.

É possível enredar esta ideia tuanina com o pensamento de Martin Heidegger sobre demorar-se nas coisas. Ou seja, habitar as coisas. E, nesse sentido, Tuan (2013) e Heidegger (1954) oferecem ideias seminais para entender os objetos nas barracas, assim como os corpos dos participantes posicionados diante destas, como lugares no fluxo da (nossa) experiência ambientada na festa. Atentar para o notar de nossa própria experiência sobre objetos, pessoas e

lugares pode, eventualmente, oferecer armadilhas para os sentidos (BONDÍA, 2002). Com a atenção capturada, os corpos que até o presente de então se movimentavam, interrompiam suas trajetórias espaciais. E, do instante de então em diante, instauravam uma expressiva pausa em seus deslocamentos. Afetados pelo curso daquilo que atentamente notávamos, questionamos: teria a expressiva pausa daqueles corpos interrompido movimentos — e os sentidos de movimentos — na apreciação de lugares vividos e presentificados para os envolvidos com a(s) cena(s) panorâmica(s) que vimos apresentando até aqui?

Dispostos a perseguir o fluxo de nossos próprios pensamentos nos pusemos a, conscientemente, ampliar nossa mirada. Assim, pudemos direcionar nossa percepção para seguir acompanhando aqueles corpos estacionados no local. Intencionalmente, nos desafiamos acompanhar *aquilo* que se apresentava, a nós, como o movimento de suas imaginações: para outros lugares e para outros tempos. Em se tratando de nossas percepções acerca do sentido do movimento de pensamentos e imaginações nos pusemos a refletir de que maneira poderíamos sugerir essa possibilidade no âmbito de um trabalho científico.

Em resposta, encontramos trilhas de caminhos anteriormente percorridos em arremetidas e investidas fenomenológicas. Por elas, disponibilizamos nossa existência corporificada para registrar o que *acontecia* ao nosso redor. Com efeito, renovamos nosso ânimo e curiosidade científica. E nos pusemos em atitude inquisitiva e atenta para percebermos o fenômeno que se manifestava para nós enquanto nos dedicávamos a nos voltar, intencionalmente, para ele.

O fenômeno para o qual fomos atraídos e para o qual direcionamos nossa consciência em ato inquisitivo nos oportunizou acessar e perceber olhos brilhando ao examinar os itens em exposição naquelas barracas, cada qual oriundo de extensa gama de localidades. Por isso, entendemos a pausa como uma espécie de gatilho capaz de transportar corpos e mentes para *lugares-outros* na medida em que o contexto espacial em que a referida pausa acontecia apresentava-se como campo de possibilidades para a fixidez do olhar e dos corpos no espaço. Ou, ainda, como condição para a transigência das emoções e das imaginações por uma constelação de lugares presentificados no festival. As conversas entre participantes e vendedores revelavam lugares e sentidos de lugar caros ao conjunto daqueles sujeitos e dos participantes. E conferiam sentido às movências de seus pensamentos para outros lugares e outras temporalidades.

Consideramos esses desdobramentos em função daquilo que se foi dando a conhecer durante nosso envolvimento com o *acontecimento*. Enquanto alguns presentes buscavam resgatar do passado histórias relacionadas a determinados

objetos sob análise, como parte da negociação para a sua possível aquisição, outros relembavam histórias pessoais em que objetos semelhantes aqueles ali expostos haviam sido muito úteis. Outros lamentavam a ausência de itens como aqueles em determinada ocasião. Comentários, entretanto, apontavam eventuais benefícios de se utilizar um brinco, colar, papel de seda, comprimido de *ecstasy* ou canga nos mais diversos palcos do UP, variando entre o dia e a noite, durante um banho de mar na praia, bem na frente do *chill out*, já no dia seguinte. Ou, até mesmo, conversas lugurizando as ruas de Morro de São Paulo como destino para receber a perfeita combinação de um par de brincos azul turquesa com os olhos da pessoa amada.

O modo como percebemos essas idas e vindas dos corpos e imaginações pelo espaço geográfico, bem como pelos lugares do festival — e do festival enquanto lugar —, revelam camadas presentes na complexidade pela qual os participantes e demais envolvidos com as dinâmicas festivas no Universo interagem entre si, no espaço, enquanto interagem com o espaço de suas pausas, movimentações e vivências. Desse modo acreditamos desfazer aquela aparente linearidade nos fluxos percebidos entre as barracas, assumindo o princípio exusíaco inerente ao *acontecer festivo*. E, igualmente, entendemos a possibilidade de reinterpretar aquelas dinâmicas incorporando outros elementos, aspectos e emergências de lugares — e sentido de lugar — presentes. Ainda que nem sempre percebidos pelo conjunto das pessoas ali reunidas. Para alguns transeuntes mais profundamente envolvidos com as trocas que estão sendo possibilitadas sugerimos haver entrecruzamento de lugares a partir dos objetos e artefatos que lhes fazem algum tipo de referência, alienando-os, circunstancial e fugazmente, do presente e do local onde se encontram, e os fazendo viver transigências para outros lugares e tempos.

O UP#15 também pode ser interpretado como prática individual e existencial para indivíduos que o imaginam, vivenciam e experienciam como momento luminoso de suas vidas. A vivência em festivais, conforme já apresentamos, admite ser interpretada como fissura na repetição das rotinas laborativas e na vida ordinária de sujeitos da contemporaneidade. Nesses casos a festa é vivida e significada como fresta, uma abertura para outros mundos possíveis. Uma abertura para *universos paralellos*. Sob esta perspectiva o UP#15, antes mesmo de integrar o conjunto de festivais os quais, contemporaneamente, se configuram como expressão, material e simbólica, de uma das mais importantes contraculturas¹⁰ do século XX, conhecida como movimento *hippie*, pode

10 O termo contracultura é polissêmico e admite múltiplas interpretações. Neste artigo priorizamos a expressão contracultura diretamente relacionada com o movimento hippie (psicodélico) e com os modos de festejar música eletrônica. Ou seja, como expressão representativa de resistência política e social em

ser entendido como a mãe de todas as festas no Brasil (CHIAVERINI, 2009). E, como tal, uma das mais importantes e primeiras grandes *raves* no país.

O pensamento acima facilita a compreensão do Universo Paralello ser qualificado em lugar para/por milhares de participantes e demais envolvidos com a sua realização. Seu processo de evolução e difusão, iniciado no cerrado brasileiro e migrando para o litoral nordestino emula, de certa maneira, os movimentos de milhares de *ravers* e festivaleiros, através do espaço e do tempo, convergentes em seus desejos por vivenciar os dias e noites do maior e mais importante festival de artes, cultura e música eletrônica de pista do Brasil. O afastamento geográfico das áreas urbanas, da rotina de trabalho, do aprisionamento em relação ao tempo cronológico das tarefas do mundo atual possibilita uma ruptura deste cotidiano que, segundo nossas interações com vizinhos de barraca e parceiros de pista no #UP15, é *escravizador, monótono, entediante, desencantado, poluído, repetitivo e pouco inspirador*.¹¹ E, aproveitando-se do potencial subversivo das festas, aproxima seus participantes dos lugares de suas imaginações, devaneios e desejos. Para viver dias e noites que parecem não ter fim...

Considerações derradeiras sobre uma festa sem fim

O festival nos alcança quando a ele nos dirigimos intencional e conscientemente, como lar das imaginações geográficas, como lugar de nossas experiências festivas e como uma constelação de lugares que habitam um Universo mágico, imprevisível, encantado, onde (e quando) até mesmo os *paralellos* se encontram. A dimensão exusíaca pela qual os corpos se movem, sujeitos se colocam em trânsito e as mentes são induzidas ao transe requer, conquanto qualifica, um espaço específico para ser vivida, em termos de sua corporeidade, como experiência encarnada, situada, significativa e memorável para os participantes do UP#15.

Como lar das imaginações geográficas, o festival Universo Paralello erige-se como *centro do mundo*. E, por conseguinte, apresenta-se como morada da experiência festiva. A força com que essas noções de casa, acolhimento

termos da autonomia individual sobre modos de existir e, eventualmente, intervenção psicoquímica voluntária, em contraponto à política oficial do proibicionismo estatal que retira do indivíduo o direito de escolha sobre a estimulação química do corpo e do espírito (*In*: CARNEIRO, Henrique. A Odisseia Psiconáutica, 2005).

11 Relatos e depoimentos coletados durante interações nos espaços de convivência do festival: praças de alimentação, entorno das barracas de *camping*, filas para utilização do banheiro coletivo e pistas de dança.

e recepção são construídas e vividas atua como uma espécie de convite aos milhares de corpos de participantes que se deslocam pelo espaço geográfico para experimentar um lugar previamente imaginado, intensamente sonhado e profundamente desejado. Ainda que os participantes presentes e reunidos nas pistas de dança do festival não residam naquele lugar as interações no espaço-tempo dedicado ao festejar nos permitem entender seus participantes habitando o lugar na perspectiva do lar por nós adotada e apresentada no decorrer deste estudo. O UP#15, vivido na plenitude e potência dos encontros que possibilita, configura-se como lar, um lugar de pertencimento para milhares de participantes, cada qual consciente e portador de suas próprias histórias espaciais e vivências lugarizadas. Pelas dezenas de meses que separam uma edição do festival da anterior — e da seguinte — o UP é vivido como lugar de saudade, nostalgia, e como ausência do centro costumeiramente organizador dos sentidos e significados para a existência de milhares de pessoas ali reunidas. Desse modo, o festival constitui-se enquanto meio para escapar de seus mundos particulares em direção ao Universo (de sensações, sentimentos e significados) que compartilham a cada dois anos. A perspectiva experiencial relacionada ao Universo Paralelo propicia, segundo demonstram muitos festivaleiros, confrontar os demais lugares de seus cotidianos com o padrão das ações vividas no contexto do festival, bem como das memórias e significações geradas em relação (e em retrospectiva) ao fenômeno experienciado.

Como lugar, o UP#15 é vivido e significado enquanto *locus* onde os sentidos e significados da experiência são processados e (re)definidos. Para o festivaleiro o Universo Paralelo consiste em uma encruzilhada, ou seja, um campo infinito (porque projetado e vivido em futuridade) de possibilidades, capaz de reunir condições especiais para *ser* e *existir* de modo autêntico — e continuado — no mundo. Por isso mesmo, às noções de ponto fixo em uma trama locacional, e de suporte físico e concreto para as interações humanas entre si, o lugar também se oferece aos campos e domínios de fluxos variados, pelos quais é vivido enquanto possibilidade de ser experienciado, particular e significativamente, pelos participantes com ele envolvidos e a ele implicados.

O lugar festivo, vivido intensamente como imaginação, realização e significação corporificadas espacialmente, possibilita ao ser festivaleiro um afrouxar de sua própria consciência. No contexto do *acontecer festivo*, irrompem oportunidades, em específicos e exusíacos momentos oportunos, para se vislumbrar projetos e mundos aos quais são/somos e estão/estamos lançados em futuridade. No festival se vive intensamente o presente de então na medida em que se torna possível mirar o futuro (em vias de consumação) pela fresta.

É pela fresta que se conjura a festa como condição de abertura para o mundo. Ou, ainda, *mundos-outros*. Mundos previamente imaginados. E sonhados. E, no contexto do festival em desdobramento, vividos em termos de sua potência gravitacional. Potência esta capaz de convidar, atrair, guiar. É pelo festejar, na fresta, que nos permitimos habitar (n)o festival na dimensão do existir, enquanto seres supraviventes neste Universo, por momentos fugazes e efêmeros que se tornam memoráveis e eternos nas memórias criadas na pista e nos demais espaços e lugares do festival.

Entendemos, finalmente, o festival Universo Paralello como microcosmo, um centro nucleado de sentidos e significados associados ao festejar. Um meio em que o sujeito festivaleiro, aquele que festeja, encontra, reúne e experiencia aspectos e elementos de sua própria existência. Enquanto constelação de lugares o festival se expande, abrigando lugares dotados de cintilantes e pulsantes lugaridades, como se estes fossem as estrelas brilhantes articuladas e iluminadas pelo astro-rei, central, em órbita do qual todas as demais giram e reluzem: o festivaleiro.

Por entre as sombras disputadas na orla dos palcos, nas pistas e na praia, passando pela escuridão atravessada por *leds*, lâmpadas fluorescentes nos palcos dedicados ao som noturno, e os estilhaços de luz e energia que jorram enquanto as pistas explodem com a energia vibrante de corpos a se reunir, o festival é o Universo onde os indivíduos, por mais Paralellos que sejam em seus gostos, histórias, trajetórias espaciais e intenções, se reúnem uns aos outros enquanto (se) criam as condições possíveis aos seus corpos se tocarem para dançar.

Na pista e pelos demais espaços e dinâmicas vinculados ao festejar, também se gestam as condições de possibilidade para seus lugares *colidirem* com lugares-outros durante a experiência imersiva do festival. O Universo é onde (e quando) cada participante se relaciona com o mundo. Com o seu mundo. Assim como é, também, onde nos abrimos à possibilidade de o mundo se relacionar conosco. Enfim, o Universo onde e quando os (sujeitos e lugares) Paralellos se encontram.

E se encontram apesar de suas diferenças e diversidades. Seja para debater como proteger *smartphones* da chuva antes mesmo de adentrar no evento; seja para expressar a profunda gratidão por um momento especial de sua existência; ou, ainda, como vigoroso debate musical abafado pelo som em um palco noturno. Aqueles encontros de indivíduos e seus lugares ocorrem quando estão reunidos para horas de música eletrônica, ancorados na ideologia P.L.U.R., que muitos insistem em afirmar que segue presente e ativa sempre que estão...

Dançando em Paz.

Pulsando em Liberdade.

Vibrando em União.

E festejando em Respeito.

Referências

BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n. 19, p. 21-28, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

CARNEIRO, Henrique. **A odisseia psiconáutica: a história de um século e meio de pesquisas sobre plantas e substâncias psicoativas**. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia (Org.). **O uso ritual das plantas de poder**. Campinas: Mercado das Letras, p. 55-81, 2005.

CHIAVERINI, Tomás. **Festa infinita: o entorpecente mundo das raves**. São Paulo: Ediouro, 2009.

CLAVAL, Paul. Etnogeografias — Conclusão. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 7, p. 69-74, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6995>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CLAVAL, Paul. A festa e a Cidade. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 8, n. 13, p. 27- 44, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/1987>. Acesso em: 27 jan. 2021.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: a natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 1989.

FERREIRA, Luiz Felipe. **O lugar do carnaval: espaço e poder na festa carnavalesca do Rio de Janeiro, Paris e Nice (1850-1930)**. Tese (Doutorado em geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Luiz Felipe. O lugar festivo - a festa como essência espaço-temporal do lugar. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 167-174, 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7729/5584>. Acesso em: 24 jan. 2021.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar**. Vortäge und Aufsätze. Segunda Reunião de Darmstadt, Pfullingen, 1954, p. 1-12.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOLZER, Werther. Mundo e Lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JUNIOR., Eduardo José; HOLZER, Werther.; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

JACKSON, Peter. **Maps of Meaning**. Londres: Routledge, 1989.

LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo:** uma radiografia do nosso tempo e nossa cultura. São Paulo: Objetiva, 2013.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 3ª tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a Arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, p. 444-460, 2006.

NOVO, Cassio Lopes da Cruz. **Tomorrowland:** imaginações geográficas, corporeidade e a perspectiva experiencial do lugar festivo. Tese (Doutorado em geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019a.

NOVO, Cassio Lopes da Cruz. Eventos geográficos festivos: a dimensão temporal nos enlacs de corpos com lugares (quase) sagrados. In: CARBALLO, Cristina Teresa; FLORES, Fabián Claudio (Org.). **Geografias de lo sagrado en la contemporaneidad**. 1 ed. Buenos Aires: Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, v. 1, p. 21-52, 2019b.

NOVO, Cassio Lopes da Cruz. **Participantes reunidos para festejar no Palco Principal da Edição 15 do Universo Paralello**. 2020, color, digital.

NOVO, Cassio Lopes da Cruz. **Múltiplos Encontros no Palco UP Club**. 2020, color, digital

NOVO, Cassio Lopes da Cruz. **Monumental tela de proteção, cobertura e ambientação do *Main Stage***. 2020, color, digital.

PINE II, Joseph; GILMORE, James. **Welcome to the experience economy**. Harvard Business Review, jul.-ago. 1998.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MARANDOLA JUNIOR., Eduardo José; HOLZER, Werther.; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Ed. Perspectiva, p. 17–32, 2012.

ROSENDAHL, Zeny. Tempo e Temporalidade, Espaço e Espacialidade: a temporalização do Espaço Sagrado. In: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 9-35, 2014. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/18902>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SANDES, Carliane Alves. **Espacialidade e Temporalidade em ser e estar cigano**: Santuário de santa Sara Kali, Arpoador, Rio de Janeiro. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. Rio de Janeiro- RJ, 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SASSATELLI, Monica. **Festivals and the Cultural Public Sphere**, London: Routledge. 2011.

SEAMON, David. Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças do lugar. **Geograficidade**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 4-18, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12861>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ST. JOHN, Graham. In: KRÜGER, Simone; TRANDAFOIU, Ruxandra (Org.). **The Globalization of Musics in Transit: Musical Migration and Tourism**. New York: Routledge, p. 160-182, 2014.

ST. JOHN, Graham. **Weekend Societies: Electronic Dance Music Festivals and Event-cultures**. Bloomsbury Publishing USA, 2017.

STOREY, John. **Teoria cultural e cultura popular: uma introdução**. São Paulo: Editora Sesc, 2015.

SILVA, Anelino Francisco da. **Festas Geográficas de Carnavais a eventos juvenis e populares**. Natal: Editora da UFRN, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUE, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Geografía romántica**: en busca del paisaje sublime; edición de Joan Nogué. Madrid: Biblioteca Nueva, 2015.

UNIVERSO PARALELLO FESTIVAL, Rio de Janeiro. 24 de dezembro de 2019. Facebook: usuário do Facebook. Disponível em: <https://fb.watch/13qY-qhaono/>. Acesso em: 11 set. 2020.



Este livro foi composto em fonte Minion pro, impresso no formato 16 x 23 cm em off set 75 g/m², com 242 páginas e em e-book formato pdf.

Impressão e acabamento:
Outubro de 2021.

"TRAJETOS E TRAJETÓRIAS, NO SENTIDO EMPREGADO POR ESTE LIVRO, COMO SENDO O DESLOCAMENTO NO ESPAÇO E O ACÚMULO DE EXPERIÊNCIAS, TAMBÉM PODEM SER MATERIALIZADOS NA PRÓPRIA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA NO PAÍS. A VIGOROSA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO E PESQUISA NO BRASIL, EMPREENHIDA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI, AO TRAÇAR UM OUTRO TRAJETO, INCORPORANDO NOVOS ESPAÇOS E SUJEITOS NA FORMAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA, ESTÁ MUDANDO A PRÓPRIA TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA.

ESTA OBRA REVELA MUITO SOBRE O CONTEXTO EM QUE FOI PRODUZIDA, COMO NÃO PODERIA DEIXAR DE SER, MAS NOS APONTA A PRÓPRIA TRANSFORMAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL, TRADICIONALMENTE PRODUZIDA A PARTIR DOS GRANDES CENTROS URBANOS. ESSE DESLOCAMENTO RUMO A RECENTES CENTROS DE PRODUÇÃO, INCORPORANDO NOVOS OLHARES E PESQUISADORES, PROVOCA UM DESLOCAMENTO NA PRÓPRIA TRAJETÓRIA DO SABER GEOGRÁFICO NO PAÍS."

RAFAEL WINTER RIBEIRO.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



LECgeo NÚCLEO QUIXADÁ
Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Quixadá

ISBN 978-856796062-3



9

788567

960623